



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Luis Carlos Nunes Vieira de Vieira

Saúde, epidemias e história:
enfrentamentos agroecológicos à covid-19

Florianópolis

2023

Luis Carlos Nunes Vieira de Vieira

Saúde, epidemias e história:
enfrentamentos agroecológicos à covid-19

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Saúde Coletiva.

Orientador: Prof. Douglas Francisco Kovaeski, Dr.

Florianópolis

2023

Luis Carlos Nunes Vieira de Vieira

Saúde, epidemias e história: enfrentamentos agroecológicos à covid-19

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 06 de julho 2023,
pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof^a. Marta Verdi, Dr^a.

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Marina Bastos Paim, Dr^a.

Universidade do Planalto Catarinense

Prof^a. Daneila da Silva Egger, Dr^a.

Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares-FIOCRUZ- DF

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de Doutor em Saúde Coletiva.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof. Douglas Francisco Kovaleski, Dr.

Orientador

Florianópolis, 2023.

APRESENTAÇÃO

O presente texto foi construído a partir da perspectiva do autor e se inclui nessa história de vida como resultado de algumas trajetórias que foram traçadas por ele. Nascido em Pelotas-RS, cidade onde viveu por 23 anos, se formou fisioterapeuta em 2007. No início dos anos 2000 começou uma trajetória de militância política dentro do Sistema Único de Saúde ao participar do projeto VER-SUS. No mesmo período teve o primeiro contato com movimentos populares, urbanos e rurais, entre eles o MST, movimento que acolheu o jovem branco de classe média e possibilitou a ele descobrir o mundo das injustiças e potências que compõe a vida de agricultores e agricultoras no Brasil. Após terminar a graduação, por influência do MST e curiosidade do próprio pesquisador buscou conexões com experiências e ONG que trabalhavam com desenvolvimento sustentável e ambientalismo. Nesse processo teve o primeiro com a Permacultura e as ideias de desenhos de paisagem sustentáveis, bioconstrução, agricultura orgânica, preservação das águas e dos solos.

Pouco tempo depois retomando uma perspectiva que apontava para o campo da saúde coletiva, trabalhou em unidades básicas de saúde na cidade de João Pessoa-PB. Local onde pode perceber as profundas desigualdades regionais existentes no seu país, assim como se apaixonar pela diversidade cultural com a qual pode entrar contato no nordeste brasileiro. Ao retornar para as bandas do Sul deu início ao mestrado acadêmico em Psicologia Social e Institucional na UFRGS, onde estudou o trabalho das agentes Comunitárias de Saúde em bairro periférico de Porto Alegre, dando seguimento ao desejo produzido no contato com as ACS de João Pessoa, com as quais participou de sua formação técnica e política no período em que viveu no nordeste.

Com o término da pós graduação voltou a trabalhar na formação de ACSs, agora na região metropolitana de Porto Alegre, processo desencadeado primeiro pela Escola de Saúde Pública do RS e posteriormente pelo GHC em parceria com a Fiocruz em projeto com nome de Caminhos do Cuidado, no qual fazia a formação de ACS para qualificar o trabalho em saúde mental, com ênfase no uso prejudicial de substâncias psicoativas. Ao fim de sua participação no projeto começou trabalho de técnico cuidador no CAPS AD de Viamão-RS, espaço que foi seu local de trabalho por pouco mais de 2 anos.

Paralelamente a atuação no CAPS AD participou de outra formação para ACSs e técnicos de enfermagem. Nessa formação retomou após uma década as perspectivas freiriananas da educação popular, que haviam sido apreendidas especialmente com a vivência e trabalhos junto ao MST. Chegando ao fim de sua atuação no CAPS e com o término do projeto de educação popular em saúde entrou no doutorado em Saúde Coletiva da UFSC buscando conciliar os olhares que reconheciam a existência de uma crise social e de uma crise ambiental a partir da perspectiva das práticas e dos saberes da saúde. Foi por meio dessa história, de quase 20 anos de trabalhos com populações periféricas, que surgiu a faísca que acendeu o desejo de articular saberes populares, ecologia política, saúde coletiva e populações periféricas para produzir conhecimentos que contribuíssem para reduzir as desigualdades sociais, as injustiças ambientais e promovessem a valorização dos saberes populares como formas válidas e necessárias do conhecimento.

Este trabalho é dedicado à minha mãe, Gisele, pela vida, pelos cuidados e por nunca me deixar parar de sonhar.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar à minha mãe, por minha existência, pelo cuidado, pelo amor e pelo exemplo de vida que ela deixou. Em segundo lugar a Wagner Antunes, Giovani Bittencourt, Ana Cristina Bittencourt e todos os moradores do Morro do Mocotó pela forma amorosa com que me acolheram na comunidade e por dedicarem suas vidas para criar um futuro melhor.

A todas e todos envolvidos nas atividades dos projetos Mittos e Reciclação deixo minha profunda admiração e respeito.

A Beatriz, Aurora e Patrícia por criarem os caminhos que me levaram até a comunidade do Morro do Mocotó.

Ao assentamento Amarildo, projeto Revolução dos Baldinhos e CEPAGRO, por permitirem que essa pesquisa olhasse para suas práticas e ações. Deixo minha gratidão ainda a Mônica Mendes, Caroline Pimenta, Lorena Albuquerque, Liu Leal, Lívia Milena de Melo, André Búrigo, Elisângela Medeiros, Eduardo Katz e Matheus Teixeira pela amizade, amor e cuidados recebidos especialmente nos períodos mais duros desse processo.

A Marcele Paim, pelo acolhimento e paciência na escuta das tantas elocubrações, reflexões, tristezas e alegrias que essa pesquisa me proporcionou. A ela ainda sou grato pela ajuda na formatação dos mapas da tese.

A Marina Jacobs pela amizade e pelas incontáveis conversas e debates que me fizeram refletir sobre muitos aspectos do estudo.

Aos militantes da gestão Assum Preto da Associação de Pós-graduandos (APG) da UFSC que encamparam importantes lutas políticas em período de tensão e retrocessos.

Aos membros da representação discente do programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da UFSC que por meio de muita luta conseguiram incorporar uma política de cotas fazendo com que PPGSC caminhasse na direção da justiça social e histórica.

RESUMO

Neste estudo, buscamos compreender os saberes e valores envolvidos nas práticas populares que fizeram resistência à crise gerada pela covid-19. No primeiro capítulo, fazemos uma discussão histórica mostrando como o colonialismo mobilizou um sistema produtivo extrativista que promoveu desigualdades sociais e degradação ambiental ao mesmo tempo que direcionou a fome, a violência e as epidemias para as populações exploradas pelos grandes latifúndios rurais. Seguindo a análise histórica, focamos nas formas como foram configurados os territórios centrais e periféricos na cidade de Florianópolis-SC que incorporaram os dispositivos do sanitarismo e engenharia modernos às hierarquias sociais do colonialismo, geografando a pobreza na cidade. Com atenção para as formas populares de territorialização, buscamos os elementos que caracterizaram as formas de inscrição no sociometabolismo da cidade e que ainda hoje se apresentam nos territórios estudados. Na penúltima sessão, descrevemos o contexto socioecológico no qual a pandemia de covid-19 chegou ao Brasil com especial atenção para as desigualdades que foram amplificadas pela crise sanitária. Ao final, analisamos as resistências populares desenvolvidas por coletivos agroecológicos no período de crise sanitária para construir ecologias de saberes das formas locais de enfrentamento aos problemas globais e apontam outros futuros possíveis criados sobre valores de solidariedade e ajuda mútua.

Palavras-chave: Covid-19; Agroecologia; Ecologia Política; Saúde Coletiva; Colonialidade; Ajuda Mútua.

ABSTRACT

In this study, we seek to understand the knowledge and values involved in popular practices that resisted the crisis generated by covid-19. In the first chapter we make a historical discussion showing how colonialism mobilized an extractive productive system that promoted social inequalities and environmental degradation at the same time that it directed hunger, violence and epidemics to the populations exploited by the large rural estates. Following the historical analysis, we focused on the ways in which the central and peripheral territories were configured in the city of Florianópolis-SC, which incorporated the devices of modern sanitation and engineering and the social hierarchies of colonialism, geographing poverty in the city. Paying attention to the popular forms of territorialization, we sought the elements that characterized the forms of inscription in the socio-metabolism of the city and that are still present in the territories studied. In the penultimate section, we describe the socio-ecological context in which the covid-19 pandemic arrived in Brazil, with special attention to the inequalities that were amplified by the health crisis. In the end, we analyze the popular resistance developed by agroecological collectives in the period of health crisis to build ecologies of knowledge of local ways of facing global problems and point out other possible futures created on values of solidarity and mutual help.

Keywords: Covid-19; Sustainable Agriculture; Political ecology; Collective Health; Coloniality; Mutual Help.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localidades Florianópolis século XX.....	97
Figura 2: Migrações população pobre em Florianópolis século XIX e XX.....	98
Figura 3: Migrações da população pobre nos séculos XIX e XX dispostas no mapa atualizado de Florianópolis.....	98
Figura 4 - Estados brasileiros com casos de covid-19 confirmados no período de 26/02/2020 a 21/03/2020.....	167
Figura 5 - Distribuição das mortes confirmadas por covid-19 nos estados por milhão (vermelho), distribuição dos índices estaduais de vulnerabilidade (azul) e de pobreza monetária (verde) como fatores de recuperação da covid-19.....	167
Figura 6 - Principais estruturas territoriais brasileiras da covid-19.....	169

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva
ACAM	Associação Comunitária Amigos do Mocotó
ACS	Agente Comunitário de Saúde
ATP	Adenosina Trifosfato
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CAF	Caixa econômica Federal
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEPAGRO	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CESeC	Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
CNA	Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
COVID-19	<i>Corona Virus Disease</i>
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRAS	Centro Regional de Assistência Social
DNA	Ácido Desoxirribonucleico
DRU	Desvinculação de Receitas da União
EC	Emenda Constitucional
ESF	Estratégia de Saúde da Família
EUA	Estados Unidos da América
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fundo Social de Emergência
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IA	Insegurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional da Seguridade Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 DIÁLOGOS HISTÓRICOS ENTRE OS LOCAIS E O GLOBAL.....	16
1.2 OS CONTEXTOS DO PESQUISAR: ABRINDO TRILHAS ENTRE TEMPESTADES E VENTANIAS.....	22
1.3 A VINCULAÇÃO COM O CAMPO E OS DESVIOS NO CAMINHO.....	22
1.4 PRELÚDIO DA TEMPESTADE: A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA.....	23
2 DO MÉTODO DO ESTUDO.....	25
2.1 CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UMA PESQUISA.....	25
2.2 A ECOLOGIA DE SABERES COMO BÚSSOLA QUE NOS GUIOU PELO CAMINHO OU PRESSUPOSTOS ÉTICOS- POLÍTICOS DA PESQUISA.....	25
2.3 UMA TEMPESTADE CHAMADA COVID-19 E OS AJUSTES NAS ROTAS DA PESQUISA.....	28
2.4 DO LUTO À LUTA: PEDRAS E PERDAS NOS CAMINHOS.....	30
2.5 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	33
2.6 OS CAMINHOS ATÉ AS ENTREVISTAS.....	34
2.7 OS CAMINHOS QUE APONTARAM AS ENTREVISTAS.....	35
2.8 SOBRE OS RECORTES E O ALCANCES DO ESTUDO.....	37
3 ACUMULAÇÃO PRIMITIVA NA AMÉRICA LATINA: TERRITÓRIOS E PROPRIEDADES NA TRAMA DA VIDA.....	39
4 INDUSTRIALIZAÇÃO, SALTO ENTRÓPICO E O SURGIMENTO DA SAÚDE PÚBLICA.....	56
5 DESTERRO DOS DESTERRITORIZADOS.....	67
5.1 CICLOS EXTRATIVISTAS E EPIDEMIAS: DO BRASIL À FLORIANÓPOLIS.....	76
5.2 DA SELVAGEM DESTERRO À CIVILIZADA FLORIANÓPOLIS: SAÚDE, PODER E GEOGRAFIA.....	83
6 TERRITORIALIDADES NA DESTERRO.....	91
6.1 TERRITÓRIOS DE DESTERRADOS: A CIDADE HOSTIL.....	91
6.2 TERRITÓRIO DA TÉCNICA E AS TÉCNICAS DE TERRITORIALIZAÇÃO: DA CIDADE COLONIAL A CIDADE SANEADA.....	99
6.3 PISTAS PARA COMPREENSÃO DAS TERRITORIALIDADES COMUNITÁRIAS EM FLORIANÓPOLIS.....	106

6.4 TERRITORIALIZANDO PELA AJUDA MÚTUA: A CONSTRUÇÃO SOLIDÁRIA DA CIDADE DOS POBRES.....	110
6.5 DA ÉTICA ALIMENTAR COMUNAL.....	117
6.6 DO GOVERNO AO MOCOTÓ.....	120
7 PANDEMIAS, SINDEMIAS E INJUSTIÇAS.....	127
7.1 PANDEMIA E SABER.....	128
7.2 ENTRE A VIDA E A ECONOMIA HÁ UMA PANDEMIA.....	135
7.3 POLÍTICA, AMBIENTE E SAÚDE.....	142
7.4 FOME, GUERRA E PESTE.....	147
7.5 EPIDEMIA, ESPAÇO E AMBIENTE.....	163
7.6 POLÍTICAS PANDÊMICAS.....	173
7.7 IMUNIDADES SOLIDÁRIAS.....	176
8 O CAMPO DE PESQUISA.....	180
8.1 REVOLUÇÃO DOS BALDINHOS.....	181
8.2 CEPAGRO.....	184
8.3 ASSENTAMENTO COMUNA AMARILDO.....	185
8.4 GRUPO MITTOS/ RECICLAÇÃO.....	186
9 RESISTÊNCIA, SABEDORIA E AÇÃO: DOS ENSAIOS DE MUNDO ÀS IMUNIDADES SOLIDÁRIAS.....	190
9.1 A FOME ALÉM DOS DADOS: SABEDORIA POPULAR SOBRE A INSEGURANÇA ALIMENTAR NA PANDEMIA.....	190
9.2 CONSUMO, DISTÂNCIAS E PRODUÇÃO: ENSAIOS DE MUNDO AGROECOLÓGICOS.....	195
9.3 CONTRA A FOME, CULTURA E MOCOTÓ: ENSAIOS DE MUNDO NAS MARGENS DO CAPITAL.....	200
9.4 NECROPOLÍTICAS DE ESTADO: O DESEQUILÍBRIO ENTRE PROTEÇÕES SOCIAIS E VIOLÊNCIA ESTATAL.....	206
9.5 TERRITÓRIOS EXISTENCIAIS: ENSAIANDO OUTRAS SUBJETIVIDADES POSSÍVEIS.....	211
9.6 ESTADO E PANDEMIA: PERCEPÇÕES AGROECOLÓGICAS E SABEDORIA POPULAR.....	215
9.7 PROTEÇÃO DE PONTA A PONTA: ENSAIANDO SOCIOMETABOLISMOS CONTRA AS CRISES.....	220

9.8 MEMÓRIA BIOCULTURAL E AJUDA MÚTUA: OS INGREDIENTES DAS IMUNIDADES SOLIDÁRIAS.....	226
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	230
REFERÊNCIAS.....	235
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 	246

1 INTRODUÇÃO

1.1 DIÁLOGOS HISTÓRICOS ENTRE OS LOCAIS E O GLOBAL

Vivemos em mundo que tem sido definido pela multiplicação e acumulação de crises. As crises econômicas, climática e ambiental, assim como crises políticas e do conhecimento, têm seus efeitos retratados em matérias de jornais, artigos científicos, obras literárias, filosóficas e artísticas que buscam apreender alguns dos ingredientes deste caldo social indigesto, produzido sob o signo de uma suposta unidirecionalidade capitalista, colonial e moderna de sociedade. Tratadas separadamente, todas essas crises se avolumam e se estendem em duração e intensidade mostrando a dificuldade em enfrentar os grandes problemas de nosso tempo, que parecem habitar os espaços de poder e as mentes dos governantes mundiais. Para autores como o filósofo Enrique Leff (2011) e o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2010), as crises ambiental e social estão articuladas à crise que delimita as formas de saber e significar o mundo, caracterizando uma crise dos modos de saber ou cognitiva. Nesse contexto, os mecanismos sociais, ecológicos e cognitivos se retroalimentam, sendo uns produzidos e potencializados pelos outros, podemos dizer que a crise é, antes de tudo, civilizatória.

Um dos elementos que contribui para a manutenção dos constantes estados de crise é o modo como separamos cognitivamente sociedade e natureza em categorias distintas, opostas e hierarquizadas pelo pensamento. As questões colocadas pelo debate sobre mudanças climáticas, como das áreas de floresta desmatadas, perda de recursos naturais e biodiversidade, aumento nas emissões de carbono, são entendidas como “coisas da natureza”, do ambiente ou do clima e são desvinculadas de questões como o racismo ou das desigualdades sociais, da exploração do trabalho, da xenofobia, do machismo, das migrações, das epidemias e da fome, que aparecem do lado do social na cisão entre sociedade e natureza.

No campo do saber, as relações entre sociedade e natureza têm sido historicamente descritas em quadros que opõe as relações e elementos sociais aos processos e entes naturais. Assim, as crises são isoladas, o que permite classificá-las como econômica, climática, sanitária, política, de governança, entre outras.

A mais recente crise deflagrada pela globalização da pandemia de covid-19 mostrou de forma explícita uma série de dispositivos e de saberes que atuam

produzindo fatos sociais que desafiaram os modelos cognitivos e modos de pensar hegemônicos. A velocidade com que o vírus SARS-Cov-2 se moveu pelo planeta demandou rapidez nas análises, estudos, pesquisas e reflexões sobre a crise. As ações políticas de Estados ficaram concentradas nos planos individual (corpo biológico) e econômicos (mercado financeiro), simplificando assim as respostas dos sistemas políticos e econômicos, estatais e privados, que parecem compreender esse evento como uma ruptura pontual (crise sanitária) que pode ser superada através da intensificação do modelo de desenvolvimento econômico e/ou da verdade produzida pelo conhecimento científico, especialmente quando esse pode servir aos interesses de acumulação que definem o sistema capitalista.

As respostas elaboradas pelos mecanismos de governança global parecem entender a covid-19 como um problema que tem sua resolução no lado social da oposição natureza - sociedade. A contenção da disseminação do vírus foi feita sob as formas, mecanismos e dispositivos humanos, porém poucos estudos têm conseguido reconstituir vinculações ambientais e disposições ecológicas que fizeram com que a covid-19 tivesse tamanho sucesso em sua epopeia mundial. Em oposição a esse pensamento, buscamos reconstruir nexos sociais, ecológicos e históricos que criaram as condições de possibilidade para a emergência e o êxito do SARS-Cov-2 através da **trama da vida**.

Trama da vida, ou no inglês original *web of life*, é um conceito desenvolvido pelo historiador norte-americano Jason Moore (2020), com qual as categorias de pensamento que opõe natureza e sociedade são dissolvidas negando ainda a lógica de uma “aritmética verde” na qual a realidade é soma de natureza + sociedade. A partir da ideia de *trama da vida*, o autor explica que os “metabolismos singulares” de humanos e não humanos estão conectados entre si através dessa *trama que sustenta a vida*, permitindo pensar os acoplamentos entre os “momentos sociais” e os “momentos ecológicos” e com isso perceber humanos e suas sociedades como parte da natureza, mostrando as relações de dependência e produção que as diferentes culturas estabeleceram com seus os ambientes dentro dos territórios de vida.

Para o Moore (2020), a separação cognitiva está na base dos projetos políticos e ideológicos de dominação imperialista e colonial, fundamentalmente ligados a questões materiais, biológicas e conseqüentemente culturais e territoriais como a agricultura, a mineração, a urbanização, a tecnificação da vida, o trabalho.

Com isso as práticas “sociais” mostram-se como agências capazes de promover modificações reais nos ecossistemas do mundo, que não são apenas os solos, as matas, os rios, mas incluem cidades, modos de produção, ou seja, os seres humanos e suas formas de relação entre si e com o planeta (MOORE, 2014; 2020). Essas relações são criadoras de meio-ambientes, que transformaram não só paisagens e ecologias, mas, em um movimento de dupla internalização, modificam a própria natureza humana. Para Moore:

La naturaleza se convierte, en cambio, en la matriz dentro de la cual se despliega la actividad humana y en el campo sobre el que opera la agencia histórica. Desde esta posición privilegiada, las problemáticas de la alimentación, el agua, el petróleo (¡y muchas más!) se convierten, primero, en problemas relacionales y, segundo, en problemas objeto: a través de las relaciones de civilizaciones concretas, los alimentos, el agua y el petróleo se convierten en verdaderos agentes históricos. (MOORE, 2020, p. 23).

Ao tornar elementos de uma natureza externa¹ em agentes históricos podemos recolocar na história as relações que criaram as dinâmicas de poder que levaram às atuais crises globais. Compreender as formas como a sociedade moderna globalizou os dispositivos capitalistas e coloniais de poder se torna fundamental para entender como esses dispositivos estão conectados e ainda mais, são dependentes de uma forma específica de inscrever a sociedade na trama da vida. Ou seja, o capitalismo não é um simples “devorador de natureza” pois depende desse modo particular de valorar e produzir, que modifica tanto a natureza interna como a natureza externa da humanidade, e assim:

Ya no es posible ignorar la posición de la “naturaleza” en la teoría social, y cada vez resulta más difícil ignorar el problema de la naturaleza en la historia del capitalismo a cualquier escala. En efecto, esta hegemonía dice que cualquier intento de interpretar los amplios contornos y contradicciones de la historia mundial sin prestar la debida atención a las condiciones y los cambios medioambientales resulta inadecuado. (MOORE, 2020, p.27)

Partindo desses pressupostos compreendemos a emergência da covid-19 como efeito de uma forma social particular de inscrição na trama da vida, que se

¹ Para Jason Moore (2015; 2020) recolocar a sociedade na natureza não retira da humanidade sua singularidade em relação a outros entes naturais. Assim o autor reconhece que há uma *natureza interna* da humanidade que se desenvolve através das relações que cria com os elementos de uma *natureza externa*. Essa *natureza externa* ao ser modificada também transforma a natureza interna humana, em uma dialética que tem como síntese a *trama da vida* (MOORE, 2015; 2020). Esse quadro conceitual permite pensar o capitalismo como um sistema econômico global que está profundamente ligado a certas formas particulares de se relacionar com a natureza e que depende dessas formas para reproduzir suas relações de poder, as formas de organizar a natureza e de controlar o trabalho (MOORE, 2016).

apropria das *relações criadoras de vida*² para reproduzir suas relações de poder e controle sobre os recursos brutos, sobre os povos e sobre as culturas. Traçamos como objetivos do estudo des-cobrir e descrever criticamente estratégias de enfrentamento desenvolvidas durante a emergência sanitária, na periferia do sistema, assim como mostrar os valores implicados na criação dessas resistências e como eles foram configurados na experiência histórica dessas populações.

Para tanto, iniciamos com uma narrativa que buscou mostrar como o longo processo de colonização das Américas traçou linhas de continuidade que nos ajudam a compreender como relações sociais, culturais, políticas e econômicas transformaram os *sociometabolismos*³, através de práticas coloniais que serviram aos objetivos de acumulação de capital. Para realizar tal tarefa tomamos o aporte teórico e histórico da ecologia política latino-americana e da história ambiental, entendendo que essas linhas teóricas oferecem um olhar crítico sobre as formas capitalistas de apropriação dos recursos e dos territórios e criaram as condições de possibilidade para a emergência de epidemias como problemas sanitários globalizados.

As epidemias, antes de serem “efeitos indesejáveis” de um subdesenvolvimento ou do desenvolvimento incompleto de certas sociedades capitalistas, parecem ser elementos recorrentes nelas, que permitiram a reprodução desse modelo de civilização e estimularam a criação de mecanismos inéditos de poder sobre o ambiente e sobre os corpos humanos. A narrativa histórica tem a América Latina como ponto de partida e a comunidade do Morro do Mocotó, localizada no centro da cidade de Florianópolis-SC, como ponto de chegada. Nos

² São relações entre os diferentes entes da natureza que produzem vida, incluído os seres humanos e suas relações socioculturais, porém compreendendo que existem relações produtoras de vida que se dão entre diferentes entes não humanos, que modificam entre si suas diferentes naturezas (MOORE, 2016).

³ Sociometabolismo é um conceito utilizado por Marx e resgatado por Jon Bellami Foster (2005) para recolocar a questão ambiental na teoria marxista. O sociometabolismo, ou metabolismo entre sociedade e natureza, as trocas de energia e nutrientes que ocorrem entre os processos sociais e os processos naturais. Esses fluxos são configurados pela relação entre os recursos existentes no ecossistema e as formas de apropriação desses recursos, ou da natureza. O modo de produção capitalista provoca desequilíbrios, ou rupturas, dos sociometabolismos pela transferência de energia e nutrientes de um território a outro, sem a reposição desses nutrientes e dessa energia no território de origem. A oposição campo- cidade é um exemplo, onde a energia e os nutrientes que saem do campo na forma de alimentos, não retornam ao meio rural na forma de adubo, fazendo com que a fertilidade dos solos, e conseqüentemente a produtividade deles, diminuam. O sociometabolismo opera como uma ponte conceitual entre os modos de produção e reprodução social e as formas de uso dos recursos naturais. Neste trabalho o sociometabolismo é usado para se referir as relações entre as práticas sociais (culturais, econômicas, materiais e subjetivas) e os ambientes naturais que sustentam a vida.

esforçamos para localizar forças locais e globais, que atuaram na territorialização do espaço urbano em Florianópolis, identificando tanto as relações de poder hegemônicas, como aquelas que produziram resistências as territorialidades hegemônicas do capitalismo, colonial, moderno.

Optamos por trilhar um caminho que colocasse no centro da história os povos e grupos humanos subalternizados, traçando conexões entre as relações de poder que historicamente transformaram o centro de Florianópolis, promovendo a geografização da pobreza e o surgimento das comunidades do maciço do Morro da Cruz, entre elas, a do Morro do Mocotó, território que fez parte do campo dessa pesquisa.

A partir dos territórios dos excluídos da cidade, buscamos elucidar como funcionaram alguns dos mecanismos sociais, ambientais, políticos, econômicos e culturais deste processo, assim como os efeitos que tiveram sobre os modos de vida e sociabilidade da população que habitava a periferia da ilha de Santa Catarina. O conceito de **extrativismo**, como definido por Maristela Svampa, (2019), foi tomado como janela para a compreensão do modelo de produção **colonial- capitalista-moderno**, caracterizando-o a partir de um olhar sobre as primeiras empresas capitalistas coloniais, em Potosí na Bolívia (com a mineração), nas ilhas da Madeira e dos Açores e na costa da Bahia (com a indústria do açúcar).

Voltamos o olhar para o desenvolvimento do extrativismo no Brasil e como ele influenciou a construção de sociabilidades coloniais no país, tendo como marcas os ciclos extrativistas que ocorreram até a Primeira República. Mostramos algumas das influências que esses processos tiveram na colonização da ilha de Santa Catarina, desde o período em se que chamava Nossa Senhora do Desterro até a Florianópolis que emergiu no início do século XX, período de intensos processos de desapropriação e segregação geográfica na cidade que modificaram o espaço urbano, dando a ele sua configuração espacial atual.

A análise passa pelo surgimento de políticas sanitárias como resposta às epidemias que assolaram a cidade e o país, influenciando a passagem de uma sociedade colonial e escravista para outra onde, os valores da modernidade eurocêntrica articularam dispositivos coloniais e racistas e mantiveram as relações de poder ordenadas por classificações sócio étnicas remanescentes do antigo regime, através da reconfiguração dos dispositivos de poder e controle sobre o território.

Em seguida, nos debruçamos sobre as estratégias de resistência das populações periféricas, dos pobres, dos escravizados, dos africanos livres e foros que viviam na ilha de Santa Catarina e como foram desenvolvidas por esses grupos estratégias que possibilitaram sua sobrevivência em uma cidade hostil a pobres e negros. Essas formas comunitárias e coletivas de existência atualizam ancestralidades africanas a partir das quais foram desenvolvidos mecanismos e redes de sociabilidades comunitárias que entraram em cena para enfrentar os efeitos dramáticos da crise civilizatória potencializados pela pandemia de covid-19.

O capítulo seguinte traz uma análise sobre a pandemia de covid-19 e suas relações com outros processos sociais, econômicos, ecológicos e culturais, mostrando as conexões entre a crise sanitária e os sociometabolismos produzidos pela sociedade capitalista, colonial e moderna. Argumentamos que os efeitos da pandemia foram potencializados por formas de externalização de custos ecológicos e sanitários do modelo de produção, direcionados para as populações vulneradas, através de dispositivos políticos, econômicos, geográficos, técnicos e cognitivos da sociedade globalizada. No Brasil, esses efeitos foram amplificados por uma gestão necropolítica da pandemia e do Estado.

Passamos então para a análise das experiências de cinco coletivos que atuaram em quatro diferentes territórios no enfrentamento a covid-19 em Florianópolis - SC. O material foi coletado através de entrevistas realizadas com participantes de dois projetos sociais desenvolvidos em comunidades de bairros periféricos da cidade, por moradores das próprias comunidades, um assentamento de produção agroecológica e familiar na região periurbana de Florianópolis e uma ONG que desenvolve assessoria técnica para pequenos agricultores familiares e educação ambiental.

A partir do material analisado observamos que as estratégias de enfrentamento a pandemia nesses espaços buscaram garantir alimentos e melhores condições de subsistência, que conseqüentemente se tornam em maior proteção ao vírus nas comunidades. A busca por melhores condições de vida passou antes pelas redes e projetos que já atuavam nos territórios, construídas sob valores comuns, de ajuda mútua e solidariedade em oposição àqueles que orientaram as formulações das políticas e ações do Estado.

1.2 OS CONTEXTOS DO PESQUISAR: ABRINDO TRILHAS ENTRE TEMPESTADES E VENTANIAS

Da entrada no doutorado em Saúde Coletiva em 2018 até a construção final desse texto ocorreram alterações de rota, reconfigurações de objetivos e de métodos em que o campo de pesquisa foi redefinido na medida em que a realidade impôs drásticas mudanças nas dinâmicas sociais e nos contextos de vida dos sujeitos de pesquisa.

Dois acontecimentos foram impactantes para essas reconfigurações: a ascensão de um governo de extrema direita ao poder em 2019 e; a emergência da pandemia de covid-19 no país no início de 2020.

1.3 A VINCULAÇÃO COM O CAMPO E OS DESVIOS NO CAMINHO

Ao ingressar no programa de doutorado da Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), existia um desejo em construir um estudo que articulasse dois campos de conhecimentos que apenas recentemente vêm interagindo entre si: a saúde coletiva e o campo ambiental. Política e eticamente o desejo era de construir estes saberes colaborativos com populações vulneradas que, ao mesmo tempo, pudessem informar e criar conhecimentos através de relações harmônicas com a natureza de seus territórios e potencializar as lutas emancipatórias dos mesmos.

Em um primeiro momento, a ideia foi compor Ecologias de Saberes com comunidades de povos indígenas, muito presentes no território do estado de Santa Catarina, pela capacidade das culturas originárias em entender a necessidade de desenvolver processos ecológicos e culturais. Na busca por elementos que trouxessem essa base conceitual chegamos à cadeira de Sistemas Agroflorestais, do Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas da UFSC. Ao tomar a Ecologia de Saberes e o compromisso com as lutas emancipatórias dos sujeitos oprimidos, como a bússola que apontou os sentidos éticos, políticos e epistêmicos, começamos a trilhar os caminhos da pesquisa.

Nesse mesmo período, no Morro do Mocotó, comunidade periférica localizada no maciço do Morro da Cruz, no centro de Florianópolis, surgia o projeto Reciclação, vinculado ao Grupo Mittos, que tinha objetivo de trabalhar a educação ambiental na

comunidade a partir da compostagem comunitária, de horta agroecológica e da instalação de um canteiro agroflorestal no espaço da comunidade. Com esse objetivo, foi criada uma parceria entre a universidade e a comunidade na qual os participantes da cadeira ajudaram a instalar um pequeno espaço agroflorestal no projeto, em um mutirão realizado em 2018.

O contato com o projeto Mittos/ Reciclagem produziu o primeiro desvio da pesquisa ao gerar um vínculo entre o pesquisador e os sujeitos do projeto. Outros encontros ocorreram no espaço comunitário, nos quais foram desencadeadas diferentes ações na comunidade. O estabelecimento desse vínculo modificou a direção do campo de pesquisa levando à uma proposta de construí-lo em parceria com o projeto Mittos/ Reciclagem. Definido o território da pesquisa, durante o ano de 2019 as atividades do projeto Reciclagem foram acompanhadas na condição de membro do projeto, o que fortaleceu o vínculo entre os sujeitos da pesquisa.

O primeiro ano do projeto foi marcado por atividades como a construção da horta comunitária, a produção de composto a partir da ciclagem de resíduos orgânicos da comunidade, criação de composteiras e atividades de educação ambiental em parceria com outros dispositivos sociais inseridos na comunidade, como a creche e escola da Associação Comunitária dos Amigos do Mocotó (ACAM).

Nesse período a participação no projeto, além das atividades serviu como base para pensar junto aos sujeitos de pesquisa a realização de uma pesquisa intervenção, na qual seriam elaboradas atividades que pudessem potencializar o projeto, refletir sobre as condições de saúde da comunidade e servir como elementos de uma ecologia de saberes. O mundo, porém, tinha outros planos.

1.4 PRELÚDIO DA TEMPESTADE: A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA

No início de 2019, Jair Bolsonaro assumiu a presidência da república consolidando o golpe constitucional iniciado com a retirada de Dilma Rousseff da cadeira presidencial em 2016. Logo no começo de seu governo, a extrema direita buscou enfraquecer os dispositivos estatais de pesquisa, combate à fome, de participação social e de proteção ambiental. Da mesma forma, as políticas públicas de saúde, assistência social, os direitos trabalhistas e previdenciários foram precarizados pela implementação de políticas liberais que pregavam a diminuição do Estado e a individualização da condição social através da meritocracia.

Nesse ano, além da implicação com o projeto e com o território do Morro do Mocotó, tivemos uma forte implicação com os processos políticos em curso que levaram a diversas manifestações, que ocorreram tanto na cidade de Florianópolis-SC como em outras capitais do país.

De forma muito veloz, a vida foi precarizada pelas escolhas políticas que diminuiram o poder de compra das pessoas, encolheram os investimentos em saúde, educação e cultura e acirraram as disputas ideológicas pela retomada de discursos fascistas e anticomunistas, dentro de parte da sociedade brasileira. Como de praxe, os efeitos dessas escolhas políticas foram antes sentidos pelas populações vulneradas, como os moradores do Morro do Mocotó.

Os recursos que possibilitaram a compra de materiais e a remuneração de membros do projeto, foram recebidos por meio de subvenções e emendas parlamentares, não se configuravam mais como possibilidade com a virada dos ventos na política estatal brasileira. No primeiro ano do governo de extrema direita, dois moradores do morro e fundadores do projeto, tiveram que deixar as atividades pois as perspectivas de sustentabilidade foram se tornando cada vez mais escassas, ao mesmo tempo em que as populações mais pobres se viam empurradas para situações de vida cada vez mais precárias e urgentes.

2 DO MÉTODO DO ESTUDO

2.1 CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UMA PESQUISA

Toda pesquisa é sempre maior do que seus resultados pois ela é sempre produto de uma história inscrita na cultura e na realidade que busca compreender, sendo assim um fruto de seu tempo. Pensada enquanto trajetória ela é, por si mesma, história que compõe o contexto em que o saber é produzido. Desse modo, o processo de pesquisa adquire importância na medida em que através dele ocorreram encontros entre diferentes trajetórias pessoais, coletivas, sociais, políticas e epistêmicas, criando as condições de possibilidade para o surgimento do conhecimento.

Dessa forma, a história da pesquisa, muitas vezes invisibilizada por seus métodos, ganha importância ao mostrar não apenas os resultados, mas a trajetória histórica do saber. Nas próximas seções, apresentamos alguns dos caminhos e descaminhos trilhados no processo dessa pesquisa. Ao apresentar as ferramentas que nos ajudaram a encontrar as direções tomadas para produzir os conhecimentos, aproximamos leitoras e leitores do processo de pesquisa, equipando-os com diferentes ferramentas para atribuir sentidos ao texto.

2.2 A ECOLOGIA DE SABERES COMO BÚSSOLA QUE NOS GUIOU PELO CAMINHO OU PRESSUPOSTOS ÉTICOS- POLÍTICOS DA PESQUISA

Bússolas são instrumentos que usam o magnetismo do planeta para informar os pontos cardeais. Elas não apontam quais caminhos seguir, mas permitem localizar a qual direção damos a jornada. Para um bom uso da bússola, inicialmente, é preciso saber para qual direção queremos ir, mesmo sem saber o que encontraremos ou como será o caminho. A bússola que apontou as direções trilhadas para a construção dos conhecimentos foram os pressupostos éticos, políticos e epistêmicos que assumimos como elementos base da pesquisa.

As experiências sociais são a matéria que produz o conhecimento humano, ocorrendo sempre sobre certos pressupostos culturalmente estabelecidos, que validam, orientam e criam sentidos como modos de interpretar as experiências, estas não são tomadas como fatos universais na vida de sujeitos ou populações,

mas vividas dentro de distintos sistemas culturais, fazendo com que experiências semelhantes produzam saberes distintos ao serem significadas e interpretadas através de diferentes compreensões da realidade. Os diferentes modos de conhecer são chamados de epistemes e seu estudo de epistemologia.

No mundo contemporâneo as formas de conhecer têm sido hegemônicas pelo saber produzido pela ciência, que reduz a multiplicidade de experiências sociais humanas àquelas validadas pela experiência ocidental de mundo (SANTOS, 2002). Essa concepção de mundo cria e legitima formas de poder social, operadas a partir de concepções lineares de tempo, que restringem as experiências socialmente válidas no presente, ao mesmo tempo que lançam o futuro em um jogo de expectativas sem fim, contraindo o presente por meio de uma concepção totalitária imposta a interpretação da experiência social pela racionalidade ocidental. Ao impor sua universalidade exclui, invisibiliza e não reconhece as experiências que não cabem nessa suposta totalidade (SANTOS, 2002).

Através da planificação da história e de uma concepção linear do tempo, expandem o futuro como possibilidades sem fim, enquanto ocultam experiências consideradas marginais ou atrasadas, relegando a elas um estatuto de menor importância, dicotomizando, classificando e hierarquizando saberes ao separar os conhecimentos válidos (científicos) daqueles ingênuos e ilegítimos (populares). Esse procedimento promove a negação de um sem-número de experiências não entendidas como conhecimentos por não serem conformes a essa razão *metonímica*, ou seja, por estarem fora da razão que explica o mundo em uma totalidade única, mostrando que:

A pobreza da experiência não é expressão de uma carência, mas antes a expressão de uma arrogância, a arrogância de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que a podemos identificar e valorizar (SANTOS, 2002, p.245).

A negação das diferentes temporalidades permite que o futuro se apresente em uma direção única, negando assim a contemporaneidade das experiências que estabelecem outras relações com o tempo. Essa planificação permite uma dilatação indefinida do futuro como expectativa, que ao ser confrontada com a realidade no presente, restringe as experiências sociais, pois não enxerga a atualidade delas. Em outras palavras, as experiências e saberes tradicionais, populares e ancestrais são expressões de um passado “superado” pelo saber científico, e assim podem ser

descartadas, pois não servem para a construção do futuro. Assim, o pensamento hegemônico projeta o futuro sem as contribuições de lógicas temporais diversas ou de experiências sociais não hegemônicas, populares, indígenas e ancestrais (SANTOS, 2002).

A essa universalização do saber opomos os pressupostos que nos serviram como bússola, entendendo que todo conhecimento é incompleto e que sempre há uma parcela de ignorância em todo saber, fazendo com que as totalidades criadas sejam produtos de múltiplas heterogeneidades que produzem sentido a partir das conexões internas de um sistema de saber, mas que também podem ser entendidas a partir de lógicas que estão fora dele.

As Epistemologias do Sul foram os instrumentos que permitiram reconhecer e compreender os diversos saberes envolvidos nesta pesquisa, permitindo “*sulear*”⁴ o estudo através da construção de ecologias de saberes, com as quais buscamos multiplicar as totalidades disponíveis para ampliar os saberes que compuseram essas experiências em suas parcialidades contra hegemônicas. Essas relações entre os saberes parciais e as totalizações são constantes e ao mesmo tempo precárias, de forma que as partes carregam em si um potencial para a totalidade e podendo transportar-se de uma totalidade à outra (SANTOS, 2002).

A bússola epistêmica nos guiou por caminhos que não negam as totalidades construídas e ao acolhê-las permitiram a construção de outras totalidades, emergidas das experiências sociais vividas durante a pandemia de covid-19 nos territórios em que a pesquisa se desenvolveu.

Para confrontar a lógica do sentido único e planejado de futuro a bússola possibilitou traçar caminhos para um Sul epistêmico e construir uma Sociologia das Emergências para perceber as predisposições de futuro, fazendo ampliações simbólicas a partir dos saberes, das práticas, dos agentes e dos acontecimentos que se tornaram visíveis durante a pesquisa pois:

Tal ampliação simbólica é, no fundo, uma forma de imaginação sociológica que visa um duplo objectivo: por um lado, conhecer melhor as condições de possibilidade da esperança; por outro, definir princípios de acção que promovam a realização dessas condições (SANTOS, 2002, p.256).

⁴ Usamos o termo “*sulear*” como aquele que oferece o sentido das Epistemologias do Sul, em oposição ao termo “*nortear*” usado comumente para designar o caminho a seguir.

Utilizamos a Sociologia das Ausências para fazer uma ampliação do presente, dando visibilidade a experiências sociais de sujeitos e comunidades marginalizadas no enfrentamento a pandemia de covid-19. Com a Sociologia das Emergências, buscamos a contração do futuro como procedimento sociológico que nega o destino planejado e unívoco do progresso, para imaginá-lo a partir das pistas que as ausências deixam nas condições de possibilidades do real. É um exercício de criação ativa e “excessiva” que toma essas pistas deixadas pelas ausências, para imaginar futuros contra hegemônicos entendendo que *“As duas sociologias estão estreitamente associadas, visto que quanto mais experiências estiverem hoje disponíveis no mundo mais experiências são possíveis no futuro”* (SANTOS, 2002, p.258).

Com das Sociologias das Ausências e das Emergências, além de expressar os diferentes pontos de vista e perspectivas dos sujeitos e populações oprimidas, podemos reconhecer esses saberes como legítimos, interagindo com eles através de ecologias de saberes para construir conhecimentos de forma “co-laborativa” produzindo “co-responsabilidades” entre os sujeitos que compuseram a pesquisa para criar processos de cooperação fundamentados ética, política e epistemologicamente na busca por *“...fortalecer os sujeitos oprimidos envolvidos em lutas emancipatórias por reconhecimento e dignidade”* (FASANELLO, NUNES, PORTO, 2018, p. 402).

A pesquisa proporcionou uma forma de tornar visíveis as estratégias adotadas por comunidades periféricas no enfrentamento as condições sociais que se configuraram durante o período de crise sanitária, visibilizando os valores que guiaram suas construções e as sociabilidades que emergiram desses conjuntos de saberes para resistir às situações colocadas pela realidade de forma inventiva.

A escolha pela Ecologia de Saberes reforçou o compromisso com as lutas emancipatórias dos sujeitos oprimidos como bússola que apontou os sentidos éticos, políticos e epistêmicos que a pesquisa trilhou.

2.3 UMA TEMPESTADE CHAMADA COVID-19 E OS AJUSTES NAS ROTAS DA PESQUISA

No final de fevereiro de 2020, o vírus SARS Cov 2, causador da covid-19, chegou ao Brasil e deu início a uma tempestade de ampla proporção no país. Na

esteira da precarização do Estado e do encolhimento das políticas sociais, a pandemia de covid-19 encontrou a população brasileira fragilizada pelos processos políticos instalados com o golpe e ampliados pelo governo que havia assumido a pouco mais de um ano.

A chegada da pandemia de covid -19 trouxe consigo o sentimento de medo. Medo do não saber sobre a doença, de ser contaminado ou de contaminar outras pessoas, de perder o emprego ou de ter de trabalhar sob o risco de ser contaminado. Muitas foram as formas com que a pandemia de covid-19 mexeu com a vida dos brasileiros. O recolhimento de projetos comunitários, movimentos sociais e políticos que tiveram de modificar ou mesmo parar com suas atividades regulares para cumprir as orientações de segurança sanitária, como menor circulação de pessoas, recomendadas por autoridades. Por outro lado, foi dessas organizações que partiram as primeiras ações com objetivo de ofertar aos moradores das comunidades as condições mínimas necessárias para cumprir as recomendações de distanciamento físico e proteção sanitária. No Morro do Mocotó, essa realidade não foi diferente e o projeto Mittos/Reciclação, junto a outros atores e grupos da comunidade, redirecionou suas atividades para captação de recursos, compra e distribuição de alimentos e produtos de higiene. Nesse período as atividades de horta, compostagem e agrofloresta deixaram de acontecer e as restrições sanitárias levaram a um distanciamento físico de aproximadamente um ano entre o pesquisador e projeto no morro do Mocotó

No espaço acadêmico, as aulas presenciais foram paralisadas em um contexto de precarização das universidades federais, as principais instituições de pesquisas científicas do país. Apesar da aversão do governo às universidades federais e às pesquisas desenvolvidas nelas, a pressão política exercida, em parte pela comoção social que os crescentes números de mortos e contaminados pelo SARS Cov 2 causou e também pela pressão de pesquisadoras, pesquisadores e cientistas de diversas áreas, sobre o ministério da educação, a CAPES direcionou um certo número de bolsas para estimular a realização de pesquisas sobre a covid-19, em programas selecionados pela CAPES. Um desse programas foi a Pós-graduação em Saúde Coletiva da UFSC, que recebeu 3 bolsas para realizar

investigações sobre a pandemia que acometia o Brasil⁵. Uma dessas bolsas foi utilizada para a realização desta pesquisa.

Essa mudança fez com que os objetivos e métodos que haviam sido planejados para realização do estudo fossem recolocados em termos que pudessem abranger aspectos relacionados a experiência social desses sujeitos com pandemia de covid-19. Reforçamos com isso um aspecto ético da pesquisa pública, pois esta deve contribuir para melhorar a vida das pessoas ao refletir sobre aspectos relevantes da realidade de sua população.

A ética que atravessou o fazer desta pesquisa buscou reforçar os compromissos políticos e epistêmicos para que a construção de conhecimentos estivesse engajada com as lutas por justiça social, ambiental e cognitiva e sanitária, estando aberta a ser reconduzida e, de forma conjunta e adaptativa reconduzir seus objetivos e métodos para que a realidade de vida de grupos sociais e seus conhecimentos fossem elementos fundamentais da realidade através da produção de ecologias de saberes. Com isso, a pesquisa se abriu para refletir e modificar seus objetivos na medida em que emergiam novas experiências sociais e os saberes que as sustentaram, pois:

Ao se fecharem para uma construção conjunta que permita reelaborar objetivos e métodos ao longo do próprio processo de investigação em bases éticas justificáveis, em tese um objetivo relevante de qualquer pesquisa, os pesquisadores não contribuem para o surgimento de novas questões e respostas que poderiam ser produzidas a partir dos desdobramentos decorrentes das relações com os saberes e contextos de luta dos sujeitos e movimentos sociais com os quais a pesquisa interage (FASANELLO; NUNES; PORTO, 2018, p.402).

2.4 DO LUTO À LUTA: PEDRAS E PERDAS NOS CAMINHOS

Das muitas perdas que tivemos desde a emergência da covid-19 a perda de vidas humanas é umas mais dramáticas que experienciamos nesse período. Entre 2020 e 2022 foram quase 700 mil mortes por covid-19 no Brasil⁶. Em abril de 2021

⁵ Uma reflexão sobre o campo da saúde coletiva: a distribuição das bolsas COVID-19 no PPGSC /UFSC não se deu sem dificuldades. Poucas pesquisadoras e ainda menos pesquisadores do programa mostraram interesse em adaptar suas pesquisas para tratar de algum aspecto relacionado a pandemia de COVID-19, pré-requisito para obtenção dessas bolsas. Essa situação levanta uma reflexão sobre o compromisso de pesquisadores do campo com sua realidade histórica e com as questões de saúde que se tornam relevantes em seu tempo. Não queremos dizer com isso que não há pesquisadoras e pesquisadores comprometidos com sua realidade, mas surpreende que a maior crise sanitária do nosso tempo tenha gerado tão pouco interesse em estudantes de pós graduação em saúde coletiva.

⁶ Segundo o painel da covid-19 do Ministério da Saúde, até 25/11/2022 foram 689.442 mortes.

tivemos uma média móvel que chegou próxima de 3 mil mortes diárias. No período mais crítico da epidemia, chegamos a contabilizar mais de 12.280 vidas perdidas em apenas 3 dias⁷. Esses números, entretanto, são apenas parte da tragédia social vivida durante a pandemia e poderiam ser somados a eles de óbitos decorrentes de outras condições de saúde, que poderiam ter sido tratadas, não fosse a superlotação dos serviços de saúde causada pelas internações decorrentes da pandemia.

Outro agravante foi a modificação de elementos culturais para o processamento subjetivo desse luto. A proibição de funerais abertos e a restrição à participação deles, junto às orientações para o distanciamento físico, por mais importantes que tenham sido para minorar as transmissões e óbitos por covid-19, fizeram com que milhares, ou até mesmo milhões, de brasileiras e brasileiros não pudessem viver seus lutos, fazer suas despedidas e serem acolhidas e acolhidos por familiares e amigos dentro dos ritos que fornecem sentidos e acolhem o pesar daqueles que ficaram.

O impacto do luto nesse estudo foi além do assombro que os dados nos oferecem. Ele foi vivido com o falecimento da mãe e grande apoiadora do autor/pesquisador. O pesar teve de ser endereçado junto a uma pesquisa que cobrava a reconstrução de seus objetivos, enquanto o luto impôs um sofrimento que parecia, por algum tempo, ser inesgotável.

Antes de conseguir avançar com os processos de pesquisa, foi preciso acolher essa partida e ressignificar o modo de estar no mundo sem a pessoa, através de quem, havia nele chegado e sem aquela que sempre foi uma orgulhosa apoiadora dos caminhos que tracejaram a vida do autor até esta pesquisa. O compartilhar desse sentimento, que é singularmente vivido, com um imenso número de brasileiras e brasileiros que perderam pessoas queridas, familiares, amigos e amores, mostra que um dos desafios que temos pela frente é de encarar esse luto coletivo que tanto como uma questão da individualidade dos sujeitos, mas também como um elemento das políticas e da sociabilidade.

O luto vivido pessoalmente tornou-se parte dos caminhos do estudo, entendendo que as pesquisas qualitativas e colaborativas têm como pressuposto a indissociabilidade entre pesquisador e participantes da pesquisa, na qual o ato de

⁷ No dia 08/04/2021 o número de mortes por covid-19 alcançou a marca de 4.250. No dia anterior haviam sido 3.830 e no dia 06/04/2021 o número de mortes foi de 4.200.

pesquisar se apresenta como uma coprodução que modifica tanto uns como os outros. criaram agências mutuamente e são fabricados dentro do processo, fazendo com sujeitos de estudos que cada ato do pesquisar possa se tornar manifestação de suas singularidades e originalidades (PAULON; ROMAGNOLI, 2017).

A construção do objeto por dentro do campo de pesquisa, fez do sujeito que pesquisa parte do campo, devendo ele, dessa forma, analisar suas implicações, pois elas também produziram o campo ao se relacionar com as outras implicações nele presentes (GALVÃO; GALVÃO, 2017). Desse modo, não parece possível falar da trajetória dessa pesquisa, sem refletir sobre o luto como implicação que afetou tanto o campo como os sujeitos da pesquisa e, entre eles o pesquisador.

O luto pessoal exigiu um período de distanciamento das atividades da pesquisa para vivê-lo plenamente, entristecer, chorar, lembrar e sentir a falta. Esse tempo, por mais fundamental que tenha sido, limitou as intervenções e as formas de coleta de dados que haviam sido planejadas. Junto a isso tivemos a paralisação das atividades regulares dos projetos, alongada pela persistência do vírus na realidade social brasileira como um fator de intensa preocupação.

O crescente luto social, por sua vez, mostrava a importância de estudar e visibilizar as lutas que vinham sendo travadas dentro de comunidades, por condições dignas de proteção da saúde e da vida. Apesar desse protagonismo popular que despontava em ações comunitárias e coletivas, as disputas políticas e midiáticas, travadas entre cientistas e negacionistas⁸, ignoraram os saberes populares, deixando de fora as elaborações que criaram diferentes formas de enfrentamento a crise sanitária nos espaços comunitários.

Partindo dessas reflexões foi possível ampliar o olhar sobre as condições de enfrentamento, o que levou a interrogações sobre os saberes e valores que atuaram na realização das ações realizadas. Da mesma forma, foi possível questionar como essas ações de enfrentamento a covid-19 foram construídas em outros territórios e quais eram as conexões e relações que existiam entre elas, partindo da comunidade do Morro do Mocotó e do projeto Mittos/ Reciclação. Esse ponto de partida redirecionou o olhar do pesquisador para os saberes que se constituíram pelos valores historicamente forjados através da resistência do povo negro em

⁸ O negacionismo é uma postura que frente ao mundo que se nega a aceitar fatos que corroboram uma realidade não desejada. Os fatos, sejam eles históricos ou científicos, se tornam opiniões que são equivalentes aquelas pensadas pelo sujeito negacionista. Desse modo o negacionismo reforça a si mesmo pois produz a própria verdade como dado de realidade que emerge de sua própria opinião sobre determinado fato ou conceito.

Florianópolis-SC, com especial atenção às práticas que historicamente criaram redes de relações e resistência e possibilitaram a sobrevivência das comunidades negras na cidade.

Os desvios no caminho da pesquisa recolocaram tanto os objetivos como os materiais e métodos utilizados para a coleta de informações, análise e composição dos sentidos produzidos por essas redes, que assumiram o protagonismo nos períodos de maior tensão da pandemia de covid-19.

2.5 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

A Observação Participante foi utilizada como técnica de pesquisa que permitiu ao investigador se inscrever no meio cultural a ser pesquisado, intervindo sobre as atividades realizadas no campo de pesquisa, assim como realizando observações e registros sobre essas práticas. Com ela, procuramos acessar realidades e os sentidos atribuídos a ela através de práticas sociais e culturas específicas. Através da observação participante, buscamos construir uma perspectiva cotidiana sobre as vivências no Morro do Mocotó e no projeto Mittos/ Reciclação, acessando assim elementos que não o seriam por outras ferramentas de pesquisa. Portanto, foi uma estratégia especialmente potente para investigação das dinâmicas que compõem os territórios e cotidianos de vida e permitiu ao investigador compreender uma série de características dos processos sociais, históricos e culturais, que engajaram os membros do projeto no subsequente enfrentamento a pandemia (MÓNICO *et al.*, 2017).

A observação participante foi realizada junto ao projeto Mittos/ Reciclação, no Morro do Mocotó, comunidade de raiz quilombola, localizada no centro da capital catarinense, do final de 2018 até a eclosão da pandemia no país, em fevereiro de 2020. Nesse período compusemos a equipe do Reciclação em atividades de construções e manejo de composteiras, plantios e colheitas da horta comunitária, reuniões de planejamento e avaliação, atividades de educação ambiental com crianças da comunidade, além dos mutirões realizados para limpeza e organização da sede, preparação do espaço de horta e agrofloresta. A participação nesses espaços gerou diversas reflexões e engajamento com questões que não eram abordadas diretamente pelas praticas do projeto, como a da violência policial na comunidade e do desemprego

A partir da instalação da crise sanitária em 2020, ocorreram modificações nos objetivos e práticas de pesquisa. Por necessidade do contexto sanitário e dos cuidados pessoais e coletivos entre março de 2020 e novembro de 2021 não foram realizadas as atividades regulares no projeto e com isso a prática da observação foi deslocada para os efeitos mais gerais da pandemia, acompanhando o que vinha sendo noticiado por grupos jornalísticos, divulgado em publicações científicas, debates acadêmicos e mesmo da experiência pessoal com a pandemia. Entre as notícias acessadas se destacavam as ações comunitárias e populares postas em prática por projetos sociais, coletivos comunitários e movimentos populares para amenizar os efeitos da crise sanitária, especialmente com o aumento da insegurança alimentar no país. As múltiplas ações desenvolvidas se tornaram foco de observação da pesquisa, desviando seu objetivo para compreensão das estratégias e saberes utilizados nessas ações de enfrentamento da crise social desencadeada pela covid-19.

Com os elementos da observação participante no projeto Mittos/ Reciclação e da observação/ estudo da crise sanitária foram definidas que as ferramentas para coleta de dados da pesquisa seriam as entrevistas. Com elas buscamos captar, em parte, a experiência dos sujeitos que desenvolveram ações comunitárias dentro das redes que trabalham com agroecologia, no enfrentamento a pandemia de covid-19.

As práticas de observação participante e de observação da crise sanitária embasaram a construção de um roteiro para as entrevistas, além de direcionarem os contatos com os movimentos, sujeitos e projetos sociais escolhidos como fontes de saber a serem acessados

2.6 OS CAMINHOS ATÉ AS ENTREVISTAS

Foram realizadas quatro entrevistas, onde buscamos perceber como foram desenvolvidas as experiências em diferentes territórios, assim como quais relações foram estabelecidas entre eles no processo. Para compor um campo mais diversos por meio das entrevistas objetivou-se identificar as experiências comunitárias desenvolvidas em territórios rurais, urbanos e periféricos.

Além do projeto Reciclação, no Morro do Mocotó, buscamos compreender a experiência desenvolvida pelo projeto Revolução dos Baldinhos, na comunidade Chico Mendes do bairro Monte Cristo. Lançamos ainda o olhar para a experiência

pandêmica vivida no meio rural, realizando uma entrevista com um produtor familiar do assentamento Comuna Amarildo, localizado na região periurbana de Florianópolis. Finalizamos a coleta de dados com uma entrevista com uma técnica agrícola do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), ONG que articula diversos territórios urbanos e rurais por meio da agroecologia e da educação ambiental.

Para a realização das entrevistas foram feitos contatos telefônicos e por meio de wats app, nos quais o pesquisador explicitou os objetivos e métodos da pesquisa para integrantes do projeto social, do assentamento e da ONG..No projeto Mittos/ Reciclação os objetivos da pesquisa foram conversados presencialmente durante nas atividades realizadas na comunidade. Após esse período foram construídas agendas com membros indicados pelos projetos, para serem entrevistados. As entrevistas foram realizadas entre os meses de março e abril de 2022, As conversas presenciais foram realizadas nas sedes dos projetos Mittos/ Reciclação e Revolução dos Baldinhos e uma sala da UFSC foi utilizada para a conversa com o membro do assento Comuna Amarildo. A entrevista com a técnica do CEPAGRO foi realizada de forma virtual. As entrevistas foram gravadas com a devida autorização das pessoas entrevistadas.

2.7 OS CAMINHOS QUE APONTARAM AS ENTREVISTAS

Após realizadas as entrevistas fizemos uma pré-análise das conversas, levantando os elementos que guiaram a produção teórica e histórica do estudo. Nesse sentido a construção da narrativa histórica esteve implicada com o presente, buscando compreender os processos de territorialização, assim como as relações de poder e de saber que os caracterizam globalmente, buscando enfatizar, entretanto suas expressões locais e de resistência, afirmando assim um compromisso com a história e os saberes dos “de baixo”, que constantemente ficam a par da história dos dominadores, sendo invisibilizados ou subalternizados pela hegemonia de uma histórica única.

Sustentados por essa narrativa histórica, retornamos ao conteúdo das entrevistas para analisar as resistências à crise sanitária e produzir sentidos no presente. A análise das entrevistas teve ainda outro efeito na composição da forma dessa tese, pois nas conversas realizadas foi abordada a forma de como as

pesquisas acadêmicas usam o saberes populares, referenciando-os à sujeitos abstratos por meio de dispositivos de pesquisa que buscam “proteger” os sujeitos das pesquisas de possíveis efeitos malogros das mesmas, pela prática comum de modificar os nomes de entrevistados para que não sejam identificados e sofram algum tipo de represália nas esferas políticas e sociais. A crítica tecida por Cíntia Cruz (2022) na entrevista realizada no projeto Revolução do Baldinhos mostrou que os saberes populares são construídos dentro de contextos específicos, por sujeitos social e politicamente localizados, com histórias de vida que os levaram a contribuir com aquela ou esta pesquisa acadêmica. Na medida que esses sujeitos não encontram seus nomes referenciados nos textos, se por um lado ficam menos expostos, por outro não se reconhecem como parte dessa construção, ficando novamente invisibilizados pela história, que passa a ser aquela contada pelo pesquisador. Nossa bússola, entretanto nos levou por outros caminhos.

Compreendendo que os entrevistados são sujeitos politicamente ativos e que dividem suas ideias, opiniões e saberes de forma pública, a referência a seus nomes não traz maior risco do que aqueles aos quais tais sujeitos já estão expostos em suas práticas políticas. Desse modo não referenciá-los por nome se tornaria mais um mecanismos de ocultamento e de apropriação.

Para construir uma ecologia de saberes que se sustentasse em sua posição epistemológica e metodológica tomamos os discursos que compuseram as experiências expressas nas entrevistas como referências para a compreensão e explicação do mundo, ou seja, as entrevistas e seus autores e autoras passaram a compor o campo das referências da tese, equivalendo-se aos saberes acessados em outros campos do saber. Por meio desse exercício epistêmico- metodológico assim como pela capacidade contributiva desses saberes para analisar o mundo e ampliar as possibilidades de futuro, as experiências acessadas pelas entrevistas foram torna-se fontes de saberes tão importantes para a pesquisa quanto aqueles de autores consagrados, como Marx, Milton Santos, Polany, Maristella Svampa ou Manoel Querino, sendo indicados seus autores pelos mesmos mecanismos, tanto no corpo do texto como nas referências bibliográficas.

A análise realizada, tanto das características históricas das configurações territoriais ou dos os efeitos da crise sanitária, buscou em múltiplos campos do saber, elementos para construir a ecologia de saberes. Estes aproximaram a ecologia política, a geografia crítica, a epidemiologia, a microbiologia evolucionária,

a sociologia e os saberes populares, das observações e vivências do pesquisador no campo, para compreender a complexidade das relações recolocadas pela emergência da covid-19, mostrando as intrínsecas relações dela com a crise civilizatória em que vivemos.

2.8 SOBRE OS RECORTES E O ALCANCES DO ESTUDO

Não buscamos criar ou encaixar a covid-19 em alguma teoria universalista de sociedade, ou mesmo discorrer sobre elementos que apontam para uma suposta universalidade da experiência social com a pandemia. Ao contrário, partimos da ideia de que a experiência social, vivida pelas pessoas durante a pandemia de SARS-Cov-2, se deu de diversas formas em diferentes territórios. Isso não quer dizer que negamos os aspectos comuns que existem dessa experiência, mas que buscamos reconhecer que mesmo esses aspectos foram expressos por meio das singularidades da experiência humana, transcorrida dentro de lógicas econômicas, ambientais e cognitivas particulares das sociedades em que vivem.

Opomos esse estudo à imagem, muito usada para planificar as experiências com a pandemia, de que “estamos todos no mesmo barco”. Uma metáfora mais apropriada é a de que estamos na mesma tempestade, porém em barcos com condições muito diferentes para navegá-la.

Assim o recorte das vivências com a covid-19, realizado neste estudo, não deve ser tomado como um tipo universal de experiência, mas como elementos que compõe uma totalidade em si e ao mesmo tempo, são partes dessa experiência, podendo expressar elementos semelhantes a outras. Um dos objetivos construídos durante esse estudo foi de publicizar a singularidade das experiências de enfrentamento a covid-19, abrindo caminho para que outras possam emergir como elementos de um saber popular que cria conhecimentos, tecnologias e práticas que podem ser aproveitadas por outros grupos sociais.

Mesmo sem nos propormos a construir conhecimento dentro de uma ideia de universalidade, compreendemos que existe uma continuidade entre a experiência com a covid-19 e a experiência social expressa nos territórios. Desse modo, as reflexões sobre as práticas e saberes desenvolvidos nos territórios foram feitos através da produção de sentidos dadas pelas continuidades e descontinuidades do recorte histórico produzido.

Essa narrativa operou duas funções que reforçam o alcance do estudo: a de reconhecer práticas muitas vezes ocultadas pelos saberes hegemônicos das ciências, nos territórios e por populações do Sul epistemológico, mostrando as forças que as produziram, modificaram e ocultaram ao longo do tempo, assim como; observar as forças que mantiveram valores, saberes e práticas de resistência ao controle hegemônico dos territórios, reforçando o caráter histórico e transitório da experiência humana.

Um recorte imposto ao estudo foi compreender relações entre elementos e fatos de um acontecimento enquanto ele ainda estava ocorrendo, ou seja, o estudo chegou a sua conclusão antes do fim da pandemia. Com efeito, uma série de acontecimentos, análises e reflexões que poderiam modificar, contrapor, reforçar ou ampliar as reflexões feitas aqui não foram incluídos. Essa parcialidade não é apenas colocada pela relação entre o tempo do acontecimento e o tempo da pesquisa, mas também pelas escolhas necessárias para fazer o recorte do material analisado.

Com a grande quantidade de artigos científicos, produzidos nos últimos anos, que tratam da covid-19 sob diferentes pontos de vista, impôs-se a necessidade de realizar escolhas para selecionar aquelas que melhor dialogavam com os objetivos e fundamentos teóricos dessa pesquisa. Uma série de análises e de informações sobre a pandemia foram excluídos do material de pesquisa, por trazerem informações pouco relevantes, por não servirem como fontes para incrementar as análises ou simplesmente por não terem sido acessados nesse processo.

Os textos que compõem essa tese foram confeccionados na forma de ensaios, para que os diferentes capítulos possam ser lidos de forma separada sem prejuízo para sua compreensão e, quando lidos dentro de uma totalidade possam compor linhas mais amplas de entendimento que atravessam toda obra e ampliam os sentidos da reflexão sobre o presente através de uma conexão histórica com o passado. Por serem escritos como ensaios, os textos buscaram a partir da materialidade dos fatos, produzir análises que não fossem apenas em direção de uma suposta objetividade da verdade, mas que incrementassem o arcabouço crítico, reflexivo e inventivo com o qual temos estudado a crise sanitária desencadeada pela emergência global da covid-19.

3 ACUMULAÇÃO PRIMITIVA NA AMÉRICA LATINA: TERRITÓRIOS E PROPRIEDADES NA TRAMA DA VIDA

Toda forma de apropriação material é uma forma de apropriação da natureza através da produção de sentidos a respeito das propriedades dos elementos do ambiente. Ou seja, qualquer forma de relação com natureza só é possível através dos signos e conteúdos sociais que os diferentes povos, por meio de diferentes culturas, atribuem historicamente aos territórios em que vivem (PORTO-GONÇALVES, 2015).

Nesse sentido, apropriar-se da natureza é fazer uso político e cultural dela, promovendo formas de controle sobre as pessoas, os processos e os recursos de um determinado ambiente (política). Esse movimento, construído através da significação da experiência social e de sua transmissão intergeracional, configuraram as diferentes formas em que grupos humanos percorrem a **trama da vida**. Podemos afirmar assim que o **território** é sempre acompanhado de uma ou mais **territorialidades** que dão significado as formas de apropriação, material e simbólica, do espaço (PORTO- GONÇALVES, 2015).

O componente histórico, neste processo, carrega os signos construídos ao longo tempo e os conecta aos modos de habitar o mundo, mas justamente por seu caráter histórico é aberto e influenciado por novos elementos (que são sempre materiais e simbólicos) que criam formas de apropriação da natureza, ou territorialidades. A instituição de novas formas de apropriação simbólica e material do espaço (territorialidades) caracteriza processos de **territorialização**. De modo que, território, territorialidades e territorialização são conceitos inseparáveis que ajudam a compreender as relações entre sociedade e natureza que estão no centro da questão ambiental contemporânea (PORTO-GONÇALVES, 2015).

Pensar a questão ambiental em termos históricos e territoriais passa pela compreensão dos mecanismos políticos, institucionais, econômicos, materiais e simbólicos que foram operacionalizados nas diferentes configurações históricas, para tornar o modo de vida colonial- capitalista- moderno hegemônico na atualidade. Partimos do ponto que entendemos ser a raiz do modelo de produção e apropriação capitalista da natureza; o colonialismo europeu sobre o “novo mundo”, em especial sobre a África, América Latina e Caribe, onde foram localizadas as primeiras experiências desse modo de inscrição na *trama da vida* (MOORE, 2020) que, ainda

hoje, opera sob uma forma particular de apropriação da natureza, característica da sociedade capitalista, colonial, moderna.

As invasões europeias sobre a América e África, ainda nos séculos XV e XVI, promoveram as condições para o surgimento do primeiro mercado realmente mundializado e, apesar de sua vastidão, (as linhas comerciais mercantis se estendiam da Polônia até as Américas) era em muitas medidas, ainda precário. Esse mercado se desenvolveu ao longo do século XVI e promoveu profundas modificações na circulação de energia e nutrientes pela *trama da vida* no planeta transformando as formas de apropriação da natureza ao produzir os sentidos e significados para sua apropriação (MOORE, 2020).

Os fluxos de matéria, energia, econômicos e simbólicos estabelecidos por esse mercado mundializado, separavam os territórios de produção dos territórios de consumo. A separação entre campo e cidade direcionou os fluxos (energéticos, alimentares, de pessoas e de matéria) do campo para a cidade, sem promover seu retorno ao local de incorporação metabólica da energia (local onde a fotossíntese produz matéria pela metabolização da energia solar) (FOSTER, 2005).

A modificação dos fluxos de energia e nutrientes transformou processos metabólicos, constituídos cultural e historicamente que conectavam as diversas humanidades à natureza. Tal transformação se destaca não apenas pelo ineditismo das transferências de energia e nutrientes de territórios distantes entre si, mas também pelo volume e velocidade exponencialmente crescentes que as caracterizavam (FOSTER, 2005; MOORE, 2020).

Em Potosí, na Bolívia, a primeira experiência de mineração transcontinental levou 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de quilos de prata, entre 1503 e 1660, de Potosí à Sevilha, sendo que nesse cálculo não estão incluídos os contrabandos, muito comuns dentro da atividade de mineração em terras Americanas (FOSTER, 2005; GALEANO, 2013; MOORE, 2020).

Os recursos fluíam para que fossem acumulados pelas nações emergentes europeias. Essa era a missão fundamental que traziam os pioneiros, ainda que também aplicassem o evangelho aos índios agonizantes quase tão frequentemente quanto os chicotes. A estrutura econômica das colônias ibéricas nasceu subordinada ao mercado externo e, em consequência, centralizada no setor exportador, que centralizava a renda e o poder (GALEANO, 2013, p.52).

A prata de Potosí financiou a expansão colonial-capitalista das burguesias holandesa, genovense e inglesa nos séculos XVII e XVIII. O acúmulo de recursos, operado pela extração de volumes gigantescos de prata da montanha boliviana, criou um modelo global de transferência e concentração de recursos, fabricando paralelamente, o imaginário de existiam terras onde as riquezas eram ilimitadas devendo ser exploradas pelos “conquistadores” (GALEANO, 2013; MOORE, 2020). Na América Latina foi a crença nesse imaginário “eldoradista” que impulsionou a instalação de plantações de cana de açúcar, colocando em marcha nas Américas o que é hoje conhecido como *acumulação primitiva do capital*.

No capítulo XXIV do *Capital*, Marx (2013) tece sua crítica à noção de acumulação primitiva que, à época, atribuía a existência das grandes propriedades privadas dos capitalistas às pressupostas tenacidade, esperteza e trabalho de uns poucos, que acumularam recursos com seus esforços tornando-se proprietários de vastas extensões de terras, enquanto uma massa de pessoas, que pouco trabalhava e quando o faziam gastavam seus recursos, sem acumulá-los, deram origem ao proletariado em um tempo histórico pré-capitalista.

A crítica de Marx (2013) fere essa noção idílica que invisibilizava a crueldade responsável pela ampliação da propriedade privada, que separou trabalhadores de seus meios de subsistência, por meio de guerras, roubos, grilagem e outras formas de violência, transformando ambos (trabalho e meios de produção) em valores de troca e capital.

A chamada acumulação primitiva ou original é o processo pelo qual o capitalismo retira dos trabalhadores os meios para reprodução da vida, transformando as terras de uso comum em propriedades privadas, controladas por algum capitalista. Essa modificação dos vínculos sociais com a terra “libera” o trabalho de seus laços comunais, e leva as massas, que foram privadas do uso das propriedades da natureza, a venda do seu trabalho nos mercados dos capitalistas (MARX, 2013).

A transformação das múltiplas formas de uso coletivo da terra em propriedades privadas cria as condições para que trabalho e natureza fiquem à disposição da produção de valores de troca e acúmulo de capital e vem apartando trabalhadores de seus meios de produção em uma constante expansão das formas de expropriação do trabalho e da natureza (MARX, 2013).

Esse processo descrito a partir da gênese do capitalismo industrial é uma potente chave para compreensão da expansão dessa forma social particular, que transforma trabalho (pessoas) e terra (natureza) em capital acumulado.

Jason Moore (2020) entende que no colonialismo europeu já estavam presentes os mecanismos que caracterizam o capitalismo, como forma social particular e sua origem pode ser vista pelos esforços coloniais na mineração de Potosí. A força do imaginário social, explícita em mitos como o de *El dorado*, tornou a cidade dourada objetivo e motivação para levar colonizadores para o “novo mundo”, estimulados pela ideia de enriquecimento rápido e pela ganância.

Polanyi (2009) se refere às mudanças ocorridas nesse período como “a grande transformação”, apontando para o avanço do mercantilismo europeu e da colonização das Américas como as formas de difusão de valores sociais que progressivamente elevaram o capital a um status de ordenador de todas relações socioambientais nos territórios capitalistas.

Os grandes volumes de prata retirados da montanha de Potosí configuraram uma rápida urbanização do povoado ao atrair colonizadores e aventureiros, por meio do sonho *eldoradista* de enriquecimento. Por volta de 1650, Potosí era uma das maiores e mais ricas cidades do mundo, com aproximadamente 160 mil pessoas (GALEANO, 2013). A urbanização do povoado reforçou a segregação entre o rural e o urbano e, entre colonizadores e colonizados, na medida em que os colonizadores viviam na cidade, onde se concentrava uma pequena porção, não exportada, do capital produzido pela sangria da montanha (os maiores volumes de capital e de prata eram exportados para a burguesia Europeia) (MOORE, 2020).

Os povos que habitavam o território de Potosí antes da colonização passaram a viver em sua periferia e se tornaram a principal força de trabalho do empreendimento minerador. Submetidos ao modelo extrativista, estes grupos humanos sofreram a dissolução violenta das suas formas de habitar a espaço, de usar a terra e de significar a natureza e o trabalho. Essa nova forma de significar o espaço criou não só uma divisão social do trabalho, entre campo e cidade, mas, de maneira inédita, fundou uma forma “primitiva” de divisão internacional do trabalho. O modelo, inaugurado pela mineração, foi aprofundada pela instalação das *plantations* da indústria do açúcar, com base no trabalho escravo de africanos sequestrados, desterritorializados e explorados (MOORE, 2020).

A mineração, não foi uma invenção capitalista e era praticada em diversos lugares na Europa, sendo impulsionada por motivações bélicas, desenvolveu tecnologias para aumentar a produção dos valores de uso dos metais, tanto para a guerra, como para o acúmulo de capital na forma de metais preciosos, que também eram usados para evitar confrontos (MOORE, 2020).

As modificações ecológicas que a siderurgia e a mineração em larga escala produziram, já no século XV, eram percebidas, não apenas pelos grandes volumes de fumaça e fedores que tomavam conta dos espaços da mineração, como também pela contaminação de rios e efluentes feitos pelos descartes de rejeitos dos empreendimentos, e ainda pelo desmatamento dos bosques ao redor das minas, usados como combustível para a fundição dos metais. Essas situações promoveram resistências e regulações sobre os cortes de bosques na Europa central, sendo causa de revoltas camponesas em diversos países e dos desfalques nos cofres das empresas mineras, pois o carvão vegetal (principal fonte energética para a fundição dos metais), por sua rarefação, se tornava cada vez mais custoso (MOORE, 2020).

No “novo mundo”, porém, não haviam regulações legais ou normas morais sobre o uso do espaço e dos recursos, que pareciam intermináveis dadas as grandes áreas de bosques que cercavam as montanhas onde estavam os metais preciosos. Para obter energia para fundição dos metais, eram empregadas grandes quantidades de trabalho especialmente na derrubada de árvores que, com o corte constante, passaram a ser realizadas em áreas cada vez mais distantes. O rápido raleamento dos bosques mais próximos foi condicionado pelas atividades de fundição, que ainda demandavam trabalho dentro da mina, a retirada do material e o transporte dos lingotes de prata para além-mar (MOORE, 2020).

Posteriormente o uso de mercúrio, como tecnologia de amalgamento da prata, colocou um freio relativo ao corte de árvores para fundição. Entretanto, a nova técnica de extração, aprofundou as modificações do sociometabolismo local, pois o mercúrio não apenas quebrava os ciclos de nutrientes como também envenenava os ecossistemas. O seu descarte nos rios ocasionou a contaminação dos trabalhadores da mina, pelo contato direto com o mercúrio através do trabalho na mina ou pelo consumo de animais (peixes e outros) e água contaminada com o rejeito da mineração. A durabilidade do mercúrio nos ecossistemas, assim como sua capacidade de deslocamento por cursos d'água, dentro de animais ou mesmo pela

atmosfera, promoveram efeitos eco-sanitários em territórios bem distantes dos distritos mineiros (MOORE, 2020).

Unos 50 000 indios entraban y salían de Potosí cada año en el siglo xvii (Bakewell, 1987: 231). Las minas de Potosí, decían los contemporáneos, eran “devoradoras de mitayos”. Quizá un cuarto de esos trabajadores — especialmente aquellos que manipulaban el mercurio— fueron consumidos por las minas (MOORE, 2020. p. 85 *apud* BARBER, 1932, p. 105).

A enorme quantidade de trabalho necessária para tornar viável esse empreendimento promoveu diversas incursões para recrutamento de trabalhadores locais para as minas de Potosí, transformando as formas de agricultura de subsistência dos povos nativos por meio de um processo de urbanização acelerado, que rivalizava com as maiores cidades Europeias do século XVI (MOORE, 2020; GALEANO, 2013).

Além do desflorestamento dos bosques e da contaminação com mercúrio, nos períodos chuvosos o trabalho na mina era realizado 24 horas por dia para aumentar a extração do material, que ficava mais custosa e arriscada quanto mais material era extraído. Com efeito as alterações nos regimes de água (causada pela perda de vegetação local) que moviam os moinhos usados para triturar os materiais brutos tornavam a extração da prata ainda mais árdua para os trabalhadores. Além dessas formas brutais de exploração do trabalho dos povos nativos, a população local, trabalhando ou não nas minas, sofria os efeitos dos grandes “acidentes”, como o rompimento de uma das maiores barragens de Potosí que matou 4.000 trabalhadores no início do século XVII (MOORE, 2020, *apud* McCULLY, 1996, p. 14).

A desorganização do complexo, porém frágil, sistema de relações ecológicas da região foi impulsionado pela chegada do gado europeu nos bosques bolivianos, que servia como fonte de alimento, couro, sebo, força de trabalho nos moinhos e para transporte de materiais dos colonos europeus. A introdução do gado modificou ainda mais a ecologia local colocando em risco a segurança alimentar dos povos da região (MOORE, 2020).

O avanço do gado sobre as terras foi uma forma não intencional de acumulação primitiva que auxiliou a expansão da economia mundo que se formava. O gado que avançava sobre as culturas locais comendo os cultivares e inviabilizando os sistemas agrícolas e alimentares desenvolvidos pelos povos

nativos preludiu a chegada de porcos, ovelhas e de mais próprio gado, que com efeito introduziu nos ecossistemas nichos propícios a formações e disseminação de microrganismos, inserindo patógenos estranhos no ambiente e sobre sua população (MOORE, 2020).

Com a chegada do gado houve uma queda dramática da população indígena local deslocada pelos novos sistemas de produção e plantio que avançavam sobre as áreas não cultivadas pelos nativos em determinados períodos, funcionando como ecologias reservas em **agroecossistemas**⁹ que promoviam a rotação de culturas entre os campos e as florestas da região. Restava às populações indígenas arriscarem-se em migrações para longe do empreendimento minero e seus efeitos ecológicos, sanitários e sociais ou a incorporação às cidades e a seus ambientes insalubres e patogênicos (MOORE, 2020. p.90).

A mineração em Potosí encontrou as fronteiras de sua atividade com o aumento do custo relativo de extração dos metais, na medida em que demandava cada vez mais investimentos de capital e trabalho, não gerando os mesmos retornos para os investidores, pelas crescentes dificuldades e riscos da extração, que aumentavam quanto mais os empreendimentos avançavam para o interior das minas (MOORE, 2020).

A extração da prata foi fundamental para a construção de uma **economia mundo moderna** e dos mecanismos de acumulação primária globalizados, operacionalizados por sistemas que tanto exportavam energia e capital, quanto desagregavam as ecologias, explorando o trabalho e a natureza para produzir e concentrar recursos (capital) no centro do sistema que se ampliava (MOORE, 2020. p.90).

A empresa minera, entretanto, havia chegado a um limite. Por mais numerosos que pudessem ser, os locais de extração de minérios na América não poderiam ser generalizados indefinidamente, o que não parecia ser o caso das plantações de açúcar. A ampliação dessas *plantations* reorganizou as relações entre terra, trabalho e capital de forma inédita, fundando o proto-modelo da indústria do final do século XVIII, ainda no século XVI (MOORE, 2020).

⁹ Agroecossistemas são ambientes modificados pelo trabalho humano para a servir como sistemas agrícolas sem perder funções ecossistêmicas como a ciclagem dos nutrientes e os fluxos de energia que ocorrem entre elementos bióticos (organismos vivos no sistema) e fatores abióticos (radiação solar, água, temperatura e nutrientes) (MONTEIRO, 2021).

A produção do açúcar, ao expandir sua fronteira, avançando sobre novos territórios, difundiu o modelo **privado de apropriação da natureza** (propriedade privada) sobre territórios que haviam estabelecidos outras formas de uso das propriedades naturais dos seus meios de reprodução. Esse movimento foi retirando das comunidades e povos o controle político, ecológico e social sobre os meios de reprodução da vida, afastando um número cada vez maior de sujeitos das condições objetivas para sua reprodução (PORTO-GONÇALVES, 2006; MOORE, 2020).

A propriedade de alguma coisa é significada por meio do comportamento humano que, ao entender o ambiente como fundamento de suas condições de subsistência, o percebe como extensão de seu próprio corpo e pré-requisitos de sua existência, desse modo, lhe pertencendo. As formas como esse pertencimento existe são as maneiras como humanos atribuem sentidos a natureza que existe nos ambientes e tanto quanto natureza como propriedades são produzidas de modo histórico e cultural.

Os modos de se apropriar passam a existir como formas de territorialização, criando ambientes a partir dos sentidos que a cultura imprime sobre a natureza, ou a terra. Antes de serem significadas pela propriedade privada, como na forma de apropriação capitalista, a terra ou a natureza, são as condições materiais necessárias a existência humana. A propriedade privada, como seu nome explicita, priva a maioria dos humanos de suas condições materiais de existência (que são culturais, históricas e ambientais), deslocando os sentidos do trabalho de atividade produtoras das condições objetivas de existência, para outra onde o trabalho passa a ser um produto vendido no mercado. O trabalho assim deixa de ser valorado pelas qualidades que consegue imprimir no meio passando a ser vendido como tempo de trabalho abstrato, desvinculado dos meios de produção e reprodução da vida (PORTO-GONÇALVES, 2006; 2015).

A disseminação do uso privado das propriedades da natureza como forma generalizada e privilegiada de uso da terra, retirou do trabalho a capacidade de vincular relações socioculturais e ambientais com as condições materiais de existência, submetendo, àqueles desapropriados (que também são desterritorializados), à venda do seu trabalho na forma de tempo de trabalho (potencial de trabalho). A mesma desvinculação permitiu objetificar essas condições materiais de existência (das quais certos grupos humanos foram privados) como coisa exterior a si mesmo, abrindo assim a possibilidade de extração de mais valor

por uma dupla apropriação; dos homens sobre o trabalho humano e dos homens sobre a natureza (VITÓRIA, 2016).

A partir deste fato, em consequência, segundo Marx, surge a divisão social do trabalho, ou melhor, a divisão entre trabalho material e trabalho intelectual, e, respectivamente, a divisão social entre interesses coletivos e privados, que salta do pressuposto da existência orgânica e inorgânica, configurada na apropriação social e coletiva, para uma relação privada de propriedade, ou melhor, para a apropriação privada dos meios de vida (VITÓRIA, 2016, p. 49).

Moore (2020) ao analisar o processo de trabalho empregado na indústria do açúcar do século XVI, mostra que ali já havia uma racionalidade que empregava divisões sociais do trabalho. Os altos níveis de insumos (trabalho, fertilizantes, capital) necessários para o processamento local da cana, exigiam a coordenação do trabalho que passou a ser dividido por qualificações, idade, turnos e gêneros, entre as atividades de plantio, colheita, secagem, processamento e transporte do produto final. A atividade açucareira do século XVI, necessitava de grandes aportes de capital fixo, para a construção de instalações para processamento do açúcar (moinhos de cana) e de trabalho barato.

A concentração de capital e terra impulsionou a extração e o deslocamento de quantidades crescentes de matéria /energia entre diferentes territórios pela externalização de custos sociais e ecológicos que degradavam o trabalho e ocultavam outros modos de se apropriar da natureza por meio da dissociação dos sistemas agrícolas locais, do acúmulo de resíduos tóxicos descartados nos territórios produtores, e da simplificação da biodiversidade nos espaços onde o capital levantava seus empreendimentos (MOORE, 2020).

Através dessa descrição percebemos a existência de linhas de continuidades entre as empresas coloniais e o modelo de produção industrial e agrícola moderno, ambos sustentados pela sacralidade da propriedade privada, operacionalizado pela divisão social do trabalho, que planifica a diversidade ecológica ao instalar monoculturas que exploram a natureza apenas para produzir o que é valioso para os mercados e para o capital, por meio de procedimentos extrativistas e podem nos ajudar a perceber as raízes históricas da crise ambiental contemporânea.

O trabalho nos moinhos de cana era intenso e demandava muito dos trabalhadores, tornando custoso o emprego de trabalho livre, que no século XVI era

pouco acessível e caro, estando disponível abundantemente apenas em territórios com Estados poderosos, o que fez do trabalho escravo a forma “ideal” para diminuir os custos de capital variável e viabilizar a expansão da fronteira do açúcar, desbravada pelo deslocamento de grandes quantidades de trabalhadores, de forma relativamente barata, que o sistema escravista possibilitava.

Trabalhadores escravizados alimentavam assim os moinhos e caldeiras da empresa açucareira com a madeira que retiravam dos bosques próximos aos empreendimentos. Como no caso da mineração, a instalação da empresa açucareira consumiu de forma voraz tanto os bosques ao seu redor, como os trabalhadores que os desmatavam, ao mesmo tempo que eram deles dependentes. A empresa do açúcar no século XVI foi financiada pela burguesia genovesa e operada por Portugal, com o aporte de colonos, mas o trabalho empregado nela foi realizado por pessoas africanas sequestradas e escravizadas.

Una vez que el azúcar era cosechada, las casas de calderas se convertían en un “infierno dulce”. Los hombres que vigilaban el azúcar hirviendo, con frecuencia durante 30 horas seguidas —“están tan agotados, cubiertos de humo, cenizas, suciedad y barro, que parecen demonios (Gregario, 1973: 752, citado en Perlin, 1989: 251); John, 1988; 163) (MOORE, 2020, p. 95).

O alto valor do açúcar no mercado internacional favorecia o acúmulo de capital e a expansão da atividade açucareira que incorporava novas terras sendo realizada em propriedades cada vez maiores. Para Jason Moore, “*El azúcar selló la suerte de los bosques*” (MOORE, 2020, p.94), e desconfigurou a **hidrologia** da ilha da Madeira, local onde as primeiras experiências de plantações em massa de açúcar para exportação foram realizadas pelo reino de Portugal. Para sua realização foi necessária toda uma engenharia de transposição de cursos de água para a irrigação das *plantations*, aumentando seus custos pelo rápido esgotamento do solo, que gradualmente diminuía a produtividade, demandando tanto o aumento da intensidade da exploração do trabalho escravizado, como pela ampliação do número de escravizados sequestrados de África. No final do século XV, entre 5 a 10% das pessoas escravizadas morriam nas plantations da ilha da Madeira, o que não importava muito aos capitalistas já que viviam o suficiente para garantir o retorno do capital investido e uma pequena margem de lucro.

Así, cuando eran traídos a la plantación moderna, al principio en Madeira y

después en el Nuevo Mundo, los esclavos africanos no solamente aportaban la fuerza de trabajo necesaria para degradar los ecosistemas locales; además, en el proceso de explotación capitalista, los propios esclavos experimentaban la forma más completa de degradación ecológica —la muerte (MOORE, 2020, p. 96).

As crises geradas pelo esgotamento dos solos, mudança dos cursos de água e pela exploração do trabalho acabaram com a empresa açucareira na ilha Madeira no início do século XVI. Porém a alta do açúcar no mercado europeu provocou um movimento que se tronou o paradigma da expansão territorial agrícola moderna (MOORE, 2020).

A expansão da fronteira açucareira para o Brasil e para ilhas do Caribe foi a forma de “resolver” as contradições ambientais e sociais que levaram a empresa do açúcar, primeiro na ilha da Madeira e posteriormente na ilha dos Açores, a um trágico fim. Para sair dessa crise foi preciso incorporar novas áreas, além de ampliar a força de trabalho instalando um modelo mundializado e perverso de tráfico de pessoas, dissolução de culturas e trabalho forçado (MOORE, 2020).

No Brasil as condições ecológicas pareciam particularmente favoráveis para a indústria do açúcar. A água em abundância dos robustos sistemas hidrológicos dos ecossistemas da mata atlântica era mais resistente à irrigação intensiva demanda pelas plantations, requerendo menores investimentos de trabalho para sua transposição o que aumentava a produtividade das monoculturas na costa brasileira (MOORE, 2020).

A intensa competitividade de um mercado em alta levava os produtores menores a contrair dívidas para viabilizar suas produções e com isso favorecia a acumulação dos grandes capitalistas, que emprestavam capital a esses produtores que, para obter algum lucro e pagar suas dívidas, tendiam a uma super exploração, tanto da terra como do trabalho, nesses empreendimentos. Com o tempo a produtividade foi declinando e novas ampliações da fronteira do açúcar sobre “**solos virgens**” e corpos escravizáveis foram colocadas em movimento (MOORE, 2020).

Os colonos endividados remetiam os lucros da empresa do açúcar além mar, para pagar suas dívidas, enquanto avançavam sobre territórios novos, modificando suas ecologias à custas do trabalho escravizado africano, repetindo a receita

quando se esgotavam os recursos necessários a produção do açúcar nos territórios incorporados (MOORE, 2020).

Esse processo caracteriza uma **fratura sociometabólica** (FOSTER, 2005), não apenas como um efeito da forma capitalista de apropriação privada da terra e da exploração do trabalho abstrato, mas como uma pré-condição para sua existência (VITÓRIA, 2016).

A natureza exuberante e a quantidade de recursos encontrados na costa do Brasil, especialmente os bosques e florestas, com a lenha necessária ao processamento da cana nos moinhos, agregaram a natureza do país na economia-mundo em formação, reforçando o imaginário de inesgotabilidade de recursos naturais e criando as condições de possibilidade para o avanço desse modelo de produção sobre a costa brasileira, que com efeito ampliou o desmatamento das florestas, promoveu o esgotamento dos solos e alterou cursos d'água, ao passo que expandiu o uso do trabalho escravizado dos povos africanos e nativos que viviam nestas terras.

En realidad, el “descubrimiento de que el azúcar podía ser bien cultivado en el Nuevo Mundo sin irrigación hizo a las plantaciones de caña americanas el prototipo de virtualmente” todos los sistemas de plantación subsiguientes en todo el mundo (Sauer, 1981: 49-50) (MOORE, 2020, p. 96).

O fim do ciclo do açúcar no Brasil do século XVIII ocorreu com a queda na produção das monoculturas de cana, efeito do desmatamento ampliado dos bosques, da erosão de solos e das modificações em cursos d'água, que tornavam os empreendimentos menos viáveis pelo encolhimento dos lucros que aliado às constantes e crescentes revoltas dos trabalhadores africanos escravizados e dos povos originários, que resistiam ao avanço da fronteira açucareira, levaram a indústria do açúcar a novos deslocamentos, desta vez em direção aos territórios do Caribe e de Barbados, onde foram repetiram os ciclos de degradação da terra e do trabalho (MOORE, 2020).

A rápida perda de fertilidade dos solos fazia com que fosse cada vez maior a demanda por trabalho sobre a terra. Para diminuir os altos custos as estratégias empregadas foram a introdução de gado e de cavalos, que serviam tanto para produção de fertilizantes, como enquanto força motriz dos moinhos. A introdução desses animais, especialmente o gado, reduziu ainda mais a cobertura vegetal da terra e aumentou a erosão dos solos, mostrando outro tipo de limite para a fronteira açucareira pela introdução da febre amarela nas Américas. Não parece ser

coincidência que o primeiro surto de febre amarela no continente americano tenha acontecido em Pernambuco em 1685, com reincidências em 1690, 1691 e 1695, diretamente relacionadas com as ondas comerciais e demanda por trabalho da indústria açucareira (ALMEIDA, 2018 ; MOORE, 2020).

Além de disseminadores da infecção, os navios renovavam sucessivamente os “reatores” com que de vez em quando se reacendiam os focos endêmicos silentes. Periodicamente forneciam ora o mosquito, ora o homem branco biologicamente desprotegido e propício à imediata proliferação do vírus, ora o próprio vírus cultivado nas tripulações infectantes. Em Recife, a epidemia de 1685 recrudescceu em 1690, 1691 e 1695, sempre em seguida à chegada das frotas ultramarinas anuais, que despejaram novos contingentes humanos receptivos (ALMEIDA, 2018, p.35 *apud* ANDRADE, 1976).

Antes da febre Amarela, a indústria canavieira de Pernambuco já havia entrado em crise após uma epidemia de varíola que se espalhou entre escravizados e dizimou a população sequestrada de África na primeira metade do século XVII. A retomada da indústria do açúcar, a partir de 1685 impulsiona sua expansão sobre o trabalho escravizado africano e sobre as terras do sertão nordestino. As principais resistências a esse avanço foram, por um lado a febre amarela e por outro os povos originários e africanos que fugiam do sistema escravista e se organizavam em comunidades chamadas Quilombos (ALMEIDA, 2018).

Também nesse período de crescimento da indústria açucareira, mais trabalhadores escravizados foram trazidos de África, enquanto a expansão do território da colônia levou a enfrentamentos como a guerra dos Bárbaros e toda uma série de conflitos caracterizados por levantes indígenas e de africanos fugidos dos cativeiros, que resistiram a expansão colonial e da indústria do açúcar entre 1650 e 1670, na guerra do Recôncavo e entre 1650 e 1710, na guerra do Açú. Ainda nesse período entre 1650 e 1694 foi travada a guerra contra o Quilombo de Palmares que também estava na região de expansão da fronteira do açúcar (ALMEIDA, 2018).

Além dos efeitos de simplificação ecológica, o avanço colonial sobre os territórios, planificou os diferentes modos de apropriação do espaço por meio de processos de encobrimento das culturas, como a criação de uma designação genérica de tapuias a uma variedade de povos que habitavam a região entre os rios Jaguaribe e São Francisco em Pernambuco, Os colonizadores chamavam Tapuias os povos chocó, cariniayo, jacó, paraquió, carateu, carnijó, guegue, che-che, xucuru,

peraricoanha, cariri, rodela, corema, ariu, jandui, canindé, paiacu, pinacu, caboré, capela, paniçugaçu, jenipapo, parasu, quixeló, icó, genipapoçu, calabaça, quesque, procá, pipipá, panati e pegá, todos envolvidos nas lutas que ficaram conhecidas como guerra dos Bárbaros (ALMEIDA, 2018).

O aumento do desmatamento na zona açucareira também diminuiu as populações de pássaros e provocou o avanço de pântanos e áreas alagadas. Onde antes haviam bosques foram criados nichos para a reprodução de mosquitos vetores que transmitiam a febre amarela. O patógeno, introduzido na América pelo tráfico de pessoas sequestradas desde África e ameaçando mais essa população pelas condições degradantes do trabalho escravizado, e pela concentração de trabalhadores nas plantations, teve uma rápida disseminação entre estes e entre os colonos, tornando-se uma importante barreira para a indústria açucareira que atrasavam as investidas pelo controle colonial sobre o território (MOORE, 2020).

Desde este punto de vista, el caso del azúcar es altamente sugerente. Los propios procesos por los que el capitalismo degrada al trabajador mediante su descalificación y haciéndolo vulnerable a varias patologías corporales, son los mismos que degradan la tierra —es decir, los que generan varias patologías ecológicas—. (MOORE, 2020, p. 103).

Os estudos de Rob Wallace (2020) dão suporte à afirmação histórica de Jason Moore (2020) sobre geração de patologias ecológicas, ao afirmar que o aumento do desmatamento e dos empreendimentos de criação em larga escala de animais para consumo (porcos, aves, gado, etc.), induzidos pelas monoculturas agrícolas e pela pecuária de capital intensivo (modelo que se desenvolveu a partir da indústria do açúcar) ampliam o transbordamento de patógenos entre animais silvestres e animais criados para pecuária, assim como destes para os seres humanos, tanto em taxas (maior número de patógenos que “saltam” entre espécies) como em alcance (maior número de espécies envolvidas nos “saltos”) (WALLACE, 2020, p. 527).

A mineração e as *plantations* mostram como a expansão do capitalismo não se deu somente por meio da universalização de um sistema econômico, ela tornou hegemônico um modelo de organização socioecológico dos territórios, que planificou ecologias com amplo aporte de trabalho abstrato, para a produção de valores de troca, retirando elementos que mantinham o nexos entre o trabalho e a terra, entre

humano e natureza e caracterizam o trabalho objetivo como modo de ***inscrição na trama da vida***.

Josué de Castro (2006) mostrou, ainda na metade do século XX, como esse modelo agrícola monocultural, seja ele produtor de cana de açúcar, algodão, café ou cacau, não só promoveu e potencializou epidemias, mas ainda esgotou os solos, provocou mudanças dos regimes de chuva e o desmatamento de bosques nas regiões onde se instalou no Nordeste brasileiro desde o século XVII. As monoculturas de cana não simplificaram apenas a paisagem nordestina, que era composta de uma floresta tropical diversa em fauna, flora e abundante em água, mas também encobriu, culturas e as (agri)culturas, de forma violenta ao ordenar todos seus elementos a partir da lógica mercantil capitalista da empresa colonial (DUSSEL, 2010; CASTRO, 2006; POLANY, 2009).

As resistências a esse sistema não se deram apenas com revoltas e levantes dos povos nativos e escravizados, a exploração violenta que consumia os trabalhadores e a paisagem onde se instalavam os canaviais, geraram outras formas de se opor a exploração do trabalho como a “preguiça” dos povos nativos, que recusavam o trabalho nas lavouras de cana, ou as tentativas de “infiltrar” plantações, baseadas nos policultivos de subsistência desenvolvidos pelos povos desterritorializados e escravizados desde o Golfo da Guiné em África:

Desobedecendo as ordens do senhor e plantando as escondidas seu roçadinho de mandioca, batata doce, feijão e de milho. Sujando aqui e acolá o verde monótono dos canaviais com manchas diferentes de outras culturas. Benditas manchas salvadoras da monotonia alimentar da região. Que o negro nunca perdeu esse instinto policultor, esse amor à terra e às plantações apesar da brutalidade com que foi arrastado de sua terra, com todas suas raízes culturais violentamente arrancadas.....Tal era a importância da lavoura dos negros de Palmares que a guerra contra os quilombos se desenvolveu baseada na destruição prévia de seu roçado de subsistência (CASTRO, 2006, p. 114).

Essas estratégias de reterritorialização representam a resistência à implementação total de um modo de existência capitalizado e se tornaram focos da repressão que direcionaram o aparato de guerra colonial para as (agri)culturas. A destruição das roças dos africanos mostra que a simplificação e planificação da natureza foi articulada pela invisibilização ativa de outras agriculturas, ou seja, dos modos de se relacionar com a natureza que comportavam éticas diferentes daquela imposta pelas sociedades de mercado. Nomeado por Enrique Dussel (2010) como ***encobrimento do outro***, esse processo foi progressivamente incorporando territórios

à lógica mercantil pelo violento apagamento das (agri)culturas locais e das formas comunais de uso da terra pela ampliação da propriedade privada e da luta explícita contra as culturas não europeias, consideradas atrasadas e primitivas (selvagens, sem alma e sem razão).

As agriculturas são as formas como os diferentes povos objetivam suas relações de produção e reprodução com a natureza, modificando os ecossistemas naturais em agroecossistemas. Esse processo é tanto histórico e cultural, quanto local e relacional, pois expressa os diferentes modos de apropriação da natureza e inscrição no sociometabolismo, criados por diferentes povos ao longo do tempo (FOSTER, 2005; TARDIN, 2021).

Um dos pressupostos dos empreendimentos agrários monoculturais é o apagamento das culturas que resistem a produção de valor econômico sobre a terra, das “ervas daninhas” que manchavam o verde uniforme dos canaviais. Para esse modelo uma (agri)cultura africana era uma tripla ameaça: por não fazer uso privado da terra (com as agriculturas de subsistência, em regimes comunais como nos quilombos), retira o monopólio da força de trabalho dos grandes latifundiários (o trabalho era feito realizada por africanos que fugiam e se organizavam contra a imposição escravista) e ainda por organizar suas agriculturas para atender valores sociais diferentes dos valores de troca (formas de produzir, reproduzir e valorar o mundo ordenadas por éticas fora das relações mercantis) (ACOSTA, 2016; DUSSEL, 2010; PORTO-GONÇALVES, 2015).

Tal projeto de sociedade é sustentado pela noção ideológica de dominação humana sobre a natureza, disseminada pela racionalidade iluminista, que criou uma cisão cognitiva entre sociedade e natureza, apoiada na ideia de que a sociedade moderna, colonial e capitalista, era o único caminho para o desenvolvimento e progresso da humanidade, a mais desenvolvida expressão do progresso humano, enquanto à natureza assume o papel de ser meio para alcançar esse objetivo (ACOSTA, 2016; DUSSEL, 2010; PORTO-GONÇALVES, 2015).

O que nos importa reter aqui é a mentalidade colonial que esse modo de significar o mundo produziu, assim como os efeitos de invisibilização, periferização e subalternização operados por essa classificação binária, que incidiu sobre os povos, as culturas, os corpos e os territórios colonizados.

Os fluxos de capital e de energia que circulavam nos mercados, a partir das invasões coloniais, passaram a ser ordenados pelas burguesias dos países

européus onde a sociedade capitalista se desenvolvia com maior velocidade. No período colonial a racionalidade iluminista e antropocêntrica foi fundamental para a configuração geopolítica que se formava tendo a Europa em seu centro (econômico, político e cultural) e os territórios colonizados em sua periferia (DUSSEL, 2010).

O controle hegemônico da subjetividade, da cultura, da história e do conhecimento foram alvos desse poder colonial que subjugavam e diminuía os saberes dos povos e etnias colonizados ao classificá-los de *selvagens*. A civilização europeia passa a se reconhecer como o ápice da cultura e da civilidade humana e como o futuro para o qual os povos “atrasados” da periferia deveriam chegar ao se distanciar da natureza selvagem de suas culturas, em direção a “sociedade civilizada” europeia (DUSSEL, 2010, SANTOS, 2009).

A partir da oposição entre natureza e cultura foi criado todo um sistema mental de classificações binárias e hierarquizadas entre si, como modelos de valoração do mundo. A submissão da natureza a sociedade justifica seu uso como objeto de satisfação dos desejos humanos, criando formas de saber racistas, patriarcais, capitalistas e antropocêntricas nas dinâmicas de poder, impondo-as como formas de compreensão e significação do mundo e da vida sob o signo do capitalismo-colonial-moderno. Impressas nas bases subjetivas, materiais e sexuais de controle da sociedade, hierarquizam os corpos, promovendo a manutenção e reprodução de opressões e violências físicas, simbólicas, econômicas e cognitivas sobre determinados corpos, comunidades, populações e culturas (QUIJANO, 2005, DUSSEL, 2010, PORTO-GONÇALVES, 2015).

Sobre essa base material e simbólica, a Revolução Industrial e o período após a Segunda Guerra Mundial, que serão tratados nas próximas seções, caracterizam dois períodos de aprofundamento desse modo moderno -colonial-capitalista de existir, que se tornou a forma hegemônica de produção e reprodução da vida no planeta, logrando efeitos importantes sobre o metabolismo planetário, sobre as formas de organização das sociedades, sobre as formas de distribuir recursos e capital, tanto como, sobre os mais diversos povos e suas formas de conhecer, significar e se inscrever na trama da vida.

4 INDUSTRIALIZAÇÃO, SALTO ENTRÓPICO E O SURGIMENTO DA SAÚDE PÚBLICA

Para Hobsbawm (2003), a revolução industrial teve início na Inglaterra do século XVIII como resultado inevitável de fatores econômicos (criação, controle e extinção de mercados nas colônias -privatização do uso da terra e disponibilidade de trabalho livre), políticos (o controle do Estado nacional sobre as rotas de transporte marítimo e sobre os locais produtores de materiais brutos) e tecnológicos (desenvolvimento da ciência e de sistemas de navegação) previamente instalados, aliados a inventividade de uma pequena burguesia manufatureira que se lançou aos grandes empreendimentos com sucesso.

Quase como um golpe de sorte do destino, as condições externas para industrialização estavam postas e o autor não mais trata dos “*200 anos de desenvolvimento econômico razoavelmente contínuo que lançou seus alicerces*” (HOBBSAWM, 2003. p,34). Esse olhar enxerga o capitalismo industrial moderno como efeito de uma evolução “natural” da sociedade humana, que por condições econômicas e políticas favoráveis, ocorreu na Inglaterra do século XVIII. Como uma semente que ao encontrar as condições climáticas adequadas de água e luz, naturalmente brota.

Contra essa visão finalística e unidirecional da história, entendemos a revolução industrial, não como o nascimento do capitalismo como sistema econômico mundial, mas como a saída de uma crise do ciclo de “*200 anos de desenvolvimento econômico razoavelmente contínuo...*” que reorganizou os modos de apropriação sobre o trabalho, comida, energia e materiais brutos como forma de manter o crescimento exponencial do sistema (MOORE, 2014).

Toda revolução promove transformações nos modos como as sociedades se relacionam com seus **meios de produção e reprodução da vida**, modificando as maneiras como as pessoas se relacionam entre si e as formas de controle sobre o território (fluxos materiais e simbólicos destes), ou seja, operam transformações técnicas, sociais e de poder que reconfiguram os modos de estar no mundo (PORTO-GONÇALVES, 2015).

O período colonial pré-industrial foi marcado pela criação e controle dos mercados por meio da força imperialista que emergia do capitalismo na Inglaterra. Esse movimento ampliou a forma de uso privado da terra e a desapropriação dos

meios de subsistência, submetendo massas de camponeses à venda de sua força de trabalho no mercado. Tamanha expansão de mercados, e das propriedades que produziam para esses mercados, gerou fluxos crescentes de matéria, energia e capital das zonas produtoras (onde estava a natureza barata) para zonas consumidoras (para onde fluíam os produtos e capitais), gerando um controle dos países do centro do sistema sobre aqueles que passaram a ser a periferia do mesmo (MOORE, 2014, FURTADO, 2006).

O caso do algodão ilustra bem essa situação. Hobsbawm (2003) nos mostra que foram os tecelões ingleses os primeiros a se lançarem à aventura industrial. O fácil acesso ao algodão bruto, as taxas de exportação relativamente estáveis desse mercado, as rotas de comércio estabelecidas e mão de obra abundante, pouco especializada e barata, assim como capital para investimento em inovações (máquinas para tecelagem, descobertas da química para tingimento, etc.) foram os fatores que levaram a produção da tecelagem a se industrializar com sucesso e rapidez. Tamanho êxito incentivou indiretamente a produção industrial do carvão pela necessidade crescente de energia nas cidades que emergiam ao redor das fábricas têxteis.

Essa análise é, no mínimo incompleta, pois não olha para as relações de poder, de saber e ambientais que se configuravam na geopolítica mundial e que formaram as condições de possibilidades, políticas, econômicas, técnicas e cognitivas desse processo que modificou de forma significativa as relações sociais, de controle sobre os territórios e culturas, assim como as formas de conhecer e significar o mundo, sem grande modificação em seu núcleo ideológico, colonial, capitalista e de crescimento econômico incessante.

Como tratamos na seção anterior, a mineração e as monoculturas de cana, capitalizaram a burguesia e criaram uma economia- mundo que se expandiu a partir da incorporação de novos territórios extrativistas, articulando a monopolização dos mercados, feita pela força militar do colonialismo dos Estados europeus e pela criação de um sistema de peonagem de dívidas contraídas pelos pequenos produtores nas colônias. A divisão social do trabalho, adotada em sua forma mais degradante e violenta, o trabalho escravizado, sob uma episteme racional iluminista, separou e hierarquizou sociedade e natureza (ACOSTA, 2016; DUSSEL, 2010; QUIJANO, 2005). Foi antes sobre esse caldo, de sangue, violência e destituição de

formas humanas de significar o mundo (culturas) que a industrialização operou sua revolução.

A ampliação das forças industriais foi influenciada pelo desenvolvimento do conhecimento científico que buscava o domínio da sociedade sobre a natureza e criou mecanismos voltados a dinamicidade do comércio, ampliação dos meios de produção e transporte de mercadorias, “abrindo” novos mercados. Com a difusão da contabilidade e da matemática como forma de valorar o mundo, ocorre um processo de planificação das formas de saber, por meio da atribuição de valores numéricos (pesos e medidas) que permitiam unificar as medidas e o valor de troca, facilitando a comercialização de produtos em diferentes mercados. O trabalho passa a ser valorado pela medida de tempo de trabalho, a natureza passa ser descrita em termos matemáticos, quantificáveis e universais, facilitando as trocas entre povos com formas distintas de valorar a natureza. A matemática vai se tornando uma importante ferramenta cognitiva de significar o mundo ao padronizar diferentes formas de atribuir valor as propriedades da natureza, facilitando a expansão do comércio (MORENO; SPEICH; FUHR, 2016).

Para Moore (2014), as revoluções operadas pelo capitalismo foram, ao contrário do que nos conta Hobsbawn (2003), efeito de crises que o capitalismo desenvolve sobre si mesmo, na medida em que as taxas de retorno dos investimentos caem pelo aumento dos custos com trabalho, energia, alimentos e materiais brutos, tornando os empreendimentos não lucrativos, levando a crises nos mecanismos de acumulação do sistema. As crises se instalam quando o capital atinge os limites ecológicos, econômicos, técnicos e sociais de um ciclo de expansão (MOORE, 2014; 2020).

No caso da industrialização dos séculos XVIII e XIX, as revoltas de escravizados na América latina, Caribe e América do Norte e a perda de fertilidade dos solos, aumentaram os custos de produção primários e com a alimentação dos trabalhadores reduzindo a produtividade sobre terra (necessidade de importação de alimentos e criação de mercado interno) que demandava investimentos cada vez maiores de trabalho e fertilizantes enquanto o raleamento dos bosques tornou a lenha (principal combustível de caldeiras e moinhos da proto indústria do açúcar) muito mais custosa (MOORE, 2014; 2020).

Esses fatores tornaram o acesso a comida, trabalho, recursos brutos e energia mais custosos impondo limites biofísicos, sociais e ambientais as taxas de

retorno dos investimentos capitalistas. A industrialização, nesse sentido, foi a reconfiguração das formas de transformação de trabalho barato, natureza barata em capital e energia acumulados. A saída para a crise que atingiu o capital foi uma nova ampliação das fronteiras extrativistas (ampliando o uso privado da terra), pela reconfiguração do trabalho (ampliação do mercado e da venda da força de trabalho), pela incorporação de novas técnicas que multiplicaram a capacidade transformar energia em trabalho (motor a vapor, uso de combustíveis fósseis) que facilitaram o acesso a alimentos e a extração de materiais brutos (MOORE, 2014).

O intenso processo de acumulação primitiva dos séculos XVII e XVIII criou massas de camponeses que, sem as propriedades da terra, passaram a viver nas cidades buscando vender seu trabalho como forma de sobrevivência. Ao retirar do trabalho sua relação direta e objetiva com a natureza como extensão de seu corpo e forma criativa de suprir suas necessidades, o trabalho assume forma e sentido abstratos a passa a ser mediado pelos mercados que compram o tempo de trabalho por meio de moeda, definindo seu valor pela relação entre a quantidade da oferta de trabalho e a necessidade de trabalho demandada pelos empreendimentos capitalistas industriais (ANTUNES, 2018; ENGELS, 2008).

Apesar de hoje ser um dos principais símbolos das sociedades de consumo, o mercado não foi uma invenção capitalista. Sociedades não capitalistas criaram formas, espaços e relações em que ocorriam trocas materiais e simbólicas de seus excedentes. Essas trocas, porém, implicavam uma série de vinculações sociais e materiais entre povos que tinham como objetivo a reprodução das sociedades pela manutenção dos meios de subsistência. Assim antes de buscar o lucro, as trocas serviam como formas de proteção dos povos, nos quais as formas de se relacionar com a natureza definiam os limites nos quais o acúmulo de poder provocava efeitos sociais e ambientais de desequilíbrio e injustiça (MAUSS, 2008; POLANY, 2012).

A inovação dos mercados capitalistas foi a monetização, ou seja, atribuição de um valor universal em dinheiro, para o trabalho, para a terra e para a própria moeda. A partir dessa lógica, pessoas e natureza são retiradas dos sistemas tradicionais de proteção e significação social e passam a ser valoradas como objetos, o trabalho se torna a força de trabalho, medido pelo tempo para sua realização e a natureza se transforma em recurso natural, objeto que pode ser medido, pesado, comprado e vendido por meio de moeda. Se entendemos que trabalho e terra são os seres humanos e a natureza respectivamente, com o

capitalismo estes passam a ser significados, não mais por sua função culturais ou de proteção social e ambiental, mas pelo seu valor em um mercado, passando para categoria de objetos negociáveis sob o signo do dinheiro (POLANY, 2012).

Para Polany (2012), tal radicalização transformou sociedades com mercados em sociedades de mercado, onde o objetivo das relações materiais e simbólicas de produção e reprodução são de obter mais moeda, em outras palavras, o lucro passa a ser o objetivo dos mecanismos de produção e reprodução. A vida significada matematicamente, em termos de investimentos e retornos de capital, sobrepôs os sistemas de trocas a outros mecanismos de proteção socioambiental, passando a organizar a sociedade ao redor das demandas dos mercados e não das necessidades de suas populações (POLANY, 2012).

A industrialização na Europa do século XVIII e XIX se deu em um cenário no qual a economia mundo ampliava o modelo privado de uso da terra, aumentando a força de trabalho disponível no mercado (que também significava seu barateamento) e modificando formas de controle sobre os territórios produtores de matérias brutas criando monopólios que utilizavam o trabalho barato e a natureza barata para aumentar seus lucros, através da exportação da energia produzida nesses territórios como produtos comercializáveis (MOORE, 2020).

A expulsão de suas terras, ou o apartamento do trabalhador dos seus meios de subsistência, os levou a viver perto das fábricas, onde se tornava mais fácil vender a força de trabalho. Estas passaram a utilizar largamente a força de trabalho pouco especializada na produção, criando as primeiras cidades industriais na Inglaterra do século XVIII. A aglutinação de trabalhadores desapropriados barateava a força de trabalho que era usada no setor industrial aumentando a capacidade de produzir maiores quantidades de produtos para os mercados, com a introdução de novas tecnologias e de uma, ainda mais rigorosa, divisão social do trabalho (MOORE, 2020).

Esse processo promoveu modificações drásticas dos ciclos de nutrientes e energia metabolizados nas ecologias locais, o que Marx (2013) chamou de ruptura do metabolismo entre sociedade e natureza (ou fratura sociometabólica). A análise de Marx sobre o declínio da fertilidade dos solos promovido pela agricultura capitalista mostrava como os pequenos agricultores, que arrendavam a terra, eram impedidos de investir na fertilidade do solo a longo prazo, além do período de arrendamento da terra. Essa produção agrícola que tinha como destino a cidade,

não retornava mais aos campos ingleses na forma de esterco (humano ou animal) fertilizante. A queda de fertilidade rural fez com que fossem importadas muitas toneladas de esterco de aves do Perú e das ilhas caribenhas, considerados ótimos fertilizantes, sem ter o efeito desejado (FOSTER, 2005).

Por outro lado, a forma como os trabalhadores foram jogados a própria sorte em um mercado de trabalho densamente povoado, fez das massas de desempregados competidores entre si por vagas nas fábricas ou indústrias. A atomização do trabalhador, que passa a perceber a si e ao outro como indivíduos que competem pelos meios de sobreviver (trabalho) foi, na visão de Engels (2008), uma das mais brutais mudanças operadas pela urbanização industrial na vida dos trabalhadores.

A concorrência é a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa. Essa guerra, pela vida, pela existência, por tudo e que, em caso de necessidade, pode ser uma guerra de morte, não se trava apenas entre as diferentes classes da sociedade, mas também entre os diferentes membros dessa classe: cada um constitui um obstáculo para o outro e, por isso, todos procuram eliminar quem quer que lhes cruze o caminho e tente disputar o lugar....Essa concorrência entre os trabalhadores, no entanto, é o que existe de pior nas atuais condições de vida do proletariado: constitui a arma mais eficiente da burguesia contra ele. (ENGELS, 2008. p. 118).

Engels (2008) mostrava, já em 1845, como a urbanização e o trabalho industrial provocaram mudanças nas formas de sociabilidade daqueles trabalhadores, ao serem forçados a ingressar em um mercado em que vendiam sua única posse, a força de trabalho, em condição de competição entre si. A competição não apenas diminuiu os salários dos trabalhadores (seu espectro de subsistência nas sociedades de mercado) como os separou entre si, engendrando mecanismos de produção de subjetividades competitivas e violentas, pois a competição é sempre a negação do outro em algum nível de sua existência.

A ressignificação das relações sociais comunitárias em relações atomísticas e competitivas são tanto causa como efeitos de modificações sociometabólicas, pois para acessar os meios de reproduzir e sustentar a vida (trabalho e salário) era preciso negar ao outro esses mesmos meios. A vida passa a ser uma relação individualizada com o capital, que comporta o outro e seu trabalho, não mais como co-laborativo de uma existência, mas como ameaça a sobrevivência, desestimulando, ou no mínimo, tornando mais difíceis, relações de cooperação, solidariedade e alteridade entre as pessoas na cidade (ENGELS, 2008).

As relações individualizadas e competitivas, não eram a única calamidade experimentada pelos trabalhadores nas cidades. A perda da fertilidade dos solos também tinha efeitos importantes na vida urbana. As quedas de produtividade do modelo agrícola de capital intensivo elevavam os preços dos alimentos, o que empurrava massas de pessoas a situações de extrema pobreza e fome (ENGELS, 2008).

Ao relatar a situação do proletariado inglês, Engels (2008) descreve como uma rotina da cidade os casos de pessoas que, nas altas de preços ou quedas de oferta de trabalho, morriam de fome nas ruas de Manchester no século XIX. Quando tinham trabalho e um salário para se alimentar os proletários conseguiram comprar apenas os alimentos descartados e refugados pela burguesia, aqueles de menor qualidade e valor nutritivo, segundo o autor: “Os varejistas e os fabricantes adulteram todos os gêneros de alimentos do modo mais irresponsável, com inteiro desprezo pela saúde dos que os consomem” (ENGELS, 2008. p, 111).

Por outro lado, o esterco humano, que não mais fertilizava os solos das propriedades rurais, passou a se acumular em poças nas ruas, portas das casas e vielas dos becos nos bairros operários. Misturado aos rejeitos industriais, eles se acumulavam ou eram lançados nos rios pela chuva. O esterco humano passa assim de fonte de fertilidade no campo à fonte de poluição na cidade o que, não só aprofundou os desequilíbrios do sociometabolismo, como tornou visível seus efeitos, na medida em que os ciclos metabólicos e de nutrientes alterados, aliados as condições precárias de moradia, vestimenta, trabalho e alimentação provocavam a eclosão de epidemias que atingiram as cidades industriais na Europa nos séculos XVIII e XIX (ENGELS, 2008; FOSTER, 2005; FOUCAULT, 1984).

A medicina social e as políticas sanitárias modernas emergem, como resposta técnica e política ao problema gerado pela deterioração dos mecanismos socioecológicos de proteção e manutenção da vida, que ameaçavam as condições de reprodução, especialmente dos trabalhadores, nas sociedades capitalistas urbanizadas do século XIX na Europa. A medicina social e a saúde pública criaram assim categorias que permitiram a classificação e disposição dos corpos humanos dentro do espaço da cidade, mas também fizeram a identificação e acomodação dos elementos da cidade, dos matadouros, dos cemitérios, dos esgotos, dos cursos d'água, da circulação dos ventos, dispondo tais elementos uns em relação aos outros (FOUCAULT, 1984).

É o problema da posição recíproca das fontes e dos esgotos, ou dos barcos bombeadores e dos barcos-lavanderia. Como evitar que se aspire água do esgoto nas fontes onde se busca água para beber, como evitar que o barco bombeador, que traz água de beber para a população, não aspire água suja dos barcos lavanderias (FOUCAULT, 1984. p. 91).

As modificações do sociometabolismo no espaço urbano e seus efeitos de desagregação das ecologias aumentavam o custo dos alimentos, dificultando a sobrevivência, especialmente em períodos de epidemia. O medo das elites econômicas levou a modernização do espaço urbano, inaugurado pelas noções de salubridade e higiene a recém-criada medicina social criou uma série de dispositivos técnicos, políticos, institucionais e legais de ordenamento dos corpos e do espaço, que Foucault (1984) nomeou como biopolíticas.

Os dispositivos biopolíticos, como a ideia de população, a criação da polícia sanitária, as leis dos pobres, a construção de orfanatos, o deslocamento de cemitérios e matadouros para fora da cidade, tinham como foco o controle, tanto do corpo social, como dos corpos biológicos, e ainda dos fluxos de matéria e energia, que conectavam as redes de produção e reprodução do capital à cidade. Os elementos da vida urbana passam a ser organizados para evitar os surtos epidêmicos, diminuir taxas de morbidade e aumentar o tempo de vida e capacidade de extração do trabalho da população (FOUCAULT, 1984).

Essas **noso-políticas** eram orientadas pela compreensão de como as coisas, seus estados, seus fluxos e elementos afetavam à saúde humana. A salubridade passa a ser entendida como o ordenamento e disposição dos elementos materiais (naturais) e sociais (humanos) de maneira a promover um melhor estado de saúde da população. A higiene baseada nas práticas de quarentena, realizadas nos portos para conter a disseminação de doenças dentro das cidades, emerge como a forma de *“controle político-científico deste meio”* (FOUCAULT, 1984, p.93). Duas observações: a ideia de controle científico sobre o meio é originada nas formulações de Francis Bacon nas quais o filósofo afirma que a natureza, ou o “meio”, deveriam ser dominados, controlados e até torturados para servir ao **homem**.

Essa concepção, é ainda hoje base para muitas práticas e servem como modelo para o conhecimento produzido pelas ciências da saúde. A partir desse pensamento dicotômico, que entende a natureza como um objeto externo, um meio que é infiel à vida (CANGUILHEM, 2009), e que é preciso conhecer a natureza das coisas para dominar as coisas da natureza e suas agressões a vida e saúde do

“homem”. A segunda observação é que, nas cidades industriais do século XVIII, que não eram tão densamente povoadas como as metrópoles da contemporaneidade, os pobres eram parte fundamental do seu funcionamento, levando e trazendo cartas, objetos, dejetos, água e muitos serviços instrumentais da urbanidade. Os pobres faziam parte do meio, tanto quanto, os esgotos e os canais, eram parte da paisagem (FOUCAULT, 1984).

As políticas sanitárias que passaram a ordenar os *elementos do meio*, dentro do espaço urbano no século XVIII, não incidiram sobre a propriedade privada até o século XIX. Na direção inversa, a medicina científica desfrutada pela burguesia só chegaria aos pobres como medidas para seu controle, após a eclosão de revoltas urbanas e da epidemia de cólera de 1834, período que os pobres passam a ser vistos como fonte de doenças e de perigo, tornando-se objetos das políticas de medicalização (higiene) do corpo social. (FOUCAULT, 1984. p, 94 e 95).

Para o filósofo nigeriano Achille Mbembe (2016), as raízes históricas das biopolíticas que passaram a agir sobre a vida cotidiana do território do Estado moderno, estão no processo de dominação colonial no qual ele aponta que a soberania desses territórios existia apenas através da *“instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”* (MBEMBE, 2016, p.125). O que o autor propõe é uma ampliação conceitual e histórica que permite entender a biopolítica, não apenas como mecanismo de poder -saber que submete a vida da população à lógica da razão como verdade do sujeito, mas, antes disso, e especialmente nos territórios coloniais e pós coloniais, as biopolíticas são fundadas na escolha sobre quem pode viver e quem deve morrer.

Os dispositivos **necropolíticos** de controle e manutenção da soberania sobre o território são a guerra e o terror, nos quais a violência é exercida sob o pressuposto de poder matar para proteger uma determinada “civilidade” (MBEMBE, 2016). A oposição entre uma civilidade ordeira e uma natureza selvagem e caótica, autoriza o uso constante da violência com base na seleção biológica de corpos operadas pelo dispositivo do racismo. Desse modo é sobre os corpos dos povos originários nativos e sobre os corpos negros, sequestrados das Áfricas e escravizados nas Américas, e sobre os corpos dos trabalhadores expropriados de suas terras que incidem a guerra e o terror dos quais fala Mbembe (2016).

As *plantations* de cana nas colônias foram as primeiras experiências da biopolítica, e seu entendimento é fundamental para a compreensão histórica das violências contemporâneas, que sob a ordem democrática, ordem das plantações e ordem colonial, criou e desenvolveu uma série de dispositivos políticos e cognitivos que dissimulam a violência intrínseca do sistema colonial-capitalista-moderno (MEBEMBE, 2016).

Entendemos assim que as necropolíticas e as biopolíticas da modernidade criaram dispositivos econômicos, institucionais e cognitivos para o controle sobre a vida, a morte e a produção. Primeiro no empreendimento açucareiro colonial e posteriormente nas cidades industriais europeias. Esses dispositivos selecionam e classificam corpos, condicionando diferentes inscrições no sociometabolismo a partir de certas características fenotípicas. As necropolíticas e biopolíticas, pelo controle que exercem sobre a vida e a morte, assim como pela regulação do acesso ao sociometabolismo, reproduzem e reforçam a separação entre sociedade e natureza, ordenadas por uma economia mundializada.

A industrialização foi uma ampliação da capacidade do capitalismo de mercantilizar natureza e trabalho (as pessoas), que se deu como resposta aos limites ecológicos e sociais impostos ao processo de acumulação. Tal ampliação da capacidade de transformar trabalho e natureza em produtos comercializáveis, aprofundou ainda mais desequilíbrios nos sociometabolismos, tanto regionais, entre ecossistemas próximos (campo- cidade), como mundialmente entre territórios distantes (periferia- centro).

“Para Marx a falha metabólica associada ao nível social com a divisão entre cidade e campo era evidente em nível mais global: colônias inteiras se viam roubadas de sua terra, recursos e solo para sustentar a industrialização dos países colonizadores” (FOSTER, 2005. P, 230).

Esse processo fica mais evidente ao percebermos que durante a industrialização europeia do século XIX, enquanto africanos sequestrados eram usados como força de trabalho escravizado, para submeter a natureza à valores de troca nas *plantations* das Bahamas ou do Brasil, os trabalhadores ingleses consumiam produtos de açúcar, importados das ilhas caribenhas e do Brasil, por que além de uma agricultura com solos devastados, a Inglaterra quase não cultivava comida nas colônias (MOORE, 2020).

A industrialização da Europa estimulou a urbanização com a aglomeração de massas de trabalhadores nas cidades industriais e construiu mecanismos de controle e docilização dos corpos que tinham por objetivo torná-los funcionais para o modelo de produção e para o Estado. Essas biopolíticas atuam sobre gestos, procedimentos e corpos criando regimes de poder que dispõe as coisas, as pessoas e o ambiente em relações funcionais umas com as outras, a serviço da manutenção da soberania do Estado (FOUCAULT, 1984). A implementação dos regimes biopolíticos, nas cidades centrais da economia-mundo, foi sustentada pela violência necropolítica dos estados de exceção, implementadas nas colônias (MBEMBE, 2016).

O abastecimento contínuo das indústrias e cidades no centro da economia-mundo se deram pelo alargamento da apropriação capitalista sobre o trabalho barato (trabalho escravo), alimentos baratos (monoculturas de exportação), energia barata (lenha, carvão e posteriormente combustíveis fósseis) e recursos baratos (algodão, açúcar, café, minérios, madeira) nos territórios colonizados (MOORE, 2020, 2014). Esses fluxos eram assegurados por dispositivos de controle político exercidos sobre a vida e morte, antes de serem mecanismos de normalização e docilização dos corpos, as biopolíticas organizam os espaços de vida ao fazer viver ou deixam morrer (MBEMBE, 2018). Nessa configuração política dilatou-se a ruptura do sociometabolismo, tanto em nível global, nas relações centro periferia como em níveis regionais pela oposição entre campo e cidade (FOSTER, 2005).

Entendemos que um caminho para a compreensão dos processos históricos de territorialização e desterritorialização nos Estados coloniais e pós coloniais, como no Brasil, pode ser descrito pela superposição de necropolíticas (quem pode viver e quem deve morrer) e biopolíticas (qual é a melhor função de quem vive para o Estado), isto, considerando que estas agem não apenas sobre os processos sociais e corpos individuais, mas que produzem ativamente ecossistemas desequilibrados devido às constantes modificações sobre os sociometabolismos locais e globais, conduzidos pelos empreendimentos das sociedades capitalistas, coloniais e modernas. Assim, os regimes micropolíticos podem ser entendidos a partir de seus efeitos sociais e ecológicos locais, em relação às linhas de poder globais que os conduzem, tanto pela sujeição, em maior ou menor grau às políticas verticalizadas da economia-mundo, mas especialmente, pelas resistências que emergem contra submissão completa da vida à lógica da sociedade de mercado.

5 DESTERRO DOS DESTERRITORIZADOS

A ilha de Santa Catarina hoje sinônimo de belas praias e de uma natureza exuberante, entrou no radar dos europeus ainda no século XVI, quando Sebastião Caboto, em uma viagem que fazia em direção ao rio da prata, atracou no porto natural e a rebatizou de ilha dos Patos para ilha de Santa Catarina. Nos séculos XVI e XVII, a ocupação colonizadora da ilha foi feita por pessoas com diferentes origens, eram náufragos, desertores, fugitivos, condenados, colonos vicentinos, escravizados indígenas e africanos, e toda sorte de desterrados.

Os habitantes da ilha retiravam sua subsistência de atividades como a pesca, pequenas plantações, criações de animais e a caça encontrando facilmente madeira para o fogo e água limpa longe das leis e limitações da coroa portuguesa, mais interessada em ampliar os investimentos no nordeste brasileiro pois:

Na Ilha e no litoral não havia condições tão boas para plantação de cana, nem clima, nem empresa, nem quem pudesse e quisesse plantar, como havia nas regiões do litoral ao Norte. Também não havia pastagens como nas regiões vizinhas ao Sul e a Oeste e também não havia ouro. Essa era a riqueza da colônia, açúcar, ouro, gado e o comércio de escravos, se bem que muito contrabando se fez por aqui. Havia as restrições de um lugar em conquista e em construção (SANTOS, 2009, p.36).

Desses tantos desterrados, surgiu a póvoa de Nossa Senhora do Desterro, caracterizada pela ótima geografia de um porto natural, a vila rapidamente se tornou ponto estratégico para o controle das rotas de navegação entre o Rio de Janeiro, capital da colônia portuguesa, e o mercado que se formava no delta do Rio da Prata, com a participação de Buenos Aires e de Colônia de Sacramento. A navegação pelo Rio da Prata foi decisiva para a geopolítica dos séculos XVII e XVIII e seu controle era disputado por Portugal e Espanha, por ser o principal acesso aos rios da Prata, Paraná e Paraguai, caminhos que levavam tanto às minas de prata do Cerro Rico em Potosí, como aos territórios do sudeste do Brasil e ao Paraguai.

As histórias de indígenas carregando objetos de prata nas margens do rio da Prata aguçaram a imaginação e a cobiça de colonos portugueses que buscavam o enriquecimento rápido e acelerando a colonização da Bacia do Prata e o controle da ilha de Santa Catarina, ainda no século XVI, estimulada pelo “eldorado” do imaginário colonial criado em Potosí.

Entretanto a pouca relevância da ilha para o primeiro ciclo do açúcar no Brasil (era um entreposto marítimo entre rio de Janeiro e o rio da prata) não despertou grande atenção e investimentos da coroa portuguesa para sua colonização. Até o final do século XVIII, a vida na vila em que viviam os desterrados, nomeada de Nossa Senhora do Desterro, se deu pela troca de excedentes, especialmente aqueles oriundos da pesca como peixes e frutos do mar.

Santos (2009) conta que os primeiros comerciantes que acumularam recursos e poder político na Desterro do século XVII foram contrabandistas, tanto de mercadorias como de escravizados africanos. A partir do final do século XVII e início do século XVIII, a queda dos preços do açúcar no mercado mundial e a descoberta de ouro no sudeste brasileiro promoveu uma nova onda de expansão colonial em direção a Minas Gerais, onde colonos europeus e aventureiros promoveram uma grande migração em busca de ouro (FURTADO, 2005).

A partir do século XVIII, aumenta a importância do domínio da ilha de Santa Catarina para assegurar as rotas comerciais entre Rio de Janeiro e Colônia de Sacramento, pois o rio da prata passa a ser um ponto de escoamento do ouro retirado das Minas Gerais e de São Paulo, que tinha como destino a Europa. Nesse período, chegam à ilha os Bandeirantes Paulistas com indígenas e africanos escravizados que *“foram trazidos para trabalhar na construção das fortalezas a partir de 1738 e consolidar a posse portuguesa da Ilha”* (SANTOS, 2009. p,166).

Durante o século XVII, boa parte da anexação de novos territórios à colônia portuguesa se ocorria com a expansão da produção extrativista de açúcar, especialmente no Nordeste, onde a planta se adaptou com facilidade ao sol abundante, altas temperaturas e aos solos férteis e ricos em água da mata atlântica do litoral. A indústria do açúcar desenvolvida no Nordeste criou um modelo sociotécnico de trabalho que foi determinante para o desenvolvimento das formas racistas de sociabilidade, da divisão e exploração racial e sexual do trabalho, assim como de uma economia extrativista com sua atividade agrícola baseada nas monoculturas voltadas para atender os mercados europeus (CASTRO, 2006; FURTADO, 2005; MOORE, 2014).

Sem grandes extensões de terras cultiváveis, por mais de um século a mão da colônia se manteve longe de Desterro. Com o declínio da economia do ciclo do açúcar no Brasil colonial causado pelo esgotamento de solos, epidemias, revoltas de africanos e resistências dos povos indígenas, além das produções inglesas que

passou a cultivar cana nas Bahamas e nas ilhas caribenhas, ocorrem estímulos a anexação, ocupação e controle de novos espaços pela colônia portuguesa no interior do Brasil (FURTADO, 2005; SANTOS, 2009).

A descoberta de ouro no Sudeste gerou uma onda migratória para o sul, tanto para garantir o controle de territórios em disputa com a Espanha, como para encontrar o tão cobiçado ouro. Neste contexto foram enviados os primeiros contingentes militares mais robustos para a construção de fortes que assegurasse o controle militar e econômico da ilha de Santa Catarina, pelo controle do porto natural da ilha (FURTADO, 2005; SANTOS, 2009).

O antropólogo abolicionista Manuel Querino, no seu livro “O colono preto como fator da civilização brasileira” de 1911 diz, sobre o período, o seguinte:

No fim do século XVII começou a exploração das minas. O tráfico africano aumentou de intensidade, e as entradas do colono preto no País foram muito maiores. Cresceu, portanto a cobiça, e o parasitismo tomou o aspecto de uma instituição social, com todo o cortejo de vícios e maldades. (QUERINO, 1980, p. 16).

A febre do ouro ampliou a sanha colonizadora no Brasil. Para Desterro, após a chegada de bandeirantes paulistas, dos militares e de um contingente de africanos escravizados, foram enviadas famílias de colonos naturais da ilha dos Açores, chamados por Santos (2009) de *colonos soldados*, pois o objetivo da migração era manter o controle sobre a ilha e especialmente sobre o porto, deferentemente das migrações praticadas para abertura de novas áreas de produção de cana ou mineração de ouro, principais atividades que impulsionavam a expansão da colônia para o sudeste brasileiro.

Os colonos açorianos tinham suas sociabilidades e subjetividades moldadas pela indústria do açúcar e pelas monoculturas escravistas desenvolvidas pelos portugueses na ilha da Madeira, em Cabo Verde e nos Açores. Se por um lado a vida de ilhéu não era desconhecida dos migrantes por outro, sua cultura tinha como base a repulsa ao trabalho, considerado uma forma menor de existência, era realizado quase que exclusivamente por escravizados africanos, mesmo nos nichos familiares das pequenas propriedades (SANTOS, 2009, QUERINO, 2018).

A tecnologia de processamento da cana foi adaptada pelos colonos portugueses para processar a mandioca, fazendo surgir as casas de farinha, hoje tradicionais da ilha e litoral catarinense. A mandioca é um cultivar amplamente

utilizado pelos povos originários, que o plantavam em quase toda extensão do território brasileiro. A farinha extraída de seu processamento, foi e ainda é um alimento básico do povo brasileiro, sua difusão pelos plantios indígenas facilitou a incorporação desse alimento na agricultura de subsistência realizada pelos desterrados na ilha de Santa Catarina. A sua produção na ilha foi, posteriormente orientada para atender as demandas de alimentação do mercado interno que se incrementava na colônia portuguesa.

A farinha de mandioca, portanto, já era alimento básico não apenas dos indígenas nos setecentos, mas também da pequena população de origem europeia que vivia neste território antes da grande colonização açoriana (BRAGANHOLE, 2017 p. 28).

Apesar do processamento da mandioca em farinha ser uma tecnologia criada e desenvolvida pelos povos indígenas, foi a incorporação dos equipamentos e do modelo de trabalho escravizado dos açorianos, que encurtou o tempo da sua confecção, dando condições para sua produção em pequenas propriedades rurais na ilha para suprir a crescente demanda por alimentos nas cidades de um Brasil que expandia o território colonial.

O tempo entre a colheita das raízes e o término da produção de farinha também é reduzido com o processo feito nos engenhos, apenas o curtimento das raízes para a obtenção da massa pura levava cerca de uma semana, segundo Silva (2007), já no processo dos engenhos pode-se obter farinha no final do dia a partir de raízes que entraram pela manhã no engenho (BRAGANHOLE, 2017. p.28).

A expansão da colônia portuguesa ao sul foi diferente da que havia sido implementada até então, baseada nos grandes latifúndios da indústria do açúcar para exportação. O objetivo, além da ocupação territorial da ilha, foi estruturar uma produção agrícola para abastecer os contingentes militares alocados nas fortalezas para defesa da mesma. Desse modo, a agricultura açoriana teve como base a produção em pequenas propriedades familiares para o mercado interno da colônia que se expandia (LAGO, 1996).

Se por um lado houve abertura e inventividade para realizar modificações técnicas no processamento desse cultivar, por outro, o é preciso reforçar a importância do trabalho escravizado africano como força motriz para essas pequenas propriedades. A importância dos colonos pretos na formação da sociedade brasileira foi mostrada por Querino (2018, p.16), que chamava atenção

para o desgosto e repulsa dos colonizadores portugueses a tudo que era associado ao trabalho, noção construída por meio de um imaginário onde a “...*ideia de riqueza fácil banira da mente do aventureiro faminto o amor do trabalho, que era considerado uma função degradante*”. O autor vai além e afirma que:

Por mais respeitável que fosse a ocupação era ela desprezada pelos reinóis de pretensões afdalgadas. Esta circunstância, porém, favoreceu aos homens de cor nas aplicações mecânicas, e mesmo algumas liberais, cuja aprendizagem valia como um castigo infligido aos humildes, como se fora ocupação infamante. Só a estes era dado trabalhar. (Querino, 2018, p. 16).

Em Nossa Senhora do Desterro, nos séculos XVIII e XIX, o trabalho na cidade era realizado por escravizados, deixando à sua própria sorte os pobres livres, que era uma maioria de pretos ou mestiços, africanos ou brasileiros, foros ou libertos, como afirma Santos:

Os ofícios urbanos eram geralmente desempenhados por escravos, mas numa sociedade comandada por senhores proprietários e militares com trabalho e produção por escravo, havia poucas possibilidades para os mestiços, índios, e negros livres (SANTOS, 2009, p.136).

O controle e exploração violentas do trabalho no modelo escravista, fez surgir diferentes estratégias para se opor ao trabalho forçado. Uma das mais interessantes foi a “ideologia da vadiagem”, que recusava o trabalho disciplinado pela liberdade de se locomover pela cidade, construir relações, viver da terra, da pesca e da caça em sistemas de subsistência onde havia uma grande margem para o ócio, pois:

Enquanto existiu terra para levar adiante a sobrevivência miserável, mas independente, os pobres viveram de forma dispersa e móvel, em bairros poucos sedimentados, desenvolvendo atividades de subsistência por meio de técnicas rudimentares (SANTOS, 2009, p.127).

A ideia de que os africanos usavam técnicas rudimentares foi colocada em questão pelos trabalhos de Josué de Castro (2006) e Manoel Querino (2018) na primeira metade do século XX. Ambos afirmam que na África diferentes povos desenvolveram sistemas complexos e variados de agriculturas, tinham habilidades e sistemas de técnicas para caça, pastoreio, mineração, navegação e comércio de marfim. Entendemos aqui que a referência a técnicas de africanos como rudimentares encobre a importância dos saberes trazidos pelos africanos, na medida

em que não reconhece suas práticas e conhecimentos como experiências válidas de mundo e de sociedade. Parece ser também o caso das agriculturas de subsistência feitas por pessoas pretas, desconectadas dos princípios da propriedade privada e da venda do trabalho como forma de dar sentido a existência.

A criação e desenvolvimento de um mercado interno na colônia portuguesa, que expandia seus domínios, estimulou o crescimento da produção de farinha na ilha, fazendo despontar uma pequena elite mercantil por meio do comércio marítimo de cabotagem com as outras capitanias, especialmente a do Rio de Janeiro. Em 1777, uma invasão espanhola da ilha levou a expulsão dos ilhéus para o continente com a chegada dos Espanhóis, que desde a praia de Canasvieiras, marcharam até tomar a ainda pequena povoação de Nossa Senhora do Desterro. Esse fato político fez com que a produção de farinha tivesse uma queda significativa e levou os habitantes de Desterro a um período de pobreza generalizada (SANTOS, 2009).

Com o tratado de Santo Idelfonso, Portugal retomou o controle sobre a ilha de Santa Catarina deixando para os espanhóis os territórios de Colônia de Sacramento e dos Sete povos das Missões, na província de São Pedro do Rio Grande, atestando o a importância do controle político e comercial da ilha para Portugal. Com a intenção de retomar a colonização da ilha, o império Português passa a enviar ‘criminosos’ de outras localidades da colônia, que se juntaram aos desterrados, “desocupados” e “vadios” que habitavam a ilha para retomar as práticas de produção e comércio de farinha, aumentando assim a população da ilha de Santa Catarina, e fazendo com que a pobreza de boa parte da população se tornasse alvo do poder político local:

A maior prova de que parte da população da Ilha vivia em estado de pobreza e degrado depois da invasão espanhola foi a construção de um Hospital de Caridade, que como os demais da época atendia aos pobres e degradados (SANTOS, 2009. p, 54).

A construção do Hospital de Caridade do Morro da Boa Vista, no final do século XVIII, se deu junto a dinamização da economia da ilha, que girava ao redor do porto e do mercado do peixe, assim como pelo surgimento de uma classe de comerciantes que passou a se diferenciar do povo pobre que habitava Desterro. Período onde a diferenciação entre ricos e pobres começou a se fazer mais explícita pelo tipo de moradia do que pelo local onde elas eram construídas. Os sobrados

eram as casas dos ricos e os cortiços (casas pequenas de porta e janela) eram as dos pobres, porém todos compartilhavam, mesmo que de formas muito diferentes, da cidade como meio de vida. Porém, na medida em que mais pessoas chegavam a cidade, crescia também a pressão sobre os recursos da ilha e se acumulavam elementos poluidores. Nessa passagem sobre a história da pobreza em Florianópolis, Santos (2009) conta que:

Em 1850, a cidade não apresentava infra-estrutura que diferenciasse uma área de outra, que fornecesse melhores condições ou vantagens. As áreas próximas do Porto ou da Praça da Matriz que localizava o comércio e os prédios do governo tinham mais problemas sanitários do que áreas mais afastadas nos caminhos para fora da cidade. Tanto que uma das formas de diferenciação dos primeiros ricos comerciantes era morar fora do perímetro tradicional, nos arredores da Praia de Fora, área de chácaras, que de local de retiro passou a ser de moradia de comerciantes que estavam enriquecendo. As fontes, que influenciaram a escolha do sítio para a fundação da antiga póvoa, que originavam os córregos do Fagundes e do Trajano (ou da Palhoça), com o crescimento da cidade foram transformadas em áreas insalubres que concentravam os despejos das casas (SANTOS, 2009, p.64).

O aumento do comércio, a chegada de imigrantes e as precárias condições de vida da população pobre, aumentaram a pressão sobre a ecologia local criando condições para a emergência de epidemias, ao mesmo tempo em que foi tornando a cidade um lugar cada vez mais insalubre. As primeiras desigualdades sócio-geográficas da ilha aparecem pela necessidade de acessar os recursos para a reprodução da vida, como água de fontes limpas e lenha.

A “fuga” para as chácaras praticadas pela pequena elite de Desterro, caracteriza formas de diferenciar ricos e pobres e resguardar uma ‘inscrição metabólica’. Nas chácaras, os recursos eram mais abundantes do que na cidade e a sua distância do espaço urbano operava como uma espécie de “quarentena dos pobres” nos períodos em que se instalavam epidemias, pois eles ficavam nos espaços tornados inóspitos da cidade, enquanto os comerciantes mais ricos se refugiavam em propriedades mais afastadas.

As chácaras de final de semana eram lugares de refúgio que a pequena elite tinha quando queriam sair do movimento e mistura social comum na cidade. Aos poucos foram tornando-se lugares mais estáveis de moradia à medida que os comerciantes buscavam se diferenciar dos pobres do centro. Local de refúgio também em tempos de epidemias - as chácaras nos arredores ao Norte da cidade em direção a Praia de Fora, no Mato Grosso e no caminho da Tronqueira em direção ao Antão (SANTOS, 2009. p.188,

189).

Até então, os pobres viviam na cidade assim como a elite, porém eram os africanos escravizados que faziam funcionar o sociometabolismo da vila que crescia, realizando todos os tipos de trabalho, de produção e reprodução da vida. Os trabalhadores escravizados inscreviam toda sociedade de Desterro na teia da vida ao prover energia para os fogos, energia para os corpos, a circulação das coisas, o descarte dos resíduos, coleta de água, e todas as trocas necessárias para a reprodução do sociometabolismo colonial-escravista, tornando assim possível a reprodução da vida da pequena elite privilegiada de Desterro ao possibilitar o acesso destes aos recursos naturais e sociais.

Em 1872, a maioria dos escravizados na Ilha faziam trabalhos domésticos, viviam nas casas de seus senhores cozinhando, costurando, lavando, fazendo e mantendo o fogo, pilhando café, o milho, mucamas, acompanhantes e amas-de-leite, realizando todo o trabalho da casa. Os escravizados das chácaras dos ricos, os que exerciam ofícios de operários, alfaiates, tanoeiros, funileiros, marceneiros, chapeleiros, sapateiros, os que viviam no porto, os carregadores, marinheiros, pescadores e os das ruas jornaleiros, baleiros, quitandeiras, cozinheiras todos viviam na cidade. Nessa época, apenas 20,8% trabalhavam como lavradores. Em Desterro, dependia-se do trabalho escravizado para comprar alimentos no mercado, buscar, lenha comercializada no porto ou retirada nas encostas do Antão, para buscar água nas fontes e livrar-se dos excrementos e águas servidas, carregadas pelos “tigres”. No porto, mercado, fontes, pelas ruas, os escravos estavam por toda a cidade (SANTOS, 2009. p.180).

A partir dessa leitura, percebemos que, na Desterro do século XIX, diferentes territórios coexistiam de forma sobreposta. Os pobres viviam entre as casas de comerciantes e militares nos cortiços pois eram necessários para o funcionamento da cidade. A distância da capital fazia com que os mecanismos de regulação do espaço e de apropriação da terra fossem menos eficazes, o que possibilitou aos pobres da ilha escolher locais de habitação que possuíam melhores recursos naturais, eram mais protegidos do vento sul, que davam fácil acesso ao mar, às fontes de água, à madeira e possibilitavam pequenos cultivos, criações de animais e extração de argila. (SANTOS, 2009).

No final século XIX, os cortiços construídos perto do porto, passam a ser alvos dos comerciantes que acumularam capital com a navegação e começam a

exercer maior influência sobre a política da cidade, até então monopolizada pelos militares. Adeptos ao modelo de civilidade capitalista que difundiu o progresso como industrialização e hegemonia do conhecimento científico, provocaram mudanças nos modos de vida e consumo e levaram para Desterro novas formas de controle dos recursos disponíveis. Nesse período foram criadas leis que regulavam a habitação, o acesso aos recursos como água e lenha, as criações de animais e roçados para subsistência (SANTOS, 2009; WAGNER, 2002).

As regulações também foram direcionadas para supressão de práticas culturais, por meio da criminalização da capoeira, dos batuques, dos encontros entre negros, dos “vadios” e dos “meninos de rua” (SANTOS, 2009; WAGNER, 2002). As regulações feitas pela elite econômica da ilha incidiram sobre a vida dos pobres, dos africanos e seus descendentes, limitando seu acesso aos recursos e criminalizando suas expressões culturais.

Com a articulação entre o Estado colonial e o capital local, influenciado pelo conhecimento científico produzido na Europa, as territorialidades racistas do regime escravista, e as científicas e desenvolvimentistas se sobrepuseram, disparando processos que desterritorializaram a população pobre, especialmente os pretos e pardos que habitavam a cidade. Entretanto a importância dos pobres para o funcionamento da cidade atrasou a implementação política desse ideal de civilidade moderna que vinha da Europa (WAGNER, 2002)..

Por algum tempo a elite local não teve a força técnico- política para impor essa ideologia sobre o espaço da cidade. Ao seu alcance estava a promoção de campanhas contra os pobres e os negros, que criminalizam suas expressões culturais e espirituais que ocorriam regularmente. Essas campanhas foram difundidas pela imprensa da capital catarinense no final do século XIX e início do século XX, período no qual as constantes epidemias que assolavam as cidades brasileiras fizeram entrar em cena políticas sanitárias e higienistas que deram força necessária para a retirada dos pobres da cidade (WAGNER, 2002).

A pequena elite comercial, influenciada pelos padrões de civilidade europeu, com o qual tinha contato através do comércio marítimo internacional e pela educação recebida nas universidades europeias que promoviam novas formas de violência simbólica como o eugenismo, que antes de se materializarem em políticas urbanas dirigiram o imaginário social atribuindo aos pobres à causa do atraso, do

subdesenvolvimento e das epidemias que assolavam a população tanto do país como da ilha.

5.1 CICLOS EXTRATIVISTAS E EPIDEMIAS: DO BRASIL À FLORIANÓPOLIS

O século XIX foi um período de muitas transformações, tanto na sociedade brasileira como na de Desterro. Estimulados pelas muitas epidemias que atingiam as cidades, diversos processos de reconfiguração dos espaços urbanos ocorreram. Neste capítulo, buscamos analisar algumas linhas de força que influenciaram esses processos, buscando compreender os dispositivos econômicos, políticos, legais, culturais e de conhecimento que progressivamente transformaram o sociometabolismo da cidade e “geografizaram” a pobreza urbana. As epidemias que mobilizaram a instalação de dispositivos científicos do higienismo sanitário, criando uma onda de sanitização que modificou a configuração espacial das grandes cidades no Brasil no início do século XX e criou diferentes formas de habitar os espaços urbanos.

O início do século XIX foi marcado pela partida da família real portuguesa para o Brasil. Ao fugir das guerras napoleônicas, sob escolta da marinha britânica, Dom João VI inaugurou a dívida externa brasileira e submeteu a colônia portuguesa à influência política e econômica do império inglês. Nesse período já estava em marcha o processo de industrialização que ampliou os mercados mundiais de produtos e a capacidade de transformar a matéria bruta em produtos comercializáveis.

Para Celso Furtado (2005), a dissolução do colonialismo havia se tornado um objetivo para o centro do sistema capitalista (o império inglês) que buscava romper as barreiras institucionais que compartimentavam o sistema. A indústria capitalista havia deslocado o centro de acumulação do sistema para a Inglaterra, pela abertura (e monopólio) de novos mercados para exportação de seus produtos industriais (especialmente têxteis).

O colonialismo inglês assegurava o fluxo de materiais brutos para a produção industrial (as plantações de algodão no sul dos EUA e de açúcar nas ilhas caribenhas), assim como a mão de obra barata do proletariado inglês e o monopólio das tecnologias de produção tornaram a Inglaterra o primeiro império industrial do capitalismo (ENGELS, 2008; FURTADO, 2005; MOORE, 2020).

A dívida adquirida pela monarquia portuguesa facilitou o domínio Inglês sobre a economia e a política do Brasil do século XIX. Nesse período o país se configurava como uma economia de exportação em queda, pois a indústria do açúcar, principal produto exportado pelo império português, entrava em crise no nordeste. No plano internacional, houve uma queda dos preços do açúcar, com a entrada no mercado internacional das produções de açúcar das colônias inglesas no caribe (Cuba, Jamaica, Haiti, Republica Dominicana) (FURTADO, 1999, 2005).

No cenário interno, a indústria açucareira se tornou ainda mais custosa pois o avanço da sua fronteira enfrentava a resistência de povos indígenas e as insurgências de africanos escravizados à expansão territorial da colônia, (Guerras dos bárbaros, guerra contra palmares, Guerra contra Canudos, etc.) (ALMEIDA, 2018). O empobrecimento dos solos, que as plantações monoculturais de cana de açúcar promoveram, impunha a necessidade de ampliar constantemente a área plantada para manter a produção, o que se tornava mais custoso quando havia necessidade de anexar territórios pela guerra.

Outro fator importante, porém, menos abordado, do fim do ciclo do açúcar no Nordeste pernambucano, foi o efeito das epidemias que assolaram as condições de vida e de produção de riqueza na região. Uma das mais importantes foi a epidemia de varíola que, segundo Almeida (2018), devastou a economia da região ao praticamente aniquilar a população africana escravizada, deixando os senhores de engenho sem força de trabalho em suas plantações, o que levou muitos deles à falência.

O período de queda da indústria de açúcar nordestina coincide com a descoberta de ouro, pelos bandeirantes paulistas, gerando uma onda migratória que operou a expansão colonial para as Minas Gerais. O ouro das Minas Gerais rapidamente se tornou o principal produto de exportação do país e o fluxo de pessoas para a região, pelo aumento populacional e criação de vilas e mercados na zona mineira, começava a surgir um mercado interno na colônia (SANTOS, 2009, FURTADO, 2005).

A instalação da corte no Rio de Janeiro incrementou as demandas desses mercados internos em formação (couro, farinha de mandioca, charque, madeira) estimulando novas expansões territoriais para a colonização do Sul do país. Foi esse cenário que levou os bandeirantes para Desterro no final do século XVIII e

continuou levando imigrantes e escravizados para ilha até metade do século XIX (SANTOS, 2009, FURTADO, 2005).

O aumento dos fluxos migratórios para sudeste e sul do país, gerados pelo ciclo do ouro no final do século XVIII em Minas Gerais, foi fator determinante para a entrada da hanseníase na província mineira. A criação dos mercados internos a partir das vilas de migrantes incrementou a circulação de pessoas entre as zonas de garimpo e aquelas que alimentavam o mercado gerado pelas primeiras. Esse intenso trânsito de pessoas, aliado as precárias condições de vida nas zonas de garimpo, possibilitou a propagação e a endemicidade da hanseníase na região, como afirmam Tavares, Marques e Lana (2015).

A movimentação intensa que se viu em Minas Gerais, no início do século XVIII, permitiu que doentes migrassem pelo estado. A disseminação da hanseníase deve ter seguido a marcha pelo ouro e se intensificou com o desenvolvimento da agricultura, o aumento da população local e as más condições de vida da população. A presença no espaço de grandes grupos por um tempo prolongado favoreceu a convivência entre pessoas sadias e indivíduos acometidos pela doença. Em especial no que se refere à expansão da hanseníase, a migração e as precárias condições de vida são fatores determinantes (TAVARES; MARQUES; LANA, 2015, p. 697).

Apesar dos altos volumes de ouro extraídos no garimpo, o sistema de exportações do império estava submetido aos interesses ingleses que, da posição de credores da dívida externa, impuseram condições que aumentavam suas vantagens nas relações econômicas com a corte portuguesa. Essas vantagens foram da aplicação de menores taxas aos produtos importados da Inglaterra até a aplicação das leis britânicas ao cidadão ingleses residentes no território brasileiro (FURTADO, 2005).

O império inglês se tornava o centro de acumulação do capitalismo industrial, monopolizando as economias exportadoras de material bruto (ouro brasileiro, algodão americano, açúcar das ilhas caribenhas) ao mesmo tempo que aumentava seu controle sobre os mercados internacionais, facilitando a entrada dos seus produtos nos mercados em crescimento, processo que bloqueava a industrialização das economias subordinadas, garantindo o menor preços de suas mercadorias nos mercados, pela baixa taxaço dos produtos importados e pelo monopólio da tecnologia (FURTADO, 2005).

A influência inglesa na economia e política do império tensionou a transição do regime colonialista para o capitalista em um longo processo que teve como meta

retirar o controle do trabalho das mãos dos grandes latifundiários escravistas, e ampliar o uso da terra na forma de propriedade privada disponível nos mercados. Foi apenas na metade do século XIX e por influência do império britânico que a propriedade privada passa a ser comercializada no Brasil. Esse processo ainda estimulou a criação de legislações florestais que definiam regras para o uso dos recursos naturais (CESCO; ATALLAH, 2019). A pressão externa (britânica) pela liberação da força de trabalho para o mercado e a pressão interna, causada pelas revoltas e levantes da população negra, cativa e liberta, empurrava a elite política e econômica para o fim do regime colonial escravista.

A resistência das elites econômicas à mudança no regime de trabalho da colônia foi intensa e mostrou o enraizamento cultural e social do trabalho escravizado racializado. O processo de abolição da escravidão foi estendido pela classe dirigente brasileira por quase 40 anos. Entre a lei Eusébio de Queiroz em 1850, que proibiu a importação de africanos sequestrados, e a lei Áurea em 1889, que tornou crime o regime cativo de trabalho, foram criadas as leis do ventre livre em 1871 e a dos sexagenários em 1885, que prolongaram o modelo de trabalho escravista utilizado em todo ciclo do ouro em Minas Gerais e nos primeiros empreendimentos cafeeiros, em São Paulo (FURTADO, 2005). Para Furtado (2005) a manutenção do regime de trabalho escravista servia mais como dispositivo de um sistema de controle regional de poder político, do que como mecanismo que impulsionava a economia.

Abolido o trabalho escravo, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição da renda. Sem embargo, havia-se eliminado uma das vigas básicas do sistema de poder formado na época colonial e que, ao perpetuar-se no século XIX, constituía um fator de entorpecimento do desenvolvimento econômico do país (FURTADO, 2005).

O rápido fim da exploração do ouro em Minas Gerais deixou uma massa de trabalhadores ociosos, formada pelas migrações subsidiadas pelo estado e pelo aumento de trabalhadores negros livres, que passaram a sobreviver com economias de subsistência. A alta do preço do café no mercado mundial e os volumosos lucros que esse mercado ofertava, promoveram nova onda de expansão territorial para a implantação das monoculturas cafeeiras. A ampla disponibilidade de terras e os subsídios dados pelo Estado em favor dos latifundiários paulistas, tornaram as

plantações de café a principal atividade econômica do final do século XIX e início do século XX no Brasil. As monoculturas de café foram avançando sobre novos territórios, ao mesmo tempo em que incorporavam o trabalho barato daquela massa de trabalhadores que, mesmo com os baixos salários pagos pelos donos de terra, melhoravam suas condições de vida, degradadas pelos séculos de regime escravista (FURTADO, 2005).

Uma nova elite econômica surge em São Paulo, com a expansão do café e as novas formas de apropriação sobre trabalho barato e terra barata, estimulando ainda a ampliação da economia interna utilizando as rotas de tropeiros e de suas mulas, que carregavam o café até as cidades portuárias, por caminhos criados para conectar as economias de subsistência desenvolvidas em Minas Gerais e no Sul. Esse sistema de transporte foi posteriormente substituído por infraestruturas modernas, como as estradas de ferro, que permitiam o acesso mais rápido e em volumes maiores da produção a ser exportada (FURTADO, 2005).

O crescimento da produção de café não foi, entretanto, efeito de melhorias e investimentos no solo ou na qualificação do trabalho. O aumento da produção cafeeira se deu pela constante ampliação da área plantada e do volume de trabalho desqualificado empregado nela. Como efeito a precarização das condições de vida dos trabalhadores e a concentração de renda pelos grandes produtores de café, ainda levou a degradação dos solos pelo cultivo intensivo e despreocupado com essa perda de fertilidade, pois ela não afetava seus lucros (FURTADO, 2005).

Sempre que essa terra dava sinais de esgotamento, se justificava, do ponto de vista do empresário, abandoná-la, transferindo-se o capital para solos novos de mais elevado rendimento. A destruição de solos que, do ponto de vista social, pode parecer inescusável, do ponto de vista de um empresário privado, cuja meta é obter o máximo de lucro de seu capital, é perfeitamente concebível. A preservação do solo só preocupa o empresário quando tem um fundamento econômico. Ora os incentivos econômicos o induziam a estender suas plantações, a aumentar a quantidade de terra (amplamente disponível à época) e de mão-de-obra por unidade de capital (FURTADO, 2005).

A expansão do território do café, na região de São Paulo foi acompanhada pelo surgimento de doenças e epidemias. A malária foi frequente no litoral e planalto do estado e o surgimento de casos novos coincidia com o avanço da atividade cafeeira. Segundo Barata (2000) nas regiões atingidas pela malária, de 40 a 85%

dos moradores foram acometidos pela doença e algumas doenças eram exclusivas dos territórios cafeeiros, como o *Triatoma infestans*, que da zona cafeeira e açucareira do norte de São Paulo “*a doença passará a ocupar as outras regiões do estado acompanhando a ‘onda verde’ da expansão dos cafezais*” (BARATA, 2000, p.337).

A autora ainda mostra que outras epidemias acometeram a cidade de São Paulo, no início do século XX. A urbanização da capital paulista foi acompanhada por uma série de epidemias como as de Febre Tifóide (1914, 1920-1921 e 1924-1925), de Meningite Meningocócica (1906) e a grande pandemia de Gripe Espanhola em 1918, que mesmo envolvendo toda a população da cidade, “*as maiores taxas de incidência foram observadas nos bairros periféricos e nas áreas centrais onde predominavam os cortiços e a aglomeração humana facilitava o contágio*” (BARATA, 2000. p.337 *apud* BERTIOLI, 1986). A gripe espanhola acometeu aproximadamente 2/3 da população paulistana na época (em torno de 350 mil pessoas) e durante sua ocorrência atividades escolares, industriais e comerciais foram suspensas (BARATA, 2000).

As epidemias estiveram presentes em todas as grandes cidades e na zona rural do Brasil no século XIX, sendo importantes forças de territorialização que acompanharam os ciclos econômicos brasileiros, assim como o desenvolvimento do comércio interno. O medo e a desagregação social que elas provocavam abriram as portas para a entrada das práticas de higiene do sanitarismo científico europeu, no século XX (BARATA, 2000).

Os dispositivos colocados em ação nas cidades a partir dessa racionalidade, operavam formas de controle sobre o sociometabolismo que circunscreviam o acesso aos recursos como água, madeira e locais de moradia, criações de animais e roças, assim como determinava os comportamentos e costumes considerados civilizados e higiênicos. Essas ações remodelaram a vida nas cidades, atingindo especialmente os modos de vida dos pobres, que foram expulsos dos centros urbanos que se desenvolviam. As epidemias tiveram ainda um papel importante na construção do imaginário de periculosidade associado aos pobres, que a composição racista da sociedade brasileira, faz recair com maior força sobre as pessoas pretas (BARATA, 2000; SANTOS, 2009; TAVARES; MARQUES; LANA, 2015; ALMEIDA, 2018).

Rob Wallace (2020) afirma que nossa sobrevivência depende da convivência com microrganismos diversos, e discute, a partir de pesquisas sobre as composições dos **microbiomas**¹⁰ dos diferentes corpos que, as diferenças entre as composições dos microbiomas humanos são construídas historicamente na relação com o ambiente. Para o pesquisador, o papel da seleção natural não é maior do que o papel das contingências e restrições históricas na formação dos microbiomas que compõe nossos corpos. Nossa “ecologia interna” é constituída ao longo das interações metabólicas de co-dependência com comunidades de microrganismos presentes no ecossistema. Esses ambientes são formados pelas relações socioculturais entre corpos e humanos e o ambiente, ou, dito de outra forma, os microbiomas são construções históricas de sociometabolismos internos. Outras pesquisas sugerem que a relação saúde/doença de uma população pode ser mais influenciada pela composição e estado das comunidades microbianas do que pela presença ou não de agentes patológicos (WALLACE, 2020).

Os estudos da microbiologia evolucionária de Rob Wallace (2020) mostram que existem mecanismos de retroalimentação entre as políticas, as condições sociais e as ambientais, que criam comunidades de microrganismos ao produzir comunidades humanas, em relações de interpenetração e interdependência mútuas onde *“Esses aliados unicelulares, por sua vez, emergem de uma trajetória histórica ao longo da qual micróbio e ser humano moldam um ao outro intermitentemente”* (WALLACE, 2020. p, 213).

Como efeito de uma inscrição sociometabólica que criou as condições para a emergência de epidemias nos territórios dos grandes empreendimentos extrativistas as reflexões desta sessão mostram que existe uma relação entre o surgimento de patologias e a expansão da fronteira extrativista, e seus mecanismos de controle sobre recursos materiais, trabalho, energia e alimentos baratos, através das monoculturas e do garimpo feitos por trabalhadores escravizados ou precarizados.

Essa forma de apropriação da natureza simplifica o trabalho, os ecossistemas e as culturas ordenando esses elementos para a criação de valores monetários, produzindo desigualdades econômicas, sociais e ambientais em processos que degradaram as condições de vida de muitas populações humanas e não humanas.

¹⁰ Microbiomas são comunidades de microrganismos que habitam diferentes partes do corpo humano como a pele, trato gastrointestinal, vias aéreas, entre outros. Esses organismos criam microambientes em nossos corpos que ajudam a realizar funções fisiológicas de proteção contra agentes patológicos, regulação da hidratação e da oleosidade, digestão, estímulo da imunidade, produção de neurotransmissores, produção de vitaminas etc.

As migrações, as planificações de ecologias, a exploração do trabalho, a crescente circulação de mercadorias, e as precárias condições de vida das populações pobres nas cidades coloniais criaram ecossistemas propícios para reprodução de bactérias, vírus e seus vetores, selecionando aqueles que melhor se adaptaram aos fluxos de matéria, energia e pessoas.

As epidemias que emergiam, por sua vez, foram usadas pelas forças políticas para espacializar a pobreza urbana através do higienismo e da noção de salubridade, importadas das ciências europeias. No Brasil, a espacialização urbana da pobreza foi atravessada pela sociabilidade racista do regime escravocrata que operou segregando territórios a partir de pertencimentos culturais, étnicos e econômicos, criando territórios onde as condições de saúde, o acesso recursos naturais, sociais e técnicos passaram a ser, cada vez mais, condicionados pelo local de moradia na cidade.

5.2 DA SELVAGEM DESTERRO À CIVILIZADA FLORIANÓPOLIS: SAÚDE, PODER E GEOGRAFIA

Agora lançamos um olhar sobre mecanismos com os quais as políticas sanitárias, desenvolvidas entre o final do século XIX e início do século XX em Florianópolis-SC, promoveram uma série de territorialidades marginais que foram espacializadas com a expulsão da população pobre do espaço urbano e sua retritorialização, em diversas comunidades nos Morros adjacentes ao centro da cidade, fora do perímetro urbano.

Desde o final do século XVIII, a população de Desterro sofreu com epidemias que entravam na ilha pelo porto natural, acompanhando a chegada de migrantes e o comércio marítimo que a conectava a outros portos na costa brasileira e mais além. Quando chegavam com tripulantes infectados por alguma mazela, os navios eram proibidos de atracar sem realizar um período de quarentena. Doentes eram lançadas ao mar na costa da ilha para que os barcos chegassem ao porto e para não transmitirem aos outros membros da tripulação os males de que sofriam (SANTOS, 2009).

Santos (2009) conta que muitos desses doentes circulavam pelas ruas da cidade pedindo auxílio e cuidados eram levados para o Hospital de Caridade ou

morriam nas margens da ilha. Entre os anos 1793 e 1813, a taxa de mortalidade de Desterro subiu de maneira alarmante (SANTOS, 2009).

O desenvolvimento do comércio marítimo ampliou a imigração de europeus e o tráfico de africanos sequestrados, movimentando ainda mais o porto no início século XIX. Por estar localizada em importante rota comercial, é presumível que Desterro também estivesse nas rotas das epidemias que atingiam a costa e o Sudeste brasileiros, assim como de patógenos e microrganismos que chegavam à ilha da Europa, África, EUA e de países da América Latina. O Hospital de Caridade era o único lugar onde os doentes, que não podiam pagar atendimentos médicos em domicílio, recebiam alguma assistência. Entre 1800 e 1840, o número de estrangeiros atendidos aumentou de 4,2% para 23,3% (SANTOS, 2009).

Antes da abolição do escravismo houve aumento da pressão social pelo fim do regime escravocrata e a criação de mecanismos de regulação do tráfico de pessoas como a proibição do tráfico internacional. A elite escravista e os traficantes de pessoas pressionados pelo possível fim da atividade, intensificaram o tráfico de africanos sequestrados dentro do país e Desterro estava nesta rota. O rápido aumento da população pressionava a vida na cidade com o acúmulo de poluentes nas áreas mais densamente povoadas, localizadas nos arredores das fontes e dos rios que cortavam a cidade (FURTADO, 2005; SANTOS, 2009).

O aumento do número de pessoas com dificuldades em acessar os recursos ambientais, econômicos e políticos da cidade, junto as constantes entradas e saídas pelo porto, criou “ondas” de epidemias, que assolaram a cidade a partir da metade do século XIX. Esses eventos serviram como justificativa para implementação dos dispositivos sanitários e políticos de controle e ordenamento da cidade (SANTOS, 2009).

A legislação sobre a cidade foi um dos primeiros dispositivos para esse controle. Os mecanismos legais nos fornecem uma visão dos conflitos que ocorriam no território da cidade entre a ordem desejada pela elite comercial em formação, e a cidade que se formava. As epidemias de “febres cerebrais” de 1840 e 1841, fizeram muitas vítimas entre militares da cidade, e parecem ter induzido a criação de um marco legal para o uso da cidade, expressos no Código de Posturas da Câmara Municipal da cidade do Desterro de 1845. Os treze capítulos do código dispõem sobre segurança pública, saúde pública, tranquilidade pública, comodidade pública, segurança pública, uso de armas proibidas, abastança, expostos, ofensa a

moralidade pública, injúria e obscenidade, ruas, estradas, caminhos e pontes, culto público, rendas municipais, disposições gerais e classificavam as pessoas em quatro categorias: os marinheiros, os vadios, os escravos e as pessoas decentes (SANTOS, 2009).

A classificação operava diferenciações legais, especialmente sobre as punições que eram dirigidas aos diferentes tipos de cidadãos. As prisões e as multas eram as formas de punição para pessoas livres e as prisões e os castigos físicos eram direcionados aos escravizados que descumpriam o código. As diferentes categorias de pessoas designavam quais corpos poderiam acessar os espaços da cidade, assim como quando eles o poderiam fazer. Foram criadas restrições a circulação de vadios, marinheiros, escravizados e quitandeiras que não podiam estar nas ruas da cidade após o toque de recolher (SANTOS, 2009).

Os escravizados não poderiam permanecer em vendas e mercados por mais tempo que o necessário, assim como não podiam ficar nas portas de suas casas ou promover “ajuntamentos” para danças, jogos e festas de reinados africanos. O código ainda previa prisão para os escravizados que fossem pegos jogando nas ruas, praças, bosques e esconderijos (SANTOS, 2009). As proibições explícitas a reprodução da cultura Africana, assim como o tipo de punição que era dirigida a esses corpos explicitam a racialização que marcou a transição de um colonialismo para uma colonialidade das relações de poder, saber (QUIJANO, 2005) e ser, que atualizavam dispositivos de poder que mantinham as relações de dominação e exploração coloniais e racistas que marcam ainda hoje a sociabilidade brasileira e florianopolitana.

A primeira metade do século XIX, foi um período de transição política no Brasil. A transferência da sede do reino Português para a colônia brasileira, realizada sob a tutela do império inglês, concedendo privilégios nas relações econômicas e políticas entre os Estados. A independência do Brasil do reinado português, manteve a família real lusitana no poder e as vantagens inglesas em sua relação com o Brasil, que apresentava perspectivas econômicas mais robustas que Portugal. Segundo Celso Furtado:

O que importava era garantir junto ao novo governo brasileiro a continuidade dos privilégios conseguidos sobre a colônia. Assim, de uma posição excepcionalmente forte, pôde o governo inglês negociar o reconhecimento da independência da América portuguesa. Pelo tratado de 1827, o governo brasileiro reconheceu à Inglaterra a situação de potência

privilegiada, autolimitando sua própria soberania no campo econômico (FURTADO, 2005, p.47).

A atualização dos dispositivos políticos e econômicos de controle colonial se deu pela quebra das barreiras institucionais que impediam o avanço do modelo capitalista sobre o território brasileiro. Os principais fatores impostos pelo império inglês ocorreram após a independência do país da coroa Portuguesa e tinham foco na ampliação do uso privado da terra e na liberação do trabalho das amarras coloniais. Essas duas tendências estão presentes no código de posturas de Desterro de 1845 que ao sobrepor mentalidades capitalistas e coloniais realizaram a manutenção dos privilégios de uma elite escravista, a expansão do uso privado da terra e regulamentaram o uso dos recursos naturais existentes (SANTOS, 2009).

O código de posturas proibia os africanos escravizados de alugar casas em certos pontos da cidade, estabelecendo multa aos proprietários, obrigando posseiros a devolver ao Estado “terras usurpadas” e proibia a apropriação e exploração de áreas consideradas importantes, como portos, fontes e áreas de mata. Definia, ainda, de que modo deveriam ser feitas as construções das casas na cidade, estabelecendo parâmetros que apenas as pessoas com alto poder econômico conseguia cumprir. Essas regulações entram em vigor após a valorização das áreas onde o comércio passa a ser mais ativo, como aquelas próximas ao porto da capital e do mercado do peixe, habitadas por africanos e pessoas pobres (SANTOS, 2009).

A ecologia e a topografia da ilha não permitiam a implantação do modelo agrícola latifundiário e monocultor e a tendência a buscar os maiores retornos dos investimentos nos menores tempos possíveis, fez com que a especulação imobiliária se tornasse a principal maneira de aumentar a renda da terra pela cobrança de aluguéis. Na medida em que os proprietários de terras buscavam aumentar suas rendas, se tornava mais caro habitar as áreas da cidade que haviam valorizado fazendo com que os pobres que viviam perto do porto e do mercado, fossem forçados a migrar em busca de outros lugares para morar. Além de impor padrões de construção inatingíveis para as populações pobres foram estipuladas severas punições a quem ajudasse, de qualquer maneira, escravizados em fuga, instalando dispositivos legais para prolongar o modelo escravista de trabalho e os privilégios adquiridos pela exploração que ocorria nesse sistema (SANTOS, 2009).

Outros dispositivos parecem apontar para uma transição política que ocorreu com o fim da escravidão legal em 1888 e deslocou os dispositivos de poder que

atuavam na cidade, do colonialismo escravista para a colonialidade capitalista. A proibição, pela câmara municipal, de que mais do que 4 pessoas habitassem os cortiços na cidade e a contratação dos serviços de coleta de lixo, saneamento e iluminação pública em 1899, deu fim às casas de porta e janela, conhecidas como cortiços, na cidade ao demolir as últimas para instalação da rede de iluminação elétrica da cidade.

As transformações ocorriam nos espaços onde viviam os negros, africanos escravizados e libertos, que dividindo alugueis nos cortiços, criavam redes ampliadas de ajuda mútua para sua sobrevivência na cidade (SANTOS, 2009, WAGNER, 2002).

Diante da migração para outros espaços da cidade, essa população foi impedida de acessar aos benefícios da modernidade que se instalavam na capital catarinense e, muitas vezes, foram distanciando-se das redes de proteção que haviam construído. O fim dos ciclos de expulsão dos pobres da região central da cidade mostra como os mecanismos de diferenciação social passam a agir geograficamente delimitando os espaços centrais e periféricos na cidade a partir da segregação racial (SANTOS, 2009, WAGNER, 2002).

O código de posturas também se dirigia à regulação do uso dos recursos da ilha, regulando as formas de acesso à natureza, desde o acesso às fontes, passando pelo controle do corte de mata (a lenha era a principal fonte energética da época) e determinando onde deveriam ser feitos os “despejos”, para proteger as nascentes das “imundícies”. Definia ainda como deveriam ser construídas estradas e pontes e proibia as criações de animais dentro da cidade. Essa prática comum aos pobres da ilha ao ser regulamentada tornou impraticável sua de realização de forma legal pelos pobres, restringindo ainda mais suas possibilidades de trabalho e sobrevivência(SANTOS, 2009,).

Nessa mesma direção, é observado por Santos (2009) que a proibição do transporte de lenha em pequenas canoas, que passam a ser transportadas apenas por iates (embarcações maiores), também retiraram do povo pobre outra importante fonte de trabalho e renda. As leis que regularam o comércio impediram que os pobres tivessem acesso ao mercado formal que se criava na ilha pelas altas taxas cobradas para aberturas de empresas e vendas, assim como os parâmetros arquitetônicos das construções, bloqueava a ascensão social dos pobres, africanos livres e foros (SANTOS, 2009; CARDOSO, 2008).

As regras incidiam também sobre o comportamento moral dos cidadãos criminalizando as expressões culturais com raízes africanas de forma explícita, festas, batuques, jogos e reuniões de escravizados e negros eram proibidas. As proibições sobre nudez, gritos, palavras e figuras ‘obscenas’ em locais públicos, espetáculos nas ruas, praças e arraiais, reuniões de mascarados sem licença prévia e a proibições de participar do Entrudo , apesar de menos explícitos tinham o objetivo de manter práticas da cultura africana e os corpos que as realizavam na ilegalidade (SANTOS, 2009; CARDOSO, 2008).

O código de posturas ainda definia como e onde deveriam ser os sepultamentos e funerais, assim como determinava a retirada dos curtumes do espaço da cidade (SANTOS, 2009). Todas essas regulações tornavam ilegais as culturas africanas, que realizavam sua expressão pública nas ruas da cidade, criminalizando os corpos que carregavam orgulhosamente a África nos seus modos de falar, dançar, de trabalhar, de festejar e de se mover no mundo.

A legislação de 1845 nos mostra como as elites políticas e econômicas da capital catarinense buscaram implementar a modelo o capitalista sem modificar a estrutura social racista do antigo regime. De modo paralelo passava a valorizar a terra a partir de sua renda, e entendia a natureza como recurso a ser controlado, na medida em que se tornavam escassos e percebidos como importantes para a produção e reprodução da vida na cidade.

Diversos mecanismos operaram invisibilizando as culturas dos povos africanos, tidas como selvagens e atrasadas, marginalizando as manifestações de outros modos de vida sobre o território da cidade. O código de posturas de 1845 dispôs uma série de regulações que classificaram, distribuíram e normatizaram o acesso ao sociometabolismo da cidade de modo desigual a partir de hierarquias étnicas, raciais e de classe, definidas para a manutenção do poder da elite patriarcal catarinense (SANTOS, 2009).

As sobreposições de forças que buscavam segregar o corpo social a partir da raça, da classe e do gênero foram realocando as expressões culturais, os locais de moradia e as formas de acesso a natureza. Esse movimento, compreendido aqui a partir do código de posturas de 1845, teve outros dispositivos que operaram a seu favor, como a imprensa e as campanhas contra pobres e meninos de rua. A criação de instituições como Orfanotrófio (1897) e do Asilo de Mendicância (1910) em espaços afastados do centro comercial da cidade tiveram importante função na

realocação de “meninos de rua” e de “mendigos” para áreas mais afastadas, definindo um lugar para os pobres, que era bem distante daquele dos ricos. Esse processo, entretanto, só foi completo com as obras de saneamento que ocorreram na ilha no início do século XX (SANTOS, 2009).

Na segunda metade do século XIX, as epidemias de Cólera em 1855 e novamente 1880, de Febre Amarela e Escarlatina em 1850 a 1853, de Coqueluche e Sarampo em 1874, assim como a grande epidemia de Varíola em 1882 deram força para a entrada dos dispositivos científicos modernos de saneamento do espaço urbano, desenvolvidos especialmente na França, à época. Segundo Santos (2009), foi a partir do surto de cólera em 1880 que se começa a pensar na retirada da mendicância da cidade e após a epidemia de Varíola de 1882, foram colocados em movimento os dispositivos tecnológicos importados de saneamento urbano. As epidemias que haviam se tornado comuns nas cidades do litoral (SANTOS, 2009), e nos empreendimentos extrativistas que avançavam pelo interior do Brasil (ALMEIDA, 2018), impulsionaram a implementação de sistemas de saneamento e práticas de higiene no ambiente urbano das cidades que se urbanizavam no país, entre elas Florianópolis.

O discurso científico associava a emergências de doenças à pobreza, e esta, à ausência de civilidade, reforçando as estruturas cognitivas do regime escravista pela vinculação das pessoas pretas e pobres, de sua cultura e formas de vida, ao surgimento de doenças e epidemias. A partir de 1894, as casas dos pobres foram alvo constante de vigilância da polícia sanitária e através da repressão à “vadiagem” criou-se mais um dispositivo de deslocamento desses sujeitos para outros espaços da cidade (SANTOS, 2009).

Nesse período, o Brasil passou de sede do reinado português a país independente (1822) e saiu do regime monárquico para entrar na velha república (1889), promovendo uma ampliação da burocracia e do tamanho do Estado (FURTADO, 2005). Em Florianópolis, o cargo de inspetor sanitário foi criado em 1882, mesmo ano em que a epidemia de Varíola acometeu os catarinenses. Os cargos criados por essa ampliação da máquina estatal aumentavam os dispositivos de controle sobre os elementos da vida e foram ocupados por militares ou membros da elite econômica local, o que não foi diferente em Florianópolis (SANTOS, 2009).

A articulação entre Estado e burguesia já foi muito estudada e é bem conhecida no campo das ciências sociais e econômicas sendo entendida como uma

forma de garantir a manutenção de privilégios e a acumulação de capital ao perpetuar os objetivos econômicos dos capitalistas sobre o sistema político.

Do ponto de vista da construção de um modelo cognitivo para compreensão do mundo, a articulação entre as elites econômica, política e militar produziu uma série de concepções sobre a realidade a partir de referenciais filosóficos orientados pela lógica universalista da razão científica moderna que deslegitimaram os saberes africanos e populares, considerados primitivos. A proibição das práticas “mágicas” e da medicina popular do código de posturas de 1845 explicita esse movimento. Por outro lado, os governantes da ilha, assim como outros membros da elite econômica, passaram a frequentar as universidades europeias e os institutos brasileiros criados aos moldes dessas instituições de ensino, fazendo um papel de difusores da universalidade do pensamento científico. É o caso do deputado José Boiteux e do governador Hercílio Luz. Figuras historicamente celebradas na cidade, tiveram participações decisivas na configuração territorial da cidade e na penetração do pensamento científico moderno nas práticas políticas de Florianópolis, no fim do século XIX e início do XX(SANTOS, 2009)..

Foi na gestão de Hercílio Luz, entre 1894 e 1925 que ocorreram as maiores obras sanitárias da ilha, o aterramento da região do antigo porto, a construção do novo mercado, o fechamento do rio da fonte grande (hoje avenida Hercílio Luz) e a construção da ponte (antiga) que liga o continente a ilha. José Boiteux ainda fundou o instituto Politécnico de Florianópolis em 1917, primeira instituição de ensino superior do estado que teve papel importante na difusão do pensamento científico (SANTOS, 2009).

Todos esses dispositivos foram territorializando uma moderna Florianópolis sobre a “selvagem” Desterro, delimitando geograficamente as desigualdades na cidade pelo controle sobre as formas de acesso aos recursos (o sistema de iluminação, o saneamento, restrições a práticas de subsistência e o capital circulante), de expressão simbólica (criminalização das manifestações culturais africanas) e do trabalho (regime escravista e divisão socio- étnica do trabalho). O efeito dessas forças sobre a vida dos pobres foi significativo e levou às migrações destes para os Morros ao redor da cidade saneada, onde as resistências das pessoas pobres, pretas e pretos passaram a se manifestar, em um novo território, fora da cidade e das “vistas” da elite branca florianopolitana.

6 TERRITORIALIDADES NA DESTERRO

Neste capítulo, analisamos diferentes forças políticas, ideológicas, culturais e sociais que configuraram o espaço urbano até sua forma contemporânea na capital Catarinense. Procuramos compreender os mecanismos de territorialização a partir de seus efeitos na população pobre da cidade, caracterizando duas territorialidades hegemônicas: a da *cidade hostil* e da *cidade saneada*.

Em seguida olhamos para os mecanismos, práticas e saberes que constituíram as territorialidades que resistiram à hostilidade da cidade e à expulsão da cidade saneada. Fazemos uma reflexão sobre algumas formas plurais de relações familiares, relações entre classes e etnias, assim como a formação de redes de solidariedade que surgiram como formas de sobreviver e resistir às forças de dominação que passaram a atuar na cidade.

Nos tópicos anteriores, apresentamos outras duas territorialidades que emergiram das práticas e saberes de resistência e que perduram em sociabilidades presentes na comunidade do Morro do Mocotó, território quilombola adjacente ao centro da cidade, localizado no maciço do morro da Cruz. Os valores ancestrais que operam essas práticas de ajuda mútua e possibilitaram a sobrevivência de pessoas e culturas por meio dos mutirões e da territorialidade alimentar expressada pelo Mocotó. As histórias de resistência nos informam sobre formas de sociabilidade, ou como *ensaios de mundo*¹¹ que resistem às violências das territorialidades colonial-capitalista-moderna partir de valores solidários e comunitários.

6.1 TERRITÓRIOS DE DESTERRADOS: A CIDADE HOSTIL

Ora, se o mar parecia dominado pelos homens, as ruas pertenciam às mulheres, em grande parte de origem africana. Estas caçadoras furtivas do cotidiano pareciam enfrentar a tudo e a todos em busca de seus sonhos, e sobreviver da melhor maneira possível, um dia após o outro. São criadas, lavadeiras, quitadeiras, amas, mulheres astutas e barulhentas, algumas turbulentas e desordeiras, com vidas radicalmente distintas de uma certa visão idealizada das mulheres que reinava absoluta nas cabeças de letrados masculinos” (CARDOSO, 2008 p.102).

Lá estavam elas pela rua dos Bragança, atual Sete de Setembro, rua Trajano, rua da Palhoça, atual Vidal Ramos e, principalmente, a Fonte Grande no bairro da Tronqueira, atual Hercílio Luz. Tal disposição,

¹¹ Termo cunhado pelo professor Carlos Walter Porto Gonçalves na cadeira de Ecologia Política ministrada na UFSC em 2022, que respeitosamente tomamos emprestado pela potência política e poética que carrega.

combinada com o alarido que lhes era peculiar, deveria causar certa sensação de onipresença.... Mulheres cujo ofício atravessou grande parte do século XX, duraram até que a preocupação com a higiene pública e os melhoramentos urbanos fosse privando-as das fontes, bicas, córregos e cariocas. Neste momento, elas passaram, cada vez mais, a se instalarem ladeira acima por toda a extensão do velho Morro do Antão (CARDOSO, 2008. p, 106, 107).

O retrato que Cardoso (2008) faz do processo de migração dos pobres para o Morro do Antão nos mostra como muitas dessas mulheres, ao serem expulsas de suas casas e privadas de seus locais de trabalho, pelas políticas higienistas e urbanistas do final do século XIX e início do XX, fizeram no maciço do Morro da Cruz (antigo morro do Antão) seus lares fundando as primeiras comunidades próximas a porção sul do Morro. Essa cadeia de morros, a partir do Leste, *abraça* o centro da cidade de Florianópolis, se estendendo de norte a sul da baía que tem sua superfície virada para ao continente, a oeste.

O código de posturas de 1845 parece ter inaugurado o período das migrações com a criação de dispositivos políticos, sociais e institucionais que legitimaram e deram início a expulsão dos africanos e seus descendentes do espaço urbano que as elites política e econômica da cidade buscavam construir. Para Faoro (2001), esse ideal moderno de sociedade, entrava em confronto com as políticas coloniais “*dentro da cidadela assediada*”. Ao propor um modelo moderno de sociedade “*também a implantar de cima para baixo, capaz de ordenar o caos social*” as elites políticas buscavam “... *ajustar o país aos modelos importados, sustentados pelo livro estrangeiro*” (FAORO, 2001, p.588).

Em Florianópolis, a transição de um modelo colonial de sociedade, para outro moderno, justificou a demolição dos cortiços, onde moravam muitas das lavadeiras de que nos fala Cardoso (2008), ocorreu entre 1845 e 1940 e foi fundamentada, segundo Santos (2009), por duas vertentes de pensamento. Uma vertente sanitária higienista, que atuou entre 1845 e 1920 e outra, urbano estética, que entre 1900 e 1940 animava a reconfiguração territorial na cidade. O período entre 1900 e 1910 foi o que concentrou a maior parte das demolições e das migrações para o Maciço do Morro da Cruz, período esse que sobrepôs os princípios sanitários higienistas a urbanos modernizadores dando força aos dispositivos políticos e institucionais que modificavam a cidade (SANTOS, 2009).

Os ideais estéticos e sanitários foram difundidos através de campanhas pela retirada dos cortiços dos locais onde se desenvolvia o comércio e onde moravam as

elites. As habitações eram consideradas os principais impeditivos da sanitização, embelezamento e modernização da cidade. Os moradores desses lugares eram os pobres, em sua maioria africanos e descendentes de africanos, cativos, forros, livres e marinheiros que alugavam as casas de forma coletiva, com os ganhos realizados nos trabalhos na cidade e no mar. Os mecanismos que efetivaram a expulsão e demolições das casinhas de porta e janela tiveram início com a polícia sanitária e as desapropriações em nome da saúde, para abertura de vias mais largas. Foram ainda concedidas indenizações e isenções de taxas para aqueles proprietários que demolissem os referidos conjuntos habitacionais (SANTOS, 2009).

A terra (propriedade privada) se torna uma importante fonte de renda no centro da cidade, passando a ser especulada pela elite econômica, tornando a venda desses espaços negócios mais lucrativos do que o aluguel para pessoas pobres. As novas normas estéticas e arquitetônicas de construção, também tornavam impossível que gente com pouco dinheiro erguessem casas na cidade e condenava as construções já feitas por essas pessoas. (SANTOS, 2009).

Para Cardoso (2008), a raiz estamental do pensamento da elite política da cidade impunha limites nas aspirações de ordenamento do mundo a partir das regras universais e impessoais do direito liberal. De modo que mesmo com o projeto modernizador como horizonte *“O mundo luso-brasileiro continuava a operar com categorias oriundas do passado colonial, que existiam para benefício dos descendentes dos portugueses e assimilados, mesmo que caídos em desgraça”* (CARDOSO, 2008, p. 117).

Ao largo do processo de abolição do escravismo, forros, livres e libertos, ao saírem das casas de seus captadores buscavam as fontes Ramos (Largo Fagundes), o Largo da Palhoça (Vidal Ramos), o campo do Manejo (Largo gen. Osório) e a Fonte Grande (Av. Hercílio Luz) como locais de moradia e trabalho (caso das lavadeiras) adensando a população desses locais. As chácaras e sítios da elite econômica impediram os deslocamentos, das populações desapropriadas, em direção ao norte e sudeste da península, onde se localizavam. As primeiras demolições de cortiços aconteceram exatamente nos caminhos que levavam a esses lugares, usados pela elite econômica para se afastar espacialmente, diferenciar socialmente e proteger sanitariamente, como mostra Santos (2009, p. 528) *“Casas em ruínas, foram condenadas, quando próximas às áreas em que os ricos queriam se exilar ou passar o verão, longe de epidemias.”*

A configuração espacial da capital Catarinense nos oitocentos, aliada a uma série de obstáculos, impedimentos e violências, que passam a atuar sobre a vida dos pobres, fez com que a ocupação dos Morros se tornasse uma opção viável para a moradia. Existem registros de ocupação do Maciço do Morro do Cruz, anteriores a 1865, mostrando que nesse período havia roças e pequenas habitações de militares e outras pessoas pobres que buscavam sua subsistência, assim como histórias de escravizados, criminosos e outros fugitivos que usavam a geografia sinuosa do terreno como esconderijo e rota de fuga. Seu Mimo, foi membro fundador do Partido Comunista no início do século XX, período em que passou a morar no Morro do Céu, conta que lá, antes da ocupação por trabalhadores da cidade, foi esconderijo dos escravizados que escapavam de seus cativeiros (SANTOS, 2009).

Ao final do século XIX, mecanismos institucionais que associaram as populações pobres, africanas e seus descendentes a doenças, à criminalidade, ao atraso, à selvageria, à magia, e à incapacidade, aos poucos substituíram aqueles do escravismo, reafirmando o domínio da elite econômica e política sobre o território e sobre o controle das trocas econômicas, as condutas sociais e o acesso aos recursos da natureza. A política da cidade passa ser regida por pressupostos científicos articulados aos desejos e aspirações de certos grupos políticos de modo que a presença da população pobre na cidade vai ganhando contornos cada vez mais dramáticos (CARDOSO, 2008).

Ao mesmo tempo que a exploração do seu trabalho é necessária para manutenção do controle e dos privilégios de uma pequena elite econômica, sua presença nas ruas ganha a antipatia dela, por lembrar um passado colonial que devia ser abandonado em nome da modernidade e civilidade. O modelo europeu de “modernidade” e “civilidade” é ressignificado dentro da ideologia serviu, herdada de uma elite estamental escravista, criando dispositivos institucionais hostis aos pobres, africanos e seus descendentes, o “...que expressava o desejo de manter, indefinidamente, as relações hierárquicas entre os lusos e os afro-brasileiros, de modo a tornar possível a exploração pelos primeiros, do trabalho e da obediência dos segundos” (CARDOSO, 2008, p. 197).

O estudo de Paulino de Jesus Francisco Cardoso (2008), *Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*, desvela alguns dos mecanismos que tornavam o simples circular pela cidade, na Florianópolis oitocentista, ameaçador as populações

afro-brasileiras. Um desses mecanismos eram as suspeições que incidiam sobre elas. Segundo o autor as suspeitas de ausência ou inadequação no cuidado de crianças promoveu casos de trocas de tutelas de crianças, retiradas de seus pais e principalmente de suas mães.

A partir da luta de mulheres para reaver seus filhos, Cardoso (2008) mostra como os mecanismos legais e seus representantes institucionais, atuavam destituindo e invisibilizando os cuidados dessas mães, assim como suas lutas diárias, em detrimento de figuras da elite, quando existia, por parte destes, interesse na tutela das crianças. O próprio interesse é questionado pelo autor, que percebeu grande esforço por parte de certos senhores escravistas em disputas de tutela, levantando a hipótese de que, no período em que a Lei Rio Branco de 1871 (ou Lei do Ventre Livre) estava vigorando, a elite escravista Florianopolitana buscava, através da gestão da infância desvalida por parte do Estado:

...controlar as populações empobrecidas, lançando mão dos membros das elites no trabalho de gestão da infância desvalida e, ao mesmo tempo, da ameaça de destruição das famílias como forma de obrigar, principalmente, as mães a seguir os padrões de comportamento adequados, empregando-se nas atividades domésticas e outros serviços controláveis pelas redes de vigilância das elites bem nascidas (CARDOSO, 2008, p.181).

Por outro lado, a desconfiança sobre os homens tomava a forma da periculosidade, que incidia sobre seus corpos e suas práticas de trabalho e comércio, constantemente vigiadas pelas instituições policiais da cidade. O medo das rebeliões de escravizados nesse período era grande em todos os cantos do país e mobilizou o imaginário e as forças políticas da época. Predominava o medo de revoltas coletivas, como as que ocorreram na Bahia com a revolta do Malês (1835), mas também das rebeldias quotidianas que resistiam aos desmandos de uma sociedade estamental e escravista (CARDOSO, 2008).

Sob manto do medo, as práticas africanas e populares de medicina foram alvos das suspeições e das restrições que a nova cidade buscava construir. Atribuindo a tais práticas qualidades mágicas negativas ou acusando-as de fraudar a medicina científica, operava o controle do Estado criminalizando os chamados “charlatões”, que manipulavam plantas e ervas para fazer “feitiços” e venenos (SANTOS, 2009).

A lenta migração que ocorreu para os morros, na segunda metade do século XIX, foi acelerada nos primeiros anos do século novo. A hostilidade aos pobres na cidade ganhou contornos modernos com a implantação das novas tecnologias sanitárias, importadas das engenharias francesa e inglesa. Entre 1899 e 1903, o conjunto de casas de porta e janela conhecido como Cidade Nova, localizado nos arredores da praça da Matriz e da igreja do Rosário, entre as ruas Arciprestes Paiva, Marechal Bittencourt e Padre Miguelinho, onde hoje está a Catedral metropolitana de Florianópolis, foi desapropriado para dar espaço a ruas, avenidas e à praça do congresso. As primeiras comunidades a se formarem pela migração para o maciço do Morro da Cruz, foram as comunidades do Mont Serrat, Nova Descoberta, Abssínia, Inferninho e do Mocotó (SANTOS, 2009), esta última onde se desenvolveu parte expressiva do campo dessa pesquisa.

Para uma melhor compreensão desse processo migratório apresentamos as figuras 1, 2 e 3. A Figura 1 mostra o mapa de Florianópolis no início do século XX, com as localidades do centro da cidade identificadas. Na figura 2 são mostrados os fluxos migratórios que ocorreram no final do século XIX e início dos séculos XX. As Figuras 1 e 2 foram estão na tese de doutorado de SANTOS (2009). A Figura 3, de elaboração do autor, sobrepõe o fluxo migratório, descrito por Santos (2009) em sua tese, ao mapa atualizado da cidade¹²

¹²A perceptível diferença nos contornos da ilha foi provocada pelas obras de aterramento que ocorreram no centro de Florianópolis como parte das modificações sanitárias e da modernização da cidade no século XX

Figura 1: Localidades Florianópolis século XX



Fonte: SANTOS (2009), apud Base Cartográfica IBGE, 1980
 Levantamento aerofotogramétrico esc 1:25.000 Aerofoto Cruzeiro do Sul 1938
 Elaboração: Marcelo Machado
 Organização: André L. Santos

Figura 2: Migrações população pobre em Florianópolis século XIX e XX



Fonte: SANTOS, (2009), apud Planta Topográfica da Cidade de Florianópolis 1876
 Levantamento aerofotogramétrico esc 1:25.000
 Aerofoto Cruzeiro do Sul 1938
 Elaboração: Marcelo Machado
 Organização: André L. Santos

Figura 3: Migrações da população pobre nos séculos XIX e XX
 dispostas no mapa atualizado de Florianópolis



Fontes: GoogleMaps, (2023); SANTOS, (2009).
 Elaboração do autor

6.2 TERRITÓRIO DA TÉCNICA E AS TÉCNICAS DE TERRITORIALIZAÇÃO: DA CIDADE COLONIAL A CIDADE SANEADA

Os trabalhadores começavam a destelhar as casas quando saíram de algumas delas crianças e mulheres carregando móveis, colchões e tudo o mais que conseguiam retirar a tempo. Terminada a demolição da ala esquerda, os trabalhadores passaram a se ocupar da ala direita, em cujas casinhas ainda havia sabidamente moradores. Várias famílias se recusavam a sair, se retirando quando os escombros começavam a chover sobre suas cabeças. Mulheres e homens que saíam daqueles quartos "estreitos e infectos" iam às autoridades implorar que "os deixassem permanecer ali por mais 24 horas". Os apelos foram inúteis, e os moradores se empenharam então em salvar suas camas, cadeiras e outros objetos de uso. De acordo com a Gazeta, porém, "muitos móveis não foram a tempo retirados e ficaram sob o entulho". Os trabalhos de demolição prosseguiram pela madrugada, sempre acompanhados pelo prefeito Barata. Na manhã seguinte, já não mais existia a célebre estalagem Cabeça de Porco. (CHALHOUB, 1996, p. 16, 17).

O trecho acima, retirado do livro "Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial" de Sidney Chalhoub (1996) descreve a intervenção feita no conjunto de casas populares, conhecidas como cortiços, no final do século XIX no Rio de Janeiro. Esse modelo de intervenção, criado na antiga capital colonial se tornou paradigmático das formas de intervenção estatal nos territórios dos pobres, sendo exportado como uma das maneiras de levar a sociedade colonial brasileira na direção de uma ocidentalidade civilizada.

Para o autor o episódio, ocorrido em 1893, carrega uma "torturante contemporaneidade" e marcou o fim da era dos cortiços e o início da era das favelas fazendo emergir duas importantes noções: a de que as "classes pobres" eram "perigosas"; e a de que a cidade poderia ser gerida cientificamente a partir de critérios "técnicos" (CHALHOUB, 1996). A saída do modelo escravista colonial impunha a necessidade de modificar as formas de controle dos corpos e dos territórios.

A associação da pobreza ao perigo redigiu novos mecanismos de controle sobre uma grande população de pessoas negras, transferindo a permissividade do uso da violência, como forma de controle social sobre o trabalho, dos senhores escravistas para o Estado. As classes pobres, compostas em sua maioria por pessoas negras, passam a ser caracterizadas como "viciosas", "desordeiras", "imundas", o oposto dos ideais de "civilidade", "ordem", "higiene" e "progresso" que influenciavam as elites políticas e econômicas do Brasil (CHALHOUB, 1996).

Os cortiços tornaram-se o foco da investida “civilizatória” por serem espaços onde as resistências ao regime escravista se materializavam na cidade, fosse agindo como locais de acolhimento e esconderijo para aqueles que escapavam do cativeiro, como lugar de organização e coletivização das lutas contra o regime colonial, ou por serem territórios onde a cultura ganhava corpo em práticas como a capoeira e os batuques, além de serem os espaços de onde emergiam as expressões culinárias da cultura afrodiaspórica brasileira em forma de dobradinhas, mocotós, feijoadas e outros pratos típicos da resistência negra.

A dissolução da estalagem ‘Cabeça de Porco’ delineou o modelo que seria adotado pelo Estado brasileiro para as políticas da segurança pública e de gestão científica da cidade. Também foi com a dissolução do celebre cortiço e migração de parte da sua população para o morro da Providência, localizado aos fundos da estalagem, que surge o primeiro território do Rio de Janeiro com nome de Favela. O morro da providência foi o lugar designado pelo exército para a moradia dos soldados que retornavam da campanha contra Canudos, travada no sertão baiano em localidade conhecida como Favela. Com a chegada dos soldados, muitos acompanhados de suas esposas baianas, o local passa se chamar morro da Favela (CHALHOUB, 1996; OLIVEIRA; MARCIER, 2006).

O modelo implementado no Rio de Janeiro passou a ser replicado nas cidades pelas elites econômicas e políticas locais que buscavam sair do modelo colonial e entrar na era da modernidade. Nesse processo foram mantidos os mecanismos de produção de violências como forma de controle sobre a principal força de trabalho do país, enquanto nos territórios habitados anteriormente por ela, a especulação da terra para instalação das modernas tecnologias da cidade (instalação elétrica, aberturas de ruas, canalização de rios, linhas de bondes, etc) levaram essas mesmas elites a ganharem muito dinheiro e estabelecerem controle sobre esses dispositivos (CHALHOUB, 1996).

Esse processo de geografização da pobreza urbana no Brasil teve ainda a participação ativa de poderosos agentes globais que difundiam o modo de vida científico e moderno. A atuação da fundação Rockefeller no Brasil é um bom exemplo de como a articulação entre os saberes sanitários e as práticas ditas civilizatórias, opunham à pobreza, a doença e os modos de vida ditos “selvagens”, à riqueza, à saúde e à civilidade.

No início do século XX, o bilionário John D. Rockefeller ao ter sua empresa dissolvida, criou a fundação Rockefeller. Acusada de monopolizar a cadeia de produtos de petróleo pela suprema corte dos Estados Unidos, em um dos primeiros casos de intervenção Estatal em uma empresa privada para dissolução de monopólio de mercado a *Standard Oil Companie* foi acusada de controlar a cadeia de valor do petróleo (da extração do petróleo bruto, seu processamento, transporte e venda) a partir de fusões e de aquisições de empresas menores que formavam a cadeia produtiva.

A coordenação e o controle sobre a cadeia permitiram a redução dos custos de produção da empresa, que passou a praticar preços abusivos, levando a falência ou incorporando muitos de seus concorrentes. Tais práticas renderam ao capitalista uma fortuna gigantesca, calculada, em termos relativos, como a maior da história, até a ascensão recente de Elon Musk como o primeiro trilionário do planeta.

A fundação Rockefeller é uma instituição filantrópica criada inicialmente para o combate científico de doenças infecciosas, como a febre amarela, a varíola e a ancilostomose. Atuando nos EUA, América Latina, África, Ásia e Europa tinha objetivo de:

Promover a civilização e ampliar o bem-estar dos povos dos Estados Unidos da América, de seus territórios e suas possessões, assim como daqueles dos países estrangeiros, por meio da aquisição e disseminação do saber, da prevenção e do alívio do sofrimento, e a promoção de todos os elementos do progresso humano (LOWI, 2006, p.123).

As equipes médicas, as tecnologias e as diretrizes da fundação influenciaram a criação de políticas de saúde sobre territórios em muitas partes do planeta. De forma mais ou menos completa, e não sem resistência das forças locais, as ações da fundação Rockefeller influenciaram uma série de aspectos da vida cotidiana nas cidades ao implementar práticas de saúde de modo global e articulado.

Ainda que dominados pelo sentimento de superioridade dos médicos e pesquisadores ocidentais, os contatos com as populações locais não eram necessariamente unilaterais; a resistência dos habitantes das regiões quentes, mas também as práticas de saúde locais influenciaram, ocasionalmente, as práticas ocidentais (LOWI, 2006, p. 40).

Apesar das resistências à implantação total dos modelos campanhistas da fundação, é preciso reconhecer que sua atuação, no Brasil e no mundo expandiu o pensamento científico como universalidade do saber e introduziu práticas de

normalização da população, padronizando métodos de investigação aos lançar mão de técnicas organizativas, de gestão e de tratamento estatístico de dados. Assim foram definidos, de acordo com os valores e ideologias inscritas nas técnicas utilizadas, critérios de normalidade atribuídos aos indivíduos (LOWI, 2006, p. 399).

Milton Santos (2000) nos ensinou que as técnicas não são desvinculadas das construções históricas realizadas por grupos humanos e que elas surgem dentro de “sistemas de técnicas” que caracterizam seus tempos. As técnicas “antigas” não desaparecem com a criação dos novos sistemas, elas se deslocam e passam a ser usadas pelos sujeitos e grupos não hegemônicos, enquanto as técnicas que definem seu tempo (as mais atuais e poderosas) são monopolizadas pelos grupos sociais dominantes (que as criam para cumprir certos propósitos). Assim, para compreender as técnicas precisamos entendê-las dentro das relações sociais, históricas e ambientais que elas carregam e a partir de como são usadas pelos grupos que as detêm. As técnicas se materializam como história por intermédio da política (de Estados e empresas) que as colocam em funcionamento em um determinado território para realizar objetivos definidos (SANTOS, 2000).

Compreendidas dessa maneira o conjunto de técnicas do sanitarismo científico, englobava o fechamento das fontes, a canalização de rios, demolição das casas, assim como a contagem e disposição dos corpos em uma população com comportamentos normalizados, definidos dentro de parâmetros científicos. A razão de ser dessas técnicas podem ser entendidas dentro de quadro mais amplos, que possibilitam perceber como, nos territórios coloniais, forças externas impulsionaram os modos de vida moderno e ocidental em detrimento de outros, entendidos como selvagens, sujos e geradores de doenças.

A presença da Fundação Rockefeller em Santa Catarina no período da segunda gestão de Hercílio Luz coincide com o período de maior transformação do espaço urbano na cidade, tendo a referida fundação financiado $\frac{1}{4}$ do saneamento da capital, acompanhando de perto a canalização do rio da Bulha (atual Av. Hercílio Luz) e do fechamento da Fonte Grande (BORGHEZAN, 2014 *apud* BATISTA, 2013).

A filantropia científica do início do século XX teve em fundações como a Rockefeller e *Carnegie Institution for Science*¹³ importantes difusoras da ciência como

¹³ A *Carnegie Institution for Science* foi criada pelo magnata do aço Andrew Carnegie, em 1902 e de modo semelhante a Fundação Rockefeller tinha como pressuposto a melhoria da sociedade através da produção e difusão do conhecimento científico. Apesar de seu criador ser tido como um pacifista, que doou a maior parte da sua fortuna para o desenvolvimento de fundações filantrópicas, o *Carnegie Institution for Science* teve um papel central no desenvolvimento da bomba atômica durante a Segunda

forma universal do saber que pretendia libertar a humanidade das doenças (e da pobreza) pelo controle científico sobre a natureza. É interessante perceber que à época da atuação da Fundação Rockefeller e da expansão das atividades de sua *International Health Division*¹⁴ fazia parte de sua equipe o educador e pesquisador Abraham Flexner, que em 1910 publicou um estudo sobre o estado das escolas de medicina no EUA, conhecido, posteriormente como relatório Flexner (PAGLIOSA; DA ROS, 2008).

Velho conhecido dos estudiosos da saúde pública e da formação médica e em saúde, o relatório Flexner, foi um ponto de inflexão e reordenamento das práticas de educação em medicina, que promoveu a disciplinarização e cientificação do ensino e práticas médicas ao sistematizar em seu relatório, pensamentos e críticas que já circulavam nos meios científicos (PAGLIOSA; DA ROS, 2008).

O modelo proposto por Flexner, argumenta-se que a transição entre os estados de saúde e doença é efeito de alterações de um estado biológico “normal” do corpo, e que a medicina deveria, por isso, ter a biologia e anatomia como seus lócus de conhecimento e prática. A convicção de que os problemas de saúde poderiam ser resolvidos pelo conhecimento e controle científico de seus elementos biológicos, apesar das críticas a esse modelo biomédico positivista¹⁵ desenvolvidas desde a década de 1960, configura o pensamento hegemônico que orienta uma série de práticas em saúde contemporâneas (PAGLIOSA; DA ROS, 2008).

Pagliosa e Da Ros (2008) atentam para o desejo de Flexner em reformar o ensino universitário dando a ele um modelo universal. A difusão da ciência, como modo civilizado de gestão da saúde, teve grande impulso nesse período, a partir dos investimentos em melhorias e criação de universidades e centros de ensino em saúde pública, assim como pela concessão de bolsas de estudos para a formação de “quadros científicos” nos países “atrasados”. A fundação Rockefeller enviou diversos bolsistas latino-americanos, muitos desses brasileiros, para estudar na universidade Johns Hopkins, “*a fim de convertê-los à ‘ciência da saúde pública’ norte-americana e transformá-los em representantes deste saber em seu país de origem*” (LOWI, 2006, p. 138).

Guerra Mundial.

¹⁴ Divisão de Saúde Internacional da Fundação Rockeller foi a maior agência com atuação em saúde pública antes da fundação da Organização Mundial de Saúde ao fim da Segunda Guerra Mundial.

¹⁵ As críticas ao modelo biomédico positivista trazem à tona a desconsideração que tal modelo tem por importantes elementos da vida humana na construção da saúde dos corpos: como as relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais.

Antes que possamos chegar em teorias de conspiração, cabe talvez pensar em teorias da territorialização e do conjunto de técnicas desenvolvidas por essa visão de mundo particular que se autoproclamava universal (ciência). A ideologia do controle científico sobre a natureza promoveu inovações nas formas de capitalização da natureza (criação de novas mercadorias), ampliou os mercados e era compartilhada pelos grandes capitalistas, que faziam altos investimentos de capital e energia para o seu desenvolvimento. Como colocado anteriormente a implantação do regime hegemônico da ciência não ocorreu de forma completa e precisa ser analisada nas formas que adquiriu nos territórios de vida das pessoas, nas resistências e facilidades que os diferentes grupos sociais colocaram para a implementação desses novos elementos.

O que parece chamar atenção no caso de Florianópolis é que, a partir do convênio assinado com a Fundação Rockefeller as elites política e econômica da cidade acessaram os recursos (financeiros, materiais, técnicos e cognitivos) para implementar o projeto que havia anunciado em 1845 com a criação do Código de Posturas de Desterro, tratado anteriormente. A territorialidade que se impunha, a partir das modernas técnicas higienistas, antes de ser uma absorção completa das modernas práticas “civilizatórias”, propostas pela medicina científica norte americana e apoiada pela elite política da cidade, foi uma adaptação dessas práticas, que acomodou os desejos de ocidentalidade e modernidade das elites por meio de dispositivos coloniais de dominação e controle do espaço urbano.

Um exemplo contundente dessa acomodação, foi a lei 592 de 1927, que buscou regularizar as construções dos pobres que se alojavam nas encostas do Maciço do Morro da Cruz para estabelecer moradia. Os morros eram procurados pelas pessoas que antes habitavam lugares como a Fonte, a Grande e o conjunto de casas Cidade Nova, ou que chegavam do continente buscando estabelecer moradia na cidade. Muitas das lavadeiras que viviam perto da Fonte Grande passaram a habitar os morros e as roupas que lavavam ficavam dispostas em varais nos fundos de suas casas, de onde eram vistos pelos moradores da cidade. Essa situação gerou desconforto da elite política e foi endereçada da seguinte maneira pelo legislativo da ilha:

Art. 1ª – Ficam permitidas as construções de casas de madeira, com os requisitos higienicos necessários, em terrenos fóra da zona central da cidade, onde os proprietários possam abrir ruas e praças de forma que as

referidas edificações não sejam visíveis das ruas ou praças já existentes (SANTOS, 2009 *apud* FLORIANÓPOLIS, 1927).

A lei 592 de 1927 permitia a construção de casas sem o padrão estabelecido na cidade, desde que não pudessem ser vistas dos imóveis que já haviam sido erguidos na urbe (SANTOS, 2009). A forma como problema da habitação foi abordada pelos políticos serviu à comodidade de ter a força de trabalho que movia a cidade por perto, ao mesmo tempo em que escondia dos olhos da elite o passado colonial de pobreza, das epidemias e da escravidão, encarnados no imaginário elitista pelas populações que viviam nos morros. As roupas lavadas por essas mulheres eram precisamente as usadas pela elite da cidade, e para aquelas mulheres, muitas descendentes das lavadeiras da Fonte Grande, era forma de sobreviver na cidade. Assim, por um lado, a força de trabalho necessária a reprodução da vida na cidade seguia disponível com relativa facilidade, pela proximidade dessas novas habitações com a cidade saneada.

Por outro lado, a presença dessa população deveria ser invisibilizada, ou criminalizada pois encarnava o atraso, a doença e o modo colonial de vida. Essa situação parece ser particularmente instrutiva do acoplamento de mecanismos coloniais de controle e regulação do trabalho com os modernos dispositivos de invisibilização de culturas, de saberes e de práticas populares. Em suas conclusões sobre a atuação da fundação Rockefeller no Brasil Löwi (2006) afirma que:

No campo e nos bairros urbanos pobres, onde a implantação de medidas de higiene mostrava-se no mais das vezes impossível, o principal efeito da propaganda sanitária foi a desvalorização dos conhecimentos e das experiências das pessoas, e sua transformação em não-saber, em obscurantismo, até mesmo em superstição. O discurso da ciência apresentada como universal pode, desse modo, ocultar as tensões e as divisões que decorrem da distância que separa as classes dominantes das dominadas (LOWI, 2006, p. 402).

Essa breve discussão nos permite perceber, mesmo que parcialmente, um conjunto de forças econômicas, políticas e ideológicas, locais e externas que atuaram sobre a cidade de Florianópolis no início do século XX, criando territórios onde ao acesso aos conjuntos de técnicas modernas da urbanidade científica, hegemônicas por atores políticos e institucionais, ficaram restritas à pequena parcela da população que detinha o controle sobre elas. Com efeito, essas técnicas estimularam a migração de populações para novos territórios, a invisibilização dos

sujeitos e culturas não ocidentais, criando dispositivos de dominação e controle social, ao geografizar a pobreza na Capital Catarinense no início do século XX.

6.3 PISTAS PARA COMPREENSÃO DAS TERRITORIALIDADES COMUNITÁRIAS EM FLORIANÓPOLIS

Os dispositivos de controle do território que geografizaram a pobreza, descritos anteriormente, criaram uma cidade hostil a população pobre e negra da ilha de Santa Catarina. Essa população, entretanto, não ficou passiva enquanto tais dispositivos incidiam sobre a vida das pessoas. As resistências da população negra agiam na cidade estavam presentes desde o período escravista contrapondo as forças e imposições da sociedade colonial, como Santos (2009) afirma nesse trecho:

Desterro era uma forte conexão e local de fugas. As pessoas de origem africana, livres e escravos de Desterro organizaram redes de solidariedade, de ajuda para fugas e ocultação de escravos que incluía a participação de escravos e negros que viviam na cidade e embarcados, organizando lugares de refúgio na cidade e nos Morros (SANTOS, 2009, p. 116).

A proximidade com o mar, a posição estratégica nas rotas comerciais, o conhecimento das técnicas e formas de navegação pelos homens pretos, escravos, foros, libertos e mestiços que trabalhavam nas atividades marítimas fazia parte de redes de solidariedade, operadas pela população cativa e liberta de Florianópolis no século XIX.

A configuração geológica da cidade, cercada pelos morros da Mariquinha e do Governo (atualmente Morro do Mocotó, da Queimada e José Mendes) ao sul, pelos Morros da Cruz e do Horácio ao leste e pelo mar a oeste, nos leva a intuir que parte das fugas de escravizados eram feitas através de caminhos e picadas que percorriam o maciço do Morro da Cruz, nos territórios hoje conhecidos como, Morro da Mariquinha, Mont Serrat, José Mendes e Morro do Mocotó. Os dois últimos localizados a uma pequena distância do porto da cidade, na região onde o maciço mais se aproxima do mar. Tal configuração geográfica pode ter servido para conectar os esconderijos que existiam nos cortiços da cidade e o mar, ambos territórios de cativos, forros e libertos.

A navegação era realizada também com marinheiros escravos e muitos dos mestres eram negros. Era natural que dessem passagem, encobrissem, auxiliassem ou mesmo realizassem fugas de seus irmãos. Como Desterro era um porto com muitos marinheiros negros era uma base e conexão nas rotas de fuga e nas redes de solidariedade para ocultar escravos fugitivos. Muitos desses escravos, até de outras províncias, que não eram conhecidos em Desterro, esconderam-se aqui, auxiliados pelos escravos marinheiros e os da cidade, escondendo-se nos cortiços de negros, nos Morros, ou no interior da Ilha. Assim como conexão e local de e para fugas, Desterro era visada por proprietários, procuradores e capatazes na captura de escravos (Santos, 2009. p.217).

Esses indícios, apesar de especulativos, são reforçados pelos estudos de Wagner (2002) que mostra que a criação de redes de solidariedade eram estratégias importantes para sobrevivência das pessoas pretas, libertas e forras, na ilha. Dentro dessas redes, segundo a autora, os arranjos familiares eram estendidos por meio da vinculação do compadrio, que implicavam relações recíprocas de ajuda mútua entre padrinhos e a família do afilhado, aumentando as chances de seus filhos acessarem recursos materiais, culturais e espirituais necessários à reprodução da vida. Existiam também apadrinhamentos de filhos de libertos e forros por membros da elite comercial e militar da cidade. Para Wagner (2002), tais vínculos, não implicavam relações de reciprocidade, mas objetivava acessar certos privilégios e recurso, controlados por membros da elite, para seus filhos.

Segundo Cardoso (2008) os vínculos verticais, firmados entre a população afro brasileira e membros da elite da capital catarinense tinham uma importância menor nas estratégias de sobrevivência utilizadas por essa população na cidade hostil, sendo investimentos secundários na formação das redes de sobrevivência. Um dos motivos da dispensabilidade dessas relações, atribuídos pelo autor, foi que estes vínculos se mostravam regularmente menos confiáveis dos que as relações estabelecidas entre pares. Situação que transparece nas análises de Wagner (2002) onde a pesquisadora percebe, ao estudar os registros de batismo de filhos e filhas de forros e libertos no século XVIII na capital catarinense, que nos apadrinhamentos horizontais era comum nomear a criança com o nome do padrinho. Essa forma de homenagem não era dispensada aos apadrinhamentos por membros da elite, além de que, o apadrinhamento destes últimos era menos frequente.

A diferença, portanto, se mostra na construção de estratégias que reforçam e ampliam relações solidárias e de reciprocidade entre pares, sem que as mesmas relações fossem estendidas para fora do grupo social. As relações analisadas pela Wagner (2002) mostram uma das formas de construção de sociabilidades

comunitárias que vinculava diferentes pessoas, em espaços comuns ou distantes, em redes de compromisso recíproco baseadas em valores distintos daqueles que vinham colonizar os pensamentos das elites políticas e econômicas da cidade (WAGNER, 2002).

Extrapolando a análise da autora, intuímos que tais práticas reforçaram as relações horizontais ao incluir um componente de produção de memória, vinculando formas de solidariedade espacial e temporal pela partilha de nomes e histórias. Homenagear alguém dando seu nome à prole constrói laços entre passado e futuro, entra a vida que será construída e a história do outro, que seu nome carrega. Essa nova história, se liga desde o início a um outro, que é outro lugar e outro tempo também.

A prática da nomeação conecta o sujeito a uma história anterior a si mesmo e vincula ele, pelo nome (pelo menos), a uma memória coletiva, onde a história de uns pode ser contada pela história de outros, não como memória de um indivíduo, mas como memória coletiva. Em outras palavras é uma construção coletiva da história que resiste ao anonimato que foi relegado à população negra na condição de coadjuvante da história (PINTO, 2021).

O que acontece por meio dessas manifestações, que são, sobretudo, coletivas, é justamente a integração entre essas experiências de temporalidade e a não separação também entre o que seja uma certa ideia de subjetividade, de singularidade da pessoa e tudo aquilo que se passa na experiência da vida (SANTANA, 2021, p.44).

As relações de solidariedade horizontais sustentavam a sobrevivência na cidade, porém não eram as únicas que se estabeleciam. Vieira e Debortoli (2016) mostram que, existia acesso de brancos da elite às práticas culturais africanas, realizadas pelos negros em Desterro. A participação em festas e cerimônias religiosas nos terreiros, operavam como uma forma de proteção da ação repressora do Estado ao colocar, na geografia dos territórios africanos, corpos brancos, sobre os quais as necropolíticas coloniais não incidiam.

Os autores mostram situações em que a presença de homens brancos, “cidadãos” da elite, nos terreiros, coibiram ações repressivas e violentas por parte do Estado. Com efeito, as alianças feitas pelo compadrio e pela participação de membros da elite nas festas e cerimônias religiosas, mesmo menos frequentes, operavam táticas e estratégias de proteção das territorialidades africanas que

usavam sagazmente corpos brancos para sua proteção. É importante ter em mente que situações como essa não configuravam o cotidiano de terreiros e festas africanas na cidade. O que achamos, mais rotineiramente na literatura pesquisada, foram relatos de demonização e criminalização de tais práticas (SANTOS, 2009; CARDOSO, 2008; VIEIRA; DEBORTOLI 2016).

Outra forma de resistência comum dos pobres, negros escravizados, libertos e foros foram as agriculturas de subsistência que faziam pela cidade. Pequenas roças e criações de animais para consumo próprio fizeram parte da territorialização da ilha desde o século XVII. A ampliação da propriedade privada no Brasil do século XIX, foi operada em Desterro como especulação imobiliária, especialmente das áreas próximas ao mercado e ao porto, e teve sua expressão legal com a formulação de regulações sanitárias sobre o espaço da cidade, que restringiram o acesso da população pobre aos recursos necessários à reprodução da vida (SANTOS, 2009).

Nesse contexto a política passa a definir as “regras” de acesso às fontes, proibindo os capinzais nos fundos das casas (que serviam muitas vezes como forma de alimentar pequenas criações de porcos e galinhas), regulamentado o corte de lenha nos bosques, definindo locais onde podiam ser lançados os excrementos, e em quais fontes se podia pegar água. Foram proibidas também as criações de animais na cidade (regulação essa que se impunha sobre os pobres, mas não sobre a elite). Tais regras, impuseram dificuldades às pessoas que tiravam parte de sua subsistência da relação direta com a natureza, substituindo, gradativamente esses modos de vida pelo trabalho na cidade (SANTOS, 2009).

As redes de fuga que se estendiam dos cortiços do centro ao mar, passando pelos caminhos dos morros, começam a nos informar sobre as territorialidades que agiam nesses territórios marginais. No território da cidade saneada e hostil, as relações entre pares se tornavam fundamentais para sobrevivência e foram reforçadas por dispositivos de reciprocidade exemplificados pelos apadrinhamentos. A prática de colocar o nome de madrinha ou padrinho no filho qualificava essas relações ao tornar os vínculos do presente, conexões com a história e com a memória de suas madrinhas e padinhos (WAGNER, 2002), com os quais passam a compartilhar, não só um nome, mas também uma história.

Além da vinculação na memória, as relações de compadrio compreendiam responsabilidades sociais e espirituais para com o afilhado, que comumente se

desenvolviam dentro de práticas de ajuda mútua aumentando as chances de acesso aos recursos necessários a manutenção da vida. As práticas de ajuda mútua e solidariedade construíram algumas das mais difundidas e importantes tecnologias comunitárias de territorialização. Trataremos a seguir do trabalho realizado sob essa perspectiva, conhecido popularmente como mutirão.

6.4 TERRITORIALIZANDO PELA AJUDA MÚTUA: A CONSTRUÇÃO SOLIDÁRIA DA CIDADE DOS POBRES

A palavra Mutirão tem raízes do termo *motyrõ*, expressão Tupi, que é uma variação de *potyrõ*, que significa trabalhar em grupo ou trabalho em comum. Essas práticas de trabalho foram expressas também com outros nomes, nos diferentes territórios brasileiros como *motirão*, *puxirão*, *muquirão*, *butirão*, *pixurum*, *pixurú*, *traição*, *adjunto*, *junta*, *batalhão*, *putchirão*. Em Santa Catarina, os principais nomes dados a prática do trabalho coletivo eram *pixurum*, *puxirum*, *puxirão* e *adjuntório* (CALDEIRA, 1956). O mutirão caracteriza não só um trabalho realizado em conjunto, mas tem suas raízes nas formas de ajuda mútua desenvolvidas por diferentes povos que habitavam e ainda habitam o território brasileiro.

Para Kropotkin (2009), a ajuda mútua, antes de ser uma estratégia de sobrevivência de populações pobres na luta de todos contra todos, foi um importante fator de evolução da própria natureza. Mostra o autor, partindo de análises sobre sistemas de ajuda mútua entre populações de insetos (formigas, borboletas, abelhas...), aves (garças e papagaios) e diferentes espécies de mamíferos (lobos, cães, macacos, etc.), que as associações de seres individuais com objetivos comuns, criam melhores campos para seleção natural, evitando a competição através de práticas cooperativas. As migrações de aves, as hibernações de mamíferos no inverno, o acúmulo de provisões em formigueiros, são alguns exemplos de como os mecanismos de cooperação e socialização entre os animais promovem condições melhores na luta pela vida.

Mesmo que a competição ocorra, seja entre diferentes espécies, ou entre indivíduos da mesma espécie ou grupos humanos, ela não é a regra. Ao contrário, para o autor as espécies de animais com maiores inclinações sociais (como os humanos) tem melhores condições de sobrevivência por conseguir, em suas formas de associação, evitar, sempre que podem, a competição interna ao grupo ou externa

a ele. Para o autor “*O individualismo desenfreado é um produto moderno, e não uma característica da humanidade primitiva*” (KROPOTKIN, 2009, p.79).

Foi a tendência ao apoio mútuo entre os seres humanos que promoveu as aglomerações que formaram *clãs* e *gens* que, pela partilha de linhagens comuns de ancestrais e origens, mantiveram seus membros unidos. Esses primeiros coletivos humanos criaram sistemas éticos e morais que mantiveram sua coesão por milhares de anos, sem necessidade de alguma autoridade para os impor. Os laços comuns de ancestralidade foram afrouxados apenas após as grandes migrações que ocorreram como efeito de eventos climáticos ou mudanças ambientais (como a transição da era glacial à era pós-glacial) ao longo de milhares de anos (KROPOTKIN, 2009).

O impulso à ajuda mútua e a solidariedade promoveu novos arranjos dos agrupamentos humanos em *aldeias*. Essa forma social ampliou os mecanismos e instituições secundários do apoio comum, mantendo grupos humanos coesos mesmo em períodos sombrios de suas histórias. As comunidades aldeãs criaram sistemas morais e éticos altamente desenvolvidos para sua proteção externa, assim como mecanismos de ajuda mútua dentro dos seus grupos, que operavam restringindo a possibilidade de acúmulo pessoal de riquezas e de poder, fatores que poderiam promover diferenças internas e ameaçar a coesão da comunidade aldeã (KROPOTKIN, 2009).

Entre esses mecanismos, podemos citar a queima dos pertences de alguém no ato de seu funeral ou de a prática de enterrar objetos e posses acumuladas com os mortos, o uso comunal da terra e dos recursos do ambiente, as regras de reciprocidade que existiam para realização de trabalhos, feitos de forma coletiva e para produção comunal. Tais mecanismos operavam sistemas que buscavam garantir, além de justas partes de terra para o cultivo, defesa contra violências, fortalecimentos de laços comunais e concepções morais que incentivavam novas formas de apoio mútuo e incrementaram os saberes dos povos. Todas as decisões sobre modificações em suas instituições (jurídicas, militares, educacionais ou econômicas) eram feitas em assembleias tribais, aldeãs ou de confederações (KROPOTKIN, 2009).

Foi na comunidade aldeã que se desenvolveu a família como unidade interna a partir do desmembramento de integrantes e acolhimento de migrantes dentro do clã. A comunidade aldeã amplificou seus saberes e técnicas sobre bases éticas e

morais da ajuda mútua, sendo que nessas comunidades, foi grande o progresso e desenvolvimento experimentados. A engenhosidade desenvolvida pela organização social dos sistemas de aldeias criou as bases técnicas da agricultura camponesa, que ainda hoje vigoram e alimentam boa parte da humanidade. Nesse período foram construídos templos, inventadas religiões, e desenvolvidas formas de trabalho e ofícios, além do estabelecimento de formas jurídicas por meio das quais:

...foi tão grande o progresso – econômico, intelectual e moral – realizado pela humanidade sob essa nova forma popular de organização que os Estados, quando vieram a existir mais tarde, simplesmente se apossaram, pelo interesse das minorias, de todas as funções jurídicas, econômicas e administrativas que a comunidade aldeã já tinha exercido no interesse de todos (KROPOTKIN, 2009, p.121).

No Brasil as práticas de ajuda mútua das populações rurais tiveram origens tanto nas sociabilidades dos povos africanos, como das comunidades nativas e sendo que também eram praticadas pelos colonos portugueses. Caldeira (1956) questiona a forma como a raiz de tais práticas remete apenas aos povos africanos e indígenas, sendo que os lusitanos nunca hesitaram em reivindicar autoria de costumes e hábitos implantados aqui pelos povos africanos e indígenas (CALDEIRA, 1956).

Em uma sociedade com valores competitivos e individuais, que estimulam o acúmulo e diferenciação social, as práticas de ajuda mútua, eram compreendidas como atrasadas e selvagens. Assim a desvinculação da tradição lusitana às práticas de ajuda mútua parece buscar, não apenas um descolamento dos hábitos coletivos da vida contemporânea, mas também um apagamento dessa forma de sociabilidade “primitiva”, praticada apenas pelos povos ditos “selvagens”. No Brasil, desde a colonização, a ajuda mútua vem sendo desenvolvida ao largo da propriedade privada e dos grandes latifúndios, por camponeses e trabalhadores urbanos pobres que, não integrados ao complexo econômico agroexportador, sofrem os efeitos desagregadores desse sistema (CALDEIRA, 1956).

As práticas de solidariedade e ajuda mútua configuraram, em boa medida, o modo de vida dos pobres, na Florianópolis do início do século XX. Em oposição às medidas sanitárias e urbano estéticas que ocorrem na cidade, os mecanismos de ajuda mútua, construídos nas sociedades aldeãs, se mantiveram ativos em muitos hábitos e em alguns *éthos* das comunidades que se formaram no maciço do Morro

da Cruz. Os laços que possibilitaram o a territorialização dos pobres que habitavam espaços como a Fonte Grande e o conjunto Cidade Nova, não ficaram restritos ao suporte material e social entre indivíduos, ou familiares.

O trabalho coletivo foi, e ainda hoje é, componente importante de territorialização, que viabiliza a sobrevivência e qualifica a vida nas periferias urbanas. É difícil imaginar a construção de casas, de dispositivos sociais, de hortas comunitárias e outros elementos que existem nas periferias brasileiras sem a tecnologia do Mutirão.

Em Florianópolis, a ocupação do Maciço do Morro da Cruz foi realizada por meio de mutirões, tanto para a construção das habitações que ali se levantavam, como para a abertura de ruas e obras de interesse público. As crianças coletavam pedras durante o dia nos caminhos para o morro, as quais eram usadas pelos homens na construção das casas. O trabalho da construção iniciava após os homens retornarem de suas lidas diárias, porém durante o dia, além da coleta de pedras e materiais pelas crianças, os moradores coletavam material na cidade, como madeira e tijolos e os transportavam para o morro enquanto as mulheres preparavam a feijoada, alimento compartilhado entre os que participavam do mutirão (SANTOS, 2009).

Depois do trabalho de mutirão, era organizado um baile na casa recém construída para lixar o assoalho” – *como o que foi feito na casa dos Silva. Quando as paredes internas eram erguidas cessavam os bailes, a família passava a morar*” (SANTOS, 2009).

Essa forma de organização coletiva do trabalho possibilitou ainda qualificar as moradias precárias que haviam sido construídas no alto do Morro da Caixa pois “*o caminho era muito ruim e as casas precárias, ficavam na mata, a maioria de estuque - bambu e barro - com o trabalho solidário entre os moradores foram sendo substituídas por casas de madeira.*” (SANTOS, 2009 *apud* SEU TECO, 2009, p.588).

O trabalho em mutirões mobilizava as redes familiares e de compadrio estabelecidas pelos laços de solidariedade, as casas eram construídas por familiares e sua rede ampliada, dentro dos terrenos ocupados ou comprados pelas famílias. Essa forma de construir as casas no morro foi modificada com a chegada das empresas de construção civil na cidade, na década de 1950. As empresas de construção civil estimularam a migração de trabalhadores para a ilha onde, não podendo se estabelecer nos limites da cidade, encontravam nos morros a possibilidade de fixar moradia. Nesse período as próprias empresas começam a

vender os lotes e os materiais para os trabalhadores que chegam para habitar os morros, levantar suas casas e construir suas vidas.

As técnicas modernas implantadas na cidade não eram acessadas por quem vivia no morro, estes, ficavam alienados do desenvolvimento que ocorria na cidade. Foi através da capacidade de transformação do trabalho coletivo dos mutirões que essa população conseguiu melhorar suas condições de vida. É exemplo disso o calçamento da principal via de acesso à comunidade do Mont Serrat. A prefeitura custeou o material e o apoio técnico para a obra, porém o trabalho de abertura de valas foi realizado pelos moradores que, quando não conseguiam pagar a retroescavadeira faziam o trabalho na base da picareta. O relato de Seu Teco, um dos moradores mais antigos da comunidade Mont Serrat, documentado na tese de Santos (2009) possui uma riqueza de detalhes sobre o fato que achamos pertinente reproduzi-lo:

_ O Zé, (Zé Gago era o funcionário da prefeitura encarregado da obra) porque nós vamos começar de cima, os tubos estão aqui em baixo no Morro, nós temos que levar até lá no alto pelo caminho ainda não calçado? Os tubos eram deixados pela caçamba da prefeitura no início do Morro e tinham que ser rolados até o alto.

_ Não, não, não te mete que tu não sabes de nada! Então, começaram a calçar pelo alto do Morro. As trovoadas daquele verão desmancharam várias vezes o trabalho de dias. No fim do dia os homens se reunião depois das trovoadas, sentavam olhavam as lajotas todas soltas, bebiam um vinho e recomeçavam o trabalho no dia seguinte. Os trabalhos começaram no alto do Morro com cerca de trinta pessoas, quando chegaram em baixo e encontraram com o calçamento da cidade eram apenas oito, os demais foram desistindo. Ai o Zé Gago explicou porque começava o trabalho “por cima do Morro”

_ Se o trabalho começasse de baixo, quando o calçamento chegasse na casa do sujeito ele já não tinha tanta vontade de ajudar. Começando de cima todos teriam que passar pela lama se o calçamento não chegasse no asfalto da cidade.

Em cada casa que o calçamento chegava as pessoas davam o café para quem trabalhava. A minha incumbência era puxar a luz pra trabalharmos a noite. Naquela época os fios eram desencapados, fazíamos duas alças e engatávamos na rede. Assim o pessoal pegava o serviço mais adiantado no sábado e domingo. Foi um trabalho bonito, uns carregando lajotas, outros puxando areia, aquela brincadeira e tal. Chegamos mais em baixo deu outra trovoada. Tudo de novo. Foi indo, foi indo... (SANTOS, 2009 *apud.* SEU TECO, 2009, p. 593, 594).

O relato de Seu Teco mostra como a capacidade coletiva de trabalho foi apropriada pelo saber “técnico” que retirou dela parte de sua capacidade de autodeterminação, como vemos no embate entre iniciar os trabalhos de calçamento pela parte de *cima* ou pela parte de *baixo* da via. Esse confronto relatado explicita diferentes concepções sobre quais eram os objetivos do trabalho, seus beneficiados e realizadores. Iniciar o trabalho pela parte de cima implicaria, segundo o técnico

encarregado, que os indivíduos não poderiam abandonar o trabalho após calçar a frente de suas casas, pois sem terminar a obra o calçamento logo seria perdido, levado pela chuva. O que de fato aconteceu, segundo Seu Teco. Todavia percebemos que no relato há um forte compromisso com o trabalho que buscava beneficiar o coletivo, sendo feito pela comunidade durante a noite e aos finais de semana. Esse contraste mostra que a sobreposição de práticas individualista sobre hábitos de ajuda mútua, operados por agentes do Estado, deslegitimava os saberes construídos sobre valores comunais.

Para Kropotkin (2009), o surgimento do Estado nacional moderno ocorreu pela absorção das instituições de ajuda mútua, criadas na comunidade aldeã, por linhas familiares que haviam acumulado riquezas e poderio militar com o uso privado da terra e submissão violenta dos camponeses a um estatuto servil, por volta do século XVI na Europa. A centralização dessas instituições na figura do Estado aumentou as responsabilidades deste ao passo que se afrouxavam as obrigações de cada um com o todo social e para com os outros. As funções de seguridade social, realizadas pelas instituições de ajuda mútua, passam a serem exercidas pelo Estado, estimulando a individualidade e a indiferença, ao passo que submetia mecanismos, como as assembleias populares, tribunais de aldeias e modelos administrativos ao governo nacional centralizado.

A independência do Brasil do reinado lusitano marcou o início de um período de incrementação do Estado nacional no país que ampliou sua burocracia e expandiu sua capacidade de coordenação centralizada (FURTADO, 2005) com aumento da capacidade de intervenção e controle do Estado sobre o território. Sabemos porém, que o desenvolvimento do Estado brasileiro foi dirigido por grupos políticos e econômicos com ideologias estamentais (FAORO, 2001) e avessos à solidariedade, às práticas comunais, e a ajuda mútua. Com efeito, a centralização política e militar do Estado (tanto na colônia, como na república velha e ainda hoje) vêm sendo usada para reprimir, mais ou menos violentamente as instituições, as práticas de ajuda mútua e a autodeterminação das massas. Essas são mais massacradas do que àquelas, pois as instituições e saberes que promovem a ajuda mútua, ao serem absorvidos pelo Estado, mesmo que destituídos de seus sentidos solidários, refazem a “promessa”, nunca cumprida, do Estado cuidador.

O relato de Seu Teco, transcrito nas páginas anteriores, mostra como o mutirão passou a ser tratado como forma menor de trabalho pelo Estado, criando um

regime de verdades que determinava as suas formas de realização, “de cima para baixo”, retirando dos trabalhadores a capacidade de autodeterminação de sua ação, submetido as formas de trabalho “tecnicamente” dirigidas. Para o técnico designado pelo Estado, os trabalhadores do morro desejavam apenas o calçamento da entrada da casa de sua família, e após calçar a frente de seus lares, tenderiam a abandonar o trabalho. A conclusão do calçamento da rua principal do Mont Serrat, mesmo com número reduzido de trabalhadores em relação ao início da obra, mostrou a potência que os valores comunais carregam, pois mesmo com “trovoadas”, que desfaziam o trabalho realizado, e as desistências pelo caminho, a obra foi concluída e se tornou um importante bem para a comunidade. O trecho a seguir mostra o espírito solidário e empreendedor que esteve presente nos processos de territorialização nos morros do centro da cidade:

O alto do Morro, depois da Igreja, foi o último trecho do caminho a ser calçado, onde morava o pessoal que mais trabalhou nos mutirões, o pessoal do Pastinho, da Bica, aos que mais pesavam as dificuldades. Abriram a vala “na base da picareta”, um metro de largura, por um e meio de profundidade, por cerca de 300 metros morro acima. Para fazer o calçamento desse trecho na época do prefeito Esperidião Amim, os técnicos diziam que seria muito caro fazer a obra, principalmente retirar um sólido muro “feito pelos jesuítas”, que obstruía o caminho. A própria comunidade fez um novo mutirão, arrecadou e fez por si só toda a obra por 980 Cruzeiros, o que a prefeitura orçava apenas para a retirada do muro (SANTOS, 2009, p.593).

Na comunidade do Morro do Mocotó, antigo morro do Governo, o processo foi semelhante. Segundo Dona Luci, entrevistada por André Luiz Santos em 2009, a ocupação do morro do Governo foi realizada por meio de mutirões, que ocorriam durante a noite, utilizando materiais descartados na cidade, como latas de querosene e caixas de madeira. Quando uma casa era terminada eram feitas celebrações com danças de *valsas* e *mazucos* (SANTOS, 2009 *apud* DONA LUCI, 2009). Essas festas caracterizam importante elemento das práticas de ajuda mútua e solidariedade descritas por Kropotkin (2009) e Caldeira (1956), que foram desenvolvidos pela comunidade aldeã com o compartilhamento de alimentos, que sustentava o trabalho coletivo levando energia aos corpos que participavam dos mutirões.

6.5 DA ÉTICA ALIMENTAR COMUNAL

As práticas de trabalho coletivo em mutirões adotaram diversas formas e modos organizativos contendo, entretanto, alguns traços comuns. Um deles são as práticas de alimentação coletiva, que desde suas formas mais tradicionais às mais contemporâneas, simboliza as relações de reciprocidade desenvolvidas por essas sociabilidades. Os valores comunais que alicerçaram os saberes utilizados nos mutirões, passam a ser confrontados pelos princípios do individualismo difundidos pelo Estado moderno, pela ciência universalista e pela economia capitalista. Essas relações produziram culturas nas quais a alimentação deixou de ser um valor social para se tornar prática comercial, levando comunidades e povos a estados de fome e carências nutricionais (KROPOTKIN, 2009).

Josué de Castro (2006) mostrou como a fome no Brasil se tornou uma característica intrínseca ao modelo econômico, agroexportador e latifundiário, desenvolvido por aqui desde os períodos coloniais. Através de seus estudos pudemos perceber que, nos territórios onde a empresa agroexportadora foi mais atuante a fome também era maior, como no caso do Nordeste açucareiro, onde a fome aparecia como uma condição intrínseca e permanente na região. Castro mostrou ainda que, além da fome por ausência de alimentos e calorias, existia uma fome por ausência de nutrientes essenciais não expressos nos valores calóricos das dietas dos povos, provocada pela alimentação pouco variada, fruto também do mesmo modelo extrativista que privilegiava a exportação das grandes plantações monoculturais ao uso da terra para alimentar o povo que nela trabalhava (CASTRO, 2006).

A forma de comer do povo já havia sido endereçada pelo Estado colonial e pela igreja católica no Brasil, mostrando que alimentação das populações subalternizadas é um problema que remete ao período da colonização. A alimentação dos escravizados era considerada como uma das obrigações que davam aos senhores de escravos a qualificação de “justos”. A essa instrução se juntavam a obrigação de vestir e disciplinar seus cativos, que ficou conhecida como regra dos três os, *Pão, Pau e Pano* (VIOTTI, 2017). Sabemos, entretanto, que mesmo com as prescrições a alimentação dos cativos dependia das vontades dos senhores escravistas e que, ao se tratar da comida dos escravos, buscavam sempre as soluções menos custosas. Em 1701, Dom Pedro II se dirige ao assunto

estipulando a liberação de um dia na semana, assim como de pequenos lotes de terra, para que os cativos trabalhassem em roças destinadas à sua alimentação. Essa decisão, válida para toda a colônia, buscava atenuar a situação do Nordeste canavieiro, onde a empresa de açúcar, em sua sanha expansionista, deixava pouco espaço para outras culturas. Esgotando o solo e concentrando a economia nos grandes latifúndios, o modelo agroexportador colonial sofreu grandes perdas econômicas, dadas as condições de vida e alimentação precárias dos trabalhadores raptados de África, e que parece ter sido um importante motivo para o despacho do decreto (VIOTTI, 2017).

As roças “paralelas” eram feitas por meio do trabalho coletivo na forma tradicional do mutirão, nas quais o dia de trabalho terminava com alimentação coletiva, batuque, dança e cachaça. A possibilidade de fazer suas próprias práticas agrícolas abriu fissuras para expressão das (agri)culturas africanas. Ao delimitar uma certa área e um tempo para desenvolver sua agricultura, os escravizados organizavam seu trabalho e sua cultura de modo “autodeterminado”¹⁶ Nas brechas onde foram possíveis outras agriculturas, também floresciam e apareciam as sociabilidades, não dissociadas entre si, nas formas das danças, festas, das culturas plantadas e do trabalho coletivo. Não à toa, uma das formas de violência e repressão, frequentemente usadas pelos captores de pessoas, foi a destruição das roças dos africanos, estivessem elas nas fazendas ou nos quilombos (CALDEIRA, 1956; CASTRO, 2006; VIOTTI, 2017).

Nas cidades, africanas e africanos criaram outras maneiras de se alimentar, como o trabalho de ganho nas ruas, forma mais comum entre habitantes urbanos, na qual os escravizados realizavam toda a sorte de trabalhos e vendas para obter recursos, usados em parte para sua própria alimentação. O comércio de produtos nos tabuleiros, feitos por mulheres africanas, caracterizavam a vida nas cidades e produziram espaços onde era possível fazer trocas, construir redes de apoio e realizar outras atividades, fora dos olhares e longe do controle de seus captores. Nos dois casos a alimentação constituiu espaços onde existia alguma margem de

¹⁶ A autodeterminação era, sem dúvida, muito limitada pelo sistema político e pela organização do trabalho na forma cativa. A possibilidade de fazer suas próprias roças foi promovida pela falta de vontade dos escravistas em prover alimentos aos cativos sequestrados, que eram deixados a própria sorte naqueles dias e espaços. E foram nessas brechas que africanos e africanas de diversas origens inventaram alguns dos mais tradicionais pratos da culinária brasileira de hoje como a feijoada e mocotó.

liberdade para se mover no mundo, mesmo que de modo precário e arriscado (VIOTTI, 2017).

A partir do avanço da empresa colonial para as Minas Gerais e São Paulo, na corrida do ouro e depois no ciclo cafeeiro, novos sítios passaram a produzir alimentos para uma população que aumentava com as migrações de europeus e com o contínuo sequestros de africanos para o trabalho mineiro. É nesse contexto que colonos açorianos foram enviados para Santa Catarina e desenvolvem a tradição das farinhadas, também realizadas em outros estados. A produção para os mercados internos passa a atender as cidades com produtos alimentares e a comida vai se tornando fator de diferenciação social entre as elites e os pobres e escravizados (BRAGANHOLLO, 2017; SANTOS, 2009; VIOTTI, 2017).

As roças dos africanos, os ganhos na cidade e a indiferença da elite para com a alimentação dos mais pobres e escravizados criaram espaços onde saberes populares de africanos e indígenas lutaram contra a fome das massas. Preparos e pratos consagrados da culinária brasileira têm suas raízes nos saberes usados pelos povos oprimidos para alimentar os seus grupos, famílias e comunidades. Apesar de hoje generalizados, as feijoadas, dobradinha, vatapás, tapiocas e mocotós são algumas das expressões dos saberes que, desenvolvidos por estes povos, influenciaram as relações políticas das culturas com o ambiente. Essas sociabilidades alimentares, assim como as práticas agrícolas e de trabalho coletivo foram construídas por meio de saberes ancestrais, colocados em movimento por lutas políticas, dentro de certas condições ambientais e culturais, para criar os modos de inscrição sociometabólica desse povos.

A tendência à solidariedade dos grupos humanos ancestrais fez com que, sobre a alimentação incidissem os mais firmes regimes de restrição moral e ética, pois o ato de se alimentar não é apenas a forma como nossos corpos extraem a energia, metabolizada pela fotossíntese das plantas e disponibilizadas pelo ambiente, é o espaço onde cultura e natureza são mobilizadas para manutenção e reprodução da vida. A alimentação de todos é central no sistema de valores comunais e a partilha de alimentos é um ato enraizado nas práticas de solidariedade e ajuda mútua desenvolvidas por diversos povos, como apontado por Kropootkin:

E, enquanto numa terra “selvagem”, entre os hotentotes, era escandaloso comer sem ter chamado aos gritos, por três vezes, quem quisesse compartilhar da comida, agora tudo que um cidadão respeitável tem de fazer é pagar o imposto dos pobres e deixar os famintos morrerem de

inanição (KROPOTKIN, 2009, p.181).

Em Florianópolis, a ocupação do morro do Governo, após a expulsão dos pobres da área central que os proibia de acessar os modernos recursos que se instalavam na cidade, fez emergir uma territorialidade alimentar coletiva que, ainda hoje, está presente naquele território, sendo parte da identidade e da cultura da comunidade, expressas no nome que a identifica, Morro do Mocotó.

6.6 DO GOVERNO AO MOCOTÓ

A migração para a comunidade do Morro do Governo teve início com a especulação imobiliária das áreas do centro, levando os moradores dos conjuntos de casas Cidade Nova e a da Fonte Grande a construir suas casas ali, fora dos limites da cidade. O local era conhecido como Morro do Governo, pois havia sido comprado pela prefeitura da cidade ainda no século XIX. As fontes consultadas apontam que uma das primeiras moradoras da comunidade foi uma mulher liberta chamada Felipa, que contava histórias sobre o tempo em que foi cativa. Felipa tinha o costume de fazer Mocotó nas festas que dava todos os anos no mês de maio, para celebrar a abolição do escravismo (SANTOS; 2009, BITTENCOURT; ANTUNES, 2022).

O mocotó é um caldo feito com patas, ossos e vísceras de vaca, legumes e outros temperos. A origem do caldo remete tanto aos povos europeus, como aos indígenas e africanos. Essa origem múltipla é reforçada pelas distintas etimologias encontradas para a palavra. Segundo o dicionário Houaiss/ Uol, as raízes linguísticas do mocotó podem ser encontradas na língua Quicongo (“MOCOTÓ”, [s.d.]), falada pelo povo Macongo, em partes dos territórios do Zaire, República do Congo, Cabinda e Angola. A partir dessa raiz o termo mocotó significa “pata de bovino”. Já segundo a infopédia da língua portuguesa e o dicionário Michaelis o termo teria sua origem no Tupi *mô-cotóg* ou *mbokotóg*, e carrega o significado de “desarticulação”, ou aquilo que se faz com as extremidades dos membros do gado para retirar essa parte do animal (“MOCOTÓ”, [s.d.]; PORTO EDITORA, [s.d.]).

Independentemente de sua raiz etimológica o mocotó é fortemente associado, em nossa história, à alimentação dos africanos escravizados no Brasil. É um alimento popular, feito com as partes rejeitadas de vacas e outros animais que não eram aproveitadas pelos escravistas para o comércio ou alimentação. O vínculo

pejorativamente estabelecido pelo imaginário social ao mocotó como alimento de escravizados e posteriormente de pessoas pretas e pobres, é percebido no sentido da expressão “mão de vaca”. A “mão de vaca” é a pessoa que não desperdiça recursos, que aproveita tudo de uma vaca, até mesmo suas “mãos”. Esse termo, na língua portuguesa corrente, antes de significar um ato de sabedoria de quem realiza um melhor uso dos recursos disponíveis, carrega o sentido de avareza, cobiça e apego ao dinheiro.

No contexto onde as formas de se alimentar e as formas de conhecer se tornavam fatores de diferenciação e hierarquização social, o caldo de mocotó foi associado a um não saber, ou a um saber “selvagem”, dos povos indígenas e especialmente dos africanos. Wagner Antunes, professor quilombola e morador do Morro do Mocotó, questionou essa versão na entrevista para essa pesquisa. Segundo ele esse saber foi colocado em ação por africanas e africanos ao identificar e reunir recursos necessários a feitura do caldo, mesmo nas condições adversas do cativeiro (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022).

Existem registros milenares de caldos de ossos feitos por diversos povos em diferentes regiões do planeta. Achados arqueológicos mostraram, a partir de traços de ossos e peixes em cerâmicas milenares, que diversas civilizações antigas, faziam caldos de ossos a milhares de anos, apontando para a ancestralidade dessa prática (VEHIK, 1977). Esses caldos são encontrados em muitas culturas atuais, de formas bastante heterogênea. Tanto as receitas, os ossos dos animais que são usados, assim como as prescrições culturais para preparo e consumo dos caldos diferem tanto quanto os povos e ambientes onde são feitos (HSU *et al.*, 2017). Caldos de galinha, de peixe, feijoadas, dobradinhas e mocotós, são algumas das formas em que caldos de osso existem na cultura brasileira.

Esses caldos são hoje conhecidos pela ciência por serem fontes de cálcio, magnésio, ferro, zinco, fósforo e potássio. Quando os ossos são cozidos com vegetais, além das gorduras e proteínas colagenosas, se tornam fontes de carboidratos e açúcares. Uma característica comum em muitos tipos de caldo de osso são os alongados tempos de cozimento, entre 4 e 48 horas. O tempo de cozimento está diretamente ligado a maior extração de minerais essenciais ao funcionamento metabólico do corpo, como cálcio e o magnésio (HSU *et al.*, 2017).

O cálcio é um componente estrutural dos ossos e dentes; necessário a contração muscular, estabilizante da frequência cardíaca e da pressão arterial, é

importante para ativação de sistemas enzimáticos, hormonais e de neurotransmissores, atua como mensageiro nos receptores celulares, na coagulação sanguínea, no equilíbrio ácido básico e nos transportes intracelulares (CARVALHO, 2000).

O Magnésio, por sua vez, atua como cátion intracelular, induzindo o relaxamento do tecido muscular (o cálcio estimula a contração), também inibe a agregação plaquetária (fator de criação de trombos), regula o ritmo cardíaco e a permeabilidade vascular. Ainda é co-fator de várias enzimas como as do DNA, na transferência de fosfatos para a produção de ATP (fosforilação oxidativa), no metabolismo iônico (fosfatase alcalina) e em outras funções essenciais do metabolismo, como a constituição dos ossos e dentes, regulação da permeabilidade das membranas celulares, a síntese de serotonina e do metabolismo cerebral de neurotransmissão de informações (CARVALHO, 2000).

Se colocarmos as informações acima mencionadas em contraste com dados históricos da alimentação dispensada aos cativos, que apesar de ser muito enraizada nos ecossistemas locais, tinha como base a farinhas de mandioca, peixes e milho (VIOTTI 2017), o mocotó dos escravizados ganha novos contornos. Apesar de valores calóricos relativamente baixos é rico em uma variedade de microelementos essenciais ausentes em dietas diárias com pouca diversidade.

A suplementação mineral que o consumo do mocotó promove, dá a esse caldo qualidades de remédio, tanto quanto de alimento. Viotti (2017) resgatou registros de uma prescrição do caldo de mocotó, por cirurgião da república, para tratamento de escorbuto em cativos no século XVIII na Minas Gerais.

É ilustrativo o caso narrado pelo mesmo Miranda, chamado a opinar sobre o alimento dispensado a alguns escravos acometidos por escorbuto. Ele conta: *“achava-se o sargento mor Manoel Fernandes da Costa com dez ou doze escravos, que eu não visitei, porém ele me informou, que estão quase todos opilados, e mui débeis”*. A fim de assisti-los e fazê-los recobrar a saúde, *“mandou-lhes o dito dar sustância de mocotós, ou pés de vaca, com a qual morreram todos dentro de um ou dois dias; e encontrando-se comigo, me perguntou se eram venenosos os tais mocotós”*. Pensando ser aquela conjectura absurda, diz tê-lo respondido, *“rindo-me, que mal podia ser venenoso aquilo que usávamos por bom alimento e de grande sustância”*. Refletindo um pouco mais sobre o caso, Miranda concluiu que o mocotó, talvez substancioso demais para organismos tão debilitados, acabou obrando

inversamente ao propósito de cura (VILOTTI 217, p. 221 *apud* MIRANDA, 1747, p.10).

O caso acima descrito reforça a ideia do caldo de mocotó como remédio, incluindo ainda a possibilidade dele se tornar perigoso a saúde se não for usado corretamente. O prolongado tempo de cozimento do mocotó (24 a 48 horas), que dá a qualidade “*medicinal*” ao caldo, também reforça vínculos sociais, que pelo tempo dispensado ao trabalho implica necessariamente a partilha do trabalho entre diferentes pessoas. Além disso, os mocotós são feitos em grandes quantidades e tradicionalmente consumidos de forma coletiva, em festas, celebrações ou cerimônias religiosas (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022).

Resgatamos a fala do professor Quilombola Wagner Bittencourt (2022), para reafirmar que na cultura do mocotó são muitos os saberes que estão envolvidos. Remetendo a práticas ancestrais africanas e se atualizam no território brasileiro criando, ao redor desse prato, dispositivos culturais atravessados por técnicas, que vão desde o tempo de cozimento do caldo, às prescrições de uso, constituídos para atender valores comunais e solidários, como o da alimentação coletiva e do trabalho em mutirões, práticas que reforçam os laços sociais e mecanismos de proteção da vida biológicos, ecológicos e sociais.

Não podemos esquecer que esse dispositivo alimentar -cultural foi desenvolvido historicamente pela população negra como forma de fortalecer seus corpos, maneira de manter e criar vínculos sociais, assim como mecanismo de extração de energia dos recursos descartados pelas relações sociais que os exploravam sistematicamente. Não surpreende que os saberes envolvidos na preparação e os sabores degustados no consumo, produzam identificações com o caldo feito de cultura africana, conhecimentos ancestrais e valores comunais, desenvolvidos por populações negras através de suas histórias de resistência.

O mocotó abolicionista de dona Felipa ficou como marca e identidade daquela comunidade que se formava no morro do Governo no início do século XX, que recebia migrações de famílias de africanos e seus descendentes. Uma dessas famílias foi a de Dona Lucimar Montana Bitencourt, ou Dona Luci. Filha de Ducina da Silva, que era parteira e Hercílio Montana da Silva, que trabalhava como soldado de polícia.

A família de Dona Luci é uma das mais antigas no morro, tendo migrado para lá após a desapropriação das terras nas quais viviam e trabalhavam no continente,

para serem cedidas a imigrantes europeus. Lucimar nasceu em 1924 no morro do Mocotó e ali viveu até **2019**, ano de seu falecimento. Estudou na escola Dona América e trabalhou na fábrica de bordados Hoopcke, na rua Felipe Schimidt. Casou-se com Ademar Bittencourt, o “Nem”, e com ele teve 14 filhos e muitos netos (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022; SANTOS, 2009).

Durante a construção da ponte que deu acesso a veículos terrestres a ilha de Santa Catarina na década de 1920, as casas simples, construídas nos mutirões e o mocotó, feito pelas mulheres que viviam na comunidade, tronaram o morro do Governo lugar muito procurado pelos migrantes que trabalhavam na construção da ponte. Esses trabalhadores procuravam o Mocotó tanto para alugar ou construir casas, como para comer o tradicional caldo, que ganhou fama na cidade entre as classes populares e posteriormente até mesmo nos circuitos da elite econômica da ilha. Um de seus mais famosos promotores foi Seu Edmundo, morador do Morro do Governo e embarcaçõ, levava os trabalhadores da ponte e do mar para comer o famoso caldo (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022; SANTOS, 2009).

Nesse período, muitos dos trabalhadores da ponte passam a residir no morro e ele deixa de ser referido como Morro do Governo e passa a identificar a comunidade como o Morro do Mocotó. Os trabalhadores que migram para a comunidade passam a habitar as partes mais altas do morro, ocupando gradativamente os lugares onde eram feitas culturas de subsistência, como os bodes criados por Lucí e Nem. Nesse período e por causa dessa atividade são nomeadas as comunidades do Morro do Bode¹⁷ e do Morro da Queimada¹⁸.

O mocotó é assim um alimento e um remédio que envolve o trabalho coletivo e os saberes ancestrais, além de um conhecimento do ambiente e do território (animais e vegetais usados no cozimento são encontrados no ambiente). Sua produção em grandes quantidades é direcionada para consumo coletivo (comunal) em festas, celebrações religiosas e políticas, com músicas e danças. O caldo do morro do Mocotó, não é feito por meio de uma receita escrita, os saberes são passados na prática do feitio, guardando ainda as formas fluidas e relacionais de transmissão de conhecimento oral. O prato típico em festividades e celebrações na comunidade, atualmente é feito pela Tia Dete, que aprendeu a fazer com seu Tranca

¹⁷ O Morro do Bode é assim conhecido por ser o local usado para criação de bodes e cabras por moradores do Morro do Governo, como Dona Luci e seu Nem (SANTOS, 2009).

¹⁸ As queimadas nos bosques eram constantes durante a migração sendo usadas para abertura de sítios onde eram construídas as novas habitações (SANTOS, 2009).

Rua que, por sua vez, aprendeu com seu Edmundo, tio de Dona Lucimar (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022).

A fama do caldo permitiu sua comercialização tornando-se uma fonte de renda para moradoras e moradores do Morro do Mocotó e popularizando ele em outros territórios da cidade. Na prática o mocotó nos parece ter desempenhado ainda outro papel, o de territorializar uma cultura alimentar coletiva, que direcionou ações e articulou recursos sociais, ambientais e econômicos para práticas de ajuda mútua que forjaram uma identidade comum no morro do Mocotó.

A referência a Dona Lucimar como uma das matriarcas do Morro do Mocotó é explícita na entrevista de Wagner e Giovani (este último neto de Dona Lucimar). Contam eles que a eletricidade chegou as partes altas do morro por intervenção de Dona Lucimar, que enviou um poema que reivindicava “luz no morro”, ao então governador Jorge Lacerda (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022). Para Santos (2009) Dona Lucimar contou “que por intermédio de um e de outro, fez chegar às mãos do governador” suas palavras e pouco tempo depois os cabos e postes foram instalados nas partes mais altas e mais necessitadas. A carta de Dona Luci parece ter impressionado o político que fez questão de conhecer sua remetente, que o recebeu no morro assando 2 cabritos para a comunidade e a equipe do governador (SANTOS, 2009).

O que percebemos com a história da formação das comunidades periféricas de Florianópolis é que múltiplas formas de sabedoria atuaram para que sua população sobrevivesse ao território da cidade hostil. Essa sabedoria possibilitou o uso de mecanismos como a ajuda mútua, a memória e a ética alimentar comunal para construir espaços comunitários que resistissem as forças modernizadoras e a sua territorialização excludente por meio de estratégias de subsistência. Uma das mais importantes e simbólicas foi a confecção do caldo de osso chamado de mocotó, que também dá nome a uma das comunidades.

Os saberes e os valores que orientaram essas estratégias, antes de serem apenas uma reação às territorialidades hegemônicas, foram constituídas pela sabedoria do que Toledo e Barrera-Bassols (2015) chamam de uma *memória biocultural*, construída pela forma com que

Cada cultura local interage com seu próprio ecossistema local e com a combinação de paisagens e as respectivas biodiversidades nelas contidas, de forma que o resultado é uma ampla e complexa gama de interações finas e específicas (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 40)

A memória biocultural é uma coleção ampla e complexa de sabedorias localizadas, utilizadas pelos povos e comunidades tradicionais, que operam como matrizes de consciências históricas comunitárias a partir das lembranças de experiências passadas, enraizadas nas culturas de grupos humanos específicos. *“Trata-se dos saberes, transmitidos oralmente de geração para geração, e especialmente dos conhecimentos imprescindíveis e cruciais, por meio dos quais a espécie humana foi moldando suas relações com a natureza”* (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p.33).

O olhar sobre a territorialização do Maciço do Morro da Cruz nos mostra que os saberes, práticas e valores que criaram e difundiram estratégias comunitárias de solidariedade foram operados pela memória biocultural e pela ajuda mútua, ampliando-se sempre que as condições de manutenção da vida dessas populações foram comprimidas. A mais recente dessas reduções das condições de vida ocorreu durante a pandemia de covid-19.

7 PANDEMIAS, SINDEMIAS E INJUSTIÇAS

Em meados de 2019, a emergência de um vírus previamente desconhecido, o SARS-Cov-2, impôs ao mundo uma pandemia de proporções nunca documentadas. O novo coronavírus, causador da covid-19, em poucos meses estava presente em todos os continentes e na maioria dos países. A sua alta capacidade de transmissão aliada a forma predominantemente assintomáticas das infecções, impulsionaram o novo coronavírus em sua epopeia mundial.

As infecções sintomáticas podem apresentar sintomas leves, moderadas ou graves e ausência de tratamento específico contra o vírus e de vacinas (não havia vacinas até novembro de 2020) fez com que o número de contaminados crescesse de forma drástica, aumentando conseqüentemente o número de mortos. Essa constante sobrecarregou sistemas de saúde em diversos países que, em grande parte e dentro de suas particularidades, não foram capazes de responder com a rapidez necessária ao descompasso entre o aumento da demanda por atendimentos e cuidados em saúde e sua oferta dentro dos países, caracterizando uma crise sanitária global desencadeada por uma pandemia.

Pandemia é um termo utilizado para definir uma tendência epidemiológica na qual surtos de determinado agravo em saúde passam a ocorrer com frequência em diferentes lugares. Mesmo atingindo escalas globais, como a covid-19, seus efeitos estão longe de ser homogêneos, são produzidos a partir das condições sociais, econômicas, culturais, ambientais, coletivas e individuais onde os surtos ocorrem. Desse modo, não se trata de um fenômeno universal pois é experimentado de formas distintas em suas intensidades e qualidades de agravo entre diferentes grupos humanos e até mesmo entre indivíduos (MATTA *et al.*, 2021).

Pesquisadores têm apontado que vivemos em um tempo no qual múltiplas epidemias ocorrem simultaneamente em diferentes territórios, retroalimentando seus efeitos nas populações de modo sinérgico, processo esse nomeado de sindemia. O termo foi usado por um grupo de pesquisadores, em 2019, para caracterizar o que eles chamaram de uma *sindemia global*, composta por três grandes pandemias: de obesidade, subnutrição (fome) e mudanças climáticas. Avançando na análise os pesquisadores mostram como os modelos de agricultura, pecuária e produção de alimentos, de transporte e deslocamento, assim como as formas de uso da terra,

que incluem a organização socioespacial das cidades, são os principais causadores dessa sindemia global (SWINBURN *et al.*, 2019).

Além disso, Swinburn *et al.*, (2019) assinalam que existem “nós” de difícil dissolução impedindo o enfrentamento da sindemia, localizados na baixa capacidade de tradução do poder político dos Estados em práticas sociais e econômicas que favorecem os grupos humanos mais necessitados, no modo como a dinâmica econômica amplia a comercialização de bens e serviços que objetivam apenas o lucro, na forma como oferta e demanda são produzidas socialmente e reforçam padrões de hiperconsumo, pressionando os sistemas de produção de material bruto (commodities agrícolas, minério, petróleo) e alimentos que avançam sobre os territórios provocando alterações dos ecossistemas locais com efeitos globais. Por último, os autores sinalizam para a dificuldade que existe em mostrar os efeitos desses sistemas, positivos ou negativos, nas condições de saúde humana (SWINBURN *et al.*, 2019).

O conceito de sindemia nos ajuda a perceber no quadro em que a pandemia de covid-19 se instalou, teve o efeito de amplificar injustiças sociais, ambientais e econômicas pré-existentes, tornando-as mais evidentes (PORTO, 2021). Alinhado a essa tese, o objetivo da presente análise é de mostrar alguns dos mecanismos sociais, políticos, cognitivos, econômicos e ambientais, que atuaram, em um contexto de crise sanitária, amplificando injustiças historicamente produzidas na sociedade brasileira.

7.1 PANDEMIA E SABER

Os modos como podemos enquadrar e descrever um problema condicionam as respostas e soluções possíveis que podemos dar a eles. Com esse pressuposto em mente, buscamos analisar algumas das práticas hegemônicas que nos informam sobre a realidade e como elas modelaram as linhas de enfrentamento à pandemia de covid-19 no contexto das sindemias globais.

Ao refletir sobre a métrica do carbono, Camila Moreno (2016) mostra como as leituras matemáticas e universalistas da realidade, apesar de criarem conhecimentos e formas de ação e comunicação política, excluem ou mesmo destroem outras leituras e formas de compreensão da realidade. Para a autora, a disseminação do pensamento matemático como modelo interpretativo do mundo, não foi um

desenvolvimento “natural” do pensamento, mas antes disso, é uma importante ferramenta de planificação dos saberes não ocidentais que historicamente promoveu “epistemicídios” destas formas não ocidentais de compreensão da realidade (MORENO; SPEICH; FUHR, 2016).

A criação e difusão do sistema métrico promoveu uma significativa padronização no modo como pensamos. Sua história remonta ao final da idade média e início do renascimento, período no qual tecnologias como a cartografia e os relógios mecânicos passaram a contabilizar o espaço e o tempo como forma de descrever a realidade. A redução de espaço e tempo a unidades universais de medida teve um papel central na realização do projeto imperial, permitindo reduzir a complexidade da vida à unidades de valor calculáveis (MORENO; SPEICH; FUHR, 2016).

A padronização das medidas e dos pesos foi fundamental para o desenvolvimento do comércio internacional, realizado pelos impérios no período colonial, pois reduzia diferentes formas de valorar e significar a realidade, a vida e a natureza a um plano comum de valores e referências, facilitando o comércio entre distintos territórios e mercados com a substituição de seus juízos valorativos pelos mecanismos de atribuição de valores desenvolvidos pelo mercantilismo imperial europeu, ocultando assim outras formas de representar e valorar a realidade (MORENO; SPEICH; FUHR, 2016).

Dispositivos como a estatística foram criados para descrever a realidade dentro das fronteiras dos estados nacionais, contando e classificando corpos, elementos e eventos em sistemas que calculam seus padrões de ocorrência. Esse mecanismo permitiu a ampliação do controle sobre o território e sobre as pessoas que habitavam dentro de suas fronteiras ao estabelecer os padrões de normalidade em que os eventos deveriam ocorrer, fazendo surgir o Estado moderno. A população emerge como um agregado de indivíduos que deve ser contido dentro das fronteiras de normalidade, definidas pelo cálculo da média da ocorrência de eventos (LEFF, 2011).

A complexificação dos modelos matemáticos permitiu a redução de mais elementos a racionalidade da estatística e da contabilidade. A atribuição numérica a elementos e processos da natureza produz abstrações que colocam em suspensão elementos subjetivos, processos históricos e especificidades materiais da existência deixando de fora da equação e da significação o incomensurável (LEFF, 2011).

Assim, os elementos e eventos incluídos nos sistemas são plasmados por ideologias e interesses sociais, que deixam de fora de seus sistemas aquilo que não pode ser quantificado, criando o que Leff (2011) chama de “*um mar de externalidades*”. Esse raciocínio matemático, desenvolvido com objetivo de planificar e facilitar o comércio, construiu a base para o desenvolvimento dos modelos científicos, que passam a significar a realidade, modelando também como a experienciamos e percebemos (LEFF, 2011). Como afirma Porto-Gonçalves

A naturalidade com que se crê, no mundo científico, que os mistérios da natureza se revelam em linguagem matemática encontra seu correspondente no mundo mundano onde cada vez mais a vida de cada um está mediada pela quantificação mercantil. A quantificação da vida cotidiana pela mercantilização generalizada da vida torna-a banal e, assim, a quantificação parece natural. Afinal, os paradigmas não caem dos céus, ao contrário, são instituídos no mundo mundano de nossas vidas. (PORTO-GONÇALVES, [s.d.], p.3).

Essa forma de saber opera produzindo totalidades para explicar e interpretar as experiências de mundo. Essas totalidades não conseguem, porém, olhar as experiências construídas sob outras formas de racionalidade que não a científica hegemônica. A totalização do saber promove assim formas de ocultação, que ativamente relegam os saberes marginais a estatutos de menor importância, através da criação de séries de dicotomias que classificam e hierarquizam esses saberes, separando conhecimentos válidos (científicos) daqueles ingênuos e ilegítimos (populares). Esse procedimento gera uma contração do presente que nega um sem-número de experiências sociais não entendidas como conhecimentos, por não serem conformes a razão metonímica, ou seja, por estarem fora da razão que explica o mundo em uma totalidade única: A pobreza da experiência não é expressão de uma carência, mas antes a expressão de uma arrogância, a arrogância de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que a podemos identificar e valorizar (SANTOS, 2002).

Em outro plano a razão proléptica se tornou o paradigma que orienta nossa percepção linear do tempo, por meio da qual produz práticas sociais que vão sempre na direção das mais atuais e serão superadas por práticas mais desenvolvidas no futuro. O futuro, assim, é levado em uma única direção, rejeitando a contemporaneidade das experiências construídas sobre outras formas de significar o

tempo, fabricadas pelas relações entre culturas não ocidentais e natureza de seus territórios. Os territórios, assim são formados por sobreposições de práticas e saberes sociais ancorados em diferentes tempos e percepções de tempo (SANTOS, 2002).

A razão proléptica nega a validade das práticas e saberes, culturas e ancestrais, que resistem a imposição do tempo cronológico, por não estarem de acordo com sua lógica. Tal planificação permite uma dilatação indefinida do futuro como expectativa, que ao ser confrontada com a realidade no presente, restringe as experiências sociais aceitas àquelas que podem alcançar a expectativa do futuro gerada pela linearidade do tempo da razão proléptica (SANTOS, 2002).

Sob essa lógica as experiências e saberes tradicionais e populares não podem ser compreendidas como contemporâneas pois foram “superadas” pelo saber científico, podendo ser descartadas por não servirem para construir o futuro determinado. De acordo com a razão proléptica elas são parte do passado da humanidade. Sem as contribuições de lógicas temporais e experiências contra hegemônicas, os futuros possíveis são projetados dentro de quadros mentais restritos, que possibilitam suas expansões indefinidamente, desde que estejam conformes ao sentido único e a forma achatada do tempo cronológico (SANTOS, 2002).

É impossível negar a importância dos avanços tecnológicos promovidos pela ciência nos últimos 100 anos. Cabe, porém, colocar que o acesso as tecnologias criadas nesse tempo, em especial ao mundo da informática e das tecnologias sanitárias (como as vacinas), não ocorre de forma universal ou justa e há uma massa de pessoas impedidas de obter os benefícios do desenvolvimento tecnológico e científico no capitalismo, pois as técnicas carregam em si a forma social e o tempo histórico para qual elas foram criadas (ACOSTA, 2016; SANTOS, 2010).

Os esforços da sociedade na busca por soluções ao problema da pandemia de covid-19 buscaram retornar à “normalidade” perdida durante a epopeia pandêmica. As principais ações foram concentradas nos campos da ciência e da economia e mediadas no espaço das relações entre os estados nacionais e mercado internacional. No campo da ciência a epidemiologia reduziu complexas “configurações territoriais” a “populações”, compreendidas como agregados de indivíduos que interagem uns com os outros, dentro de uma delimitação espacial.

Intercambiáveis entre si, os indivíduos são classificados como “suscetíveis”, “infectados”, “doentes” ou “mortos” (CARRARA, 2020). Essa simplificação, por mais útil que possa parecer, atua como entendimento universal sobre a realidade pandêmica e uniformiza as diferentes experiências vividas por comunidades e pessoas, os sentidos atribuídos a ela e os saberes desenvolvidos em seu enfrentamento.

Os grandes laboratórios farmacêuticos apostaram na criação de tecnologias individuais de profilaxia e tratamento às infecções causadas pelo novo coronavírus. Apesar de ainda não existir tratamento específico contra a infecção (os cuidados hospitalares são feitos sobre os sintomas da infecção e não sobre a infecção em si), laboratórios estatais e privados conseguiram produzir, em tempo recorde, imunizantes contra o vírus SARS-Cov-2. Com as vacinas, e os modelos epidemiológicos regressivos e prospectivos a ciência reivindica para si a capacidade exclusiva de dar as respostas à crise sanitária causada pela pandemia de covid-19.

Os olhos do mundo se voltaram aos grandes laboratórios farmacêuticos, seja na procura de medicamentos que possibilitem maior sobrevida aos infectados, seja na busca pela imunização através de vacinas. A visão estreita da biomedicina sobre a crise sanitária aponta para o corpo dos indivíduos como lugar onde iremos ‘vencer’ a pandemia, seja pela vacina ou pelos medicamentos.

A aposta mais certa tem sido a da vacina. Essa tecnologia “salvadora” permitiu a proteção individual e a retomada de muitas atividades que haviam sido interrompidas durante as ondas pandêmicas. Por outro lado, a solução técnica está vinculada ao seu sistema socioprodutivo, ou seja, ela é um produto que deve percorrer os circuitos e as lógicas do capital, deixando visíveis as desigualdades e injustiças promovidas pelo modelo colonial- capitalista- moderno de sociedade. Essa solução tecnológica vem operando uma forma de controlar as técnicas através dos mercados, das empresas e dos países do norte global. Assim, enquanto nestes sobram vacinas, em muitos países do sul¹⁹, especialmente nos que não possuem sistemas públicos de saúde, o acesso a elas ainda é muito precário e elitizado (CASTRO, 2021).

¹⁹ Para Santos (2020), Norte e Sul epistemológicos representam uma metáfora do sofrimento humano injusto operado pela discriminação sexual, discriminação racial e exploração capitalista. Não compreende espaços geográficos mas sim espaços-tempos de dominação político, social e cultural do Norte sobre o Sul (SANTOS, 2020).

Esse fato mostra os limites políticos e cognitivos das soluções exclusivamente científicas e tecnológicas (biomédicas) dadas aos problemas gerados por escolhas políticas. Do ponto de vista do mercado, as vacinas apresentam uma solução que se encaixa ao modelo produtivo sem modificá-lo. Por um lado, ela é um produto demandado por quase todos os indivíduos (exceção para os movimentos antivacinas²⁰) criando um imenso mercado e vultuosas taxas de lucro para as empresas/ laboratórios que as produzem. As empresas que detém a tecnologia tiveram crescimentos astronômicos no período. Os grandes laboratórios como *Johnson&Johnson* e *AstraZeneca* aumentaram seus valores de mercado em 11,5% e 6,7%, respectivamente. Em valores brutos significam acúmulos de US\$ 428 bilhões para *Johnson&Johnson* e US\$ 133 bilhões para *AstraZeneca*. Os laboratórios menores tiveram crescimentos mais impressionantes como a *Novavax* que valorizou 1.558%, e agregou US\$ 8,1 bilhões ao seu capital e a *Moderna* que teve alta de 585%, rendendo a seus cofres valores de US\$ 49,4 bilhões²¹.

A atenção para as características bio-físico-químicas do vírus disparou uma busca por tecnologias que permitam combater o vírus no corpo de cada indivíduo (vacinas e medicamentos). Essas tecnologias, fundamentais para a superação da crise gerada pela pandemia de covid-19, começaram a desenhar caminhos para a saída dela. Porém, ao mesmo tempo em que a tecnologia ilumina o fim do túnel, começamos a perceber que essa saída é estreita e grupos com maior poder econômico enxergam a luz bem antes da maioria da população global. Ao serem lançadas no mercado, as tecnologias (no caso, a vacina) seguem suas leis de oferta e procura favorecendo os Estados e populações com maior poder econômico, mostrando a hierarquização que a colonialidade impõe entre as nações através da desigualdade vacinal global (VILARDAGA, 2021).

Países como Haiti, Senegal e República Dominicana aplicaram até agosto de 2022 respectivamente 3,1; 12,3; e 4,6 doses de vacinas para cada 100 habitantes.

²⁰O movimento antivacinas é caracterizado por pessoas que se negam a vacinar seus filhos, dependentes e a si mesmos por acreditarem especialmente que as vacinas são mecanismos de controle estatal sobre seus corpos que os privam de suas liberdades individuais. Tem uma maior expressão nos países do Norte global e nas classes privilegiadas dos países do Sul global.

²¹ O laboratório *Novavax* teve alta de 1.558%, e incorporou US\$ 8,1 bilhões ao seu valor de mercado; a *Moderna*: apresentou alta de 585%, aumentando em US\$ 49,4 bilhões seu patrimônio; a *BioNTech*: cresceu 223%, e acumulou US\$ 24,3 bilhões; a *Regeneron Pharmaceuticals*: teve alta de 32,4%, o que representou mais US\$ 56,9 bilhões no seu valor; a *Pfizer*: com alta de 5,9%, aumentou seu patrimônio em US\$ 204 bilhões; e a *Sanofi* com alta de 3%, e valorização US\$ 126 bilhões até o início de 2021 (G1, 2021).

Enquanto países como França, EUA e Inglaterra aplicaram 223; 180; e 223 doses de vacina para cada 100 habitantes (WHO, 2020).

A imagem difundida no imaginário popular apontava para a superação da crise sanitária através da criação de novas tecnologias (vacinas e medicamentos). Porém, após quase dois anos de vacinação ao redor do mundo percebemos que a salvação científica, regulada pelo mercado financeiro, criou condições desiguais de acesso a essas tecnologias, vulnerabilizando ainda mais os povos das nações economicamente mais pobres do Sul global (WHO, 2020).

Segundo a OMS (2020), nos países de baixa renda per capita, uma em cada cinco pessoas foram vacinadas com, pelo menos uma dose, já naqueles com altos rendimentos internos brutos, três em cada quatro pessoas foram vacinadas com, pelo menos uma dose, até agosto de 2022 (WHO, 2020).

A desigualdade no acesso a vacinas ampliou as assimetrias já existentes entre diferentes grupos sociais, culturas e povos tanto nas nações periféricas como nas centrais. Valorados de forma hierarquizada por classificações racistas, sexistas e econômicas, aos povos do sul global são impostas as formas universais do saber, as relações injustas de poder e o modelo ocidental do ser, que equivalem ao progresso nas sociedades globalizadas do capitalismo colonial moderno (QUIJANO, 2005; DUSSEL, 2010, ACOSTA, 2016, SANTOS, 2002). Essas relações de poder, saber e do ser vêm sendo estudadas e denunciadas por intelectuais como fundamentos de um projeto de sociedade que se afirma ao ocultar todos os outros projetos possíveis de civilização, suas práticas sociais, saberes e valores (DUSSEL, 2010, SANTOS 2020, LEFF, 2010).

A rota científica e biomédica tem reivindicado a exclusividade na formulação da resposta ao problema de uma crise sanitária que é multifatorial. Esse movimento impede que outras leituras de mundo construam saídas fora dos padrões científicos universalizantes. Leituras científicas mais críticas têm percebido os riscos, cada vez maiores, que as sociedades regidas por mercados criam para os povos. As sociedades de mercado significam suas ações através de atribuições de valores monetários a tantos elementos da vida quanto puderem. Esse processo histórico de mudança cognitiva, naturaliza leituras economicistas do mundo e esconde injustiças e violências que realizam a manutenção desse sistema desigual.

7.2 ENTRE A VIDA E A ECONOMIA HÁ UMA PANDEMIA

O fim da segunda guerra mundial recolocou o cenário geopolítico internacional e modificou as formas como as questões políticas passaram a ser endereçadas nos sistemas de governança global. A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) no pós-guerra, foi acompanhada da formulação de uma série de mecanismos que transformaram questões políticas em dados quantitativos. O cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) foi a mais exitosa dessas ferramentas. Possibilitava a medida da produtividade econômica dos diferentes grupos sociais e, quando associada aos dados de censo populacional, permitia fazer o cálculo do indicador per capita da produção econômica interna para cada corpo político soberano. “Tratava-se de um indicador ainda mais abstrato que transformou as perspectivas econômicas mundiais em uma única cifra e pavimentou o caminho para todos os tipos de comparações entre as nações no espaço e no tempo” (MORENO; SPEICH; FUHR, 2016 p. 35).

A invenção do PIB, no contexto do pós-guerra foi acompanhada da criação de novas organizações internacionais (FMI, ONU, Banco mundial), da inclusão de atores e saberes técnicos e científicos no debate político e da transfiguração de questões políticas em termos econômicos, dando aos modelos quantitativos força totalizante e presença absoluta (MORENO; SPEICH; FUHR, 2016).

No mesmo período, a direção dos investimentos financeiros fica, cada vez mais, sob controle de ricos empresários. O acúmulo de capitais de certos grupos políticos no período de reconstrução da economia na Europa e no Japão do pós-segunda guerra, aliados ao incremento de técnicas extrativistas e a propulsão do sistema de transporte, com base em combustíveis fósseis, criaram condições nas quais diferentes etapas do processo produtivo passaram a acontecer, de modo coordenado, em diferentes países. A criação dessas empresas transnacionais, com enorme capital financeiro e poder político, permitiu a criação de oligopólios que podiam dispor os elementos e etapas da produção de industrial a partir das vantagens que recebiam ao se instalar em diferentes Estados (FURTADO, 1983; 1998).

Partes da produção dos países centrais foram transferidas para países onde o custo do trabalho e os incentivos fiscais ofertavam as melhores condições para o retorno mais lucrativo dos investimentos. O aumento da velocidade das

telecomunicações permitiu a coordenação central dessas cadeias produtivas multinacionais, que passaram a pressionar os Estados periféricos por maiores incentivos (como isenções de impostos, trabalho barato e precarizado) para manter as empresas e os empregos gerados por essas nos territórios explorados (FURTADO, 1983; 1998).

A orientação do sistema econômico global, dada pelos oligopólios empresariais, aumentou a pressão sobre os recursos naturais na medida em que cresciam as práticas de consumo. A manutenção de altas taxas de lucro tensionaram o mercado a promover uma sempre maior circulação de capitais pela introdução constante de novos produtos nos mercados e/ou com o encurtamento da vida útil destes. Como efeito a maior parte dos retornos financeiros gerados no processo foram direcionados para as economias centrais e estimularam, ainda mais, o aumento de seus padrões de consumo, que nas economias periféricas são reproduzidos apenas por uma pequena parcela da população (FURTADO, 1983; 1998).

A concentração de renda nos países centrais e entre pequenos grupos nos países periféricos são as condições dadas pelo capitalismo para o desenvolvimento econômico, pois a ampliação dos mercados depende das inversões dos lucros acumulados em capitais fixos, ou seja, investimentos em estruturas produtivas para a criação, produção e comercialização de bens e serviços (FURTADO, 1983).

Esse modelo, conhecido como neoliberalismo, tende a concentração de capital em oligopólios empresariais onde algumas empresas controlam parte expressiva do mercado e adquirem poder para influenciar os preços (inflação), manipular a produção (comoditização da agricultura e desindustrialização do Brasil) e a oferta de produtos (ultraprocessados mais acessíveis que outros alimentos mais saudáveis) ao mesmo tempo que recebem incentivos fiscais (isenções de impostos de exportação) e influenciam as políticas estatais (lei do teto de gastos, reforma da previdência, DRU), pressionando menores proteções sobre o trabalho (reforma trabalhista), sobre recursos naturais (garimpo, mineração e menores proteções florestais) e sobre as populações na periferia do sistema (avanço do garimpo sobre terras indígenas, marco temporal, aumento da violência racial e de gênero) (FURTADO, 1983; 1998).

Sobre esses territórios são externalizadas, de forma perversa, os custos do desenvolvimento neoliberal, como baixos salários, retrações das proteções sociais,

desagregação das ecologias locais, dos sistemas agrícolas tradicionais, e dos sistemas alimentares. A fome, a insegurança alimentar, as expropriações violentas de terras, os trabalhos precarizados, os desastres socioambientais que tem marcado a vida na periferia do sistema, são as condições para o acúmulo de recursos no centro dele. No Brasil, a adoção de políticas neoliberais tem favorecido as empresas transnacionais e os oligopólios setoriais através de incentivos fiscais e manipulações legislativas que diminuem a capacidade de controle do Estado sobre as atividades econômicas desses grupos (FURTADO, 1998; 1999).

É importante ressaltar o papel do Estado nesse processo que vem incentivando a formação dos conglomerados econômicos permitindo um controle cada vez mais amplos dos mercados, transferindo capital do estado para entes privados ao passo que diminui os investimentos em políticas sociais, de saúde, educação, alimentação e ambientais. De modo que para os pobres o Estado é mínimo, enquanto para os ricos ele é máximo.

Esse modelo implementado globalmente a partir de 1970, promoveu uma série de crises operadas pelos seus mecanismos de acumulação. Tais mecanismos são orientados pela apropriação do trabalho, recursos brutos, energia e alimentos com o menor custo possível. O uso desses mecanismos de forma intensa, aumentam as taxas de extração dos elementos do sistema, tanto através da incrementação tecnológica desses mecanismos, como pela ampliação das fronteiras dos territórios produtores quando estes atingem limites físicos, ecológicos, sociais ou culturais que reduzem as taxas de lucro do ciclo acumulativo (MOORE, 2014).

O aumento das taxas de acumulação no centro do sistema tende, assim, sempre a queda do retorno dos investimentos que caracterizam as crises econômicas. Com o fim de cada ciclo de acumulação outro entra em curso, fazendo uma reconfiguração dos mecanismos de apropriação, ampliando a capacidade de extração e diminuindo os custos de exploração dos elementos do sistema (MOORE, 2014).

A ampliação dos sentidos do capital sobre os aspectos constituintes da vida, se apoia tanto na ideia de progresso quanto no desenvolvimento da técnica e no controle sobre o uso do espaço. De modo que a energia dos territórios é extraída, modificada e comercializada através da exploração cada vez mais intensa do trabalho humano, dos recursos naturais dos territórios produtores (ANTUNES 2019; ACOSTA, 2016; LOWI, 2014).

A tendência constante a queda nas taxas de acumulação do sistema deflagrou múltiplas crises financeiras nas últimas décadas, promovendo desvios na própria ideia de crise, que deixa de ser passageira e explicada por fatores que permitem sua superação, tornando a própria crise elemento de explicação das ações políticas. A permanência das crises econômicas justifica politicamente retrações dos investimentos estatais nos sistemas de seguridade social (como saúde, assistência social e educação) que não geram retornos econômicos favoráveis aos investidores privados. Tal é a forma como, nos últimos quarenta anos, a economia capitalista, em sua forma neoliberal, tem minado os investimentos em políticas públicas em detrimento de investimentos nos setores privados, mais lucrativos para os agentes do mercado financeiro (SANTOS, 2020).

Dentro desse modelo produtivo a maior parte dos trabalhadores não consegue consumir as mercadorias que eles mesmos produzem, pois o valor econômico atribuído ao produto é maior do que o valor pago ao trabalho nele empregado, por meio do mecanismo de agregação da mais valia no seu valor de compra, ou seja, da exploração do trabalho. As riquezas geradas nesse processo em que se explora o trabalho e degrada a natureza são distribuídas de forma desigual entre diferentes grupos humanos, concentrando-se nas mãos das grandes empresas e grupos transnacionais, nos países centrais, deixando a maior parte da humanidade sem acesso ao crescimento econômico, violentamente gerado por esse processo (SANTOS, 2020; ACOSTA, 2016).

No Brasil, historicamente foram criados diversos mecanismos para transferência de parte do capital do Estado para entes privados. A dívida pública federal é o mais exitoso desses mecanismos, comprometendo metade do orçamento da união com o pagamento de juros e amortizações. Em 2021, dos R\$ 3,861 trilhões executados pelo governo federal, R\$ 1,96 trilhão foram destinados para pagamentos de juros e amortização da dívida pública, ou seja, mais da metade do orçamento federal foi transferido para o setor privado ou retido como garantia de pagamento de juros futuros. Segundo a auditoria cidadã da dívida pública, entre 2020 e 2021 o montante transferido para pagamento da dívida aumentou 43%, mesmo assim a dívida pública em 2022 está R\$ 708 bilhões maior do que no ano anterior (FATTORELLI; ÁVILA, 2022).

Outro mecanismo, que entrou em vigor em 1994, com nome de Fundo Social de Emergência (FSE) e foi rebatizado no ano 2000 de Desvinculação de Receitas da

União (DRU), o que permite ao governo redirecionar parte do orçamento das políticas de seguridade social para pagamentos de títulos da dívida. A DRU mantida pelo congresso pela EC 93/2016, aumentou o percentual de desvinculação de 20% para 30% do orçamento da seguridade social até 2023 (BRASIL, 2016).

Mesmo com a submissão da receita brasileira com o mercado, durante os governos progressistas foram geradas grandes divisas para o Estado com a valorização das mercadorias primárias no início dos anos 2000²².

Potencializada pela descoberta do pré-sal, a exploração do petróleo no Brasil gerou divisas para os grandes empresários nacionais e permitiram que os governos com sensibilidade social criassem políticas públicas que amenizaram (e muitas vezes esconderam) os efeitos degradantes desse modelo de desenvolvimento sobre as condições de vida das populações mais pobres. A mudança de trajetória promovida pelos governos progressistas, do Partido dos Trabalhadores, recolocou o papel do Estado frente as políticas neoliberais de privatização e ajustes fiscais da década de 90, sem questionar, porém, as direções dadas pelo capital internacional ao desenvolvimento da economia interna (SVAMPA, 2019).

Em 2013, a queda do preço das commodities primárias no mercado internacional, levou o Brasil a um período de crise política. Com a redução das taxas de lucro dos empreendimentos extrativistas, a elite política patriarcal e conservadora, aliada a grandes empresários e ao poder judiciário fizeram um grande pacto nacional pela mudança no poder executivo. A força adquirida por empresários do agronegócio e das grandes mineradoras, com o apoio do mercado financeiro internacional (FMI, OMC, BIRD), recolocam a ideia de austeridade como saída para a crise. Grupos políticos e empresariais conservadores passaram a pressionar as instituições Estatais fabricando uma crise política que culminou no golpe constitucional que retirou a presidenta petista do governo em 2015. Esse processo foi fundamental para a radicalização das políticas neoliberais ortodoxas que liberam o Estado de sua função de promotor de políticas de proteção social.

A filosofia neoliberal se tornou direção política e retraiu investimentos nos mecanismos de proteção social e redistribuição de renda, precariamente instalados pelos governos progressistas de Lula da Silva e Dilma Rousseff. De fato, podemos

²² Consenso das comódites elevou o preço de produtos primários como petróleo, minério, madeira, soja definindo grandes empreendimentos extrativistas como metas para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos abastecerem a crescente demanda da indústria pela produção de maior número de mercadorias (SVAMPA, 2019)

ver essa direção através de medidas como o abandono das políticas de valorização do salário mínimo²³, a criação de um limite para o investimento em políticas sociais²⁴, a política de paridade com mercados internacionais dos preços do petróleo²⁵, a desvalorização da moeda em relação ao dólar²⁶, e a reforma trabalhista²⁷, realizadas ainda no governo de Michel Temer.

A posse do governo ultraliberal e conservador de Jair Bolsonaro aprofundou a tendência liberal reduzindo os orçamentos dos ministérios da Educação, da Defesa, Infra Estrutura, Cidadania e Ciência e Tecnologia pelo decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019 (BRASIL, 2019). Em abril, o decreto Nº 9.759 de 2019 (BRASIL, 2019) extinguiu mais de 700 conselhos, fóruns e comitês que promoviam a participação da sociedade civil em políticas públicas do Estado²⁸.

No final do mesmo ano, são alteradas as regras para aposentadorias e pensões através da Emenda Constitucional nº 103 (BRASIL, 2019) que reformou a previdência social, aumentando o tempo de contribuição, diminuindo o valor e alterando as normas para recebimento de pensões, aposentadorias e benefícios. Todas essas medidas foram justificadas pela política da “regra de ouro”, que submeteu a economia estatal aos ajustes fiscais definidos pelas instituições financeiras internacionais.

²³ A recomposição do salário mínimo ficou abaixo da inflação, não havendo aumento real e reduzindo o poder de compra, da população especialmente dos mais pobres.

²⁴ Emenda Constitucional 95 de 2015 coloca um limite para os investimentos do Estado em políticas sociais como saúde, educação, assistência social e segurança pública.

²⁵ Equipara os preços de venda do petróleo produzido pela Petrobrás aos praticados no mercado internacional, impondo ao consumidor brasileiro preços de gasolina importada sobre o combustível produzido no próprio país, com custos menores. Essa política vem gerando lucros exorbitantes para os acionistas privados da Petrobrás enquanto a população paga valores de combustível importado pela energia produzida dentro do país.

²⁶ Aumenta o preço dos produtos importados, estimula a exportação da produção nacional para o mercado externo. A evasão da produção nacional e os altos custos dos produtos importados e dos combustíveis incrementam a inflação e aprofundam as desigualdades econômicas e sociais no país.

²⁷ Retira uma série de proteções básicas adquiridas pela luta dos trabalhadores, como o limite básico do salário mínimo, que pode ser legalmente inferior, por pactuação entre contratados e contratantes. O combinado (entre patrões e trabalhadores) possui maior validade do que o legislado. Com a reforma trabalhista aumentaram os índices de trabalho informal, contratos terceirizados, as subcontratações e os trabalhos em tempo parcial, levando uma massa de trabalhadores a perdas significativas de renda e a precarização das condições de trabalho no país.

²⁸ Entre os fóruns extintos estão o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD/LGBT), o Conselho Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti), o dos Direitos do Idoso (CNDI), o de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC), o Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), o de Relações do Trabalho, o de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), a da Biodiversidade (Conabio), o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI) e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

Em fevereiro do ano seguinte, a SARS-Cov-2 entrou no país, impulsionada pelos dos circuitos do capital globalizado, rapidamente se espalhando pelas classes populares e provocando assustadoras quantidades de infectados e mortos. A pandemia de covid-19 teve forte impacto ao desacelerar o ritmo das trocas comerciais, global e localmente. Os impactos na economia levaram o governo conservador de Bolsonaro a opor economia e vida, com um discurso macabro retirou do povo brasileiro importantes mecanismos de proteção a vida e da saúde, estimulando a população a retomar práticas econômicas, mesmo com o risco de contaminação e morte. A adoção dessa necropolítica tornou ainda mais vulneráveis àquelas populações que dependiam de trabalhos informais, do comércio e da venda de serviços, ou seja, sobre as populações marginalizadas pelo modelo de desenvolvimento neoliberal.

O impacto social da covid-19 no Brasil alcançou também as classes privilegiadas da sociedade levando a pressões de diversos grupos políticos sobre o governo federal, obrigando-o a implementar ações para mitigar os efeitos econômicos da crise sanitária. De iniciativa do governo tivemos a redução da jornada de trabalho, com proporcional redução de salários, pactuados entre contratantes e contratados do setor privado. A partir do congresso federal, surgem as propostas para uma renda básica, primeiramente negada pelo executivo federal, mas que acabou sendo aprovada e se transformou no auxílio emergencial, rebatizado, após uma breve interrupção, de Auxílio Brasil. O efeito prático daquela medida foi de privilegiar as empresas, que conseguiram amenizar suas perdas às custas das reduções de salários e renda dos trabalhadores (COSTA, 2020; CASTRO, 2020).

A criação do auxílio emergencial foi importante para os milhões de brasileiros e brasileiras que perderam suas fontes de renda durante a pandemia, mas se mostrou insuficiente para breçar o avanço da pandemia, o aumento da pobreza, o retorno da fome no país e o aumento das desigualdades sociais, ambientais e econômicas (CASTRO, 2020; REDE PENSSAN, 2021).

Enquanto em 2020 os “super ricos” aumentaram em 71% seu patrimônio, elevando o número de bilionários no país de 45 para 65 pessoas (ROCHA, 2021), 19 milhões de pessoas foram levadas à situação de insegurança alimentar grave (fome). Em 2022, o número de famintos subiu para 33 milhões. Segundo o levantamento do II VIGISAN (2022), 36,8% das famílias no Brasil vivem com até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo per capita e metade destas com apenas $\frac{1}{4}$ desse salário. Durante a

pandemia a adoção de políticas econômicas liberais, fez com que o Estado adotasse uma postura que priorizou o desempenho econômico frente ao desempenho sanitário, intensificando os mecanismos de concentração de renda as custas do trabalho e da vida de mais de 600 mil brasileiros (WHO, 2020), aumentando ainda mais, o fosso entre ricos e pobres no Brasil (REDE PENSSAN, 2022a).

A ideologia neoliberal opera transformando o acúmulo de capital no objetivo universal das práticas humanas e desenvolve formas de apropriação da natureza que buscam a extração de seu máximo valor monetário. Esse sistema dependente do modelo extrativista exportador, adotado como forma do desenvolvimento econômico nacional desde os tempos coloniais.

7.3 POLÍTICA, AMBIENTE E SAÚDE

A alimentação é uma das práticas humanas que deixam mais evidente a relação entre a composição biológica dos corpos e as formas de apropriação da natureza. Nessa seção buscamos mostrar como a emergência da covid-19 foi influenciada pelas formas de uso da terra que inscrevem os povos no sociometabolismo. Para compreender as relações que caracterizam tal inscrição na atualidade, é preciso colocar em debate as formas como modificamos e usamos as propriedades da natureza através da agricultura.

As agriculturas são expressões da relação entre cultura e natureza que objetivam formas e processos de produção e reprodução social por meio da práxis históricas em seus territórios. Ao longo do tempo e através dessas relações, povos humanos desenvolveram sistemas que interconectam as formas de produção, de significação e valoração da natureza, de maneiras tão diversas quanto são os povos e os ecossistemas do planeta (TARDIN, 2020).

A agricultura é a cultura que conecta ecologias e grupos sociais por meio de práticas que acessam seus recursos e transformam o ambiente atribuindo significados e valores para eles. Desenvolvidas por todas as civilizações em diversos ambientes do planeta, é grande diversidade de práticas agrícolas criadas por sociedades humanas.

No século XV, uma grande transformação ocorre no modo de atribuir valor à terra, trabalho, e dinheiro, fazendo com que estes passem a ser vendidos nos mercados. As sociedades regidas pelos mercados (POLANY, 2012) buscavam

universalizar o valor monetário (valor de troca) produzido pela comercialização da natureza, e do trabalho das pessoas. Para tanto, foi preciso torná-las objetos reduzindo seus significados ao valor atribuído em moeda em um mercado. Ao torná-la objeto operou uma separação da cultura e da natureza, colocando esta a serviço daquela, por meio de uma razão antropocêntrica, que retirou o ‘homem’ da natureza atribuindo a ela um sentido instrumental de realização e subserviência do próprio homem, ou seja, a natureza passa a ter valor quando suas propriedades podem ser controladas e submetidas aos mercados como valores de troca.

O exercício do domínio sobre a natureza é exercício de domínio de uma cultura sobre outras e seus modos de significar e se relacionar com a natureza, que invisibilizam, subalternizam ou extinguem as culturas e os povos dominados (DUSSEL, 2010). A máxima “dominação da natureza” passa a ter sentido na medida em que o Homem se enxerga fora da Natureza em um movimento que expulsou os deuses para os céus para que as matas, rios e montanhas, agora dessacralizadas, pudessem ser controladas e exploradas não havendo mais divindades habitando-as (PORTO-GONÇALVES, 2015).

Os camponeses não foram os únicos expulsos da terra. Para que a empresa colonial, capitalista, moderna pudesse dominar e explorar a natureza foi preciso catequizar, subalternizar e guerrear com os povos que enxergavam os espíritos em todos os entes de seus territórios. Na raiz desse processo encontramos o modelo extrativista de agricultura e mineração colonial que submeteu múltiplos territórios ao capital extraindo os maiores valores monetários nos menores tempos possíveis. Foi neste sentido que a agricultura capitalista operou a expansão do projeto colonial, ao se apropriar de trabalho barato e da natureza sem custos, obtendo retornos financeiros sobre seus investimentos (MOORE, 2020).

No Brasil, a agricultura extrativista fundamentou o sistema das capitanias hereditárias como forma de controlar o que se produzia, como se produzia, quais os destinos dessa produção e da riqueza gerada por ela. O modelo se amparava na produção em larga escala de poucos cultivos em grandes extensões de terra para comercialização nos mercados europeus. O extrativismo retira do local seus recursos, transferindo-os para territórios distantes, ao mesmo tempo em que concentra a riqueza monetária gerada no processo. Sob essa lógica foram desenvolvidos os três grandes ciclos econômicos (açúcar, ouro e café) que expandiram o território, violentamente ampliando suas fronteiras ao avançar sobre

territórios e agriculturas indígenas, explorando o trabalho escravizado de africanos sequestrados e dos povos originários, privados das propriedades de suas terras pela ampliação da propriedade privada (FURTADO, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Os grandes latifúndios, que hoje dão continuidade a esse sistema orientado pelas demandas do mercado internacional caracterizam territórios como exportadores/ produtores de matérias-primas que transferem energia e nutrientes de territórios produtores para territórios consumidores, retirando do solo sua fertilidade e rompendo ciclos sociometabólicos estabelecidos por relações ancestrais entre os povos humanos e a natureza, ou por suas (agri)culturas (FOSTER, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2015).

Para Hadichi e Andrade (2021), a criação e difusão de sistemas de transporte mais velozes (barco a vapor e ferrovias) possibilitou a incorporação de culturas agrícolas as dinâmicas do capital, processo que ocorreu entre a metade do século XIX e os anos 30 de século seguinte. As técnicas de rotação de cultura do solo pouco haviam se modificado até fim da segunda guerra mundial. No cenário da disputa geopolítica, entre as potências socialista e capitalista, a modernização da agricultura emerge como a resposta capitalista ao problema da fome e da insegurança alimentar gerado pela perda de infraestrutura dos países europeus e do Japão ao final do conflito mundial, cenário agravado pela migração de milhares de trabalhadores rurais para os grandes centros urbanos, especialmente na América Latina.

Por meio da tecnificação e articulação dos sistemas alimentares ao complexo industrial bélico, desenvolvido durante a segunda guerra pelos EUA, a agricultura industrial foi impulsionada pelos oligopólios empresariais capitalistas, que apresentaram a 'revolução verde' como resposta, não só ao problema da fome, mas da ameaça política representada pela 'revolução vermelha' dos países comunistas como China, Cuba e a União Soviética (PORTO-GONÇALVES, 2015). A modernização da agricultura por meio da revolução verde transformou o modo de produção agrícola vinculando as dinâmicas agrícolas aos insumos e as demandas industriais. Os solos passam a ser fertilizados com adubos químicos e a mecanização do trabalho rural, diminui a necessidade de trabalho humano, aumentando a capacidade de extração de valores monetários das ecologias locais (HADICH e ANDRADE, 20201).

O complexo bélico industrial, construído durante a segunda guerra pelos EUA, foi aos poucos se tornando o complexo agroindustrial, e as modernas técnicas agrícolas substituem práticas ancestrais de cultivo por dispositivos tecnológicos que permitem o uso intensivo do solo, com menos rotações de culturas mais especializadas e direcionadas à indústria. No mesmo período a divisão social do trabalho tomou novos contornos geográficos, criando zonas nas quais a produção agrícola se diferencia e especializa em regiões periféricas que são produtoras (de grãos, madeira, algodão, gado leiteiro, de corte, etc.) e realizam o trabalho material enquanto nas regiões centrais são realizados os trabalhos informacional, intelectual e de formação e ideológica.

Na década 1980 as novas tecnologias da comunicação, informação, robótica e genética ampliaram a fronteira extrativista da agricultura moderna, ao possibilitar aumento na produtividade com diminuição do tempo de trabalho humano investido. Nos anos 90 do século passado a financeirização da agricultura, pela precificação dos produtos agrícolas nas bolsas de valores, deu aos mercados uma maior capacidade de direcionar os investimentos dos empreendimentos da agricultura moderna (HADICH; ANDRADE, 2021).

Com a incrementação e monopólio das tecnologias utilizadas na produção rural, como as bio e nanotecnologias, as sementes transgênicas, a agricultura de precisão, os oligopólios transnacionais controlam as formas dessas produções que, em escalas cada vez maiores utilizam os pacotes tecnológicos²⁹, adquiridos dessas mesmas empresas (HADICH; ANDRADE, 2021).

A necessidade de ampliar constantemente a produtividade e o esgotamento dos solos causados pelas monoculturas, induz esse modelo agrícola a incorporação constante de novos territórios agrícolas férteis. Essa expansão cria disputas por terras cultiváveis e como efeito tensiona a remoção das comunidades que habitam os territórios anexados pelas produções e especulação da agricultura capitalista (PORTO, *et al*; 2014, ACOSTA, 2016).

²⁹ Pacotes tecnológicos são caracterizados pela venda das estruturas produtivas de quase toda a cadeia de produção agrícola. Nos pacotes estão inclusas as sementes que serão usadas, os fertilizantes químicos que devem adubar a terra, os defensivos químicos (agrotóxicos) e fármacos que irão proteger as plantas das pragas e os animais de doenças. Ainda fazem parte dos pacotes o maquinário usado para o plantio, colheita e beneficiamentos das commodities agrícolas e a estrutura produtiva necessária para a criação de animais em escala industrial. Esse processo induz aos monocultivos e criações extensivas de animais confinados, especializando a produção agrícola para os ramos em que ela melhor atende as demandas da indústria, seja consumindo seus produtos, seja ofertando matéria bruta menos custosa para ela (HADICH e ANDRADE, 2021).

A agricultura de capital intensivo promove o desaparecimento de fontes de água e a simplificação da biodiversidade, afeta a capacidade de habitar, produzir e se reproduzir dos povos que vivem nos territórios, direcionando ainda os efeitos danosos desse modelo produtivo para as populações periféricas, usurpadas das riquezas geradas no processo. seja por não ter poder econômico ou mesmo os conhecimentos necessários para usufruir dos avanços tecnológicos (como é o caso do uso da internet) (PORTO, *et al.*, 2014; ACOSTA, 2016). Sob esse modelo a produção de alimentos passa ser dependente de mecanização, fertilização artificial e proteção química, enquanto o fornecimento é subordinado aos circuitos do capital nos quais são armazenados, processados, refrigerados para serem carregados por longas distâncias até seus consumidores, tornando os sistemas alimentares perigosamente dependentes de insumos fósseis (MORENO; SPEICH; FUHR, 2016).

No Brasil a principal expressão desse modelo é o latifúndio monocultural que foi rebatizado como *agronegócio* nos anos 2000. Período em que o processo de globalização aumentou o consumo de produtos e bens de serviços em escala mundial, ampliando a demanda por matérias-primas e elevando os preços das commodities primárias nos mercados internacionais (SVAMPA, 2019).

A financeirização da agricultura e a alta nos preços do petróleo e dos minérios, impulsionaram as exportações brasileiras durante os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, do Partido do Trabalhadores. As receitas geradas pela exportação dos produtos primários financiaram a criação de políticas públicas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, sem diminuir a taxa de lucro dos investidores e ainda permitiu criar fundos de reservas que ajudaram o país a passar pela crise financeira mundial de 2008 sem sofrer os efeitos das quebras nas bolsas de valores internacionais.

Nos governos petistas, a redistribuição de renda, o aumento do poder de consumo, a mobilidade social e a incrementação da máquina estatal, fizeram uma contraparte social, que por um lado melhorou a vida de muitos brasileiros e brasileiras, enquanto escondeu ou minimizou os danos e injustiças causados pela expansão violenta da fronteira extrativista. Entretanto, a queda no preço das commodities nos mercados internacionais ajudou na desestabilização política que culminou no golpe constitucional de 2016 e o retorno da extrema direita conservadora ao governo do país.

O controle sobre o território não é apenas o controle sobre o espaço, mas sobre as formas de ocupação desse espaço, que são expressões da cultura dos povos. De modo que a universalização da agricultura moderna, de capital intensivo e monocultural, além dos efeitos de redução da biodiversidade, contaminação de solos e águas produzem calamidades sobre os povos privados de suas expressões (agri)culturais. Abordaremos agora alguns dos efeitos mais perversos que esse conjunto histórico de escolhas políticas externaliza sobre as populações periféricas, na forma da insegurança alimentar, da violência e das epidemias.

7.4 FOME, GUERRA E PESTE

Na abertura do clássico “Geografia da fome: o dilema brasileiro pão e aço”, Josué de Castro (2006) afirma que fome, peste e guerra são acontecimentos que se entrelaçam e retroalimentam, não manifestando um sem os outros. Entretanto enquanto as epidemias e as guerras tem grande visibilidade social a ocorrência da fome é forçosamente ocultada na esfera pública. O autor diz que:

[...] se fizermos um estudo comparativo da fome com as outras grandes calamidades que costumam assolar o mundo — a guerra e as pestes ou epidemias — verificaremos, mais uma vez, que a menos debatida, a menos conhecida em suas causas e efeitos, é exatamente a fome. No entanto, os estragos produzidos por esta última calamidade são maiores do que os das guerras e das epidemias juntas... E há mais, a favor deste triste primado da fome sobre as outras calamidades, o fato universalmente comprovado de que ela constitui a causa mais constante e efetiva das guerras e a fase preparatória do terreno, quase que obrigatória, para a eclosão das grandes epidemias (CASTRO, 2006, p. 19).

Os estudos de Josué de Castro, ainda na década de 1950, modificaram o entendimento sobre a fome, mostrando-a como um problema complexo e multifatorial, resultante da ação das forças políticas sobre os recursos sociais, econômicos, culturais e ecológicos que historicamente configuram os territórios (CASTRO, 2006). Outra importante contribuição do pesquisador foi a percepção de que a fome não pode ser compreendida apenas como ingestão calórica escassa, ou seja, quando a quantidade de alimentos consumidos não é suficiente para suprir as demandas energéticas do corpo.

Josué Mostrou que a qualidade e diversidade dos nutrientes absorvidos através da alimentação, cumprem papel importante para uma boa nutrição e

funcionamento do corpo. Articulando questões ecológicas, culturais, econômicas e geográficas, Josué de Castro mostrou como os grandes latifúndios extrativistas criaram cinturões de fome ao seu redor ao desestabilizar as ecologias locais, concentrar renda e terra (recursos) e difundir padrões alimentares uniformes mostrando que a fome no Brasil estava espacialmente localizada e economicamente condicionada pelo modelo agrário de base latifundiário (CASTRO, 2006).

A fome até então era um problema que estava relacionado ao controle do território dentro das fronteiras, tendo a segurança alimentar, no início do século XX, forte associação com a noção militarista de segurança nacional, pois a produção de seu próprio alimento deixava os países em melhores condições de se proteger em caso de embargos econômicos, boicotes ou cercos. Na década de 1940, com a criação de entidades internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD), a Organização das Nações Unidas (ONU) e seus correlatos como Organização para a Agricultura e Alimentação da Organização das Nações Unidas (FAO/ONU), o conceito de segurança alimentar aproximava a segurança alimentar a disponibilidade global de alimentos, articulando projetos e ações que tendiam a distribuição dos excedentes alimentares como forma de combate fome (VALENTE, 2021).

Com a crise mundial de produção que ocorreu na década de 1970 a segurança alimentar passou a justificar os grandes investimentos na produção de alimentos por meio da industrialização do campo, que mecanizou e modernizou o trabalho rural para aumentar a produção de comida como forma de combate aos problemas nutricionais mundiais. Nesse bojo surge a “revolução verde” como modelo para aumentar a produtividade global de alimentos pelo deslocamento do complexo bélico militar, que perdeu espaço na economia com o fim da segunda guerra mundial, para a criação de um complexo agroindustrial com enorme potencial de crescimento (HADICH; ANDRADE, 2021; VALENTE, 2021).

O fim da crise de produção não levou a resolução dos problemas de alimentação e na década de 1980 a insegurança alimentar passa a ser compreendida a partir de seus componentes de demanda e distribuição, ou seja, a fome deixa de ser um problema que pode ser resolvido pelo aumento da produção de alimentos e passa a ser abordada a partir dos mecanismos de acesso aos alimentos. Com isso o conceito rapidamente se modifica, incluindo novos elementos como questões de equidade, justiça, uso dos recursos naturais e modelos de

desenvolvimento desencadeados por noções como as de qualidade cultural, biológica, sanitária e nutricional dos alimentos, colocando a alimentação adequada e a segurança alimentar dentro dos direitos humanos relacionados a necessidades básicas, dignidade, autodeterminação e satisfação (VALENTE, 2021, apud SEN, 1981).

Apesar da evolução e complexificação do conceito de segurança alimentar o debate político e institucional travado nas organizações internacionais e dentro dos países ainda mostra que visão produtivista da segurança alimentar ainda coloca forte resistência na discussão dos problemas relacionados a liberalização do comércio de alimentos (VALENTE, 2021).

Ao mostrar a geografia da fome no Brasil e a geopolítica da fome mundial Castro influenciou na criação de agências que passaram a olhar para alimentação e nutrição como questão social de destaque. No Brasil, apesar de uma história de 500 anos de fome e carências nutricionais, as ideias de Josué de Castro foram combatidas pelos governos militares que exilaram o pesquisador nos primeiros anos de sua ditadura. A morte de Josué, ainda no exílio, não pormenorizou seu legado e com o processo de reabertura política na década de 1980 a segurança alimentar teve sua vez na agenda institucional do Estado brasileiro. Entretanto é apenas em 1993, que o governo de Itamar Franco acolhe as propostas do partido dos trabalhadores para criação de uma política nacional de segurança alimentar, criando o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), órgão ligado a presidência da república, em 1993 e realizou a primeira conferência de segurança alimentar e nutricional em 1994. (VALENTE, 2021).

As primeiras décadas dos anos 2000 caracterizam o período mais intenso de combate a fome no país. Com a chegada de Luís Inácio Lula da Silva a presidência da república, pela primeira vez o Brasil tinha um trabalhador e sindicalista egresso da realidade da fome em seu comando. Com a criação do programa Fome Zero em 2003, seguido pela criação de uma política de transferência de renda a famílias em situação de pobreza e pobreza extrema, o Bolsa Família em 2004, a fome e a miséria se tornaram alvo de políticas públicas por parte do Estado brasileiro. Em 2006 a lei 11.346 transformou a segurança alimentar em direito no Brasil, criando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e definiu a segurança alimentar no Brasil como a:

... realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, p.4).

As políticas públicas focalizadas e os esforços constantes da sociedade civil em uma década levaram o Brasil a sair do mapa da fome da ONU em 2014. Entretanto a crise política e institucional que se instalou no segundo governo de Dilma Roussef, desarticulou uma série de políticas públicas recolocando o país como um dos mais famintos do planeta apenas um ano após sua saída do mapa da ONU.

Em 2020 a lupa que a pandemia de covid-19 colocou sobre as questões sociais nos mostrou que as afirmações de Josué de Castro, ainda na década 1950, permaneceram verdadeiras hoje, apesar dos mecanismos que as operam terem parcialmente se modificado e especializado, assim como sua máquina de ocultação. O SARS-Cov-2 desnudou os efeitos da externalização de toda sorte de calamidades produzidas pela sociedade capitalista sobre as populações exploradas pelo sistema.

Os dados que nos informam sobre a fome e a expansão do modelo extrativista do agronegócio, durante a pandemia de covid-19 nos mostram que houve um crescimento paralelo entre latifúndio exportador e a fome. Os dados das pesquisas VIGISAN I, de 2021 e VIGISAN II, de 2022 nos mostram que mais da metade da população brasileira passou a viver sobre alguma forma de insegurança alimentar e que apenas 40% da nossa população teve acesso a alimentos em qualidade e quantidade suficientes. O relatório mostrou que em 2020 9% da população (19 milhões de pessoas) se encontravam em situação de insegurança alimentar grave (fome). No mesmo ano o agronegócio brasileiro obteve resultados recordes, aumentando 24% o faturamento do setor em relação a 2019, tornando-se o maior produtor mundial de soja, café, suco de laranja e açúcar, o segundo maior produtor de carne de frango e o terceiro maior produtor de carne bovina, fechando 2020 com saldo positivo de R\$ 1,98 trilhão (CNA; CEPEA, 2021).

Em 2021 os resultados foram repetidos, enquanto o agronegócio aumentou seu faturamento em 8,36% com relação a 2020 (CNA; CEPEA, 2021) o número de pessoas que conviveram com a insegurança alimentar grave aumentou de 9% para 15,5% da população. Com esse aumento de 14 milhões de brasileiros e brasileiras que viveram sem saber se iriam comer na próxima refeição, fez com que a

estimativa da Rede Penssan chegasse a 33 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave no Brasil (REDE PENSSAN, 2022a).

O contraste entre e os resultados econômicos do agronegócio e os dados da fome, pode ser compreendido por meio da inflação do arroz que explodiu em 2020, primeiro ano da pandemia no país, pelo aumento da demanda mundial do produto (impulsionado pela sua escassez na China) que gerou sua valorização nas bolsas e mercados internacionais. Impulsionado pela valorização do dólar em relação ao real e pela retirada da taxa de exportação do grão, criou condições econômicas muito lucrativas para os empresários que fizeram sua venda nos mercados internacionais (especialmente na China).

Desse modo, em 2020, mesmo com aumento de pouco mais de pouco mais de 6% de área cultivada em relação a 2019, os empresários do arroz tiveram retornos 71% maiores que no ano anterior (CNA; CEPEA, 2021), ajudando no “bom resultado do agronegócio”. A decisão de exportar o arroz para mercados mais lucrativos, inflacionou seu preço nos mercados brasileiros em até 76% (GALINDO *et al.*, 2021) retirando esse cereal da mesa de muitas famílias brasileiras, especialmente das mais pobres, em um momento de crise sanitária.

Como efeito do desabastecimento do grão o governo federal foi obrigado a importar 400 mil toneladas de arroz isentas de tarifas comerciais, o que não resolveu o problema do desabastecimento e ainda custou aos cofres públicos as isenções tarifárias não arrecadadas. Esse “bom resultado” do agronegócio, provocou o desabastecimento do cereal mais básico que compõe a alimentação do povo brasileiro, ao mesmo tempo em que empobreceu os cofres públicos, ao deixar de arrecadar divisas para o Estado em meio a uma crise sócio sanitária sem precedentes.

O caso do arroz mostra a hierarquização dos valores atribuídos à vida e à terra, nos quais o valor econômico que se pode obter com a terra (ou com a natureza) se sobrepõe a todas as outras formas de atribuir valor. A ideologia do agronegócio, como seu nome bem diz, é a de fazer negócio com a terra (com o agro), ou seja, usar a terra para obter as maiores taxas de lucro possíveis. Para o agronegócio, a terra não é um modo de se conectar com o sagrado, ou o meio de alimentar um povo, não existe função social ou ecológica da terra. Seu valor reside na capacidade de gerar o máximo valor de troca no menor tempo possível. Submeter o principal cereal da alimentação do povo brasileiro à especulação

mercantil de uma economia exportadora, desnuda a pequenez da elite agrária nacional e dos governantes atuais que, em sua busca pelos maiores lucros, ignoraram a necessidade alimentar do povo de seu país.

Além do arroz, outros produtos que compõe a alimentação de brasileiros e brasileiras, como as carnes bovina e suína, foram manipuladas nos mercados de forma semelhante (CNA; CEPEA, 2021). A carne de gado foi o alimento mais substituído, ou mesmo retirado, das mesas das famílias brasileiras que sofreram de algum dos tipos de insegurança alimentar durante a pandemia de covid-19 (REDE PENSSAN, 2022a), mesmo sendo o Brasil um dos principais produtores mundiais de carne bovina (CNA; CEPEA, 2021).

A mediação das formas de subsistência humana realizada pelo capital tornou a renda e o poder de compra fatores determinantes para suprir as necessidades básicas da vida. A comida transformada em mercadoria faz com que a alimentação deixe de ser um valor compartilhado e objetivo das (agri)culturas dos povos, retirando proteções sociais que regulavam as formas de uso da natureza. O ato de comer se tornou dependente da intermediação dos mercados e do capital, que através de poucas empresas, controlam a cadeia de produção e distribuição dos alimentos fazendo com que a ampliação da agricultura moderna reduza, não só a diversidade ecológica e cultural, mas também a diversidade alimentar. A mercantilização dos alimentos na sociedade capitalista tornou a qualidade da inscrição sociometabólica dependente da capacidade de compra dos indivíduos, fazendo com que as formas de subsistir e de sobreviver perdessem as relações diretas com o ambiente (NOGUEIRA; PEREIRA; CARRARA, 2022).

O controle das grandes empresas sobre as (agri)culturas, as ecologias e as economias, reduz a rica diversidade de culturas alimentares humanas a poucos produtos ofertados nas prateleiras dos mercados por um punhado de grandes corporações. A financeirização do sistema alimentar atrela a produção de comida a empresas transnacionais com capacidade para beneficiar, transportar e comercializar as matérias-primas, produzidas em monoculturas intensivas e em larga escala. A produção de comida sem relação direta com alimentos *in natura*, que rege a indústria dos ultraprocessados, só é possível através da mercantilização de gêneros alimentícios (NOGUEIRA; PEREIRA; CARRARA, 2022).

O grande poder econômico e político desses impérios alimentares fez com que alimentos ultraprocessados se tornassem cada vez mais presentes na

alimentação das pessoas, especialmente nas cidades. Esses produtos alimentares fabricados com ingredientes como açúcar, óleos, gorduras e sal, têm ainda em sua composição substâncias sintetizadas em laboratórios ou extraídas de fontes orgânicas como petróleo e carvão, que aumentam a durabilidade e dão sabor, cor e textura atraentes aos alimentos. Segundo o Guia Alimentar da População Brasileira (2014), os alimentos ultraprocessados possuem composições nutricionais desbalanceadas, com altas concentrações de gorduras, açúcares e sódio e baixos teores de vitaminas e de fibras.

O hipersabor dos açúcares e outros aditivos, as embalagens de tamanho gigante e o fato de que podem ser consumidos sem nenhuma preparação, incentivam o ato de comer sem atenção, esses alimentos de alta densidade calórica (como refrigerantes), levando ao consumo de mais calorias do que as necessárias para repor a energia do corpo. Essa alta carga calórica dos alimentos ultraprocessados:

Favorece doenças do coração, diabetes e vários tipos de câncer, além de contribuir para aumentar o risco de deficiências nutricionais” e apesar da segurança dos aditivos usados neles terem sido atestadas por autoridades sanitárias “os efeitos de longo prazo sobre a saúde e o efeito cumulativo da exposição a vários aditivos nem sempre são bem conhecidos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014, p.43).

Outra face dos impérios alimentares é padronização dos produtos e das embalagens usadas para seu armazenamento e consumo lançados nos mercados por meio de campanhas publicitárias massivas e milionárias como novos produtos, criando uma falsa sensação de diversidade alimentar (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014).

Os alimentos ultraprocessados não requerem qualquer preparo e seu consumo pode ser realizado em qualquer horário e de forma individualizada criando tendências de consumo que afastam as pessoas de culturas alimentares genuínas e das relações comunitárias criadas pela alimentação coletiva em favor de uma alimentação prática, individual e padronizada globalmente. Esse processo rompe importantes laços sociais construídos ao redor da alimentação por diferentes povos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014). A padronização das práticas, significados, tempos e formas de se alimentar, promovidas pelos impérios alimentares, oculta os saberes e sabores de experiências alimentares não ocidentais.

O papel das monoculturas nesse sistema é grande e são poucos os produtos que o agronegócio põe na mesa dos brasileiros. Ao contrário do que afirmam em suas campanhas publicitárias e discursos públicos, suas produções são voltadas para as demandas industriais de matéria bruta barata dos oligopólios empresariais. Das principais commodities produzidas por aqui poucas tem como destino o prato de alguém. Além de criar fluxos de evasão de alimentos, como as exportações do arroz e da carne, o agronegócio aumentou a produção de commodities não alimentícias como algodão, madeira, soja e farelo de soja durante a crise sanitária.

A área de soja plantada, usada majoritariamente como insumo (ração) na produção agropecuária³⁰, ocupou 40% da área total da produção de grãos no país em 2021, enquanto para a produção de arroz e feijão foram destinadas pouco mais de 5% (IBGE, 2022). Em 2022 dos mais de 88 milhões de hectares destinados a lavouras, 41 milhões foram utilizados no plantio de soja, o que equivale a 46% do total e um incremento de mais de 2 milhões de hectares em relação ao ano anterior (IBGE, 2022; 2023).

Os resultados econômicos obtidos pelo agronegócio contrastaram com o crescimento da insegurança alimentar no Brasil (REDE PENSSAN, 2021). Segundo relatórios da Rede Penssan (2021, 2022a, 2022b) o aumento não foi homogêneo, atingindo de formas diferentes distintos grupos sociais. A fome rural foi proporcionalmente maior que a fome urbana, mesmo que esta tenha recaído sobre um conjunto maior de pessoas do que aquela³¹. A fome rural pode estar relacionada ao avanço do agronegócio sobre as agriculturas camponesas e familiares pois a expansão dos monocultivos, os altos custos dos pacotes tecnológicos, o esgotamento progressivo dos solos e a ausência de incentivos a agricultura familiar precarizam a vida de camponeses que migram para as periferias das cidades, fazendo com que agriculturas de subsistência e voltadas para o mercado interno sejam substituídas pelas grandes áreas de commodities agrícolas produzidas para exportação.

Os efeitos da pandemia sobre populações rurais configuram uma lacuna no saber produzido sobre a crise sanitária que necessita ser endereçada. A ausência

³⁰ Apesar de ser um gênero alimentício adequado aos humanos a soja tem como destino prioritário a criação de animais. Além disso o plantio da soja em larga escala depende dos pacotes tecnológicos que incluem sementes transgênicas, altos aportes de fertilizantes químicos e agrotóxicos.

³¹ 60% dos domicílios rurais sofreram alguma forma de insegurança alimentar em 2021, sendo 16% na forma moderada e 18,6 % na forma grave (fome), enquanto que nas cidades a fome acometeu 27 milhões de pessoas (II VIGISAN, 2022).

de estudos sobre as condições de vida e saúde dessas populações no período pandêmico invisibiliza as injustiças e violências a que são submetidas essas populações, que sofreram não apenas com a pandemia, mas também pela perda de territórios anexados pelo desenvolvimento moderno, capitalista e colonial de formas cada vez mais violentas.

Essa violência ganhou notoriedade internacional após os assassinatos do indigenista Bruno Araújo e do repórter Dom Phillips, que denunciavam o avanço desse processo sobre populações indígenas isoladas do Vale do Javari na Amazônia, tentando impedir que “a floresta se torne uma gigantesca fazenda” (BIEHL, 2022). O caso de Bruno e Dom está longe de ser exceção e mostra a escalada da violência estimulada pelo governo neofascista de Jair Bolsonaro, por meio de medidas que facilitaram o acesso a armas de fogo pela população civil, desestruturaram os mecanismos de fiscalização ambiental e de proteção de povos originários, estimularam a prática do garimpo, da mineração e de queimadas em terras indígenas, de violência contra mulheres, contra pessoas pobres, jornalistas e opositores políticos.

A violência sobre os povos originários, africanos e seus descendentes, sobre pobres, mulheres, sem-terra e seus apoiadores é um traço que está na raiz do Estado brasileiro. Além dos genocídios perpetrados no período de expansão colonial e no período da ditadura militar, os assassinatos de Chico Mendes, em 1988 e de Dorothy Stein, em 2005, se somam a tantas outras lideranças históricas como Sepé Tiaraju e Zumbi dos Palmares, mortos por encamparam lutas contra a exploração de seus povos e territórios. Segundo a ONG *Global Witness*, no ano de 2020 foram assassinados 227 ativistas ambientais, sendo 165 na América Latina. No Brasil essa guerra tem o território amazônico como seu grande palco, sendo local de 3 de cada 4 assassinatos de ativistas ambientais no país (GLOBAL WITNESS, 2022).

Essa guerra não afeta apenas os povos originários e ativistas ambientais. Segundo o Atlas da Violência (2021), características raciais, de gênero e sexualidade direcionam a violência sobre certas populações. Em 2020, 77% dos assassinatos foram de pessoas negras e enquanto sobre pessoas não negras, essa forma de violência diminuiu 33%, sobre a população negra o número de homicídios aumentou 1,6% no período.

Os dados de violência contra mulheres mostram tendência semelhante. O número de mulheres negras mortas aumentou 2% no primeiro ano da pandemia,

enquanto para as mulheres não negras, houve uma queda de 26,9%. A violência contra mulheres se deslocou da rua para o domicílio durante a pandemia com aumento da 6% nos homicídios perpetrados dentro dos domicílios e queda de 28% daqueles cometidos fora do domicílio (CERQUEIRA, *et al.*, 2021).

A violência contra os vulnerados pelo sistema capitalista- colonial moderno toma contornos de guerra quando percebemos que entre 2009 e 2019, 439.160 pessoas foram assassinadas por armas de fogo no Brasil (CERQUEIRA; BUENO, 2020). Esse número representa 70% do número total de homicídios no período e compõe uma assustadora média de 109 homicídios cometidos com armas de fogo a cada dia nos últimos onze anos no país³².

Essa década de guerra não declarada não tem apenas a violência rural como causa. A guerra nas periferias das cidades estrutura e justifica a violência estatal contra os pobres pelo dispositivo de guerra as drogas que “faculta nos aproximar de uma das configurações mais violentas do Estado, oprimindo comunidades inteiras, legalizando prisões seletivas e naturalizando mortes, de pessoas que têm classe e raça determinada” (ROCHA; LIMA; FERRUGEM, 2021, p 162).

As comunidades atingidas pela guerra as drogas são aquelas com menor acesso a serviços socioambientais básicos e foram as mais afetadas pela fome e pela pandemia, mostrando mais uma direção comum entre insegurança alimentar, os efeitos da crise sanitária e a violência no Brasil. A fome foi mais prevalente entre as populações vulneradas economicamente, que tiveram menor acesso à água potável e saneamento básico e que vivem em habitações precárias (REDE PENSSAN, 2022a).

Essas características sociais fizeram da covid-19 tanto mais mortal, como mais contagiosa nas populações com precários acessos à água potável, saneamento e condições de moradia adequadas (TAVARES; BETTI, 2021). Sabemos que o acesso a esses serviços básicos protege a saúde humana e sua ausência vulnerabiliza populações e indivíduos, fragilizando barreiras ecológicas e proteções imunológicas, expondo populações e diminuindo a capacidade de reação do corpo e do ambiente frente a agentes patológicos.

³² A título de comparação a agência BBC de notícias estimou que, nos primeiros 100 dias da guerra realizada no território da Ucrânia em 2022, 10.000 pessoas teriam morrido em decorrência do conflito (HABERSHON *et al.*, 2022), uma média de 100 pessoas mortas por dia. Mesmo sem um conflito declarado o Brasil ostenta números de assassinatos por armas de fogo maiores que de países em conflito armado a pelo menos uma década.

Estudos com recortes étnicos- raciais mostraram ainda que a fome e a covid-19 avançaram mais agudamente sobre pessoas negras e povos indígenas no Brasil e não apenas por serem os recortes populacionais com menor acesso a serviços básicos. Ao analisar as mortes por covid-19, Baqui *et al.*, (2020) mostraram que a maior mortalidade hospitalar de pessoas pretas e pardas, quando comparadas com pessoas brancas, tem relação com acessos desiguais a leitos de UTI, mesmo após internadas.

Além do diferente acesso a serviços de saúde de alta tecnologia, as condições de moradia e de acesso a água encanada também concorrem para aumentar a mortalidade e as taxas de infecções nas pessoas pretas e pardas, o que fez com que os autores afirmassem que, após a idade avançada, o principal fator de risco para mortalidade por covid-19 no Brasil em 2020 foi ser preto ou pardo.

Achado semelhantes foram realizados por, Tavares e Betti, (2022) ao agregar fatores de vulnerabilidade social para construir índices de prevenção e recuperação da covid-19, os autores mostram como que as inequidades sociais foram refletidas nas formas desiguais com que a covid-19 afetou a população. As condições de moradia, de acesso a água, de emprego, de renda, de mobilidade da população, de acesso a alimento escolar, a quantidade de idosos nas habitações, a compra de planos privados de saúde, entre outros³³ direcionaram os efeitos da crise sanitária sobre as populações historicamente vulneradas. Ou seja, houve maior contágio e mortalidade nas populações mais pobres, nas pessoas pretas e pardas e nos povos indígenas, mostrando que os efeitos da pandemia foram distribuídos geograficamente dentro das desigualdades regionais, raciais e econômicas dessas regiões³⁴, alinhando à distribuição espacial, econômica e racial da vulnerabilidade social no país.

O crescimento da insegurança alimentar no período foi maior em famílias com renda de até 1/4 de salário-mínimo per capita, nos domicílios com 3 ou mais moradores, naqueles em que a pessoa de referência estava desempregada e tinha menos de 4 anos de estudo formal. O sentido racial é visto no dado que mostra que

³³ Outros fatores associados foram: parcela das despesas usadas em consumo de alimentos, acesso à energia elétrica, número de pessoas por habitação, tempo de deslocamento, densidade populacional, índices de adesão as medidas de distanciamento, índices de mobilidade populacional, uso de combustíveis poluentes para preparo das refeições pelas famílias, distâncias médias de hospitais, número de médicos e leitos de UTI por habitante (TAVARES; BETTI, 2022).

³⁴ A única faixa de renda em que fome não assumiu características raciais e étnicas foi a de até 1/2 salário-mínimo per capita (II VIGISAN, 2022).

nas famílias chefiadas por pessoas pretas e pardas a fome aumentou de 8,7% para 10,2% entre 2021 e 2022 enquanto para os domicílios com pessoas de referência branca a insegurança alimentar grave subiu de 3,3% para 6,6%. Aumento de 60% da fome nos lares pretos e de 34,6% nos brancos. Mais da metade dos domicílios chefiados por pessoas brancas tiveram segurança alimentar enquanto 6 de cada 10 domicílios administrados por pessoas pretas ou pardas tiveram algum grau de insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2022a, 2022b)

No mesmo sentido o atlas da violência mostrou que em 2019, 77% dos homicídios no país foram cometidos sobre pessoas negras. Se por um lado foi percebida uma diminuição das taxas gerais de homicídios, por outro, vemos que ela incidiu mais fortemente sobre as populações não negras do que sobre pessoas as negras, de modo que o risco de ser assassinado no Brasil é 2,6 vezes maior para pessoas negras do que não negras (CERQUEIRA *et al.*, 2021; CERQUEIRA; BUENO, 2020).

O gênero foi significativo na direção da insegurança alimentar que cresceu de forma mais aguda em famílias chefiadas por mulheres³⁵ do que por homens (REDE PENSSAN, 2022a, 2022b) e a diferença de 65,8% nas taxas de assassinatos entre mulheres negras e não negras, mostra a sobreposição de vulnerabilidade através de características raciais e de gênero pois para cada mulher não negra assassinada foram mortas 1,7 mulheres negras (CERQUEIRA 2021).

A crise sanitária, a insegurança alimentar e a violência distribuíram seus efeitos desigualmente sobre as populações de diferentes territórios amplificando desigualdades regionais (BAQUI *et al.*, 2020; TAVARES; BETTI, 2022; VIGISAN, 2022, CERQUEIRA, 2021). Na região nordeste 34% da população esteve em situação de IA moderada ou grave e apenas 31% teve segurança alimentar no período. Dos estados do nordeste, apenas no Rio Grande do Norte mais da metade da população teve segurança alimentar durante a pandemia, em todos os outros estados da região algum tipo de insegurança alimentar atingiu entre 60%³⁶ a 80%³⁷, da população (REDE PENSSAN, 2022a, 2022b).

³⁵ 6 em cada 10 famílias chefiadas por mulheres estão com algum nível de insegurança alimentar, sendo 18,8 % destas em insegurança alimentar grave, segunda a REDE PENSSAN (II VIGISAN, 2022).

³⁶ Em Pernambuco 59,1% da população vivenciou algum tipo de insegurança alimentar durante a pandemia de covid-19 (relatório suplementar VIGISAN, 2022).

³⁷ No Ceará 81,9% da população vivenciou algum tipo de insegurança alimentar durante a pandemia de covid-19 (relatório suplementar VIGISAN, 2022).

Tavares e Beti (2022) mostram que em 2020 houve largas variações das mortalidades por covid-19 nos estados do Nordeste. Enquanto a Bahia teve a menor taxa, com 19,37 mortos por milhão, no Ceará foram 178,39. Neste estado foi percebido aumento do registro de mortes violentas por causa indeterminada (MVCI) de 83,3%, podendo indicar um crescimento ocultado da violência (BARROS, 2021; CERQUEIRA *et al.*, 2021). A concentração dos efeitos da fome, da pandemia e da violência torna o Ceará um território particularmente vulnerável no período subsequente ao fim da pandemia.

Rio de Janeiro e São Paulo foram os estados que apresentaram as maiores taxas de mortalidade para covid-19 entres os estados do sul, sudeste e centro-oeste, com 152,77 mortos por milhão para o RJ e 103,37 para SP. Os outros estados dessas regiões ficaram abaixo da média nacional de 75,79 mortos por milhão de habitantes (TAVARES; BETTI, 2022).

Esses grandes centros concentraram ainda os maiores contingentes de famintos. Em São Paulo, 44% tiveram acesso regular a alimentos enquanto 27,5% estavam em situação de IA moderada e grave. No Rio de Janeiro, a situação foi um pouco pior, enquanto 33,5% das pessoas não conseguiram fazer as 3 refeições (IA moderada e grave) apenas 42,8% tiveram alimentação adequada. A concentração populacional da região sudeste faz dela a região com maior número total de pessoas em IA grave, chegando a 12 milhões ou 13,1% da população regional (REDE PENSSAN, 2022a, 2022b).

A vida na periferia das grandes metrópoles nacionais fica ainda complexa se acrescentarmos, ao contingente de mortos e famintos, a violência urbana gerada pela disputa entre Estado, grupos paramilitares e organizações criminosas pelo controle de territórios. No Sudeste, a violência letal pode estar ocultada pela *“situação dramática do Rio de Janeiro, em que a taxa de homicídios diminui 45,3% em 2019, ao passo que a taxa de MVCI aumentou 237% no mesmo ano”* (CERQUEIRA *et al.*, 2021 p.12).

A segurança alimentar foi comparativamente maior nos estados do Sul onde mais da metade das pessoas (51,8%) não tiveram dificuldades para realizar três refeições diárias e 9,9% estiveram em insegurança alimentar grave durante a pandemia. Nos estados da região Norte a situação foi particularmente grave. A insegurança alimentar na região foi a maior registrada no país, sendo que a IA grave (fome) atingiu 25,7% da população da região. Quase 80% da população do Para

(78,2%) e do Amapá (79,4%) estiveram sob alguma forma de insegurança alimentar e 3 em cada 10 pessoas sofreram de fome nesses estados. Apenas em Rondônia os índices de segurança alimentar alcançaram, as já preocupantes, médias nacionais (REDE PENSSAN, 2022b).

Os estados da região norte ostentaram 3 das 6 maiores taxas de mortalidade por covid-19 em 2020. No Pará, no Amapá e no Amazonas foram 144,91, 132,70 e 353,17³⁸ mortes por milhão de habitantes, respectivamente. Neste estado a taxa de mortalidade por covid-19 foi a maior do país, e quase duas vezes maior que a mortalidade no Ceará, segundo colocado (TAVARES; BETTI, 2021).

No Amazonas a desgovernada atuação do ministério da saúde e do governo do estado fizeram com que a pouca estrutura hospitalar, a ausência de planejamento, a negligência dos pedidos de compra de oxigênio, o estímulo ao retorno das atividades econômicas e do uso de medicamentos comprovadamente ineficazes contra o vírus, provocasse um dos cenários mais dramáticos da pandemia de covid-19 no país. As 2.110 mortes confirmadas, somente no mês de janeiro de 2021, em Manaus, capital do estado (PORTAL COVID-19 BRASIL, [s.d.]) foram motivo para instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre a atuação do governo federal durante a crise sanitária³⁹.

Se a fome e a peste foram intensas na região, a guerra não ficou para trás. De 2014 a 2019 as taxas de homicídio aumentaram em 5 dos 7 estados da região, enquanto no mesmo período os homicídios caíram na média nacional. O aumento da violência na região norte do país está vinculado aos processos de desenvolvimento, implementados na região desde a década de 1960 que promovem o:

..desmatamento, o garimpo ilegal, a corrupção, a criminalidade e a intensa presença de milícias e facções do crime organizado, com mais de duas dezenas de organizações regionais e duas grandes organizações nacionais (PCC e Comando Vermelho) que disputam as principais rotas nacionais e transnacionais de narco - tráfico, transformaram a Amazônia brasileira em palco de guerras que impactam fortemente os índices de violência letal em

³⁸ O estado do Amazonas teve a mais alta de mortalidade por covid-19, sendo 4 vezes maior do que a média nacional. Manaus foi um experimento necropolítico e negacionista da tese da imunidade de rebanho por contágio, uso de medicamentos “preventivos”, diagnósticos por aplicativos para o retorno das atividades econômicas que fizeram da Amazônia um dos territórios mais afetados pela pandemia no mundo todo (BRASIL, 2021; WHO, 2020).

³⁹ Sobre o caso de Manaus, a CPI da Pandemia chegou à conclusão de que “a Secretária Mayra Pinheiro e o ex-Ministro Pazuello, pelo foco no tratamento precoce e por terem feito de Manaus um laboratório humano, praticaram crime contra a humanidade e crime de prevaricação” (BRASIL, 2021, p.312)

toda a região e do país (BUENO; LIMA. 2022, p.46).

O olhar sobre fome, guerra e peste fica incompleto se não dermos visibilidade para os mecanismos de ocultamento dessas calamidades na esfera pública. No plano da guerra houve um aumento de mortes violentas por causa indeterminada (MVCI) nos registros de óbitos do sistema de informação de mortalidade (SIM), categoria de informação gerada quando a causa básica ou motivação da morte violenta não foi identificada. A perda na qualidade dessa informação pode ocultar homicídios, não os registrando como tal. Entre 1996 e 2010 mais de 73% das mortes registradas como MVCI eram, na verdade, homicídios ignorados (CERQUEIRA 2021, *apud* CERQUEIRA, 2013).

Esse dado mostra a fragilização na qualidade da informação registrada nos sistemas do Estado que nos informam sobre violência, como o SIM⁴⁰. O que deve ser levado em consideração é que a pouca qualidade das informações não incide apenas sobre os indicadores da violência. No que diz respeito a crise sanitária a inexistência de uma política pública permanente de testagem e o grande número de casos subnotificados de mortes e infecções por covid-19, dificultam análises mais precisas do quadro sanitário e somados aos homicídios escondidos nas mortes violentas de causas indeterminadas indicam que com dados mais precisos as leituras sobre a vida da população podem ser ainda mais assustadoras (BAQUI *et al.*, 2020; CERQUEIRA; BUENO, 2020; FIGUEIREDO; MARQUES; MARQUES, 2022; TAVARES; BETTI, 2021).

A desinformação foi um dos pilares da atuação do governo federal durante a crise sanitária e teve o presidente da república como expoente público de uma verdadeira *política da ignorância*. Do lado da esfera pública, as informações sobre as situações sociodemográficas, de saúde, econômicas, ambientais e científicas, que diziam respeito ao povo brasileiro, foram ativamente negadas, manipuladas, escondidas ou mesmo fabricadas, para justificar ações e inações do governo. Na outra ponta, a capacidade dos sistemas de informação do Estado, foi sacrificada pela retração dos investimentos nas políticas, instituições e sistemas que geravam essas informações.

⁴⁰ Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) é um sistema de vigilância epidemiológica nacional, cujo objetivo é captar dados sobre os óbitos do país a fim de fornecer informações sobre mortalidade para todas as instâncias do sistema de saúde.

No enfrentamento a crise a sanitária, além das bravatas e mentiras do presidente em suas *lives* e da ausência de uma política de testagem, o ministério da saúde modificou as formas de publicização dos dados, escondeu séries históricas e promoveu uma verdadeira ideologia da desinformação, levando a criação de um consórcio de veículos de imprensa, que passou a consolidar e publicizar os dados produzidos pelos estados sobre a casos e mortes por covid-19 no país de forma paralela (O Globo, 2020), pois a informação do ministério da saúde deixou de ser confiável.

Ao tratar da fome a política da ignorância foi ainda mais ousada. Através do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁴¹ foi emitida uma nota da presidência que questionou a presença da insegurança alimentar no país (FIGUEIREDO, 2022), contrapondo pesquisas de instituições como a FAO e a Rede Pensam. A nota (digna de análises antropológicas) argumenta que não há manifestação dos efeitos da fome na população brasileira, através da variabilidade da prevalência de algumas condições clínicas ligadas a má nutrição, antes e após o início da pandemia. Publicada a poucos meses da eleição presidencial, atribui ao programa Auxílio Brasil e ao governo federal a inexistência dos efeitos da fome. A publicação não teve outros autores além do então presidente do IPEA Erik Alencar e foi duramente criticada por instituições como a Fiocruz e a Rede Pensam, como por técnicos e pesquisadores do próprio IPEA, ficando flagrante a tentativa de fabricação de informações, ocultamento da realidade da fome e uso eleitoral da máquina pública.

No plano da guerra a política da ignorância facilitou a posse de armas de fogo no país ao mesmo tempo que ignorou o controle sobre elas, mudando as regras para sua aquisição, por meio do decreto nº 10.629 de 12 de fevereiro de 2021. Esse decreto ampliou o acesso as armas de fogo que entre 2019 e 2021 teve aumento de 214% no registro de novas armas, passando de 94,416 em 2019 para 202.507 em 2022 (BUENO; LIMA, 2022; FIGUEIREDO; MARQUES; MARQUES, 2022). O armamento da população civil tem aumentado em uma relação inversa ao controle e fiscalização sobre quem adquirir essas armas. A existência de mais armas com a

⁴¹ O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) tem como função básica oferecer seus produtos de estudos e pesquisas socioeconômicas sobre o Brasil ao setor público e à sociedade brasileira, proporcionando conhecimento ao crivo dos responsáveis pelas decisões políticas e informação ao debate da sociedade (IPEA, 2022).

população civil do que com agentes das forças militares e policiais facilita seu acesso por grupos paramilitares (milícias) e pelo crime organizado.

Muito além do discurso político que propaga desinformação e incentiva que os brasileiros se armem, o governo federal foi responsável por normas que facilitam o acesso às armas de fogo, ampliam a quantidade e os tipos de armas que as pessoas podem adquirir, possibilitam a compra de uma quantidade muito maior de munição e seus insumos para fabricação particular e não controlada, desmantelam os mecanismos de fiscalização seja pela vertente do rastreamento de armas e munições, seja pela vertente da (tentativa de) fragilização de testes de aptidão técnica ou psicológica (FIGUEIREDO; MARQUES; MARQUES, 2022, p.301).

O modelo de desenvolvimento adotado no país e as políticas operada pelo Estado para o realizarem, articularam e potencializaram os efeitos da covid-19, da insegurança alimentar e da violência no território brasileiro. Como externalidades desse desenvolvimento fome, peste e guerra ganharam contornos de tragédia, incidindo sobre as populações excluídas do progresso, aumentando as desigualdades sociais, ambientais, culturais e econômicas e de gênero já existentes. Não obstante os efeitos mais perversos foram ativamente ocultados por meio de uma política da ignorância que transversalizou práticas de desinformação sobre as calamidades que acometeram a população brasileira. Esse processo, entretanto, ocorre no espaço e no tempo, a partir da materialidade das estruturas que existem no território e dos sentidos e significados que elas assumem dentro da relação entre cultura e natureza.

7.5 EPIDEMIA, ESPAÇO E AMBIENTE

A compreensão da distribuição dos efeitos da pandemia entre os diferentes grupos populacionais e regiões não pode deixar de fora os mecanismos responsáveis por sua dispersão no espaço. O espaço *acontece por meio* das dinâmicas instituídas pelas sociedades em suas configurações territoriais. Essa configuração remete as estruturas presentes no ambiente e dispostas em sistemas que superpõe ações humanas e elementos da paisagem em agrupamentos interdependentes. A junção entre paisagem, configuração territorial e sociedade formam o espaço como uma totalidade verdadeira no qual *“Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas, como a sociedade está sempre*

em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, oferecem-nos, no transcurso histórico, espaços diferentes” (SANTOS, 2014. p. 85).

A compreensão do espaço, no mundo globalizado, nos permite entender suas configurações territoriais como causas e/ou efeitos de condutas ambientais, econômicas e sociais anteriores, por isso históricas. Elas são ordenadas por forças políticas e econômicas capazes de submeter os territórios a suas lógicas, dispondo formas de sociabilidade, de produção, de comércio e de vida verticalmente às pessoas. As forças verticais que influenciam os territórios são vivenciadas e significadas pelas pessoas dentro da realidade de seus modos de vida, em processos que materializam a vida cotidiana em horizontais (SANTOS, 2014).

Verticalidades e horizontalidades são relações que direcionam fluxos de energia, matéria, pessoas, informação, dinheiro e mercadorias, mobilizando afetos, sentimentos, conhecimentos e subjetividades dentro dos territórios e entre eles. Essas relações são conectadas por estruturas objetivas e seus registros simbólicos conferem sentidos aos fluxos adotados. Desse modo os fixos são estruturas que compõe a paisagem e os espaços onde se realizam as relações sociais, ou seja, os lugares onde se efetivam os fluxos de pessoas, de objetos, de afetos, econômicos, ambientais, energéticos, políticos, entre outros (SANTOS, 2014).

Fluxos e fixos são, ao mesmo tempo, interdependentes e autônomos entre si, na medida em que fluxos podem modificar, criar, destruir ou manter fixos na configuração territorial, os fixos podem produzir os mesmos efeitos nos fluxos. Porém uma modificação em um deles não acarreta um efeito automático sobre o outro. Portanto, um novo fixo pode manter fluxos consagrados no território assim como é possível que diferentes fluxos sejam criados em fixos instituídos na configuração territorial (SANTOS, 2014).

Se é verdade que os fluxos possuem uma maior fluidez na produção do espaço, é preciso admitir que a concentração de capital econômico e o desenvolvimento tecnológico tem modificado, mais velozmente, a paisagem dos territórios, criando rapidamente novos fixos para potencializar fluxos de capital, matéria, energia e pessoas dentro de lógicas capitalistas e privadas, bloqueando os fluxos coletivos, solidários e comunitários. Os fluxos verticais são prescritos para atender as finalidades do mercado e do capital global, ao entrarem em contato com os “*territórios banais*” são operados como fluxos horizontais, transformando-os em relações sociais, que podem acatar, com maior ou menor fidelidade, as

verticalidades ou mesmo se opor a elas. A partir desses conceitos buscamos, através de estudos sobre o avanço espaço-temporal da pandemia, mostrar o amalgamento entre horizontalidades e verticalidades atuantes nos territórios, mostrando como os fluxos criados pelos circuitos do capital e os fixos que os suportam deram a direção espacial e os sentidos sociais seguidos pela crise sanitária.

A entrada e dispersão da SARS-Cov-2 no país seguiu os caminhos traçados pelos fluxos econômicos, assentados na rede de transporte instalada no país. A criação de novos pontos de conexão nos circuitos do capital instala sobre os territórios, não apenas os dispositivos de produção (indústria, barragem, plantações, escritórios), mas também aqueles que fazem a distribuição (estradas, portos, aeroportos, internet) dessas mercadorias (SANTOS, 2014).

Na objetivação das estruturas que viabilizam a produção globalizada estão dispostos os sentidos que iram assumir os fluxos de energia e capital, retirando dos povos a capacidade de decidir sobre os destinos da produção realizada nos seus territórios. Em outras palavras, quando um empreendimento extrativista é construído em certo território, são implantadas conjuntamente as formas de transportar e comercializar a produção. Fixos como rodovias, portos, aeroportos e ferrovias são dispositivos implantados para transportar a produção até seus consumidores (finais ou da indústria).

A direção econômica do desenvolvimento e o aumento da capacidade extrativa com a instalação de novas estruturas nas ecologias locais, submete fluxos socioambientais e culturais aos fluxos econômicos, criando disparidades geográficas, desequilíbrios ecológicos e desigualdades sociais tanto nos territórios centrais como nos periféricos.

No Brasil existe uma centralização dos fluxos econômicos e políticos nos estados de São Paulo, do Distrito Federal e do Rio de Janeiro o que fez deles as principais portas de entrada do SARS-Cov-2 no território nacional. Esses 3 estados concentram os 4 maiores aeroportos do país sendo as conexões preferenciais dos fluxos internos com a economia global. O número de conexões dessas regiões é maior com as localidades que possuem maiores centros econômicos e intensidade dos fluxos entre essas regiões fez com que o SARS-Cov-2 chegasse nelas antes que em outras regiões do país. Com início no Sudeste, as infecções por covid-19 aparecem antes nos estados do sul, seguido pelos estados do nordeste e do norte

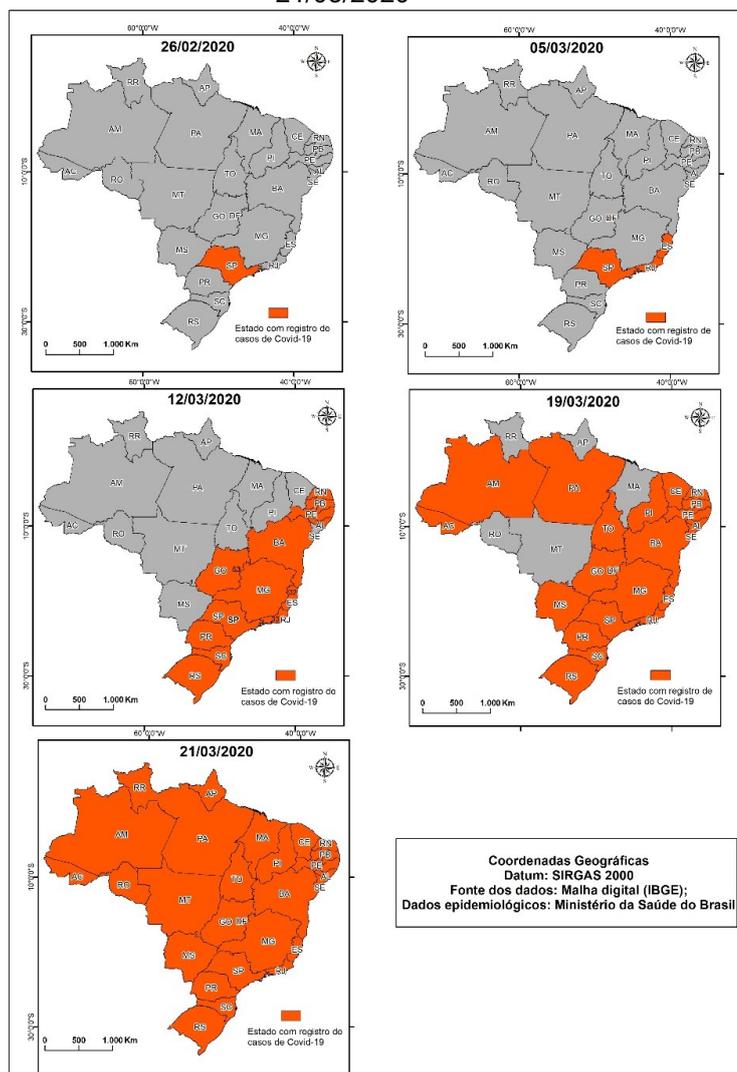
do país, traçando um caminho das regiões com maior número de fluxos para as regiões com atividades econômicas e relacionais menos robustas⁴² (GUIMARÃES *et al.*, 2020; PEREIRA *et al.*, 2020).

As primeiras regiões afetadas foram aquelas que concentram geograficamente os maiores fluxos entre a economia global, a produção e o mercado internos no país, sendo essas regiões as que apresentam melhores desempenhos econômicos. De modo semelhante as populações dessas regiões concentraram os primeiros casos e mortes, entre as pessoas com mais renda. Do primeiro caso, constatado na 9ª semana epidemiológica de 2020, até a 14ª semana epidemiológica, as mortes e infecções por covid-19 se concentraram nas camadas mais ricas da população. A partir desse período a relação se inverte, acumulando cada vez mais mortes e infecções das populações economicamente mais pobres e socialmente mais vulneráveis (TAVARES E BETTI, 2022).

Os mapas de dispersão regional do SAR-COV-2 contrastados com os mapas das regiões mais afetadas nos ajudam a compreender o sentido dessa relação com a visualização cartográfica.

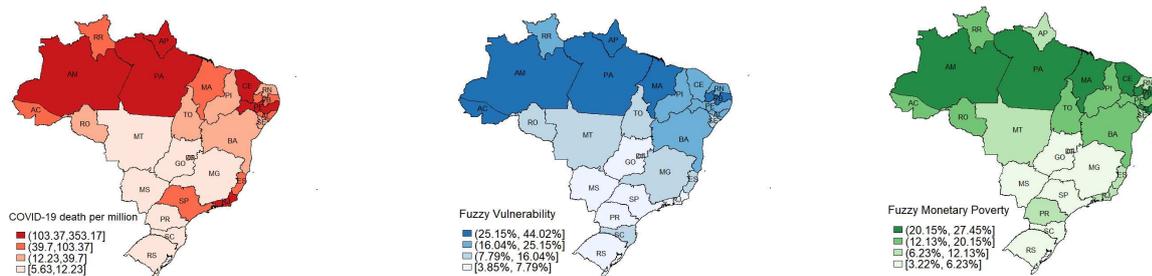
⁴² Com início em SP, RJ e DF, passando para estados do Sul e do nordeste oriental (exceto Sergipe), na semana seguinte foram registrados casos no Amazonas, Pará, Acre e Tocantins e quase toda região NE. Maranhão, Mato Grosso, Rondônia e Roraima fora os últimos estados a registrar os primeiros casos de covid-19.

Figura 4 - Estados brasileiros com casos de covid-19 confirmados no período de 26/02/2020 a 21/03/2020



Fonte: CAMPELO *et al.* (2020).

Figura 5 - Distribuição das mortes confirmadas por covid-19 nos estados por milhão (vermelho), distribuição dos índices estaduais de vulnerabilidade (azul) e de pobreza monetária (verde) como fatores de recuperação da covid-19



Fonte: TAVARES; BETTI (2022).

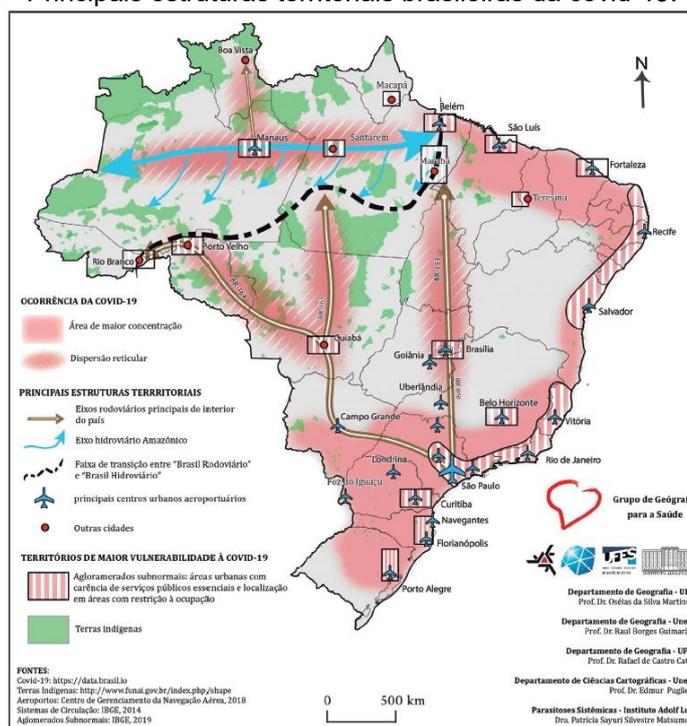
O que os mapas acima nos mostram é que a dispersão do SARS-Cov-2 ocorreu sobrepondo as direções geográficas e sociais da infecção aos sentidos dos fluxos dado pelas estruturas territoriais pré-existentes, de modo interdependente e mutuamente condicionado (PEREIRA *et al.*, 2020; TAVARES; BETTI, 2021).

O vírus chegou no país carregado por membros de uma pequena parcela da população brasileira que acessa os circuitos centrais do capital globalizado. Sua interiorização e recrudescimento, entretanto, se deram na direção das regiões e populações excluídas desses circuitos. Os fluxos do capital global despejam os efeitos danosos do processo de acumulação sobre as populações e territórios marginalizados através das mesmas redes que dão suporte espacial e temporal aos seus mecanismos de concentração (PEREIRA *et al.*, 2020; TAVARES; BETTI, 2021).

As redes que compõe os circuitos globais do capital, são orientadas, em sua totalidade, ao redor das linhas de produção industrial e articulam a produção e transporte da matéria bruta, assim como o processamento industrial, distribuição e comercialização de bens e serviços através de sistemas sócio técnicos que conectam territórios distantes entre si, através de mecanismos energeticamente pouco eficientes. Nesses circuitos a transmissão e evolução da virulência de patógenos são aceleradas, fazendo com que vírus como o SARS-Cov-2 alcancem grandes cidades pouco tempo após terem feito o salto entre espécies em territórios muito distantes das metrópoles urbanas (WALLACE *et al.*, 2020).

O mapa abaixo formulado nos ajuda enxergar o modo como as redes de transporte instaladas no país condicionaram os caminhos do SARS-Cov-2 no território nacional.

Figura 6 - Principais estruturas territoriais brasileiras da covid-19.



Fonte: GUIMARÃES *et al.* (2020).

Percebemos que há uma forte relação entre as estruturas instaladas para promover os fluxos do capital das periferias para o centro do sistema, com os territórios mais fortemente acometidos pela covid-19, mostrando os caminhos da externalização dos custos dessa produção (de saúde no caso da covid-19) sobre os territórios que alcançaram mais rapidamente aqueles atravessados pelos mecanismos que os conectam aos circuitos do capital. A dispersão do SARS-Cov-2 foi modelada espacial e temporalmente pelas estruturas econômicas e suas hierarquias regionais, nas quais a transmissão se deu, preferencialmente pelas rotas rodoviárias, principal meio de circulação interna no país (GUIMARÃES *et al.*, 2020).

O sentido econômico e geográfico dos circuitos do capital no Brasil é disposto cada vez mais pelo extrativismo orientado pela produção capitalista que vem instalando monoculturas intensivas, grandes projetos de mineração e de extração de combustíveis fósseis retirando energia dos ecossistemas em quantidades maiores do que suas ecologias conseguem repor, através dos processos bio-físico-químicos (BOFF, 2012). Ao simplificar as ecologias locais, esses processos retiram delas a capacidade de conter o avanço de patógenos que a biodiversidade de florestas, das matas e dos bosques criam. A biodiversidade atua como mecanismo de proteção que funcionam como barreiras que dificultam aos vírus 'saltar' entre espécies,

reduzindo as chances de ocorrer a proliferação descontrolada de patógenos dentro de seu ecossistema e conseqüentemente fora dele, na direção dos circuitos do capital. Os efeitos das simplificações ecológicas escapam as localidades e aparecem com a perda dessa capacidade de interromper a transmissão de vírus potencialmente mortais realizada pela diversidade das florestas como afirma Rob Wallace (2020):

Em um extremo do circuito de produção, a complexidade de florestas primárias encerra patógenos 'selvagens'. A exploração madeireira, a mineração, e a agricultura intensiva dirigidas pelo capital simplificam drasticamente essa complexidade natural. Nessas 'fronteiras neoliberais', enquanto diversos patógenos morrem como resultado do desaparecimento de espécies de hospedeiros, um subconjunto de infecções que antes era interrompido de forma relativamente rápida nas florestas, mesmo que apenas em função da taxa irregular de hospedeiros fixos disponíveis, agora se propaga com maior amplitude entre populações suscetíveis (WALLACE, 2020. p. 529).

Outro aspecto dos empreendimentos extrativistas pode ser percebido na criação intensiva de animais que aumenta o número de entradas e saídas destes dos empreendimentos de agropecuária intensiva onde os animais com as características que melhor atendem as demandas do mercado são escolhidos para serem reproduzidos, reduzindo a variação genética entre eles e fragilizando as defesas criadas pela variação gênica, através da seleção natural e da reprodução das espécies dentro e em relação com a ecologias locais (WALLACE et al., 2020).

A eliminação das proteções efetuadas pela diversidade florestal e pela variância genética, criam ambientes que facilitam a seleção e reprodução de patógenos adaptados às genéticas pouco diversas dos animais criados para o abate, ao mesmo tempo que retira obstáculos ecológicos que poderiam restringir seu trânsito por diferentes ambientes, territórios e espécies (WALLACE *et al.*, 2020).

Os grandes contingentes de animais, criados em galpões industriais superlotados, sob luz artificial, comendo ração e muitas vezes com pouca mobilidade, tem suas vidas encurtadas através dos intensivos aportes de insumos, de tecnologia e de trabalho, que diminuem os tempos necessários para obter lucro com o seu abate criando assim um volumoso (e lucrativo) trânsito de animais dentro das unidades produtivas. Com o menor tempo de permanência e qualidade de vida, o confinamento dessas massas de animais, geneticamente monocromáticas, que são abatidas em idade precoce, ajuda a selecionar patógenos adaptados a sistemas

imunes mais robustos, aumentando as chances de mutações e transbordamentos de patógenos entre espécies. Essas características são ampliadas quanto maiores são as unidades produtivas e mais intensas as conexões com as redes de circulação do capital (WALLACE, 2020, WALLACE *et al.*, 2020).

A expansão da agricultura sobre novas áreas, através do desmatamento e das desapropriações que geram novas ocupações humanas de forma desordenada, cria ambientes propícios ao descontrole de doenças zoonóticas e transmitidas por vetores oriundas de animais silvestres (ARTAXO, 2020, WALLACE, 2020). O transbordamento de patógenos entre espécies é facilitado pela degradação de nichos ecológicos, criação intensiva de animais para o abate e pela velocidade de difusão dada pelos circuitos do capital e pelas migrações humanas forçadas. Na outra ponta as desigualdades econômicas e sociais são ampliadas por escolhas políticas que fragilizam os sistemas de seguridade social, produzindo ambientes propícios à emergência de outros patógenos como a SARS-Cov-2 (GRISOTTI, 2020; WALLACE, 2020; WALLACE *et al.*, 2020).

No Brasil a prática do desmatamento aliada do modelo agrícola extrativista do agronegócio, colaboram com a perda da biodiversidade e fragilização dos ecossistemas, tanto quanto intensificam as mudanças climáticas. As taxas de desmatamento vêm aumentando no país desde 2012, porém, no período anterior pandemia (2018-2019) essas taxas cresceram exponencialmente, chegando a 10.129 km² desmatados, enquanto em 2011 o desmatamento foi de 4.500 Km² no território nacional (ARTAXO, 2020). A diminuição da biodiversidade, ocasionada por essas e outras formas de apropriação e extração de recursos naturais, promove a perda de fluxos ecossistêmicos que sempre beneficiaram os seres humanos *“proporcionando segurança hídrica e alimentar, identidade e proteção de valores culturais e garantindo desenvolvimento econômico, social e humano”* (ARTAXO, 2020, p.61).

A perda de biodiversidade, o aumento da emissão de gases do efeito estufa, assim como as mudanças climáticas são fatores que contribuíram para instalação da crise sanitária assim como impulsionam a eminente crise ecológica global (SANTOS, 2020). Aliados a programas de austeridade que afetam saneamento ambiental e saúde pública, aumentam a vulnerabilidade das populações humanas a infecções e aos surtos nascidos nessas fronteiras ambientais, que se caracterizam cada vez

mais pela duração prolongada, grande extensão geográfica e amplificação da força das infecções (WALLACE, 2020).

Cada vez mais patógenos emergentes e reemergentes, de ascendência antropogênica, têm traçados seus caminhos das fazendas às cidades, através dos circuitos do capital. A lista é extensa e inclui “*Febre suína africana, Campylobacter, Cryptosporidium, Cyclospora, Ebola Reston, E. coli O157:H7, ... E, Listeria, Nipah virus, Q fever, Salmonella, Vibrio, Yersinia*”, (WALLACE *et al.*, 2020, p.7) além das novas cepas de influenza “*H1N1 (2009), H1N2v, H3N2v, H5N1, H5N2, H5Nx, H6N1, H7N1, H7N3, H7N7, H7N9, and H9N2*” (WALLACE *et al.*, 2020, p.7).

Antes mesmo do fim da emergência sanitária causada pela covid-19 um novo tipo de Varíola (varíola do macaco) fez o salto entre espécies e foi distribuída globalmente através dos circuitos do capital e suas rotas. No Brasil ainda temos a Zika, e a Dengue que ocorrem nas regiões periurbanas, na fronteira entre a periferia das cidades e as zonas de mata. Pesquisadores da virologia evolucionária tem alertado a respeito dessa guerra que o agronegócio promove contra a saúde pública ampliando a fronteira extrativista por meio dos grandes empreendimentos de agricultura e pecuária intensivas, apontado para o Brasil como um dos países de onde pode surgir o próximo patógeno com potencial pandêmico (WALLACE, 2020; WALLACE *et al.*, 2020).

A emergência da covid-19 mostrou a relação que existe entre os mecanismos de territorialização do extrativismo, que aumentam o desmatamento, reduzem a biodiversidade, fragilizam mecanismos ecológicos de proteção à saúde ao mesmo tempo que criam ambientes propícios ao surgimento de novos patógenos, com as medidas de austeridade, que reduzem políticas públicas e fragilizam proteções sociais ofertadas por sistemas públicos de saúde, previdência, educação e assistência social, vulnerabilizando ainda mais as populações mais expostas aos efeitos das externalidades ecológicas e sociais que sustentam o sistema de acumulação capitalista, colonial e moderno. Mesmo com o desmonte das políticas sociais uma delas se tornou o centro das atenções durante a crise disparada pelo SARS-Cov-2. O Sistema Único de Saúde, ganhou grande visibilidade social pela centralidade que assumiu no enfrentamento a pandemia.

7.6 POLÍTICAS PANDÊMICAS

Na história das políticas sociais brasileiras a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) pela 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1988, foi um marco civilizatório que colocou a saúde como direito fundamental de todos, definindo-a através de uma série de determinantes sociais como, acesso a água, alimentação adequada, educação, transporte, habitação, lazer, cultura e aos serviços de saúde necessários. O SUS é regido pelos princípios de gratuidade, participação popular, universalidade, justiça social, totalidade do ser, coordenação hierárquica e descentralizada (BRASIL, 1990a; 1990b).

Sua atuação no território nacional fez dele o principal dispositivo social de enfrentamento a crise sanitária e por isso, também o espaço de intensas disputas ideológicas, políticas e econômicas. Em seus 32 anos de vida o SUS se tornou um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo, tendo um papel significativo na vida e saúde da população brasileira. Uma de suas mais exitosas inovações foi a inclusão de trabalhadores de saúde de comunitários, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que junto a Estratégia de Saúde da Família (ESF), dos Centros de atenção Psicossocial (CAPS) e das campanhas e cultura da vacinação foram algumas das políticas desenvolvidas pelo SUS que criaram condições para o acesso da população aos serviços e ações em saúde, qualificando a vida de brasileiras e brasileiros desde a redemocratização.

A constitucionalização de um sistema de saúde do tamanho e abrangência do SUS criou no campo de forças políticas que tensionam para a adoção de diferentes modelos de funcionamento dos serviços, de coordenação e articulação, de produção e disseminação de informação e de participação popular e de controle social.

A mudança de perspectiva política que ocorreu com o golpe constitucional de 2016 modificou o campo de forças que disputam o SUS e as políticas públicas, criando mecanismos de racionamento dos investimentos sociais por parte do Estado.

A principal medida de austeridade foi a implementação da Emenda Constitucional 95 (do teto de gastos) que criou regras para reduzir os recursos destinados a políticas sociais por 20 anos, criando uma situação que levou o SUS de

um crônico subfinanciamento a um abrupto desfinanciamento⁴³ (MENEZES; MORETTI; REIS, 2019). Por meio do “ajuste” das contas do Estado o governo fragilizou os mecanismos de coordenação federativa do ministério da saúde (VIEIRA; SERVO, 2020) que junto ao desmonte das políticas de saúde de caráter comunitário, preventivo, que promovem saúde de forma participativa adotados pelas ESF⁴⁴, privilegiaram a adoção de um modelo de saúde de inclinação privatista, centrado em atendimentos individuais e no uso de tecnologias para diagnóstico (exames laboratoriais e de imagem realizados por aparelhos de alta densidade tecnológica) e tratamentos (medicamentos alopáticos, cirurgias).

Ao debilitar a saúde comunitária promovida pela ESF o governo restringiu a resposta que o sistema público de saúde pôde dar ao problema da covid-19, enfraquecendo a política social com maior expertise no enfrentamento a problemas de saúde coletivos e comunitários. Não obstante, a contraposição às políticas de distanciamento físico, como fechamento de comércios, escolas e *lockdown* (AQUINO *et al.*, 2020), o estímulo e promoção de aglomerações de pessoas, a disseminação de notícias falsas e a negação da gravidade da situação sanitária (AQUINO *et al.*, 2020; CALIL, 2021), aliados ao atraso na compra de vacinas (CASTRO, 2021) e a instabilidade política do Ministério da Saúde⁴⁵ fizeram com que o Brasil se tornasse um dos países mais afetados pela pandemia mundial, que ao fim da emergência sanitária acumulou mais de 700 mil mortos (WHO, 2020).

No contexto pandêmico, o modelo comunitário das ESF poderia compor uma grande rede de produção de informação, cuidado e assistência para a população brasileira. Porém a fragilização da ESF e a ausência de coordenação centralizada por parte do governo federal no enfrentamento a pandemia, promoveu um parasitismo necropolítico que geriu a crise sanitária opondo economia à saúde, tanto quanto opôs a liberdade (dos mercados) à vida (dos vulneráveis). Nesse cenário o governo federal criou formas de invisibilizar os efeitos da epidemia, escondendo informações sobre infecções e mortes, diminuindo sua importância frente ao cenário econômico, promovendo campanhas para uso de medicamentos sem eficácia

⁴³ Em 2019 o mecanismo da EC 95 diminuiu em 20 bilhões R\$ os investimentos Estatais em saúde pública no Brasil (FLEURY, 2020).

⁴⁴ Diferentes incentivos vêm gradualmente deslocando a forma da atenção básica, ordenada pela Estratégia de Saúde da Família (voltado para ações coletivas, territoriais, comunitárias, de educação em saúde e clínicas), para um modelo centrado em atendimentos ambulatoriais em unidades básicas de saúde.

⁴⁵ Quatro ministros da saúde estiveram no cargo durante a pandemia de SARS-Cov-2.

comprovada contra a covid-19, difundiu a falaciosa ideia de “imunidade de rebanho” por contágio, colocou em dúvida a eficácia das vacinas, associando o uso dos imunizantes a contaminações por HIV, debilitando as campanhas de vacinação através de posicionamentos públicos do presidente da república (AQUINO *et al.*, 2020; BRASIL, 2021; CALIL, 2021; CASTRO, 2021; LOUREIRO, 2020). No plano da informação todos esses elementos se articularam para desinformar a população em uma prática que nomeie de *política da ignorância*.

Sem uma estratégia de coordenação centralizada pelo ministério da saúde, os estados tomaram a frente e colocaram em ação, estratégias diferentes para gestão emergencial da crise sanitária, fazendo o fechamento de comércios, a proibição de atividades culturais e de aglomerações, criando serviços temporários de atendimento aos infectados, fazendo contratações emergenciais de profissionais de saúde e compra de insumos como máscaras e até mesmo, respiradores para ventilação mecânica. Os estados e municípios que mais se alinharam a essa forma de gestão da crise e especialmente aqueles que seguiram o discurso da retomada das atividades econômicas, adotado pelo governo federal, sofreram ondas de contaminações, adoecimentos e mortes por covid-19 mais intensas do que nos estados e municípios que restringiram a mobilidade das pessoas e o comércio (MARTINS; GUIMARÃES, 2022).

A insuficiência de políticas públicas, a falta de trabalho, ausência de perspectiva estatal de enfrentamento à pandemia, articuladas ao agronegócio que reduz a biocomplexidade, através de queimadas, monoculturas de animais e plantas, da espoliação violenta de territórios para manutenção do sistema capitalista colonial moderno, mostram que em uma ponta do problema, a preparação para enfrentar situações de crises, como a pandemia de covid-19, passa pela estruturação de políticas sociais e de sistemas públicos de saúde robustos e justos, através do desenvolvimento de vacinas e medicamentos, pela preparação e montagem de estruturas contingentes para os grandes surtos, tanto quanto pela direção comunitária e territorial do modelo de saúde que esses sistemas podem assumir.

Na outra ponta, é necessário reconduzir saberes e práticas que promovem formas de uso do solo e de se relacionar com a natureza, com a economia, com a cultura, com a própria saúde e mesmo com a vida, que ampliem a biodiversidade e promovam a pluriculturalidade, criando espaço para que diferentes vozes e culturas

sejam partícipes nas decisões que direcionam o desenvolvimento social, político e econômico, reconhecendo a importância de seus saberes e das soluções que eles podem ofertar para crise civilizatória em que nos encontramos.

Para Porto (2020) o fato realmente novo apresentado pela pandemia de covid-19 foi o de aproximar as classes sociais privilegiadas com o “fantasma da morte”, pois as assimetrias entre grupos sociais e regiões não representam barreiras intransponíveis ao vírus, que vitimou membros de grupos políticos e econômicos dominantes, em territórios centrais e nos países do norte global. Entretanto enquanto os “nacionalismos vacinais” (CASTRO, 2021) dificultaram os países do sul global de enfrentar a crise sanitária, como no caso da distribuição global de vacinas.

No cenário brasileiro o maior acesso a leitos de UTI por pessoas brancas (BAQUI *et al.*, 2020) mostra como as estruturas que caracterizam o progresso, ofertados através da modernidade, invisibilizam a violência e a exploração a que são submetidos os povos da periferia do sistema e *“Nesse sentido, a pandemia reforça e intensifica injustiças sociais, sanitárias e ambientais pré-existentes, tornando mais evidentes ideologias e manipulações que escondem certos interesses”* (PORTO, 2021, p.5).

A covid-19 mostrou que o enfrentamento mais efetivo das crises sanitárias demanda a radicalização do enfrentamento das injustiças sociais, cognitivas e ambientais que deslocam os efeitos mais perversos das grandes catástrofes aos povos constantemente vulnerados pelas políticas de guerra, fome e peste do capitalismo, colonial, moderno.

7.7 IMUNIDADES SOLIDÁRIAS

A crise civilizatória em que nos encontramos foi aprofundada como emergência da covid-19 como pandemia global. As respostas universais da ciência capitalista não têm se mostrado capazes de enfrentar a complexidade de questões socioambientais visibilizadas pela crise sanitária. A concentração de recursos naturais, conhecimento e capital nos países do centro do sistema neoliberal fez com que a tecnologia da vacina fosse acessada de forma desigual pelos povos de países do sul e do norte global, criando mais uma forma de desigualdade entre os povos do planeta, a desigualdade vacinal.

No Brasil as populações mais atingidas pela covid-19 foram também as mais vulneradas pela fome e as que mais sofreram a violência endêmica do país. Contribuíram para essa situação a retração das políticas públicas e sociais, a alta inflação, o desabastecimento de depósitos públicos de alimento, o aumento de conflitos territoriais, a violência racial e de gênero criando um “tsunami” de externalidades sobre as populações mais pobres, as pessoas pretas, pardas, indígenas e mulheres.

O acirramento das questões sociais, ecológicas e territoriais fez emergirem em diversas comunidades práticas sociais solidárias criadas pelas populações que se encontraram imersas em crises como a sanitária, econômica, ecológica, política e epistêmica que caracterizam a crise civilizatória em que vivemos. Para sua proteção

Lideranças indígenas fecharam suas fronteiras a partir da instalação de barreiras sanitárias para limitar o acesso às suas comunidades em países como a Colômbia, Peru, Equador, Canadá, Austrália e Brasil.

Povos indígenas da região Amazônica passaram a produzir suas próprias máscaras, arrecadaram itens de higiene e disseminaram informações sobre a covid-19 em línguas locais. Os Navajo, nos Estados Unidos, impuseram quarentena e testaram mais de 40 mil pessoas. Comunidades *Inuit*, no Canadá, têm utilizado estratégias desenvolvidas anteriormente para controle da tuberculose para a proteção contra a covid-19, como o uso de rádios e plataformas digitais para compartilhar materiais culturalmente apropriados e treinamento de membros da comunidade em relação aos cuidados básicos necessários (inclusive por telemedicina) (MOTA, *et al*, 2020 *apud* DÍAZ DE LEÓN-MARTINEZ *et al.*, 2020; KAPLAN *et al.*, 2020; NDIGENOUS, 2020 p.13).

Além desses exemplos que vêm da experiência dos povos e comunidades indígenas, chamamos a atenção para o observatório sobre os impactos da pandemia nas comunidades pesqueiras tradicionais, ação reconhecida pela agência das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) como uma das poucas que monitoraram os efeitos da pandemia sobre os pescadores na América Latina. Foi desenvolvido como uma estratégia de vigilância popular em saúde e contou com mais de 170 pessoas de 23 estados brasileiros tendo assim uma abrangência nacional. Através do observatório foram publicados boletins diários sobre o cenário da pandemia nessas comunidades que abordavam “*pautas para movimentos*

sociais... ações governamentais,... ações comunitárias e... auxílio emergencial” (TRINDADE *et al.*, 2021).

Outra experiência foi a do Prato Verde sustentável, projeto de agricultura urbana na periferia da cidade de São Paulo, no bairro Jardins Morro da serra, que nasceu em 2013 através da ocupação de terrenos abandonados em espaços públicos da comunidade para criação de canteiros de horta. Hoje são mais de 200 canteiros que produzem alimentos para as pessoas que frequentam os serviços de educação e assistência social no território. Nesse tempo o projeto realizou parcerias com a unidade de saúde local e faz doação de uma cesta com produtos agroecológicos por semana, para famílias indicadas pela equipe de saúde, além de vender parte de sua produção no mesmo modelo. Em torno de 70% do que é produzido é distribuído para famílias da comunidade. Durante a pandemia o Prato Verde Solidário doou mais de 30 toneladas de alimentos produzidos em sua da horta, além de distribuir cestas básicas (PRATO CHEIO, [s.d.]).

Santos *et al.*, (2021) mapearam uma série de ações desenvolvidas durante a pandemia como o projeto Periferia Viva, que buscou atenuar carências ampliadas pela pandemia, a Associação das Mulheres Munduruku Wakoborun produziu cartilhas informativas sobre a covid-19 para povos indígenas em suas línguas e em português, o Fórum de Mulheres de Pernambuco elaborou um *‘Manual Econômico de Higiene: Como Prevenir a Covid-19 com Pouca Água e pouco Dinheiro?’* divulgado em rádios comunitárias e redes sociais, além da rede de mobilização de recursos e apoio psicossocial para oferta de condições dignas de existência as populações LGBTQIA+, organizado pela Rede Nacional de Acolhimento LGBTQIA+. Para os autores:

A organização desses movimentos viabiliza não só a construção de agendas sociais e grupos organizados, mas resgata o senso de solidariedade para buscar alternativas para os grupos populacionais mais comprometidos com os desfechos da pandemia, ao considerar todas as iniquidades preexistentes na ordem social, econômica e sanitária, de modo a amenizar a desassistência estatal na resposta à crise (SANTOS *et al.*, 2021, p.770).

A criação de novos movimentos e coletivos, especialmente nas periferias urbanas, foi acompanhado pela intensificação das demandas de organizações comunitárias já existentes compondo uma verdadeira constelação de estratégias populares de enfrentamento a pandemia, tão singulares quanto os territórios em que

foram desenvolvidas. Estas não só amenizaram, a *política da ignorância* adotada pelo governo federal no enfrentamento a crise, mas ampliaram as possibilidades de sobrevivência às necropolíticas estatais, criando ainda terrenos férteis para emergência de saberes marginais, construídos sobre valores solidários, da existência comum, da justiça social, histórica e ambiental, entendendo que as:

...lutas sociais emancipatórias de nosso tempo envolvem disputas por visibilidade, ou seja, por melhores condições de produzir e fazer circular os sentidos e demandas dos movimentos sociais frente a formas hegemônicas, opressoras e invisibilizadoras de realidades e alternativas (FASANELLO; NUNES; PORTO, 2018, p.398).

A produção de conhecimento busca assim, des-cobrir as experiências sociais que nos permitam pensar outros mundos possíveis, mais justos, menos desiguais, inventados a partir de compreensões plurais da realidade, que potencializem a vida humana e não humana e estar comprometida com as dimensões ética, política, epistemológica, ontológica e comunicacional do saber buscando equilíbrio entre as macro análises e aquelas que emergem dos espaços comunitários e cotidianos, compreendendo a força que aquelas têm para ofuscar estes *“inúmeros conhecimentos e experiências que apontam para micropolíticas emergentes humanizadoras nos espaços comunitários e cotidianos”* (Porto, 2020, p.5).

No próximo capítulo trataremos de algumas das práticas, saberes e relações desenvolvidas no enfrentamento a crise sanitária, em territórios periféricos da cidade de Florianópolis-SC, através de uma análise exploratória que objetivou construir ecologias de saberes, práticas e valores presentes no enfrentamento a crise sanitária que, além de ampliar as leituras possíveis do real, apresentaram sentidos emancipatórios, potencializando o cuidado da vida humana e não humana na construção coletiva de imunidades solidárias.

8 O CAMPO DE PESQUISA

Diante da trágica realidade social brasileira, realçada pela emergência da covid-19, surgiram uma variedade de estratégias de ajuda mútua, que coletivamente buscaram a sobrevivência de povos e sujeitos vulnerados pela crise sanitária que atingiu o sistema capitalista, colonial, moderno. Novos coletivos e articulações foram desenhados, projetos e movimentos sociais já existentes modificaram e adaptaram estratégias criando dispositivos, fluxos e redes de apoio que buscaram sustentar a vida no período pandêmico e ao mesmo tempo proteger as pessoas dos efeitos da fome, da guerra e da peste nos territórios.

Ao confrontar os problemas globais com respostas locais esses movimentos dispuseram, criaram, retomaram e traduziram diferentes valores, saberes e práticas nos seus fazeres. Buscamos reconhecer através de uma sociologia das emergências as predisposições de futuro que podem surgir com a ampliação simbólica, de saberes, práticas e agentes no presente como *“uma forma de imaginação sociológica que visa um duplo objectivo: por um lado, conhecer melhor as condições de possibilidade da esperança; por outro, definir princípios de acção que promovam a realização dessas condições”* (SANTOS, 2002, p. 256).

Com essas experiências emergentes buscamos ampliar o presente, guiados pelas pistas deixadas por essas práticas em *ensaios de mundos*, nos quais buscamos compreender quais foram as condições de possibilidades da esperança. Esse exercício de criação ativa e “excessiva” tomou essas pistas para imaginar futuros contra hegemônicos *“...visto que quanto mais experiências estiverem hoje disponíveis no mundo, mais experiências são possíveis no futuro”* (SANTOS, 2002, p. 259).

A experiência que os movimentos e coletivos tiveram durante a crise sanitária foi percebida pelo relato oferecido por meio de entrevistas com integrantes de movimentos atuantes no enfrentamento a situações colocadas pela pandemia de covid-19. Além das entrevistas foi realizada observação participante, do trabalho de um desses coletivos comunitários, que ocorreu presencialmente antes da emergência da covid-19 e após os períodos mais críticos de infecções e mortes por SARS-Cov-2 no país.

Faremos uma breve apresentação dos coletivos entrevistados, para passar, logo após, à uma análise exploratória da ecologia dos saberes que compuseram

essa rede, buscando visibilizar os saberes, práticas e valores que configuraram as experiências sociais de enfrentamento à pandemia nesses territórios.

8.1 REVOLUÇÃO DOS BALDINHOS

A Revolução dos Baldinhos é um projeto social desenvolvido na comunidade Chico Mendes, localizada no bairro Monte Cristo na porção continental da capital catarinense. O bairro nasceu na década de 1980, através da onda de migrantes estimulada pela ocupação crescente do norte e leste da ilha, que criou uma grande demanda por trabalho na construção civil e promoveu uma onda de migrantes que criaram novos assentamentos e comunidades ocupando os espaços ainda não valorizados pela crescente especulação do valor da terra na ilha de Santa de Catarina. Muitas dessas pessoas passaram a construir suas residências fora da ilha, em assentamentos como o bairro Monte Cristo, onde a terra tinha pouco ou nenhum valor para o capital que se desenvolvia.

A aproximadamente 4 quilômetros da ponte Hercílio Luz, uma série de habitações, construídas ao redor do colégio América Dutra, passaram a ser chamadas por seus moradores de comunidade Chico Mendes, em homenagem ao ambientalista, assassinado por sua luta pelos povos da floresta no mesmo período em que ocorria a ocupação. As ruas da comunidade guardam a relação com as lutas ambientais travadas pela liderança seringueira em seus nomes de árvores e outras plantas (CRUZ, 2022).

O bairro Monte Cristo, onde está localizada a comunidade Chico Mendes, é um bairro periférico do município de Florianópolis, localizado fora da ilha de Santa Catarina, que tem aproximadamente 35 mil habitantes divididos em 12 comunidades. A Revolução dos Baldinhos atua em duas dessas comunidades, na própria Chico Mendes e na comunidade Nossa Senhora da Glória. As duas comunidades têm juntas, em torno de 12,5 mil habitantes (CRUZ, 2022).

No ano de 2008, um caso de óbito por leptospirose acendeu um sinal de alerta sobre as condições ambientais que estavam sendo produzidas no território e os impactos na saúde da comunidade. No período, foi organizada uma frente temporária de limpeza formada por mulheres da comunidade, que atuavam de 3 em 3 meses varrendo e retirando o lixo acumulado nas ruas onde não havia coleta de resíduos pelo poder público. As mulheres faziam compostagem com os resíduos

orgânicos em suas casas e usavam o adubo resultante em hortas familiares para a adubação dos canteiros no pátio do colégio América Dutra, onde ficam hoje as leiras⁴⁶ do projeto (CRUZ, 2022).

A atuação das mulheres inspirou integrantes da equipe de saúde da família do território, de estudantes universitários e de uma ONG, que juntos criaram um projeto permanente de tratamento dos resíduos orgânicos da comunidade. A partir do manejo ecológico e comunitário dos resíduos orgânicos surge a Revolução dos Baldinhos como uma estratégia comunitária de enfrentamento às condições precarizadas de vida na comunidade por meio do aproveitamento da energia descartada que se tornava problemas de saúde dentro do território (CRUZ, 2022).

As famílias vindas do interior (rural) para viver no bairro conheciam o processo da compostagem, porém não o relacionavam com o meio urbano onde estavam. A compostagem parecia ser uma técnica atrasada, pouco moderna e sem espaço na urbanidade com a qual se vinculava. O projeto resgatou a relação ancestral de camponeses e dos seus descendentes com a terra ao propor que as famílias separassem seu resíduo orgânico em “baldinhos” e depois os levassem até pontos de coleta centralizado. De lá, o resíduo era levado ao pátio de compostagem no colégio América Dutra, sendo processado através de leiras de compostagem, em adubo usado em hortas feitas nas casas de moradores da comunidade e na própria escola. No início do projeto havia 5 famílias cadastradas, hoje são mais de 200 (CRUZ, 2022).

A Revolução dos Baldinhos, até 2016, teve como principal atividade a coleta e tratamento dos resíduos orgânicos. Neste ano surgiram novas propostas para a atuação do projeto que buscaram colocar o elemento humano no centro do processo comunitário de melhoria da qualidade de vida. Com esse entendimento foram desenvolvidas atividades como o brechó, a produção de ecobolsas, os projetos fome de cultura, cozinha comunitária, e educação do gosto através de plantas alimentícias não convencionais (PANC), além da realização de formações para a compostagem em outras comunidades da periferia de Florianópolis. Para Cíntia Cruz, coordenadora do projeto, entrevistada para essa pesquisa, a ampliação do foco foi uma tomada de consciência que percebeu que: *“Não adianta a gente falar da questão do resíduo e não sensibilizar, politizar essas pessoas para mudar sua*

⁴⁶ Leiras é como são chamadas as pilhas de resíduos orgânicos organizados para sua transformação em adubo. Ao final de seu processo de decomposição são extraídos das leiras a terra preta e cheia de nutrientes e o biofertilizante concentrado.

realidade” assim afirma ela que “*Politizar a comunidade é o nosso principal foco*” (CRUZ, 2022,[n.p.]).

No momento da entrevista o projeto contava com 8 colaboradores/ associados, sendo quatro remunerados, através de bolsas provenientes de editais, para realização das atividades do dia a dia que envolvem coleta, viragem das leiras e manejo dos resíduos. Na cozinha comunitária, batizada com o nome de *Cozinha Mãe*, trabalham 6 colaboradoras voluntárias, que cozinham as refeições distribuídas durante a semana e em eventos realizados na comunidade eventualmente aos finais de semana. As voluntárias levam alimentos da cozinha para suas casas como forma de retribuição do trabalho realizado. Os outros integrantes do projeto realizam as atividades de forma voluntária. A cozinha mãe funciona em um espaço onde de habitações populares abandonadas pelo poder público que foi ocupado e transformado em equipamento social pela comunidade (CRUZ, 2022).

O projeto Revolução dos Baldinhos têm uma atuação de vanguarda que articula formação política, cultura, ambiente e saúde traduzindo questões contemporâneas da agenda política global em ações comunitárias que protegem a saúde das pessoas através da mobilização de energias humanas e não humanas dentro da comunidade. A compostagem defende a comunidade de possíveis surtos que podem emergir do inadequado manejo dos resíduos, que quando acumulados podem ser nichos para o surgimento de doenças.

O manejo adequado dos resíduos orgânicos deu visibilidade para a comunidade Chico Mendes como a primeira da América Latina e tratar seus próprios resíduos. Em termos energéticos a Revolução dos Baldinhos consegue recolocar a energia dos resíduos descartados no metabolismo comunitário, transformando restos de comida em fertilizantes de qualidade, usado pela comunidade para produzir pequenos plantios nos pátios das casas. É difícil quantificar quanto o projeto mobiliza o sociometabolismo comunitário, porém ao andar pela comunidade rapidamente percebemos que, em muitas casas existem hortas e árvores frutíferas que complementam a alimentação das famílias. Enquanto a cozinha mãe disponibiliza um espaço popular de alimentação que defende a saúde através da preparação e do acesso a alimentos de qualidade, os valores comunitários são estimulados pela realização de atividades culturais que criam vínculos e redes de apoio, colocando em contato com a comunidade saberes e agentes externos, além de valorizar e criticar as experiências sociais desenvolvidas no seu território.

8.2 CEPAGRO

O Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro) foi fundado em 1990 por agricultores e técnicos que buscavam criar redes para viabilizar a produção em pequenas propriedades familiares e de modo agroecológico. Em 1996, foi reconhecido como entidade de utilidade pública pelo governo do Estado de Santa Catarina. Desde então, o CEPAGRO articula grupos, organização e instituições para *“adoção de práticas agroecológicas, planejamento de produção, abertura de canais de escoamento e valorização do patrimônio agroalimentar com a Rede Ecovida de Agroecologia e com organizações latinoamericanas”* (CEPAGRO, [s.d.]).

O CEPAGRO possui uma sede na Universidade Federal de Santa Catarina e apesar de não manter um vínculo institucional com a mesma é uma organização formada por maioria de acadêmicos e técnicos com formação universitária. A ONG arrecada recursos por meio de financiamentos via editais de instituições nacionais e internacionais, estatais e privadas.

As atividades desenvolvidas atualmente pelo CEPAGRO vão do estímulo e apoio à estratégias de agricultura urbana, hortas comunitárias, ao desenvolvimento rural sustentável, a certificação de pequenos agricultores na rede Ecovida, além do incentivo à produção agroecológica e da agricultura de grupo em comunidades Guaranis e com produtores familiares na região periurbana de Florianópolis-SC. Também faz a publicação de materiais educativos, pesquisas e boletins sobre práticas agroecológicas, oficinas de compostagem em comunidades e escolas, hortas escolares e atividades acadêmicas que buscam desenvolver tecnologias de produção e abastecimento, com o foco no combate a insegurança alimentar, compreendendo a importância dos alimentos quantitativamente e qualitativamente dentro das comunidades (ESCOSTEGUY, 2022).

A atuação do CEPAGRO tem estimulado e qualificado a agricultura familiar nos últimos 15 anos no estado de Santa Catarina e especialmente na região metropolitana de Florianópolis, fazendo parte de uma rede onde são produzidos e consumidos alimentos de qualidade. A partir do fomento a práticas agroecológicas o CEPAGRO contribuiu para a construção de uma cultura em que o consumo de

alimentos orgânicos e in natura são valorizados tanto pela população consumidora como pelos produtores familiares (ESCOSTEGUY, 2022).

As oficinas de compostagem, as práticas educativas em agroecologia, a assessoria à agricultura familiar agroecológica, assim como sua participação nos espaços políticos do município e do estado ajudaram a tornar Florianópolis uma das capitais mais conectada a agricultura familiar, ao consumo de alimentos orgânicos e a agenda política das mudanças climáticas, além de possibilitar que as (agri)culturas indígenas apareçam na cidade se tornando uma formas de geração de renda para suas comunidades (ESCOSTEGUY, 2022).

8.3 ASSENTAMENTO COMUNA AMARILDO

Em 2013 na região periurbana de Florianópolis diversos militantes independentes e de diferentes organizações ocuparam um latifúndio improdutivo na região metropolitana de Florianópolis. A ocupação chegou a ter 700 famílias e ficou 5 meses na terra até a ordem de reintegração de posse. As famílias foram levadas para um território indígena, onde desenvolveram parcerias com o povo Guarani, apesar da tentativa de tensionar e promover conflito entre agricultores e Guaranis ao colocar aqueles no território destes. Em 2014, durante a copa do mundo do Brasil, as famílias ocuparam a sede do INCRA e a partir desse movimento foram adquiridas terras destinadas a reforma agrária para aqueles camponeses (FERRAZ, 2022).

O longo e desgastante caminho fez com que das 700 famílias, apenas 8 conseguissem resistir a burocracia e as lutas necessárias para conseguir acessar terra para produzir. O nome do assentamento é uma homenagem à memória de Amarildo Dias de Souza, trabalhador que desapareceu após ser conduzido por policiais da porta de sua casa a unidade de polícia pacificadora (UPP), na favela da Rocinha no Rio de Janeiro. O desaparecimento de Amarildo se tornou um dos mais simbólicos casos da violência estatal realizada pela polícia nas periferias e contra o povo preto.

Hoje, as 8 famílias que compõe o Assentamento produzem alimentos de forma agroecológica, fazem uso coletivo da terra e criam espaços comuns de produção para subverter a lógica do uso privado da terra e retomar formas comunais de produção agrícola. Dentro do assentamento a agricultura é feito com técnicas de produção orgânicas (sem uso de agrotóxicos ou fertilizantes químicos), com os

saberes tradicionais (como os consórcios de culturas agrícolas), chegam aos seus consumidores através de redes de transporte mais curtas e geram mecanismos para subsistência interna e para comercialização dos excedentes da produção, além da doação de parte desse excedente para populações que não possuem os meios para acessá-los (FERRAZ, 2022).

O Assentamento produziu relações com diversas comunidades indígenas, da periferia urbana de Florianópolis e camponesas e hoje faz parte da rede Ecovida, que certifica produtos orgânicos e consegue comercializar parte de sua produção através da venda de cestas de produtos agroecológicos diretamente aos consumidores e com a realização de feiras em Florianópolis. O caráter político da produção agroecológica realizada no assentamento foi enfatizado por Fábio, agricultor, educador e agrônomo entrevistado para essa pesquisa, pela forma como parte da produção se destinada ao apoio a ocupações urbanas, movimentos sociais e cozinhas comunitárias na grande Florianópolis. Com essa organização cada um dos agricultores e agricultoras retira sua renda da produção coletiva do assentamento, ao mesmo tempo em que permite que as famílias tenham outras atividades, remuneradas ou não, dentro ou fora do assentamento.

Desse modo, a renda gerada pela produção coletiva é distribuída de acordo com o tempo de trabalho imputado nas tarefas comunais, que além de possibilitar a realização de outras atividades, como a produção para subsistência, atuação como educadores e educadoras e outras formas de trabalho que constituem fontes de renda singulares de cada indivíduo e família (FERRAZ, 2022).

O Assentamento Amarelado vem cumprindo um importante papel na politização da agricultura familiar, mostrando que a questão agrária não poder ser definida apenas como uma questão técnica, mas deve ser referenciada por suas características sociais, culturais e ambientais e pelas escolhas e agentes políticos que agem sobre ela. Dessa forma o assentamento se apresenta como território de resistência ao modelo extrativista no qual se baseiam as práticas hegemônicas da agricultura moderna.

8.4 GRUPO MITTOS/ RECICLAÇÃO

O grupo Mittos é um centro comunitário, localizado no Morro do Mocotó, em Florianópolis que coloca meninas e meninos em contato com a cultura africana

ancestral através da dança, da percussão e da educação, pautados por valores construídos na luta e resistência do povo negro da ilha da magia. O projeto atua a quase 30 anos na comunidade e foi fundado por Ana Cristina Bittencourt, neta de Dona Luci, uma das primeiras moradoras da comunidade que se tornou referência importante da cultura, dos valores e práticas da cultura negra (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022).

Nesse tempo de atuação, o Mittos teve diferentes espaços como sede de suas atividades, todos dentro da própria comunidade. Atualmente o projeto fica no espaço de uma cooperativa empresarial abandonada que foi ocupada pelos membros do projeto para realizar suas atividades. Esse processo gerou um conflito com o Estado e a polícia chegou a impedir a atuação do projeto dentro daquele espaço no mesmo período em que montou uma base e passou a ser presença constante na comunidade. A comunidade lutou para a retomada do espaço com abaixo-assinados, manifestações culturais e protestos levaram a realização de uma audiência pública no espaço da cooperativa na qual foi liberado o uso do espaço como mecanismo social do morro do Mocotó (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022).

Em 2017, ao iniciar as suas atividades na nova sede, integrante do projeto viram no espaço a possibilidade de ampliar e diversificar as ações desenvolvidas. Partindo dos saberes e práticas da cultura negra o projeto buscou os saberes agrícolas e alimentares de sus ancestrais, para conscientizar a comunidade da importância de comer saudável, da gestão do resíduo orgânico para a promoção da saúde e para o controle de doenças e pragas na comunidade. A proximidade com o projeto Revolução dos Baldinhos, com o mandato agroecológico da câmara de vereadores e com o instituto Çarakura possibilitaram a realização de oficinas de formação para a produção de composto através do processamento de resíduos orgânicos da própria comunidade. Desse movimento surge o projeto Reciclação como uma face complementar do grupo Mittos, pautado por uma ecologia comunitária de raiz africana e periférica (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022).

O novo espaço da sede, aliado as atividades culturais desenvolvidas por anos na comunidade, atraíram uma série de parceiros, tornando o Mittos um agregador de iniciativas desenvolvidas na comunidade. Além das oficinas de dança e percussão, são desenvolvidas oficinas de mosaico, um cursinho pré-vestibular comunitário, grupos de mulheres, aulas de cavaquinho, oficinas e prática de horta comunitária, reforço escolar, mutirões e parcerias com outras instituições como a educação

quilombola da escola Jurema Cavallazi. Em todas as atividades realizadas no projeto existe a oferta de alimentação aos participantes, que são maioria de crianças e jovens da própria comunidade no período noturno. As atividades de horta e reforço escolar ocorrem no período da tarde (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022).

Os recursos para as atividades são acessados por meio de parcerias com instituições e pessoas de dentro e fora da comunidade e apesar do caráter voluntário da maior parte do trabalho desenvolvido dentro do grupo Mittos/Reciclação, há uma constante busca pela remuneração dos trabalhos realizados no projeto. Desse modo, quando existem recursos para tal, o trabalho realizado é remunerado dando preferência para os moradores da comunidade que atuam no projeto. Desse modo, Mittos/ Reciclação atua como promotor do acesso da comunidade a uma série de recursos e conhecimentos que chegam aos moradores do morro atravessados dos valores solidários que mobilizam as ações do projeto. Como um mecanismo comunitário reconhecido dentro e fora do morro do Mocotó, o projeto Mittos/ Reciclação foi fundamental para centralizar e distribuir recursos, além de identificar as demandas sociais que emergiram no território no período pandêmico, buscando nas redes estabelecidas, estratégias e soluções para o seu enfrentamento (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022).

O grupo Mittos e o projeto Reciclação construíram, ao longo dos anos, um capital político e social que é utilizado pela comunidade para conseguir acesso a importantes recursos sociais. Além disto, o grupo é reconhecido hoje como uma referência para as manifestações culturais de raiz africana, fazendo apresentações em diversos espaços da cidade e fora dela, levando a cultura do Mocotó para espaços que vão desde as ruas da cidade a concursos de dança. O grupo Mittos também procura indicar os seus participantes para postos de trabalho por meio das redes de instituições parceiras que construiu. Recentemente o grupo Mittos conseguiu certificar suas instrutoras e seus instrutores de danças, em projeto que teve a parceria e o reconhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina⁴⁷ (UFSC), formou uma turma de jovens professoras de dança, todas da comunidade (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022).

⁴⁷ Apesar de formar jovens na arte das danças africanas o projeto Mittos nunca havia conseguido o reconhecimento desses jovens como professoras e professores de dança. O projeto em parceria com a UFSC possibilitou aos artistas do morro ganhar o reconhecimento social de seu saber e de sua arte, dando aos jovens a possibilidade de levar esses saberes para a vida, como forma de sustento e profissão reconhecida.

O projeto Reciclação, em outra perspectiva, educa jovens e crianças por meio dos saberes e sabores produzidos no projeto, que não só apresenta diferentes perspectivas alimentares, mas vêm aguçando a curiosidade da comunidade ao modificar a configuração territorial pela instalação da horta educativa e das práticas de plantio que ocorrem no pátio da sede localizado no alto do morro.

9 RESISTÊNCIA, SABEDORIA E AÇÃO: DOS ENSAIOS DE MUNDO ÀS IMUNIDADES SOLIDÁRIAS

Nos ambientes acadêmicos da ciência moderna, os pesquisadores aprendem a entender as técnicas, a inventariar as espécies utilizadas e a desvendar os sistemas de produção, energia e abastecimento por meio dos quais os grupos humanos se apropriam da natureza. Mas raramente são ensinados a reconhecer a existência de uma experiência, de certa sabedoria, acumulada nas mentes de milhões de homens e mulheres que diariamente manejam a natureza utilizando justamente essas técnicas, essas espécies e esses sistemas. Hoje, no alvorecer de um novo século, esses homens e mulheres ainda configuram a maior parte da população dedicada a se apropriar dos ecossistemas do planeta. E acreditamos que é justamente por essa omissão e esquecimento por parte da pesquisa científica – obra e fundamento da modernidade – que a civilização industrial fracassou em sua busca por realizar um manejo adequado da natureza (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p.85)

A estreita visão da ciência moderna sobre a sabedoria popular restringe a riqueza da multiplicidade de experiências sociais desenvolvidas por saberes tradicionais e populares a um punhado de conhecimentos científicos. Ao retirar a legitimidade dessas outras formas de conhecer, informar e agir sobre a realidade a modernidade reduz as respostas aos problemas contemporâneos à respostas científicas que negam o acúmulo histórico de saberes, realizados pelos povos a partir de suas experiências e transmitidos intergeracionalmente por meio da cultura.

Neste capítulo buscamos subverter essa lógica, mostrando como os saberes populares criaram experiências de enfrentamento as mazelas que emergiram com a crise sanitária desencadeada pela covid-19. No contexto de múltiplas crises sobrepostas (econômica, social, ambiental, política e sanitária) essas experiências criaram *ensaios de mundo* que insurgiram contra as lógicas coloniais, capitalistas e modernas, criando mecanismos coletivos de proteção da vida comunitária que nomeamos *imunidades solidárias*.

9.1 A FOME ALÉM DOS DADOS: SABEDORIA POPULAR SOBRE A INSEGURANÇA ALIMENTAR NA PANDEMIA

Em agosto de 2022 uma nota lançada pelo IPEA, assinada exclusivamente por seu presidente, Erik de Alencar Figueiredo, afirma em sua conclusão que “O conjunto de evidências aqui expostas indica que não foram observadas manifestações associadas à insegurança alimentar, à má nutrição e à fome”

(FIGUEIREDO, 2022. P. 17). A nota, que foi repudiada por diversas entidades como a Rede Pensam, a ABRASCO e o Conselho Nacional de Saúde, faz parte de um conjunto de ações estratégicas que buscaram ocultar a fome e a insegurança alimentar através de discursos confusos que simplificam essa complexa e multifatorial questão, tratando-a apenas como efeito das manifestações clínicas relacionadas a problemas de saúde causados pela subnutrição crônica.

Ao olhar para fome apenas através de condições clínicas, sabidamente subnotificadas, desconsiderando dados dos sistemas de informação do VIGISAN/MS e os estudos que mostram o crescimento estrondoso da insegurança alimentar no país o IPEA (ou seu presidente) municiou as políticas da ignorância implementadas pelo governo federal. Essas políticas ignoram que a associação entre *“sobrepeso/obesidade e IA moderada ou grave, explicada em grande parte pela opção que populações muito pobres fazem por alimentos de baixo custo, baixa qualidade, e ainda densamente calóricos”* (REDE PENSAN, 2022), num movimento que buscou ocultar essa grave realidade social da agenda política brasileira.

Longe dos ambientes políticos e acadêmicos, a fome foi percebida pelas populações marginalizadas nas periferias urbanas de modos diferentes. Na comunidade Chico Mendes a cozinha comunitária, fundada poucos meses antes da eclosão da pandemia de covid-19 no país, rapidamente se tornou referência na comunidade (CRUZ, 2022).

Para Cíntia Cruz, coordenadora do projeto Revolução dos Baldinhos e da Cozinha Mãe, o rápido vínculo construído entre a cozinha e a comunidade aconteceu por que ela *“tem um poder e um impacto muito grande...vai direto em uma necessidade da comunidade... que é a fome”* (CRUZ, 2022, [n.p.]). Cíntia percebeu que a fome retornava para a comunidade pela redução do volume de resíduo que chegava para ser processado como composto no pátio da Revolução dos Baldinhos. Diferentemente do documento lançado pelo presidente do IPEA, no Monte Cristo foram outros dispositivos cognitivos que permitiram a ela perceber a fome antes mesmo dela se manifestar nas ruas e nas pesquisas. Essa capacidade analítica não pode ser desprezada pois articula uma série de saberes desenvolvidos por anos de atuação na comunidade a uma sensibilidade aguçada pela empatia, que permitiu ao projeto Revolução dos Baldinhos fundar o dispositivo da cozinha comunitária no período imediatamente anterior a emergência da pandemia e ao aumento da insegurança alimentar.

A fome não se expressa apenas nas ruas das cidades, onde muitas vezes é acompanhada da falta de habitação e de acesso a dispositivos de assistência social e saúde, gerando situações dramáticas que acometem um número cada vez maior de pessoas. Há um aspecto da insegurança alimentar que é silencioso e fica escondido no espaço privado de muitas famílias. Essas situações remetem aos processos subjetivos que atribuem aos indivíduos a responsabilidade por sua condição social.

A fome, dentro de uma ideologia individualista, é percebida como um símbolo de fracasso pessoal e as situações de insegurança alimentar muitas vezes não ficam explícitas pelas famílias pelo constrangimento que geram às pessoas que a vivem.

Outro fator que pode ter contribuído foi a modificação na qualidade dos alimentos consumidos. Quando os preços dos alimentos *in natura* ultrapassam os dos alimentos ultraprocessados, há um deslocamento na dieta das populações mais pobres, que passam a consumir produtos alimentares de menor qualidade e que não geram resíduos compostáveis (mas geram resíduos poluentes como as embalagens) e são muito mais baratos.

O surgimento da cozinha comunitária da comunidade Chico Mendes, em 2019, ou seja, imediatamente antes da emergência da pandemia de SARS-Cov-2 mostra que a fome ignorada pelo Estado durante a pandemia, foi percebida antes da emergência da covid-19 como parte da realidade social, por sujeitos políticos engajados na melhoria das condições de vida das comunidades. Isabela Escoteguy (2022), técnica do CEPAGRO entrevistada para a pesquisa, fez uma leitura semelhante, em que afirma que a fome não saiu da realidade brasileira e durante a pandemia ela foi, não só percebida, mas combatida pela sociedade civil, ao passo que foi negligenciada por parte do Estado. “*O grande movimento de combate a fome partiu da sociedade civil organizada e não do estado*” (ESCOSTEGUY, 2022, [n.p.]).

Para Wagner Antunes e Giovani Bittencourt, coordenadores do projeto Reciclação, a fome e seus principais condicionantes, como a falta de emprego e renda, foram problemas mais nítidos na comunidade do morro do Mocotó do que aqueles ligados diretamente pandemia. “*Agente viu mais o sofrimento mesmo foi referente a alimentação, falta de emprego, de renda, falta de oportunidade*” (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022, [n.p.]).

A falta de alimentos se coloca como uma realidade persistente na comunidade, percebida especialmente através das crianças que participam do projeto Mittos Reciclação, segundo Wagner “*As crianças perguntam se vai ter janta depois, então a gente tá no entorno da fome. A questão da fome é complicado*” (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022, [n.p.]).

No morro do Mocotó a insegurança alimentar aumentou com a falta de emprego, renda e oportunidades de trabalho para os moradores da comunidade produzindo situações tão dramáticas na vida da comunidade quanto os adoecimentos e mortes causados pela pandemia.

Para os agricultores do Assentamento Amarildo a percepção foi diferente. Segundo Fábio, agricultor e agrônomo assentado:

Quem tá vivendo aqui fora e dependente apenas de si mesmo ficou desempregado. A nossa condição é de emprego vitalício. A forma como agente convive e socializa permite agente manter estável a nossa situação enquanto no mundo inteiro, la fora, decaiu (FERRAZ, 2022, [n.p.]).

O olhar sobre a fome, a partir da perspectiva da agricultura familiar, mostra que nos territórios em que ela é desenvolvida a insegurança alimentar fica mais distante da realidade do trabalho no campo. A relação direta com a produção de alimentos dá a esses trabalhadores condições para que parte da produção seja destinada a sua subsistência. Na (agri)cultura desenvolvida no assentamento Amarildo existe a compreensão de que o valor dos alimentos não reside exclusivamente em seu valor econômico, mas compõe parte necessária das relações sociometabólicas entre a cultura e o território (FERRAZ, 2022).

Assim, enquanto parte da produção do assentamento foi direcionada para subsistência do próprio assentamento, outra porção gerou renda através do comércio dos produtos e possibilitou com que os excedentes dessa produção fossem doados a populações que não conseguiriam acessá-los caso fossem vendidos nos mercados (FERRAZ, 2022).

As diferentes percepções sobre a insegurança alimentar foram atravessadas pelos mecanismos sociais desenvolvidos nos territórios onde ela se manifesta e foram percebidas por meio desses mecanismos e dos saberes desenvolvidos pelos sujeitos em suas atuações políticas dentro das comunidades. A fome que aparece como um menor volume de resíduos orgânicos não fala apenas da ausência de

alimentos, mas também de uma substituição na qualidade desses alimentos. Deixando de consumir alimentos *in natura* e passando para os alimentos ultraprocessados, que são mais baratos, acessíveis e geram outro tipo de resíduo (embalagens) que enfraquecem ainda mais os sociometabolismos comunitários.

A modificação na qualidade dos alimentos consumido (troca de alimentos *in natura* por ultraprocessados) impulsiona diversas condições prejudiciais a saúde humana, como diabetes, hipertensão e obesidade, ao mesmo tempo que reforça os mecanismos que separam territórios produtores daqueles consumidores, através da mercantilização dos alimentos e da monetização de seu acesso pela via exclusiva do consumo. Essa mercantilização promove valores econômicos e individuais como os modos de consumir e de significar a comida socialmente retirando dos territórios parte da força para impulsionar práticas populares que potencializem a vida dos habitantes dos territórios.

A atuação de longa data dos projetos comunitários estudados nos mostrou que o conhecimento das dinâmicas sociais específicas de cada comunidade deu aos sujeitos condições para perceber a fome além de suas expressões mais dramáticas e óbvias, mas também em suas manifestações específicas dentro dos territórios. Enquanto no meio urbano o acesso aos alimentos é fortemente mediado pelo capital, o que submete seu acesso à renda das famílias, no ambiente rural a proximidade dos meios de subsistência torna a renda menos determinante do acesso a comida. No assentamento Amarildo a renda que as famílias retêm com comercialização de sua produção foi menos determinante para o acesso à alimentos do que as referidas pelos moradores das periferias urbanas do Morro do Mocotó e da comunidade Chico Mendes. A distância entre os meios de produção de alimentos e o consumo deles aumenta o peso da renda na definição da qualidade e da quantidade de comida acessível.

Essa imagem é reforçada pelos achados do VIGISAN que mostrou que em Santa Catarina, mesmo sendo um estado que detém um dos melhores índices de segurança alimentar do país, houve uma maior vulnerabilização das populações mais pobres que perderem parcial ou totalmente suas rendas. A diminuição da renda dessas famílias colocou dificuldades ainda maiores para realizar as 3 refeições diárias, recomendadas para manutenção das funções biológicas (REDE PENSSAN, 2021, 2022).

Nos estados com melhores indicadores econômicos e que tiveram maior segurança alimentar as populações pobres ficaram ainda mais dependentes da renda que lhes faltava para conseguir comer. Ou seja, mesmo que de modo geral a insegurança alimentar tenha sido vivenciada por um menor grupo de pessoas em Santa Catarina, aquelas famílias que tiveram sua renda reduzida durante pandemia (especialmente entre as pessoas que viviam com até 1 salário-mínimo) foram levadas a situações de IA de modo muito mais rápido do que em estados com indicadores econômicos menos robustos (REDE PENSSAN, 2021, 2022).

9.2 CONSUMO, DISTÂNCIAS E PRODUÇÃO: ENSAIOS DE MUNDO AGROECOLÓGICOS

“A pandemia trouxe e reforçou a minha compreensão de como viver de forma coletiva te dá um aparato pra esses momentos de instabilidade, de dificuldades” (FERRAZ, 2022, [n.p.]).

Conforme a covid-19 avançou sobre a população brasileira, houve uma inversão entre os principais grupos populacionais infectados. O vírus que nas primeiras semanas foi mais prevalente em pessoas com maior renda e que acessam os circuitos globais do capital, passou a infectar as populações mais pobres nos espaços comunitários. Fatores sociais e econômicos direcionaram a transmissão do SARS-Cov-2 ao serem determinantes do ‘nível’ de proteção possível e com isso distribuiu os efeitos mais danosos as populações que ficam a margem desses circuitos. A renda das famílias foi fator tão determinante das condições de saúde quanto mais elementos necessários à vida passaram a ser acessados através de sua mediação. A redução da renda, o aumento do desemprego e a precarização do trabalho intensificaram a precarização da vida nos territórios periféricos (REDE PENSSAN, 2022; TAVARES; BETTI, 2021; WALLACE et al., 2020).

As recomendações para o distanciamento físico, limitação da circulação de pessoas no ambiente urbano, uso de máscaras e higienização de mãos e ambientes feitas por autoridades sanitárias, incorporaram novos elementos as necessidades básicas (a compra de máscaras, de álcool gel, de produtos de limpeza) e tensionaram a vida nas comunidades urbanas estudadas, na medida em que nem todas eram compatíveis com as possibilidades do viver naquelas comunidades.

Na comunidade Chico Mendes, assim como em boa parte do complexo Monte Cristo, as recomendações de higiene das mãos e dos ambientes foi regularmente negada a população pelos contínuos racionamentos de água impostos sobre esses bairros (CRUZ, 2022). Além da dificuldade em obter água corrente, o aumento do custo dos produtos de higiene como álcool, sabonetes e desinfetantes foi outro fator de vulnerabilização que incidiu sobre as populações já empobrecidas (CRUZ, 2022).

As ações sociais realizadas no morro do Mocotó e na comunidade Chico Mendes promoveram acesso, não só a alimentos, mas também aos produtos de higiene para que fossem atendidas as condições mínimas das famílias para aderir as recomendações sanitárias de prevenção da transmissão da SARS-Cov-2 (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022; CRUZ, 2022).

No CEPAGRO, ocorreu a paralisação de quase todas as atividades presenciais desenvolvidas em escolas, nas comunidades e mesmo na sede da ONG, como as assessorias técnicas aos pequenos agricultores, que deixaram de ser realizadas no período mais crítico da pandemia. Entretanto a ONG conseguiu captar recursos para a compra de alimentos agroecológicos dos pequenos agricultores e de comunidades indígenas da região metropolitana de Florianópolis. Essa ação, chamada de “AÇÃO SOLIDÁRIA COVID 19”, buscou *“fortalecer as Redes de Segurança Alimentar e Nutricional através da aquisição e doação de alimentos agroecológicos, da agricultura familiar e de comunidades indígenas a cozinhas comunitárias parceiras de Florianópolis”* (CEPAGRO, 2020, [n.p.]).

De outubro a dezembro de 2020: foram 4,6 toneladas de alimentos produzidos por 14 famílias de agricultores, 2 cooperativas e 1 aldeia indígena, distribuídos entre 6 cozinhas comunitárias na região de Florianópolis gerando mais de 26 mil refeições. Em 2021 foram mais 19,7 toneladas de alimentos, produzidos por 6 cooperativas do MST, 2 aldeias Guaranis e outras 14 famílias agricultoras, que em 5 cozinhas comunitárias produziram mais de 23 mil refeições para pessoas vulnerabilizadas pelas situações socioeconômicas e sanitárias durante a pandemia. A ação solidária do CEPAGRO promoveu o acesso a alimentos saudáveis criando as condições para mais de 50 mil refeições para as populações vulneradas na Grande Florianópolis (CEPAGRO, 2020; 2021).

Parte dos produtos adquiridos pela ação solidária covid-19 do CEPAGRO foram produzidos pelas famílias de agricultores do Assentamento Amarildo. O modelo de produção do assentamento Amarildo, orientado por valores comunais,

cria formas de se apropriar da natureza que não são exclusivamente direcionadas à obtenção de lucro. Na proposta de agricultura desenvolvida no assentamento a produção comercializada é feita em terras comuns a todas as famílias, através do trabalho coletivo e organizado em reuniões semanais. Mesmo que a produção coletiva do assentamento não comporte a propriedade de lotes individuais, há espaço para que desejos pessoais influenciem no uso da terra, sem se distanciar dos princípios agroecológicos e dos valores e práticas comunistas que os orientam (FERRAZ, 2022).

Além da venda de produtos para iniciativas de compras coletivas como as realizadas pelo CEPAGRO, outras duas formas de escoamento da produção foram desenvolvidas no assentamento Amarildo: as feiras e as entregas de cestas de produtos agroecológicos diretamente aos consumidores. Com as medidas de controle sanitário efetuadas durante a pandemia de covid-19, houve o fechamento das feiras, dificultando assim a venda de uma parte significativa da produção do assentamento. Para Fábio, a feira havia se tornado um importante mecanismo de difusão cultural do modelo agroecológico, onde era possível conversar sobre as formas, objetivos, meios de produção e sentidos políticos da agricultura.

Por outro lado houve um aumento expressivo da demanda por cestas de produtos agroecológicos⁴⁸, entregues diretamente aos consumidores. Esse mecanismo parece ter sido estimulado pelo fechamento das feiras no município e por conseguir incorporar as diretrizes sanitárias de prevenção contra a transmissão do SARS-Cov-2, possibilitando a venda de produtos sem aglomerações de pessoas em feiras ou mercados e sem atravessadores no caminho. Tanto as feiras como as cestas agroecológicas reduzem as distâncias entre os produtores e os consumidores e criam novos circuitos, com um menor número de etapas entre consumo e

⁴⁸ O aumento na venda de cestas de produtos agroecológicos foi importante para manter a renda das famílias e a capacidade produtiva do assentamento Amarildo, especialmente após o fechamento das feiras. O acesso a esse dispositivo comercial ficou restrito as pessoas e famílias que dispõem de uma renda fixa, pois implica o pagamento mensal de valores, diretamente aos agricultores, revertidos no recebimento semanal dos produtos agroecológicos. A crise econômica e a perda de poder de compra das famílias tornaram esse mecanismo inacessível aquelas que dispõem de baixa renda. Dessa forma o mecanismo que permitiu a manutenção da produção no assentamento e de fluxos comerciais mais seguros (sanitariamente) tanto para os agricultores como para os consumidores, pôde ser acessada, quase que exclusivamente por pessoas da classe média, com condições de manter as recomendações de distanciamento físico. A complexidade dessas relações se faz visível através desse mecanismo que, por um lado possibilitou manter a produção do assentamento e direcionar parte dela as populações mais vulneráveis, enquanto protegia ainda mais a classe média com esse mecanismo.

produção, o que conseqüentemente gera menor gasto energético e ainda diminui o risco de contaminações no caminho entre a produção e o consumo dos alimentos.

A proximidade entre agricultores e consumidores encurtou os caminhos percorridos pelos alimentos entre o campo e a cidade e incorporou no processo os valores do trabalho coletivo, da proteção ambiental e da justiça social. Nos períodos de maior risco de contaminação outra função foi agregada as redes curtas de comercialização de alimentos, o da proteção sanitária através da prevenção das contaminações. O mecanismo parece bastante simples: os alimentos produzidos e comercializados diretamente entre agricultores e consumidores, ao não passarem pelos grandes circuitos do capital global, envolvem menos pessoas e geram deslocamentos mais curtos, o que por consequência expõe menos as pessoas que fazem essas cadeias funcionarem ao vírus que se desloca intensa e velozmente pelas cadeias produtivas globalizadas.

A qualidade das trocas realizadas nessas redes foi determinada, antes pelas condições ecológicas, sociais, climáticas e energéticas da produção do que exclusivamente pelas demandas do mercado. Em outras palavras, os produtos agroecológicos que compõe as cestas ou vão para as feiras, são definidos pela capacidade produtiva do sistema agroecológico implantado, que é determinado pelo seu grau de desenvolvimento dentro da ecologia local, pelo clima, pelas condições de trabalho, pela variedade das culturas agrícolas, assim como pelas demandas, locais ou regionais, tanto da sociedade como dos mercados. O que queremos deixar explícito é que quando os mercados e o capital perdem força para direcionar os sentidos e meios da produção outros fatores como a demanda social por alimento, a produção biodiversa, manutenção da fertilidade do solo e forma de comercialização dessa produção se tornam determinantes do sentido que a produção assume.

A agricultura, na perspectiva agroecológica, não fica condicionada apenas pelas demandas dos mercados, que pressionam agricultores a produção de commodities precificadas nas bolsas de valores internacionais e estimulam a produção de uma pequena variedade de cultivares, em largas escalas demandando altos volumes de insumos industriais e químicos. Na produção agroecológica, por outro lado, busca-se potencializar a energia existente no sistema por meio de mecanismos, técnicas e saberes que promovem a diversidade da produção, pela territorialização de conhecimentos agrícolas ancestrais, populares e científicos

que potencializam a pluralidade da vida humana e não humana, a qualidade dos fluxos energéticos e a justiça ambiental entre as populações.

Nesse ponto é preciso fazer algumas considerações sobre as diferenças entre as agriculturas orgânica e agroecológica. Ambas se conectam através de técnicas e saberes que recusam o uso de insumos industriais (adubos químicos e agrotóxicos), dos pacotes tecnológicos e de sementes transgênicas, incorporando qualidade aos alimentos produzidos, a melhoria da fertilidade do solo e uma produção biodiversa. Na agricultura orgânica a melhor qualidade do produto incorpora no alimento um maior valor de mercado fazendo com que seus produtos cheguem com preços maiores para os consumidores.

Os produtos orgânicos são facilmente incorporados às leis do “livre mercado”, sendo acessados apenas por aquelas pessoas que podem pagar a mais por seu valor “orgânico” agregado, o que como vimos, reforça a inequidade no acesso aos alimentos de qualidade. Sob essa bandeira é possível produzir alimentos sem veneno em um território para que seja consumido a milhares de quilômetros de distância, após terem sido distribuídos pelos circuitos globais do capital, sem modificar os sentidos desiguais da acumulação dentro sistema.

Esse processo passa pela retomada do valor de uso das mercadorias, que nada mais é do que a valoração das mercadorias a partir de sua capacidade de incorporar significados e energia aos sistemas socioambientais que atendem as necessidades humanas de reprodução da vida. Isso implica a regulação dos preços nos mercados pela sociedade e não pela lei da oferta e da procura, reguladas pelos centros de acumulação capitalistas. Para tanto entendemos ser necessário que a sociedade defina quais são suas necessidades e aponte quais mercadorias devem ser de acesso universal, quais são supérfluas e quais devem ser banidas da produção. A partir disso é possível definir as formas de produção subsidiadas pelo Estado e os produtos que devem ser distribuídos entre a população de forma gratuita. (LÖWI, 2014).

O modelo de agricultura desenvolvido por meio da agroecologia, operados pelo CEPAGRO e pelas famílias do assentamento Amarildo, mostraram que existem diferentes maneiras de valorar os alimentos, o território e os povos, articulando diferentes culturas como parte de redes de trocas que possibilitam acesso de comunidades periféricas urbanas a alimentos de qualidade, retirando-os das grandes redes de trocas do capital global. Na outra ponta dessa relação, a cultura,

os valores e os saberes populares desenvolvidos pelos projetos Reciclação e Revolução dos Baldinhos foram fundamentais para um acesso justo e coordenado à essa produção dentro dos sistemas e redes comunitários de ajuda mútua desenvolvidos nas comunidades.

9.3 CONTRA A FOME, CULTURA E MOCOTÓ: ENSAIOS DE MUNDO NAS MARGENS DO CAPITAL

A cultura é modo como os povos constroem historicamente diferentes maneiras de apropriação do território. A cultura liga pessoas e ambiente por meio de saberes e conhecimentos que modificam a natureza externa ao passo que transformam a natureza interna dos povos humanos. É na relação entre cultura e natureza (ou entre natureza interna e natureza externa) que são atribuídos aos elementos do território valores e sentidos, passando a gozar de propriedades elaboradas nas relações dialéticas entre os povos humanos e seus ambientes de vida.

As culturas são assim as formas como os diferentes grupos humanos atribuem valor aos elementos do território pela necessária interpenetração entre natureza interna e natureza externa da humanidade fazendo com que diferentes povos desenvolvessem conhecimentos e valores sobre as propriedades da natureza existentes nos ambientes que habitam. Desse modo podemos dizer que não existem formas de ocupação do território que não incluam saberes sobre esse território que modificam a natureza externa tanto quanto a natureza humana interna em relações dialéticas nas quais uma influência a materialização, ampliação e desenvolvimento da outra de forma mútua e constante.

Na Revolução dos Baldinhos, existe o entendimento que o trabalho com compostagem vem de um saber ancestral dos camponeses e busca ressignificar essa prática pela separação e processamento dos resíduos orgânicos gerados no território. Segundo o relato de Cíntia, muitos moradores da comunidade são migrantes camponeses que ao chegarem na cidade passaram a perceber a compostagem como uma prática do campo, desatualizada e antiga. Através do reconhecimento do projeto a compostagem atualiza esses saberes em práticas que mostram sua contemporaneidade, atualizando valores importantes para a comunidade e para sua relação com o território no presente e no futuro. A produção

de composto organiza o resíduo orgânico gerado no ambiente, otimiza as trocas energéticas criando relações coletivas que promovem o fluxo energético e de nutrientes para o pátio de compostagem da Revolução dos Baldinhos. Retirando esse resíduo dos espaços onde seu acúmulo pode produzir doenças, como as ruas, terrenos baldios e praças.

A prática da compostagem na comunidade Chico Mendes é trabalhada a partir da realidade social da comunidade e além de ser uma prática ambiental, é social e cultural e assim não há como trabalhar o resíduo sem trabalhar com os sujeitos que geram o resíduo e com sua realidade. *“Não adianta a gente falar da questão do resíduo e não sensibilizar, politizar essas pessoas para mudar sua realidade”* (CRUZ, 2022, [n.p.]).

As práticas de compostagem foram deslocando e ampliando os saberes desenvolvidos pelo projeto, criando conexões com diferentes elementos sociais e percebendo as relações de poder que os caracterizam. A cozinha mãe surge dessa compreensão ampliada que se deu entre a alimentação, o consumo e os resíduos gerados nesses processos, mostrando como são atravessados por forças que disputam, não só os territórios, mas a subjetividade das pessoas. *“A população quer o melhor e o melhor que é colocado pela indústria são os seus produtos.”* (CRUZ, 2022, [n.p.]).

O trabalho com o composto e o desenvolvimento da cozinha mãe, criaram elementos e dispositivos culturais que sustentam valores e produzem olhares sobre a comunidade que buscam seu fortalecimento desde dentro. Nesse sentido fica explícito o entendimento de que existe uma disputa política com os dispositivos que tensionam o monopólio da cultura hegemônica e do uso do território de modo a fazer Cíntia afirmar que: *“Politizar a comunidade é o nosso principal foco”* (CRUZ, 2022, [n.p.]).

Além da Cozinha Mãe, a Revolução dos Baldinhos desenvolveu o projeto Fome de Cultura por entender a posição estratégica que a cultura tem na disputa das formas de uso e de controle do território. *“Não adianta falar de compostagem e não trabalhar o ser, politizar”* (CRUZ, 2022, [n.p.]).

Para Cinthia, é preciso compreender a compostagem dentro do território e com olhar da periferia, pois a compostagem vem sendo desenvolvida de maneiras diferentes nos espaços periféricos e no centro do sistema. Nesse último os efeitos e mecanismos de controle e regulação são mais fortemente mediados por relações e

valores econômicos e são as multas que funcionam como mecanismo de coerção para ações “sustentáveis”. Por outro lado, nas periferias a cultura politizada é a principal ferramenta de convencimento para desenvolver práticas que impulsionem o sociometabolismo comunitário e qualifiquem a vida desses territórios.

Nesse sentido, com o projeto Fome de Cultura as expressões culturais da comunidade que geram outros usos do território, de seus espaços, dos mecanismos sociais e elementos naturais inseridos nele, são valorizadas e desenvolvidas, articulando a arte aos conhecimentos sobre diferentes maneiras de aproveitar os alimentos e formas de se alimentar.

O objetivo do projeto é incentivar o uso dos mecanismos sociais da comunidade reconhecendo o valor desses espaços para vida na comunidade e do poder que eles têm para produzir subjetividade por meio da cultura popular. *“Por isso o governo está atacando a cultura, pois ela é uma ferramenta potente de politização. É uma forma de passar a mensagem, de fortalecer (a comunidade), de abrir a mente”* (CRUZ, 2022, [n.p.]).

A politização da cultura fortalece os vínculos sociais na comunidade e pode ser potencializada pelo resgate da cultura ancestral negra, que oferece elementos para construções coletivas e ao reconhecer a dor do outro e permitem um andar junto. *“Se a gente entender que a gente consegue evoluir dentro desse espaço (comunitário) a gente consegue evoluir em qualquer outro”* (CRUZ, 2022, [n.p.]).

No morro do Mocotó, a ancestralidade e a cultura negras são as raízes que fixaram o projeto de dança Mittos e fizeram brotar dele outro projeto, o Reciclação. Este surgiu como uma forma de ampliar a atuação do Mittos através da percepção da necessidade de expandir as fronteiras culturais da dança, da música e da história africana para as formas tradicionais de comer e de plantar desenvolvidas por africanos e seus descendentes.

Para Wagner, um dos coordenadores do Reciclação, o projeto tem como um de seus objetivos retomar os saberes dos seus antepassados no território através dos conhecimentos de (agr)iculturais quilombolas, e da cultura e ética alimentar dos povos Africanos e seus descendentes, recolocando a alimentação como elemento central da sociabilidade comunitária enraizada em valores comuns. *“A comunidade tinha essa característica de família e de alimentação coletiva e de uma corrente do bem”* (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022, [n.p.]).

A fala de Wagner, remete ao que Cíntia coloca sobre a produção de uma cultura massificada pelo consumo como forma única de sucesso social, que desfaz vínculos comunitários através da individualização pelo consumo. A ideia de *corrente do bem* expressa uma territorialidade coletiva que atravessa a comunidade e desde sua fundação alimenta os corpos e a cultura do morro do Mocotó. Esse dispositivo de luta contra a opressão do povo negro resistiu a cultura escravista, atualizada hoje como segregação espacial que pauperiza pessoas pretas e seus territórios, espacializando uma forma de racismo geográfico que faz parte do racismo estrutural.

A comunidade do morro do Mocotó não foi beneficiada pelo progresso e desenvolvimento do centro da cidade e nesse espaço periférico construiu sua identidade ao redor do caldo de osso feito por africanos e africanas nas senzalas para alimentar os corpos que resistiam aos desmandos dos escravismos. No caldo elementos culturais africanos se tornaram saberes e sabores que mostram os valores ancestrais que fizeram do mocotó um prato que encarna a resistência negra na diáspora afro-brasileira.

O mocotó é um prato que não tem apenas a função de alimento, mas agrega em si valores de partilha e de alimentação coletiva, pois o mocotó é feito em um longo processo de cozimento dos ossos de animais, o que libera no caldo nutrientes e vitaminas importantes para a manutenção da saúde. Por sua alta concentração calórica e de gorduras o mocotó guarda em si características de alimento tanto quanto de remédio, pois seu consumo regular pode levar a complicações do estado de saúde dos corpos. Porém em seu uso eventual assume um papel curativo pela presença de colágeno, cálcio, magnésio, ferro, zinco, fósforo e potássio tendo importante efeito nas funções de sistemas enzimáticos, hormonais e de neurotransmissores, nos receptores celulares, na coagulação sanguínea, no equilíbrio ácido básico e nos transportes intracelulares, no relaxamento do tecido muscular, na inibição da agregação plaquetária, regula o ritmo cardíaco e na permeabilidade vascular, além do fortalecimento de ossos, dentes, tendões e articulações (CARVALHO, 2000; HSU *et al.*, 2017).

O consumo do mocotó é feito em festas e celebrações, sendo compartilhado na comunidade em espaços onde a cultura ancestral compõe as celebrações onde a festa, a ajuda mútua, a cura, a resistência são atualizadas nesses elementos que hoje recolocam práticas coletivas como resistência aos processos de exclusão que

incidem sobre os moradores da comunidade, fazendo uma atualização das lutas que, remetendo ao passado, buscam um futuro melhor para os jovens e crianças da comunidade (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022).

Assim como a Revolução dos Baldinhos na comunidade Chico Mendes, o projeto Mittos/ Reciclação é uma importante referência para alimentação da comunidade do morro do Mocotó. Esse reconhecimento foi construído pela história de uma ética alimentar coletiva, desenvolvida por práticas sociais que agregaram elementos culturais, biológicos, políticos e históricos as redes de apoio e ajuda mútua, e criaram um caldo que ajudou a territorializar a resistência presente nos projetos Mittos/ Reciclação.

Por isso a gente passa essa questão da cultura... A comunidade era muito essa questão família. Era tudo uma corrente. Se eu tenho uma coisa em casa eu te ajudo, se eu não tenho, tu me ajudas. Ninguém passava fome na comunidade, porque tinha essa corrente do bem, os filhos eram de todo mundo. Ainda hoje tem essa cultura, no natal, na sexta-feira santa, no ano novo tem a tradição de passar na casa de todo mundo para comer (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022, [n.p.]).

O compromisso com a alimentação e os valores de ajuda mútua, dos moradores do morro do Mocotó se fizeram presentes no enfrentamento a pandemia. O Mittos/ Reciclação paralisou suas atividades regulares para mapear as condições de alimentação das famílias, captar recursos e distribuí-los da maneira mais justa entre as famílias da comunidade. Três equipes mapearam as diferentes partes da comunidade em uma parceria entre diferentes projetos que atuam na comunidade, conforme conta Giovani, um dos coordenadores do projeto:

Foi emocionante a atitude de todos os projetos poderem se unir por uma causa nobre, a covid tava pegando firme mesmo, mas a necessidade do povo naquele momento era a alimentação...Essa união foi que fez o 'carro' andar (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022, [n.p.]).

Cada um dos projetos ficou encarregado de arrecadar parte das doações da ação solidária, conseguindo uma série de recursos necessários a vida nos períodos de maior circulação do vírus. Além dos alimentos, produtos de limpeza e higiene também foram distribuídos nas ações. Foram realizadas 3 grandes ações nos períodos mais tensos da pandemia, sendo que o sentido solidário se manteve vivo mesmo quando essas não estavam sendo realizadas. Sempre que chegavam novas doações de cestas básicas as famílias com as maiores necessidades naquele

momento eram “garimpadas” a partir dos mapeamentos realizados pela união dos projetos, fazendo com as cestas chegassem de forma rápida aquelas famílias mais necessitadas ” (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022).

Os valores solidários, da ajuda mútua e de justiça social foram reforçados pela necessidade extrema, especialmente na ausência de mecanismos sociais de proteção do Estado. *“A turma se uniu como sempre, acho que veio a questão dos antepassados, mas o estado virou as costas para nós, como sempre faz....teve muita solidariedade na comunidade e nenhuma do Estado”* (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022, [n.p.]).

Na revolução dos baldinhos a comunidade é entendida como um organismo vivo aberto ao caos. A partir dessa imagem entendemos que esse organismo é dependente da sua organização interna e que a qualidade das trocas que mantém o seu funcionamento é definida por práticas culturais e pelos valores adjacentes a essas práticas. Há sempre a necessidade de que elementos externos ao organismo sejam interiorizados para que ele funcione, de modo que a qualidade das trocas entre os metabolismos sociais internos e externos influenciam as condições da comunidade para enfrentar os grandes problemas que emergem na atualidade, como a pandemia de covid-19, a fome e a violência.

A cultura foi determinante para qualidade dessas trocas metabólicas e sociais entre os diferentes territórios estudados. Foi a qualidade das trocas com (agri)culturas biodiversas que promoveram a qualidade dos alimentos que chegaram nas comunidades periféricas. A ação solidária realizada pelo CEPAGRO foi um importante articulador dessa rede, possibilitando que alimentos produzidos em territórios agroecológicos, como do assentamento Amarildo (mas não só), chegassem nas cozinhas comunitárias e projetos sociais nas periferias do sistema. Essa ação foi possível por meio de investimentos que, em alguma etapa do processo, retiraram dos alimentos seu atributo de mercadoria. Esse deslocamento de sentido não é trivial, pois as “doações” desses alimentos permitiram aos metabolismos internos das comunidades qualificar seus fluxos biológicos, culturais e sociais, produzindo melhores condições de enfrentamento a crise sanitária dentro desses territórios.

Nas comunidades Chico Mendes e do morro do Mocotó foram os dispositivos sociais que potencializaram fluxos metabólicos dentro desses organismos através de sujeitos com profundos conhecimentos sobre o território, desenvolvidos ao longo do

tempo em suas atuações políticas. O saber sobre o território possibilitou o justo acesso ao metabolismo social raleado durante a pandemia, que inverteram as lógicas da competição, da meritocracia e do individualismo e criaram mecanismos pautados pela solidariedade, a justiça social, a ajuda mútua e o bem comum.

A fome e a insegurança alimentar não foram efeitos da simples ausência de alimentos, mas de toda uma cadeia de monoculturas que impregnam as práticas agrícolas na produção e as práticas de consumo com valores individualistas, competitivos e meritocráticos do capital. A fome nunca é só de alimentos, mas é fome de cultura. Nos espaços de produção a diversidade das (agri)culturas desenvolvidas sob princípios agroecológicos foram fundamentais para o acesso a alimentos de qualidade nas comunidades periféricas. Nas comunidades periféricas os valores da solidariedade e da justiça social criaram dispositivos que permitiram a seus moradores acesso a elementos que lhes foram negados pelas vias da competição das sociedades de mercado.

As estratégias, os valores e os saberes desenvolvidos nos projetos estudados não foram suficientes para anular os efeitos, que foram ampliados pela emergência da covid-19, das múltiplas crises que ocorreram concomitantemente. Entretanto eles são *ensaios de mundo* que permitiram imaginar respostas aos problemas globais a partir das culturas, valores e saberes locais. As estratégias foram diversas em suas formas, e assim fabricaram diferentes saberes. Há, porém, nessa diversidade, valores comuns, que abalam as monoculturas da sociedade colonial, capitalista e moderna de ponta a ponta, mostrando que não existe um único caminho a seguir para superarmos as crises, mas que precisamos modificar a rota escolhida pela sociedade ocidental como direção única da humanidade.

9.4 NECROPOLÍTICAS DE ESTADO: O DESEQUILÍBRIO ENTRE PROTEÇÕES SOCIAIS E VIOLÊNCIA ESTATAL

A crise econômica, instalada antes mesmo da chegada da crise sanitária, foi potencializada por esta, aumentando a massa de trabalhadores desempregados, subempregados e precarizados forçados a trabalhar às margens dos circuitos do capital, para sustentar as condições de vida no centro do sistema. Nesses territórios periféricos os mecanismos de controle e espoliação econômicos, culturais e

ambientais são sustentados por formas de domínio que se impõe por meio da violência sobre os corpos que os habitam.

O conceito de necropolítica, desenvolvido pelo filósofo Achille Mbembe (2013) nos ajuda a perceber os elementos que transformam os corpos das populações negras, indígenas, quilombolas, de mulheres, e da população LBTQIA+ em receptores de múltiplas formas de violência socialmente aceitas. O conceito de necropolítica mostra como os dispositivos biopolíticos, que submetem a vida da população à lógica da razão como verdade do sujeito (FOUCAULT, 1984a), especialmente nos territórios coloniais e pós-coloniais, são embasados em escolhas anteriores sobre quais corpos podem viver e quais devem morrer.

Os dispositivos das necropolíticas promovem a guerra e o terror como elementos de controle das populações e manutenção da soberania do território, exercendo a violência sob o pressuposto de proteção de uma civilidade compreendida como universal pela cultura ocidental (MBEMBE, 2018). A oposição entre uma civilidade ordeira e uma natureza selvagem e caótica, autoriza o uso constante da violência com base na seleção biológica de corpos operadas pelos dispositivos do racismo, do machismo e aporofobia. É sobre os corpos dos povos originários nativos e sobre os corpos negros, assim como sobre os corpos das mulheres, da população LBTQIA + e dos pobres que incidem a guerra e o terror.

A pandemia de covid-19 mostrou que as biopolíticas fazem a seleção de corpos que podem morrer para manutenção da 'civilidade' e especialmente da economia. A austeridade que causou a redução dos investimentos em políticas sociais, em um momento que parte expressiva da população passou a depender mais fortemente delas, reduziu mecanismos promotores de equidade social deixando essas populações expostas ao vírus e desprotegidas pelo Estado.

A precarização da vida no plano econômico se deu, em parte, pela retração das intervenções do estado na economia que levaram a um controle mais amplo dos mercados sobre a economia nacional levando ao aumento dos preços dos alimentos, a desvalorização do salário mínimo, os altos níveis de desemprego, assim como o encolhimento das políticas públicas, mostrando uma face perversa das necropolíticas que levaram as populações periféricas, negras e indígenas os efeitos mais mortais da pandemia de covid-19.

A atuação dos movimentos e projetos agroecológicos foi ainda mais importante nesse contexto pois ocupou, em certos territórios, o lugar de cuidado que

o Estado, sob o governo de extrema direita, se negou a assumir. É esse o relato que Cíntia traz quando conta uma situação em que a secretaria de assistência social de Florianópolis encaminhou para o projeto Revolução dos Baldinhos famílias em situação de vulnerabilidade que a instituição pública não conseguiu acolher (CRUZ, 2022). Isso nos mostra a distância que o Estado esteve de seu papel de protetor do tecido social, especialmente dos mais vulneráveis, delegando para a sociedade civil o cuidado de sua própria saúde. Não queremos dizer com isso que não existem responsabilidades individuais a serem tomadas, porém a precariedade e o abandono das políticas sociais colocaram as populações mais exploradas e vulnerabilizadas sob uma pressão ainda maior, retirando delas recursos importantes para sua sobrevivência, como a alimentação escolar, o trabalho territorial da atenção básica e de agentes comunitárias de saúde, o acesso à informação e educação, entre outros. Essa ativa inação caracteriza uma forma perversa de necropolítica que esteve presente tanto em falas do presidente e seus ministros, como nos ataques aos mecanismos de contenção coletiva do vírus (fechamento de comércio, proibição de aglomerações, uso de máscaras e até mesmo vacinação). Em todas as entrevistas realizadas para essa pesquisa a ausência de mecanismos de proteção estatal nos territórios foi relatada, tanto pela redução de políticas públicas como dos investimentos em projetos da sociedade civil.

Certos mecanismos estatais foram reforçados nos territórios. As forças policiais e de repressão continuaram atuando da mesma forma nos espaços periféricos das cidades. Os dispositivos de segurança seguiram alimentando a máquina de guerra aos pobres, operada como guerra às drogas, que funciona transformando territórios em espaços sem leis e os corpos que os habitam em sujeitos suspeitos e potencialmente violentos, promovendo situações em que os direitos daqueles habitantes são suspensos e suas mortes são justificadas pela suposta segurança dos territórios centrais. Fábio fala que os excessos gerados pela ação das forças policiais nas periferias das cidades foram os únicos motivos que mobilizaram manifestações coletivas durante o período pandêmico (FERRAZ, 2022).

Para Cíntia o investimento do Estado na comunidade Chico Mendes é a polícia. Para ela essa é uma questão que deve ser abordada em todos os estudos que olham para as comunidades de periferia, pela força com que esse sistema tem de engajar os sujeitos em ciclos de exclusão e violência: *“Obvio que quem passa*

pelelo sistema (presidio) vai voltar com um veneno, com uma indignação a mais, tudo isso é de fato feito para não funcionar” (CRUZ, 2022, [n.p.]).

No Morro do Mocotó, ao atuar em parceria com o projeto Mittos/ Reciclação, desde o primeiro contato com o projeto, a presença intimidadora da polícia se fez presente. Naquele território ela é a presença estatal mais marcante e que mais interfere na dinâmica social da comunidade. Nos 4 anos de parceria com o projeto as situações de violência policial além de testemunhadas foram se acumulando e diversificando. As ações policiais na comunidade geram medo e insegurança aos seus moradores pois transformam o território em espaço de guerra, onde as mortes são justificadas pelo imaginário que liga a guerra às drogas ao morro e criminaliza toda uma comunidade.

Além das mortes delegadas à guerra as drogas e as constantes ações policiais no morro, em 2022 foram muitos os casos de moradores em que acusaram policiais de entrar em residências de moradores, sem qualquer mandato ou justificativa, para realizar abordagens de revista em moradores da comunidade. Os protestos organizados em decorrência dessas situações levaram à realização de audiências públicas com as instituições responsáveis pela segurança pública. Fato significativo, foi a ausência de representantes da polícia militar nestes espaços mostrando que não há perspectivas para uma escuta comunitária por parte da instituição.

Mesmo durante a crise sanitária as ações da polícia não diminuíram de intensidade no Morro do Mocotó. Ao contrário houve um aumento das ações e da letalidade dessas ações no período mostrando que as instituições de segurança pública mantiveram a forma historicamente racializada de suas ações e operações na ‘guerra as drogas’, sem se inserir de fato nos esforços para responder a crise sanitária, como afirma a rede de observatórios da segurança do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), *“Pelo contrário, o cenário dramático da pandemia impôs, particularmente às pessoas não-brancas e pobres, os desafios de se proteger do vírus respiratório e da violência policial”* (REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA, 2022. p. 6).

Esses fatos relatados, percebidos e pesquisados mostram a tendência conservadora das forças policiais que tem apenas 4% de suas ações e operações direcionadas a apreensão de armas (REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA, 2022. p. 6), mesmo que 76% das mortes violentas no país sejam

realizadas com esse tipo de armamento (BUENO; LIMA, 2022). Com dados de 5 estados a Rede de Observatórios da Segurança contabilizou 1.989 mortes, entre 2020 e 2022, em ações de patrulhamento. A maior parte das operações se dão em territórios periféricos e de forma racializada, tendo como alvo principal jovens negros do sexo masculino (REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA, 2022; BUENO; LIMA, 2022). Se os números de mortes impressionam o dado é ainda mais preocupante ao entendermos que:

“Quando a polícia chega a matar uma pessoa numa operação, significa que muito mais gente foi ferida, xingada, humilhada ou desrespeitada. Muito mais gente foi incomodada por abordagens policiais desnecessárias e inúteis em termos de efeito de segurança, mas efetivas para a polícia reiterar cotidianamente seu poder de intimidação sobre a juventude negra que anda pelas ruas” (REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA, 2022, p.10).

As ações policiais ao serem realizadas quase que exclusivamente em comunidades com populações predominantemente negras reforçam o racismo que atribui as pessoas pretas, especialmente os homens negros, um estatuto de periculosidade, o que “justifica” a violência contra essas populações. As ações vão além das mortes registradas e também comportam os abusos de poder e autoridade, o medo de represálias e até mesmo o fechamento de serviços públicos e mecanismos comunitários importantes para vida nos territórios, como escolas, creches, postos de saúde, projetos sociais, restaurantes comunitários, entre outros. O fechamento desses dispositivos em decorrência das ações policiais muitas vezes fica invisibilizado pela brutalidade que decorre das intervenções, especialmente as que geram letalidade e ganham visibilidade pela mídia.

Há um campo de estudos a ser explorado pelas ciências sociais e da saúde que pode mostrar como o encolhimento da proteção social do Estado e a ampliação da repressão policial nas periferias urbanas e sobre as populações negras das cidades brasileiras, caracterizaram um projeto necropolítico colocado em movimento pela elite econômica e pelas forças políticas da extrema direita que ocuparam o governo durante a pandemia.

9.5 TERRITÓRIOS EXISTENCIAIS: ENSAIANDO OUTRAS SUBJETIVIDADES POSSÍVEIS

No livro 'As três ecologias' Félix Guatarri (2001), discorre sobre as interconexões dos processos materiais e subjetivos que constroem os territórios existenciais, afirmando que nas sociedades de mercado há uma subjetividade capitalística que é desenvolvida por meio de uma imensa produção de bens materiais e imateriais que criam, no campo da existência psíquica, vazios de subjetividade que prejudicam a criação de territórios existências, individuais ou coletivos, pela degradação dos mecanismos tradicionais de regulação social, assim como pela amplificação da narrativa que associa a produção de recursos técnicos-científicos ao desenvolvimento e progresso. Esse conservadorismo subjetivo promove contrações existenciais ao deslocar o foco de poder das estruturas produtivas, de bens e serviços, para a produção de signos, sentidos e subjetividades, através do controle dos mecanismos de comunicação de massa, como a mídia e mais recentemente as redes sociais (GUATTARI, 2001).

Desse modo, a subjetividade capitalística coloca todas as outras formas de valorização desenvolvidas pelos povos humanos, sob o mesmo sistema de valores, que atua produzindo características de equivalência universais, alienando formas tradicionais de existência à hegemonia da determinação capitalística, estabelecida pelos valores do tempo de trabalho abstrato e da obtenção de lucro (GUATTARI, 2001).

Esses mecanismos são percebidos dentro dos territórios onde as subjetividades capitalísticas trabalham para reforçar sua hegemonia através do consumo: Cíntia entende que existem elementos que conectam o consumo ao reconhecimento social e que ocultam a dor e o sofrimento que geram na vida das populações periféricas desse sistema:

Por que não tem noção e consciência do que tá consumindo.....por que eles querem consumir, a questão da comunidade tu é o que tem. Então se tu come bem tu é o top. O que eles vão ver na televisão eles querem consumir. Ali (na televisão) agente se conecta com várias coisas que nos trouxeram a essa realidade que a gente vive hoje. Por que a gente consome a dor do outro? Por que o mecanismo do sistema é total de dor e de escravidão (CRUZ, 2022, [n.p.]).

Wagner mostra uma percepção semelhante quando diz que:

Hoje a gente tem muitas crenças enraizadas que levam para o lado ruim. O sistema faz os pobres não conseguirem pensar em coisas boas, pensa em coisa boa muito rápido....Escravidão tá pra todo mundo, pra todos os pobres, levando chicotada mas é na mente. Ta todo mundo com depressão, tá todo mundo doente (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022, [n.p.]).

Wagner e Giovani entendem que estão constantemente disputando valores com o sistema e que uma das arenas onde essa disputa ocorre hoje são as redes sociais que, povoadas pelos valores capitalísticos, tornam os hábitos alimentares modernos e consumo de produtos ultraprocessados fatores de reconhecimento social do sucesso. Ao subjugar o reconhecimento social ao consumo de certos alimentos, a comida se torna elemento de validação no capitalismo.

Os alimentos passam a ser desejados, não pelos seus valores nutricionais, pelas suas características culturais ou pelos valores que agregam a sociedade, mas por acoplarem essas subjetividades de consumo aos desejos produzidos nas campanhas midiáticas das grandes corporações alimentares transacionais. Resistindo a esses processos, na cozinha mãe da comunidade Chico Mendes o projeto fome de cultura busca:

Politizar através da cultura. A cozinha (mãe) surgiu com essa proposta de capacitar micro empreendedores comunitários e os próprios moradores, para aproveitar ao máximo a matéria orgânica antes do descarte, isso a gente falando das cascas, das PANCs, da biomassa. Agente traz proposta para os moradores para eles entenderem que tem outras formas de ver o alimento, através da educação do gosto. Por que a gente acaba comendo com o olhos. E a galera da comunidade trabalha só pra comer e ainda não come bem (CRUZ, 2022, [n.p.]).

O projeto fome de cultura, realizado na cozinha mãe da comunidade Chico Mendes, promoveu oficinas de educação do gosto, de cozinha com plantas alimentícias não convencionais (PANC) e de utilização efetiva de todas as partes comestíveis dos alimentos, criou linhas de fuga da planificação alimentar, potencializando novos domínios existenciais. A essas criações, que subvertem a ordem do “normal”, Guatarri (2001) chama de processos de “*se por à ser*”, que ao romper com os *encaixes totalizantes* da subjetividade capitalística, passam a trabalhar por conta própria buscando construir outras configurações de existência.

De forma semelhante, o projeto Mittos/Reciclação resiste a digitalização e individualização da vida que dispersa os valores coletivos através do que Wagner chama de “corrente do bem”. Nessa corrente os apoiadores que sustentam o projeto

se tornam amigos e implicados com o projeto além dos valores materiais que possam ofertar. Os apoiadores/ amigos do projeto, tanto dentro como fora da comunidade, são valorados a partir do fortalecimento das relações interpessoais desenvolvidas (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022). Esse modelo remete as redes de ajuda mútua sustentada por relações familiares, de amizades e de compadrio que foram desenvolvidas fora da institucionalidade, possibilitando a sobrevivência e a resistência aos desmandos e violências da escravidão, do racismo e da precarização da vida impostas historicamente a africanos, africanas e seus descendentes (SANTOS, 2009; WAGNER, 2002).

O que é colocado como questão são as modalidades do *ser em grupo* que, para Guattari (2001), relacionam-se não apenas as formas de comunicação mas as transformações existenciais que se referem a essência da subjetividade. “*O inconsciente permanece agarrado em fixações arcaicas apenas enquanto nenhum engajamento o faz projetar-se para o futuro*” (GUATTARI, 2001, p. 9). A ideia de futuro se apresenta como um devir que recolhe das experiências passadas os saberes que possibilitam pensar e realizar outros futuros: em que “*os diversos níveis de prática não só não têm de ser homogeneizados, ajustados uns aos outros sob uma tutela transcendente, mas, ao contrário, convém engajá-los em processos de heterogênesse*” e nesse sentido é preciso “*deixar que se desenvolvam as culturas particulares inventando-se, ao mesmo tempo, outros contatos de cidadania*” (GUATTARI, 2001, p.18).

No assentamento Amarildo foram as práticas coletivas de trabalho e uso comunal da terra que caracterizaram os processos de territorialização. As reuniões semanais realizadas para debater e decidir de forma coletiva os rumos, técnicas e elementos que serão usadas e desenvolvidos no assentamento criaram uma dinâmica coletiva de tomada de decisões que transformou a configuração do trabalho no assentamento, fazendo com que as soluções para os problemas da produção fossem discutidas e pactuadas coletivamente nas reuniões.

No assentamento Amarildo, o período de maior restrição de mobilidade da pandemia foi também o período em que os mecanismos e saberes da produção agroecológica foram melhorados no assentamento. Para que isso ocorresse, foi fundamental o aumento do número de cestas vendidas no período e as compras feitas pela ação solidária do CEPAGRO, que possibilitaram a manutenção do escoamento da sua produção e da renda dos agricultores (FERRAZ, 2022).

Gostaríamos de retomar aqui a ideia de *corrente do bem*, expressão colocada diversas vezes na entrevista com Wagner e Giovani, pois ela possibilita perceber certos aspectos de uma territorialidade que é criticamente acolhedora e promove diferentes relações dentro e fora da comunidade. Os elos dessa corrente, são construídos, por um lado, com as relações pessoais de sujeitos de fora da comunidade com o projeto ou com membros da comunidade ligados a ele. São relações de amizade atravessadas por projetos de sociedade, mais ou menos explícitos, mas sempre presentes.

A amizade se torna uma ferramenta de acolhimento e criação de compromisso, ao mesmo tempo que opera uma seleção das parcerias firmadas, especialmente aquelas que chegam de outros territórios, como os da política institucional, universidades, ONG e das políticas públicas do Estado. O que nos mobiliza aqui é perceber que os vínculos, mais precisamente aqueles construídos com sujeitos de fora da comunidade, são estabelecidos através de relações interpessoais entre sujeitos, que se estreitam com a vivência, participação nos mutirões e em atividades regulares realizadas pelo projeto.

Nesse processo, há uma compreensão de quem são os atores e a quais projetos e interesses estão ligados aos recursos ofertados por esses sujeitos externos. Através desse mecanismo, visões de mundo que não convergem com objetivos do projeto são “naturalmente” ejetadas, ou mesmo explicitamente negadas. A escala dessa seleção, entretanto, não é definida pelo volume do recurso mas pela construção de uma rede comum, como afirma Wagner:

Não temos parceiras na questão política, nem na questão do Estado, temos amigos, parceiros que são apoiadores.....Tanto quem dá pouco como quem dá muito ao projeto tem o mesmo valor, o de criar amizades.... O valor do apoio tá na corrente do bem que ela cria (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022, [n.p.]).

A corrente do bem seleciona através de uma vinculação pessoal os atores de fora e expressa uma cultura de ajuda mútua que se volta para dentro da comunidade do morro do Mocotó. Como fica explícito na fala de Wagner:

Por isso a gente passa essa questão da cultura.... A comunidade era muito essa questão família. Era tudo uma corrente. Tens uma coisa em casa tu me ajuda se eu tenho, eu te ajudo. Ninguém passava fome na comunidade, por que tinha essa corrente do bem, os filhos eram de todo mundo...Ainda hoje tem essa cultura, no natal, na sexta-feira santa, no ano novo tem a tradição de passar na casa de todo mundo para comer.....A comunidade

tinha essa característica de família e de alimentação coletiva- corrente do bem (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022, [n.p.]).

A construção dessas “*correntes do bem*” atualiza valores comunais de ajuda mútua e solidariedade, possibilitando aos projetos acessar recursos de diversos elos dessa corrente e socializá-los dentro da comunidade com justiça e equidade interna. Por outro lado, há um ceticismo com atores sociais institucionais do estado, das instituições políticas, de ONGs, de pesquisadores e universidades que historicamente usam os espaços comunitários como meios para alcançarem seus objetivos institucionais, econômicos, políticos ou de pesquisa, sem incluir os desejos, a história e os sujeitos que vivem no território. As relações interpessoais funcionam como um “filtro” que seleciona aqueles projetos que se alinham aos desejos e interesses de pessoas concretas da comunidade. Essas relações implicam a presença, o estar junto no território e um compartilhar da existência.

As territorialidades gestadas nos projetos Revolução dos Baldinhos e Mittos/ Reciclação, possuem em comum, além da tendência a ajuda mútua e solidariedade, posturas céticas com relação aos mecanismos do estado que atuam dentro de suas comunidades. Essa percepção foi reforçada pela atuação do estado e dos agentes públicos no enfrentamento a pandemia.

9.6 ESTADO E PANDEMIA: PERCEPÇÕES AGROECOLÓGICAS E SABEDORIA POPULAR

Nessa pandemia até quem teve dinheiro morreu, não teve dinheiro que comprou a saúde e a vida deles. Agente é total irracional, faz tudo de forma irracional, consumo de forma irracional. Sendo que só existe uma casa (CRUZ, 2022, [n.p.]).

A covid-19 ganhou visibilidade mundial ao colocar os países e populações do centro do sistema capitalista, colonial, moderno em estado de alerta, mostrando a fragilidade de seus sistemas de saúde frente a ameaça pandêmica. A grande repercussão mundial se deu após o vírus rapidamente se disseminar em países da Europa e no Estados Unidos da América, dando a ver a fragilidade dos mecanismos de proteção social e de saúde dos países mais ricos do mundo.

No Brasil a pandemia chegou em um período de retração dos mecanismos de proteção social do Estado que estava em curso desde 2016 com a aprovação da

emenda constitucional que colocou um limite para os investimentos em políticas públicas, sociais e de redistribuição de renda. A ideologia neoliberal do governo golpista de Michel Temer foi reforçada pelo ultraliberalismo bolsonarista, capitaneado na economia pelo ministro Paulo Guedes, levando a um desmonte das políticas estatais de proteção social.

A covid-19 ganhou visibilidade mundial ao colocar os países e populações do centro do sistema capitalista, colonial, moderno em estado de alerta, mostrando a fragilidade de seus sistemas de saúde frente a ameaça pandêmica. A grande repercussão mundial se deu após o vírus rapidamente se disseminar em países da Europa e no Estados Unidos da América, dando a ver a fragilidade dos mecanismos de proteção social e de saúde dos países mais ricos do mundo. No Brasil a pandemia chegou em um período de retração dos mecanismos de proteção social do Estado que estava em curso desde 2016 com a aprovação da emenda constitucional que colocou um limite para os investimentos em políticas públicas, sociais e de redistribuição de renda. A ideologia neoliberal do governo golpista de Michel Temer foi reforçada pelo ultraliberalismo bolsonarista, capitaneado na economia pelo ministro Paulo Guedes, levando a um desmonte das políticas estatais de proteção social.

No plano econômico a ausência de aumento real do salário-mínimo, as altas taxas inflacionárias, a paridade de preços dos combustíveis com os mercados internacionais, a desvalorização do real em relação ao dólar e as isenções fiscais ofertadas ao setor do agronegócio exportador, além ampliação do confisco das divisas nacionais pelos mecanismos da dívida externa, submeteram ainda mais o Brasil aos mecanismos coloniais de controle econômico impostos pelo capitalismo global.

As ações e inações dos governos Temer e Bolsonaro fizeram com que o Brasil chegasse aos maiores registros de desmatamento no mesmo período em que os lucros do agronegócio extrativista bateram recordes, ampliando sua parte na composição do PIB nacional e aumentando exponencialmente a área incorporada para realização de tais empreendimentos. Ao mesmo tempo a agricultura familiar sofreu com a redução das políticas de incentivo aos pequenos agricultores, tornando a alimentação do povo brasileiro cada vez mais subordinada aos oligopólios alimentares dependentes dos circuitos globais de transporte, armazenamento e trocas do capital.

No espaço legislativo, a reforma trabalhista, realizada ainda no governo Temer, debilitou as condições de trabalho ofertadas no país, levando uma massa de trabalhadores em busca de trabalhos informais e a condições de subemprego. A continuidade dessas medidas pelo governo Bolsonaro proporcionou o fechamento dos depósitos públicos de alimentos, a extinção de mecanismos de participação popular, como o conselho de segurança alimentar e nutricional, assim como diversos outros mecanismos que possibilitavam com que a sociedade civil e movimentos sociais influenciassem espaços de decisão na construção de políticas estatais.

A precarização da vida cotidiana foi ampliada com o fim das políticas do PNAD e de incentivo a pequenos agricultores, aliadas ao enfraquecimento dos mecanismos de controle e fiscalização sobre o desmatamento e das as instituições de proteção dos povos originários o que incentivou a invasão de seus territórios por diversos grupos econômicos, como garimpeiros e latifundiários. Esse último caso teve incentivos que foram publicamente e politicamente facilitando o acesso desses grupos sociais, tanto a armas de fogo, como a uma narrativa de guerra contra povos originários, ideologias comunistas, feministas, contra a população LGBTQIA+ e contra a população negra.

De forma direta o governo federal reduziu os investimentos em educação, em pesquisa, em saúde e assistência social, leiloando os recursos orçamentários da união para garantir apoio no congresso através das emendas de relator RP-9, esquema batizado de orçamento secreto, pela falta de transparência com a qual são executadas pelos deputados.

Frente a tal cenário não surpreendem as falas que associam o Estado a manifestações de “sofrimento” e a um sentimento de “falência” das proteções sociais. A ausência de políticas públicas coordenadas para a proteção da população tornara mais evidente o fracasso do Estado e o sofrimento gerado por essa falta, como afirmam Wagner e Cíntia. *“Agente vive num sistema que é feito para nós sofrer e a pandemia veio para continuar o sofrimento.. Pandemia veio, piorou um pouquinho mais o que já tava”* (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022, [n.p.]), *“...A pandemia foi e está sendo um processo de afastamento do poder público da comunidade”* (CRUZ, 2022, [n.p.]).

Nos projetos em que a pesquisa se envolveu o acesso a diferentes recursos financeiros, culturais, sociais e políticos, ocorreu por meio das redes e do capital político construídos ao largo de suas histórias de atuação nos territórios. Essas

redes assumiram as funções de proteção social e comunitária que deveriam ser realizadas pelo Estado.

A retração dos mecanismos de proteção estatais durante o período pandêmico, reforçou uma tendência histórica das políticas públicas brasileiras que vulnerabilizaram ainda mais as populações periféricas. Na visão de Cinthia “*A pandemia está sendo usada a favor do sistema e impossibilitando cada vez mais a comunidade no direito ao acesso a cidade.... Com a pandemia ficou mais evidente a falência do sistema*” (CRUZ, 2022, [n.p.]).

Fábio identifica que as ONGs, movimentos sociais e comunitários e o Sistema Único de Saúde foram os espaços e instituições que promoveram algum tipo de enfrentamento a crise sanitária durante a pandemia de covid-19 (FERRAZ, 2022). A inclusão do SUS em sua fala mostra que mesmo com a intensa precarização do sistema público de saúde, sua existência e capacidade de atuação foram percebidas, mesmo que desvinculadas da ação estatal e governamental. A ausência de políticas públicas transparentes e articuladas tornou o enfrentamento a pandemia, por parte do Estado, dependente de trabalhadores sociais e da saúde que atuaram nas políticas públicas constitucionalmente protegidas (como é o caso do SUS).

A falta de credibilidade das políticas estatais de proteção social, fez com que, comunidades e movimentos sociais construíssem suas redes próprias dentro de relações pessoais que nem mesmo reconhecem a atuação estatal:

Não temos parceiras na questão política, nem na questão do Estado, temos amigos, parceiros que são apoiadores. O valor do apoio tá na corrente do bem que ela cria!.... Eu não quero dizer que o poder público tá me ajudando, é a Andreia, assistente social que traz isso pro morro (BITTENCOURT; ANTUNES, 2022, [n.p.]).

A fala de Wagner mostra uma desconfiança com as instituições do Estado e que a possibilidade de articulação com o poder público se dá por meio de sujeitos individuais e suas agências em relação a comunidade. Essa postura, por um lado protege os projetos de influências políticas indesejadas, enquanto por outro desacredita os mecanismos institucionais das políticas públicas. Rejeitando esses espaços como legítimos para a disputa social essa construção corre o risco de se conectar ao discurso antipolítica adotado pela da extrema direita no país e que

possibilitou a ascensão de um sujeito que veio das entranhas do sistema político para se afirmar como *outsider* desse mesmo sistema.

O fechamento da participação política da sociedade civil foi tão intenso que o CEPAGRO, instituição que tem como princípio pautar o Estado para realização de políticas públicas de estímulo da agroecologia, foi disputando cada vez menos os raros espaços de formulação de políticas. Por outro lado, foram feitas parcerias com dispositivos e agentes locais diretamente nos territórios, como escolas e Centros Referência em Assistência Social (CRAS), movimentos comunitários e organizações políticas dos povos originários.

O reconhecimento das restrições de acesso à cidade como efeito do fechamento político, foi reconhecido como sofrimento imposto pelo sistema as populações periféricas e impulsionou o estabelecimento de redes de ajuda mútua para resistir aos desinvestimentos nas políticas públicas. Na rede de movimentos agroecológicos, analisada neste estudo, as formas de acesso aos elementos necessários a vida e a proteção da saúde propostas pelo CEPAGRO proporcionaram acesso a comida de qualidade criando fluxos nos quais “*o alimento saiu das aldeias e foi para as cozinhas comunitárias*” (ESCOSTEGUY, 2022, [n.p.]).

Para isso foi desenvolvida uma estrutura na qual semanalmente os alimentos recolhidos das comunidades indígenas eram centralizados e distribuídos em parceria com a instituição Cáritas. Essas redes de distribuição de produtos percorriam distâncias menores, foram energeticamente mais eficientes, mais protegidas das variações e desmandos dos circuitos globais do capital, mais seguras sanitariamente e criaram condições de acesso a alimentos de qualidade, produzidos pela agricultura familiar e comunidades indígenas de forma agroecológica, nas cozinhas comunitárias. No sentido oposto do fluxo de alimentos as redes ainda asseguraram importantes recursos financeiros para as comunidades indígenas, agricultores e agricultoras familiares, garantindo o escoamento da sua produção, sem atravessadores e por valores justos.

Para Fábio, a agroecologia é uma forma de produção que distribui excedentes, articula redes e busca o crescimento da produção em equilíbrio com a ecologia local, não podendo ser caracterizada apenas como a produção de alimentos orgânicos e sem uso de agrotóxicos. Esse olhar agroecológico foi complementado pelos valores de solidariedade, praticados pelas redes de ajuda mútua desenvolvidas pelas comunidades, em diferentes territórios da cidade. Fazem

parte dessa rede os espaços onde é desenvolvida a agroecologia urbana, passando pela produção de composto e ciclagem de resíduos orgânicos, os espaços acadêmicos, os movimentos de pequenos produtores rurais que buscaram subverter os mecanismos de produção da agricultura capitalista, retirando desse processo a exclusiva valoração financeira dos produtos da agricultura e das pessoas, criando assim condições em que a justiça social, justiça cognitiva e justiça ambiental pudessem ser vislumbradas através de ecologias de saberes e práticas diversas, denominadas de agroecologia.

9.7 PROTEÇÃO DE PONTA A PONTA: ENSAIANDO SOCIOMETABOLISMOS CONTRA AS CRISES

Há quase duas décadas estudiosos da microbiologia evolucionária nos tem alertado para a relação que existe entre a ampliação dos empreendimentos agrícolas (agricultura e pecuária) de larga escala e o surgimento, difusão e aumento da patogenicidade de microrganismos patológicos potencialmente pandêmicos (WALLACE, 2020). No Brasil, tais empreendimentos, hoje sob a alcunha do agronegócio, já tiveram o nome de latifúndios e direcionaram as formas institucionais da ocupação territorial no país, do período colonial até os dias atuais. Ao estudar as formas de evolução e mutação do vírus influenza, a partir da pandemia de gripe aviária (H5N1) de 2009, Wallace (2020) percebeu uma maior virulência, ou capacidade dos microrganismos de infectar novos hospedeiros, entre as aves criadas nos grandes empreendimentos voltados ao mercado global de exportação, do que nas aves selvagens e criadas em sistemas familiares.

As largas populações de animais confinados aceleram a transmissão de microrganismos patológicos, uma vez que entram nas grandes criações de animais. Ao aumentar a velocidade do contágio são facilitadas as condições para que vírus capazes de aumentar rapidamente sua presença no corpo infectado sejam selecionados pela ecologia da agricultura de mercado e transmitidos pelos circuitos do capital, sem que a alta patogenicidade desses organismos impeça a sua transmissão com morte “precoce” do hospedeiro (WALLACE, 2020).

A relação pode ainda ocorrer no sentido inverso, onde o aumento do tempo entre a infecção de um hospedeiro e o contágio do próximo seleciona a mutações com uma menor virulência, promovendo maiores chances de sucesso de

microrganismos menos mortais serem selecionados. No primeiro caso os patógenos aumentam suas chances de transmissão ao se tiverem altas cargas virais, o que também os torna mais agressivos ao hospedeiro, enquanto no segundo, as chances de sobrevivência do vírus são aumentadas quando essa virulência é menor, pois mantém seu hospedeiro vivo por tempo suficiente para ser transmitido aos próximos hospedeiros (WALLACE, 2020).

As condições de confinamento, abate precoce e pouca variabilidade genética das populações grandes e densas dos grandes empreendimentos agropecuários, facilitam a seleção de vírus mais mortais ao mesmo tempo em que deprimem as respostas imunes que os animais podem dar quando um novo microrganismo surge nestes espaços. Aliado a isso, o fluxo contínuo de novos hospedeiros (alto número de animais que entram e saem do sistema todos os dias) fornece o “combustível” para a evolução da virulência e os caminhos para sua dispersão. *“Quanto mais alta a taxa de transmissão, menor é o custo da virulência”* (WALLACE, 2020, p. 90). Esse mecanismo indica que existe uma relação interativa entre a organização sócio espacial dos corpos e a evolução adaptativa dos vírus. Ou seja, os vírus se modificam e evoluem dentro e através dos sociometabolismos, sendo selecionados pelos dispositivos de produção capitalista aqueles que melhor se adaptam as suas configurações ecológicas, econômicas, sociais, culturais e políticas.

A agricultura e a pecuária produzidas em nível global criaram intensos fluxos de pessoas, animais e produtos em cadeias que maximizam os retornos financeiros de seus investimentos privados, trasladando riscos à saúde de populações ao externalizar os custos ambientais, sociais e de saúde de suas produções para os Estados periféricos e para populações que vivem à margem dos circuitos do capital global. Esses circuitos são formados por empreendimentos extrativistas, pelas redes globais de transporte, processamento e distribuição da produção, tanto quanto pelas práticas de consumo massificadas que orientam as monoculturas de larga escala da agricultura direcionada por commodities.

As estratégias de *lockdown*, isolamento, distanciamento, fechamento de comércios, foram tentativas de desacelerar as infecções para que os sistemas de saúde tivessem tempo organizar respostas assistenciais. A redução do volume global de trocas pode ainda reduzir o número de cepas com altas capacidades de promover virulência que quando selecionadas rapidamente entram em contato com novos hospedeiros e se reproduzem. A desaceleração das trocas em nível global

pode interromper a transmissão de vírus com altas virulências e patogenicidades ao tornar os caminhos de um hospedeiro a outro maiores do que ciclo viral. Entretanto ao tornar o acesso aos elementos fundamentais para a reprodução da vida vinculados aos mercados, o modelo capitalista de sociedade fez com que a desaceleração das trocas econômicas se tornasse fator de vulnerabilização, amplificando as crises já instaladas. Os mecanismos de acumulação, ameaçados pela redução global das trocas e do lucro dos grandes oligopólios mundiais, passaram a operar em maiores proporções, concentrando os recursos financeiros e conseqüentemente os ecológicos, tornado os efeitos das crises sanitária, econômica e ambiental ainda mais perversos.

Para Wallace (2020), “As paisagens são atravessadas por cadeias transnacionais de mercadorias e circuitos de capital, o que inclui circuitos financeiros e produtivos, com efeitos locais críticos” (WALLACE, 2020, p 446) nos quais as reconfigurações espaciais, operadas pelos empreendimentos extrativistas, têm efeitos significativos na evolução e disseminação de doenças. As diferentes rotas que podem ser traçadas pelos patógenos são dispostos pelas redes ecossistêmicas manipuladas pelo capital e pelo poder estatal que tem em comum o uso privado da terra e a acumulação de capital como pilares que sustentam as práticas extrativistas de espoliação de terras e de recursos brutos locais por agentes a serviço do mercado globalizado (WALLACE, 2020).

Esse modelo de produção, tanto pela pecuária, pela agricultura, como pela mineração ou extração de petróleo aumenta o desmatamento e simplifica a biodiversidade, poluindo e modificando cursos d’água, ao expandir os territórios onde esses empreendimentos ocorrem. Enquanto a perda de biodiversidade retira das florestas a capacidade que elas têm de interromper uma variedade de infecções dentro de sua própria ecologia a ampliação da fronteira extrativista aumenta o transbordamento de novos patógenos, dos animais silvestres para os rebanhos e desses para humanos, tanto em escala como em escopo (WALLACE, 2020).

Em contraposição a esse modelo patogênico de agricultura a agroecologia aparece como alternativa construída pelo saber, por práticas sociais, por movimentos e lutas políticas de sujeitos sociais, instituições de pesquisa e organizações que podem nos “*convidar a repensar o metabolismo entre sociedade-natureza como parte de um projeto societário*” (GUHUR e SILVA, 2021 p.60). Esse projeto tem como principais sujeitos, camponeses e camponesas, povos tradicionais

e originários pela capacidade que seus saberes e práticas possuem de valorar, intervir e modificar os agroecossistemas através de suas (agri)culturas. Nas cidades a agroecologia assume papel de resgate de culturas ancestrais, como as práticas de subsistência que se tornam cada vez mais importantes, tanto para promover a soberania alimentar, como para melhorar as condições de saúde e as proteções contra doenças, especialmente das populações urbanas vulnerabilizadas.

Para Isadora, técnica do CEPAGRO a *“Agroecologia nas comunidades rurais e urbanas nunca foi tão urgente. Como resposta à crise climática, crise econômica e social”* (ESCOSTEGUY, 2022, [n.p.]). O CEPAGRO teve um papel de articulação entre diferentes territórios que operam práticas sob a “bandeira” da agroecologia. Na entrevista com Isadora foi possível compreender como se organizou uma rede que criou curtos circuitos metabólicos ao criar rotas alternativas dos alimentos do campo para a cidade, que forma importantes para combater a insegurança alimentar e resguardar os agentes dessas redes (consumidores e produtores) da influência dos patógenos carregados pelos circuitos globais do capital.

Nos territórios onde se desenvolve a agroecologia não são produzidos apenas elementos comercializáveis nos mercados, mas também são criadas proteções ecosanitárias indiretas, pela promoção de biodiversidade, e sistemas com melhor eficiência energética por meio das redes que distribuem a energia produzida pela agricultura de forma mais justa social, econômica, ambiental e cognitivamente. As redes de distribuição de alimentos de curta distância possibilitaram o escoamento dos alimentos produzidos pela agricultura familiar e em territórios indígenas da região metropolitana de Florianópolis para comunidades periféricas da cidade.

A operacionalização desse mecanismo passou pela construção de parcerias como a do Assentamento Amarildo com as comunidades e movimentos sociais e foram, no caso estudado, mediadas por uma ONG. Sem apoio estatal o CEPAGRO comprou os alimentos dos pequenos produtores e comunidades indígenas da região e os fez chegar nas cozinhas comunitárias e projetos sociais.

A ação solidária do CEPAGRO, criou pontes entre os territórios produtores e consumidores (ou entre o campo e a cidade), nas quais a compra dos alimentos por um terceiro não incorporou valor econômico aos produtos, mas o retirou, possibilitando o acesso aos alimentos orgânicos, com altos valores energéticos, por sujeitos de comunidades periféricas, através de sua descapitalização. O objetivo do investimento na compra de alimentos deixa de ser o retorno econômico (lucro) e

passa ser o retorno social, cultural e metabólico (no caso da pandemia de covid-19 poderíamos chamá-lo até mesmo de imunológico) que promove. Ou seja, a qualificação do sociometabolismo das periferias, durante a pandemia teve de passar por estratégias que desvincularam simbólica, social e economicamente os alimentos do mercado, possibilitando assim com que eles fossem das aldeias e dos pequenos agricultores da região para cozinhas comunitárias instaladas em territórios periféricos da cidade, sem a mediação do mercado e das redes globais de transporte.

Não argumentamos aqui que a existência desses mecanismos compensou a precariedade da vida que se pronunciou durante a pandemia de covid-19. É fato que durante a pandemia de covid-19 os mecanismos de produção privilegiados pelos grandes investimentos, tanto privados como estatais, foram os do agronegócio e não da produção familiar e agroecológica e percebemos a necessidade de estudar o impacto dessas práticas marginais na proteção das pessoas, potencialização dos sociometabolismos das populações periféricas, urbanas e rurais. Por outro a tarefa que se coloca parece ser a de como visibilizar os saberes e valores que possibilitaram a criação desses dispositivos que, como temos argumentado, geram efeitos protetivos que vão em diferentes direções.

Um importante elemento que acompanha esses efeitos é a melhor qualidade e variedade dos alimentos acessados pelas cozinhas e projetos comunitários, produzidos através de diferentes agriculturas, com formas de adubação natural e em ambientes biodiversos, sem uso de agrotóxicos para proteção contra pragas ou adubação química. Esses alimentos que são orgânicos, quando mediados pelo mercado incorporam essa melhor qualidade nos seus valores de troca e se tornam inacessíveis a grande parte da população pelo seu alto custo. As menores distâncias percorridas dentro dos *curtos circuitos*, ao traçar caminhos marginais, diminuem o risco de novos focos contaminantes serem dispersos indiscriminadamente pelos circuitos do capital. Os *curtos circuitos ainda* diminuem o número de trocas necessárias entre produção e consumo, expondo menos as populações locais e os trabalhadores aos riscos de contaminantes que podem ser carregados por grandes distâncias em curto espaço de tempo nos circuitos do capital global.

Em termos energéticos, os *curtos circuitos* são mais eficientes, dadas as já mencionadas, menores distâncias percorridas pelos produtos, mas também pelo fato de que os preços mais justos pagos aos camponeses, efeito de um menor número

de atravessadores entre as etapas de produção e consumo, permitem maiores investimentos em seus sistemas produtivos, o que reduz os custos econômicos e energético da comercialização de seus produtos. Essa energia, seja na forma de capital ou disponibilidade de trabalho facilita reinvestimentos na fertilidade do solo e da ampliação da biodiversidade na produção. Não regulando suas interações agrícolas apenas pelas demandas do mercado parte da produção serve para manter a qualidade da energia metabolizada no sistema, sem que haja a necessidade de insumos externos, químicos e industriais.

Nos ambientes onde são desenvolvidas as (agri)culturas camponesas e indígenas, raízes dos princípios da agroecologia, existe maior biodiversidade pois a terra não possui apenas valor de mercado, mas valores ecológicos, espirituais, medicinais, nutricionais e identitários. A biodiversidade promovida por meio dessas práticas constrói nesses territórios composições ecológicas que podem conter em seus ecossistemas patógenos potencialmente pandêmicos recolocando alguns mecanismos ecosanitários, retirados pela ampliação das monoculturas extrativistas, em ação na proteção contra o surgimento de novos vírus. Sem contar os conhecidos efeitos de regulação de temperatura, proteção de cursos e nascentes de água e da conservação do patrimônio genético do planeta por meio do resguardo de sementes e plantas nativas.

Na outra ponta desses curtos circuitos as práticas de ajuda mútua e solidariedade desenvolvidas pelos projetos sociais, criaram dispositivos que possibilitaram acesso a alimentos com melhor qualidade do que aqueles industrializados, nas comunidades vulnerabilizadas pelas crises econômicas e sanitárias. A organização de mutirões de mapeamento e entrega de cestas, que ocorreram regularmente no morro do Mocotó no período de crise sanitária, assim como as refeições feitas na cozinha mãe da comunidade Chico Mendes, foram fundamentais no combate a insegurança alimentar em ambas comunidades reforçando suas capacidades para enfrentar a crise sanitária. Outra camada de proteção foi adicionada pela existência de um sistema público de saúde com princípios constitucionais de universalidade e gratuidade que garantiram a vacinação da população brasileira, apesar da negligência dos agentes do governo.

Assim se em uma ponta a produção comunitária, biodiversa e agroecológica pode conter o surgimento e disseminação de novos patógenos, na outra as práticas e valores comunais, tanto operadas pela sociedade civil, como aquelas que foram

incorporadas pelo estado (caso do SUS universal, gratuito e equânime) fortalecem os metabolismos individuais e coletivos criando camadas de proteções da vida que de ponta a ponta resistem a individualização, comercialização e precarização da vida, operadas pelas dinâmicas coloniais, capitalistas e modernas da sociedade monoculturalmente globalizada.

9.8 MEMÓRIA BIOCULTURAL E AJUDA MÚTUA: OS INGREDIENTES DAS IMUNIDADES SOLIDÁRIAS

A expansão geográfica da humanidade foi resultado da criação de formas de apropriação adequadas da diversidade biológica do planeta, o que foi realizado de maneiras muito diversas pelos diferentes agrupamentos humanos e suas relações com os ambientes locais. Para Toledo e Barrera-Bassols, (2015) essa diversificação da experiência humana foi um processo coevolutivo fundamentado pela diversificação biológica, agrícola e paisagística, promovido pela habilidade dos grupos humanos de se apropriar das qualidades das paisagens de seu entorno, para suprir suas necessidades materiais e espirituais (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Nesse processo, que é tanto de apropriação como de produção da diversidade da natureza, os grupos humanos desenvolveram repertórios simbólicos, conceituais e de percepções que configuram seus corpus de conhecimento. Esse saber tem princípios de ação orientados antes pelas trocas ecológicas do que por uma racionalidade econômica. O que não significa que a economia não esteja no *corpus de saber*, apenas que ela tem um papel a determinado e não determinante. Seu principal guardião é a memória coletiva dos indivíduos da comunidade, o que torna sua existência e transmissão ao longo do espaço e do tempo, implícitas na cultura e impressas na oralidade da linguagem. Importante ressaltar que “As sociedades orais não são necessariamente sociedades analfabetas, porque a sua oralidade não é uma carência da escrita, mas sim uma não necessidade da escrita” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, apud MALDONADO, 1992, p.92).

Esse modo de saber, que é característico das comunidades e povos tradicionais ou “pré-modernos”, apresenta uma profunda capacidade de manutenção da continuidade histórica e de adaptabilidade contextual, na medida que as alterações, crises e perturbações são incorporadas como experiências do saber, por

meio de mecanismos de memorização, que com o passar das gerações, são generalizados, e incluídos na identidade de cada povo, ou em sua memória coletiva. “*Esse processo biocultural de diversificação é a expressão da articulação e amálgama da diversidade da vida humana e não humana e representa, em estrito sentido, a memória da espécie*” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 40).

Parte significativa dessa memória compreende o desenvolvimento das práticas de ajuda mútua que compuseram o processo de coevolução entre sistemas socioculturais e naturais. A vontade cooperação, orientada por valores da solidariedade entre os membros dos grupos humanos, produziu avanços tecnológicos e morais que, segundo Kropotkin (2009), promoveram importantes saltos na evolução dos povos humanos. Os regimes de normas sobre a alimentação coletiva, o uso comunal das terras e as formas coletivas de trabalho, são dispositivos que impedem formas de apropriação destrutivas dos recursos comunitários, protegendo as pessoas e a natureza a partir de saberes inscritos na memória coletiva dos povos por meio da cultura.

O que argumentamos aqui é que as práticas de ajuda mútua desenvolvidas no enfrentamento direto dos efeitos da crise sanitária estão enraizadas na memória biocultural das comunidades. São saberes implícitos que aparecem como valores comunitários que atravessam as práticas de alimentação, de produção e de trabalho. Essas práticas existem para servir as coletividades (entendidas como as populações de humanos e não humanos que interagem criando os sociometabolismos loais), sendo reforçadas em momentos de crise, como o produzido pela pandemia de covid-19, produziram tecnologias de proteção coletivas, como forma de reação ao desequilíbrio pela fortificação das *imunidades solidárias*.

Um dos exemplos foi a instalação de espaços para alimentação comunitária, conectados a redes que diminuíram as distâncias entre produção e consumo, reduzindo assim a necessidade de contato das comunidades (de produtores e consumidores) com os circuitos do capital global, principal rota mundial de transmissão da covid-19, minimizando possíveis pontos de transmissão do vírus. Por outro lado o acesso barato ou sem custos a alimentos orgânicos, promovido por essas cozinhas comunitárias, qualificou a energia obtida pelos indivíduos influenciando o estado imune de suas defesas biológicas. Essa ética alimentar comunal tem no mocotó um mecanismo de enfrentamento da insegurança alimentar e da fome que foi tanto histórico como é contemporâneo, agregando qualidades

alimentares e terapêuticas a essa prática de alimentação coletiva. O mocotó é resultado de uma sabedoria que remete a resistência dos povos ancestrais africanos, sintetizada na diáspora brasileira contra os mecanismos de submissão coloniais que também incidiam sobre as formas de alimentação.

A chegada da crise sanitária não modificou a percepção sobre as múltiplas formas de violência que incidem sobre as populações periféricas como mecanismos que operam a substituição de valores comunais por territórios existenciais capitalísticos. Pelo contrario, essa percepção foi reforçada e promoveu resistências e reforçou os valores ancestrais que habitam a memória biocultural. Esse valores solidários são mantidos e reforçados em ações como as práticas de dança, de batuque, nas oficinas de reeducação do gosto e nos mutirões comunitários. Atuação comunitária frente a ausência de mecanismos estatais de proteção da vida coletiva, organizou frentes de trabalho coletivo, voluntário e solidário que possibilitaram acesso a recursos necessários a manutenção da vida no período, como alimentos, produtos de higiene, máscaras e informações sobre o vírus, agregando outras camadas de proteção tanto individuais como coletivas.

Os estímulos a produção de alimentos por meio de práticas da agroecologia, seja ela em comunidades de povos originários ou da agricultura familiar, criou ainda outras proteções, essas indiretas, agregadas pela diversificação da produção agrícola, eixo central das práticas agroecológicas, estimularam e promoveram ampliação da biodiversidade das paisagens, que com isso (ecologias mais biodiversas), aumentam sua capacidade de interromper ciclos de patógenos potencialmente pandêmicos dentro seus sistemas ecológicos biodiversos antes que eles possam realizar o salto entre espécies (WALLACE, 2020).

Os valores da universalidade, justiça social, adequação de praticas às necessidades do povo e de participação popular, consagrados pela constituição brasileira na lei orgânica do SUS (BRASIL, 1988) permitiram que os trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) promovessem a imunização focalizada e em massa da população do país, mesmo sob constante ataque dos governantes, especialmente do governo federal. O SUS mostrou a importância de uma política pública de saúde que tenha como valor inegociável a saúde de seu povo. Esse valor vem sendo construído pelos milhares de trabalhadores da saúde que colocaram seus saberes e experiências a serviço desse valor, agregando ainda outra camada protetiva às imunidades solidárias promovidas pelas comunidades.

As práticas e saberes apresentadas neste capítulo, mostraram algumas das tecnologias de enfrentamento a crise sanitária desenvolvidas e implementadas a partir de valores comunais, solidários e de ajuda mútua que estão inscritos na memória biocultural das comunidades e são acessadas como valores ancestrais para guiar as ações dentro de territórios específicos. Essa memória coletiva é manifestada ainda pelas redes agroecológicas que materializam a memória biocultural em sociometabolismos locais biodiversos, gerando formas de proteção ecológicas, coletivas e individuais, tão ou mesmo mais importantes do que a imunidade focalizada das vacinas. Esses sociometabolismos não atuam como proteção específica de uma crise pontual, mas promovem camadas protetivas na medida em que aumentam os serviços ecossanitários desempenhados por sistemas ecológicos localizados. Esses sistemas atuam de forma solidária sob muitos dos efeitos da crise civilizatória, tendo efeitos que são locais e globais ao mesmo tempo.

De maneira difusa e incompleta as imunidades solidárias produzidas para enfrentar os efeitos da crise sanitária nos mostram a importância e a capacidade da sabedoria popular em promover respostas localizadas aos problemas globais. Mesmo sendo precárias (pois vão contra a hegemonia da racionalidade dominante) e incompletas (pois não foram capazes de anular os efeitos compostos das crises sanitária, ecológica e econômica) as imunidades solidárias ensaiaram sociometabolismos protetivos que são de difícil apreensão pela racionalidade do saber científico positivista, sendo facilmente descartadas pela razão indulgente da ciência moderna, que às oculta e invisibiliza ao classificá-las como não saber, ou como saber não científico e por isso sem validade. Não duvidamos que inúmeras comunidades, tanto rurais como urbanas, desenvolveram suas próprias estratégias locais e solidárias de proteção contra os efeitos da crise civilizatória e que muitas delas iniciaram bem antes da emergência da crise sanitária. Entendemos que uma das tarefas históricas que se apresenta para pesquisadoras e pesquisadores, comprometidas com a vida humana e não humana, é a de estimular, apoiar, (des)cobrir e ampliar essas estratégias para que possam nos mostrar outros modos de vida, outras formas de entender a realidade e de se relacionar com o planeta e seus povos, que sejam mais justas, sustentáveis através do tempo e diversas no espaço.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estudo sobre as construções históricas da colonialidade latino-americana e brasileira percebemos a intrínseca relação entre os diferentes empreendimentos extrativistas desenvolvidos na economia colonial com o surgimento e manutenção de práticas de violência, de situações de fome e da emergência de epidemias, que incidiram sobre os povos explorados pelo sistema colonial escravista. Sem pretensões de universalidade, descrevemos algumas das práticas que estruturaram as relações de poder coloniais e os mecanismos de exploração que fundaram injustiças ambientais, cognitivas e sociais. Sob esse modelo foram violadas e invisibilizadas diferentes culturas e seus modos de sociabilidade, enquanto a natureza foi submetida a exploração desmesurada de uma economia que valora a terra pelo retorno financeiro que ela pode gerar.

Desse modo a exploração do trabalho dos povos africanos e originários, a espoliação de suas terras e o ocultamento de suas culturas viabilizaram o capitalismo, colonial e moderno como um sistema de produção que se apropria das *relações criadoras de vida* para reproduzir relações de poder que permitiram a uma pequena parcela da população o controle sobre os recursos, existentes nos territórios onde ele foi reproduzido.

A história colonial brasileira produziu um legado de desigualdade social, fome, racismo e depredação ambiental pela insistência em um modelo econômico extrativista que explorou recursos naturais e criou ciclos de acumulação de riquezas concentradas pelas burguesias europeias e em menor escala por pequenos grupos políticos do país. As riquezas foram concentradas pela espoliação de terras dos povos originários e exploração do trabalho de africanos e africanas sequestrados e escravizados a milhares de quilômetros de suas terras natais. No ciclo do açúcar, o Nordeste brasileiro caracterizou a primeira forma de acumulação primitiva do período colonial que deixou um rastro de mortes, fome e desequilíbrios ecológicos na região da mata atlântica nordestina.

O extrativismo açucareiro produziu violentos mecanismos de invisibilização das culturas não europeias levadas a cabo pelas necropolíticas da guerra, da escravização, de epidemias e do ocultamento das culturas ancestrais dos povos originários e africanos. Sob essa forma de relação com o território, além da exportação da natureza, destruição do patrimônio genético dos ecossistemas e do

trabalho escravizado, o extrativismo importou uma série de patologias que afetaram, sempre em maior proporção, as populações exploradas pelo sistema. A febre amarela e o cólera são alguns dos exemplos de epidemias que assolaram as regiões açucareiras no período das capitanias hereditárias.

Ao findar seu ciclo de acumulação a indústria do açúcar foi substituída como principal atividade econômica do país, em uma onda de expansão colonial que teve como direção o Sudeste do Brasil, chegando as minas gerais e suas reservas de ouro. Nesse período ocorre a migração para o Sul do Brasil fazendo o deslocamento de pessoas para a ilha de Santa Catarina, hoje chamada de Florianópolis e território onde foi realizado o campo dessa pesquisa. As economias baseadas no extrativismo do ouro e posteriormente do café, que caracterizaram os grandes ciclos econômicos dos séculos XVIII e XIX territorializaram o modelo ocidental de vida pela chegada de práticas capitalistas que modificaram as formas sem modificar o sentido colonial das relações.

Em Florianópolis, as tecnologias de saneamento e urbanização, implementadas do final do século XIX até meados do século XX, operaram projetos políticos que sobrepuseram ideologias científicas e individualistas da modernidade, às coloniais e racistas, para expulsar a população pobre da cidade, do espaço urbano, criminalizando seus modos de vida, culturas e práticas de sociabilidade. A especulação do valor da terra criou uma cidade hostil as pessoas pobres, negras e indígenas. Sua localização geográfica e características geológicas incluíam o porto natural, que serviu como porta para uma série de epidemias nos séculos, XVIII, XIX e XX, que levaram a sanitização da cidade com as modernas técnicas da engenharia europeia.

A incrementação da burocracia estatal na Primeira República criou mecanismos de controle sobre o território, articulando recursos técnicos, políticos, financeiros e científicos das elites políticas e econômicas locais, influenciadas pela modernidade europeia, para implementação de um projeto de “cidade civilizada”.

Esse processo promoveu uma geografização da pobreza urbana em Florianópolis que se consolidou no maciço do Morro da Cruz, cadeia de morros localizada ao lado do centro da cidade, criando as comunidades que hoje habitam aquele espaço. Da metade do século XIX ao início do século XX, os mecanismos de opressão foram indiscriminadamente direcionados ao domínio das pessoas negras e pobres (e todas as suas expressões culturais) por meio de dispositivos que

classificavam e hierarquizavam os corpos a partir da cor de sua pele, de suas práticas culturais e dos territórios que habitavam.

Dentro dessas configurações sócio-históricas, as práticas de ajuda mútua foram fundamentais para a sobrevivência das populações excluídas da urbanidade nascente. A ajuda mútua e a solidariedade qualificavam a vida nesses espaços de resistência, servindo ainda como mecanismo de conservação e transmissão de saberes e valores opostos ao individualismo e competição capitalistas por meio de uma memória biocultural.

Contraopondo as forças desagregadoras emergiram múltiplas redes de solidariedade e ajuda mútua na cidade. Caracterizadas pelas relações de amizade, vizinhança, de compadrios e pela ampliação das configurações familiares, essas redes criaram pequenas roças e criações de animais para subsistência por meio do trabalho coletivo dos mutirões e das práticas de alimentação coletiva territorializaram saberes desenvolvidos dentro de uma ética da solidariedade alimentar que ainda está presente na comunidade do Morro do Mocotó, uma das mais antigas da capital catarinense. Os valores da alimentação e do trabalho coletivos direcionaram as práticas e teceram estratégias de enfrentamento a precariedade da vida que se instalou junto a crise sanitária causada pela covid-19.

Enquanto os efeitos da covid-19 tiveram as mesmas direções políticas, sociais e geográficas da desigualdade brasileira, afetando as populações negras, indígenas e pobres, dos estados do norte e do nordeste com maior força, o sentido da trágica gestão da crise sanitária foi exposto pela fome e pela violência social que aumentaram o número de suas vítimas, antes mesmo antes da instalação da pandemia no país.

Assim guerra, fome e peste sustentaram os mecanismos de acumulação de um sistema que exporta natureza, trabalho, energia e alimentos baratos, concentrando riquezas por um lado e delegando aos povos negros, indígenas, mulheres e outros grupos oprimidos os custos sociais, ambientais, econômicos, culturais e sanitários dessa produção, por outro.

No último capítulo articulamos as relações históricas e territoriais às práticas de resistência durante os períodos mais críticos da pandemia, mostrando que os saberes e os valores implícitos na memória biocultural das comunidades urbanas periféricas configuraram a base dos enfrentamento à crise sanitária, ao passo que promoveram imunidades solidárias, que agiram não apenas protegendo as

comunidades durante a crise sanitária, mas atuam como mecanismos de enfrentamento das múltiplas crises, se tornando mais evidentes com a emergência da covid-19. A comunidade do Morro do Mocotó, por meio dos projetos Mittos e Reciclação, o assentamento Amarildo, o CEPAGRO e o projeto Revolução dos Baldinhos foram os território onde foi o campo de pesquisa se constituiu e em relação com a sociologia das ausências para trazer à tona a memória coletiva em práticas sociais desenvolvidas a partir de valores solidários e de ajuda mútua.

Ao analisar os efeitos dessas práticas na vida das comunidades realizamos exercícios de criação ativa e ‘excessiva’, que tomaram essas pistas para imaginar futuros contra hegemônicos nos quais a atualidade dessas práticas mostrou a diversidade das respostas possíveis as crises sanitária e civilizatória. Ao valorizar as experiências sociais que extrapolaram a oposição entre saúde e economia, retiramos nossa aposta da ciência como caminho exclusivo para saída da emergência pandêmica e da exploração necropolítica do trabalho. Ambas, através de suas racionalidades, buscaram manter atividades econômicas para resguardar os mecanismos de concentração de renda operada pelos grupos econômicos e políticos dominantes.

A crise sanitária gerada pela covid-19 é um dos elementos da crise civilizatória, que tem suas raízes nas formas como valoramos o mundo, a vida, as pessoas e os saberes. É preciso mostrar que existem outras maneiras de produzir valor e atribuir sentido à trama da vida sendo desenvolvidas em territórios periféricos que são tanto ancestrais e inscritas no passado, como atuais e contemporâneas. Elas nos fornecem elementos para criar, reproduzir ou ampliar experiências sociais que resistem aos efeitos dessas crises na vida das populações exploradas pelo sistema capitalista, colonial e moderno na forma de imunidades solidárias.

A pesquisa mostrou alguns dos saberes e práticas sociais desenvolvidos no enfrentamento a covid-19 em territórios periféricos da cidade de Florianópolis-SC que foram invisibilizados pela disputa social entre a cientificidade do saber e o negacionismo da ciência. Sem pretensões universalistas esperamos que essa pesquisa possa mostrar a potência dessas experiências sociais, dos saberes e das práticas desenvolvidas e criadas através das culturas e das pessoas que vivem nos territórios mais afetados pelas crises sanitária, cognitiva, econômica e ecológica, que caracterizam a crise civilizatória em que nos encontramos. Buscamos assim combater o negacionismo com uma ciência que posiciona ao lado de saberes

populares, ancestrais e cotidianos para construir ecologias de saberes e multiplicidades de respostas que promovam experiências sociais mais justas como mecanismos de enfrentamento dessas crises.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar novos mundos**. São Paulo: autonomia Literária, Editora Elefante, 2016.
- ALMEIDA, A. V. **A epidemiologia histórico-ontológica da Febre Amarela em Pernambuco**. Recife: Editora da Universitária da UFRPE, 2018.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- AQUINO, E. M. L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n.1, jun. 2020.
- ARAÚJO, I. M. M. DE; OLIVEIRA, Â. G. R. DA C. Interfaces entre a saúde coletiva e a ecologia política: vulnerabilização, território e metabolismo social. **Saúde em Debate**, v. 41, n. spe2, p. 276–286, jun. 2017.
- ARTAXO, P. As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 53–66, 11 nov. 2020.
- BAQUI, P. et al. Ethnic and regional variations in hospital mortality from COVID-19 in Brazil: a cross-sectional observational study. **Lancet Global Health**, v. 8, p. 1018–26, jul. 2020.
- BARATA, R. B. Cem anos de endemias e epidemias. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, p. 333–345, 2000.
- BARRETO, M. L. Desigualdades em Saúde: uma perspectiva global. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 7, p. 2097–2108, 2017.
- BARROS, B. W. Sete perguntas que ajudam a entender as mortes violentas intencionais no Brasil. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. [s.l.] FBSP, p. 36–47, 2021.
- BIEHL, J. Sumiço e selvageria política. **Revista Piauí**, 14 jun. 2022. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/sumico-e-selvageria-politica/>>. Acesso em: 10 abr. 2023
- BITTENCOURT, G.; ANTUNES, W. G. **Entrevista concedida para pesquisa de doutorado**. Florianópolis, 22 abr. 2022.
- BOFF, L. **Sustentabilidade: O que é - O que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BORGHEZAN, J. L. F. **Urbanização, Saneamento e Marginalização: uma análise da construção da Avenida Hercílio Luz 1918-1922**. 2014. 88 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) — Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

BRAGANHOLLO, M. V. **Engenhos de farinha: história, memória e resistência no litoral catarinense**. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica-RJ, 2017.

BRASIL. **Decreto no 10.629, de 12 de fevereiro de 2021**. Presidência da República. [Revogada] Brasília-DF. 12 fev. 2021a, Sec. Seção 1 - Edição Extra - B, p. 4.

BRASIL. **Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia: Relatório Final**. Senado Federal. Brasília-DF. 26 out. 2021b.

BRASIL. **Decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019**. Presidência da República. Brasília-DF. 15 fev. 2019a.

BRASIL. **Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019**. Presidência da República. Brasília-DF. 11 abr. 2019b.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Presidência da República. Brasília-DF. 12 nov. 2019c.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016**. Presidência da República. Brasília-DF. 2016.

BRASIL. **Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Presidência da República. Brasília DF. 15 set. 2006.

BRASIL. **Lei 8080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a organização do SUS. Brasília: Diário Oficial da União. 1990a.

BRASIL. **Lei 8142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade no SUS. Brasília: Diário Oficial da União. 1990b.

BUENO, S.; LIMA, R. S. DE. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. [s.l.] Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, 2021.

BUENO, S.; LIMA, R. S. Amazônia como síntese da violência extrema. *Em*: BUENO, S.; LIMA, R. S. (Ed.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. [s.l.] Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, 2022a. p. 46–50.

BUENO, S.; LIMA, R. S. DE (EDS.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. [s.l.] Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, 2022b.

CALDEIRA, C. **Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

CALIL, G. G. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serviço Social & Sociedade**, v. 140, abr. 2021.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CARDOSO, P. DE J. F. **Negros em Desterro: Experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX**. Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2008.

CARRARA, S. As ciências humanas e sociais entre múltiplas epidemias. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 2, p. e300201, 2020.

CARVALHO, P. R. C. DE. **Medicina ortomolecular: um guia completo sobre os nutrientes e suas propriedades terapêuticas**. Rio de Janeiro: Record: Nova, 2000.

CASTRO, J. DE. **Geografia da Fome, o dilema brasileiro: pão ou aço**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTRO, R. Vacinas contra a Covid-19: o fim da pandemia? **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, n. 1, p. 5, 2021.

CEPAGRO. **RELATÓRIO 2020**: Relatório anual. Florianópolis: CEPAGRO, 2020.

CEPAGRO. **RELATÓRIO 2021**: Relatório anual. Florianópolis: CEPAGRO, 2021.

CEPAGRO. **Nossa História. CEPAGRO**, [s.d.]. Disponível em: <https://cepagro.org.br/?page_id=4116>. Acesso em: 31 mar. 2023

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, 2021.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. **Atlas da Violência 2020**. [s.l.] IPEA, 2020.

CESCO, S.; ATALLAH, C. C. A. Legislação florestal na passagem do século XVIII para o XIX: permanências, rupturas e contradições no caso da Ilha de Santa Catarina. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 45, n. 3, p. 140–153, 6 dez. 2019.

CHALHOUB, S. **Clidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CNA; CEPEA ESALQ/USP. **PIB do Agronegócio alcança participação de 26,6% no PIB brasileiro em 2020**. [s.l.] CNA- CEPEA, 11 mar. 2021. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/publicacoes/pib-do-agronegocio-alcanca-participacao-de-26-6-no-pib-brasileiro-em-2020#:~:text=O%20PIB%20do%20agroneg%C3%B3cio%20brasileiro,a%20quase%20R%24%20%20trilh%C3%B5es.> Acesso em: 5 jul. 2022.

COSTA, S. DA S. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54 (4), ago. 2020.

CRUZ, C. A. **Entrevista concedida para pesquisa de doutorado**. Florianópolis, 16 mar. 2022.

DUSSEL, E. Meditações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade. Em: SANTOS, B. DE S. E; MENESES, M. P. (Eds.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra: segundo as observações do autor e fontes autênticas**. Tradução: B. A. Schumann. 1. ed. São Paulo: Boi tempo Editorial, 2008.

ESCOSTEGUY, I. L. **Entrevista concedida para pesquisa de doutorado**. Florianópolis, 28 mar. 2022.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. [s.l.] Globo, 2001.

FASANELLO, M. T.; NUNES, J. A.; PORTO, M. F. Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 12, n. 4, 24 dez. 2018.

FATTORELLI, M. L.; ÁVILA, R. Gasto com dívida pública sem contrapartida quase dobrou de 2019 a 202. **Auditoria Cidadã da Dívida**. 2022.

FERRAZ, F. **Entrevista concedida para pesquisa de doutorado**. Florianópolis, 11 abr. 2022.

FIGUEIREDO, E. A. Expansão do Programa Auxílio Brasil: uma reflexão preliminar. **Notas da Presidência**, n. 12, p. 1–18, 12 ago. 2022

FIGUEIREDO, I.; MARQUES, I.; MARQUES, D. Paralisia e descontrole: como a gestão da política nacional de armas se torna cada vez mais impraticável. Em: **Anuário Brasileiro De Segurança Pública 2022**. [s.l.] FBSP, 2022. p. 300–305.

FOSTER, J. B. **A Ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOUCAULT, M. A política da saúde no século XVIII. Em: **Microfísica do Poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984a. p. 193–208.

FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. Em: **Microfísica do Poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984b. p. 79–98.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, C. **O Capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, C. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução: Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2013.

GALINDO, E. et al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy**, v. 4, p. 56, 2021.

GALVÃO, E. F. C.; GALVÃO, J. B. Pesquisa Intervenção e Análise Institucional: alguns apontamentos no âmbito da pesquisa qualitativa. **Revista Ciências da Sociedade (RCS)**, v. 1, p. 54–67, jun. 2017.

GLOBAL WITNESS. **Década de resistência: dez anos informando sobre o ativismo pela terra e pelo o meio ambiente ao redor do mundo**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://pt/decade-defiance-pt/>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GRISOTTI, M. Pandemia de Covid-19: agenda de pesquisas em contextos de incertezas e contribuições das ciências sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 2, p. e300202, 2020.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Tradução: Maria Cristina F. Bittencourt. 11. ed. [s.l.] TupyKurumin, 2001.

GUHUR, D.; SILVA, N. R. DA. **Agroecologia** (Alexandre Pessoa Dias et al., Eds.) **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

GUIMARÃES, R. B. et al. O raciocínio geográfico e as chaves de leitura da Covid-19 no território brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 119–140, 10 jul. 2020.

G1. **Ações de farmacêuticas se valorizam com mercado de vacinas, veja ranking**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/01/21/acoes-de-farmaceuticas-se-valorizam-com-mercado-de-vacinas-veja-o-ranking.ghtml>>. Acesso em: 16 maio. 2023.

HABERSHON, S. et al. Guerra na Ucrânia: quantas pessoas já morreram no conflito. **BBC News Brasil**, 4 jul. 2022.

HADICH, C.; ANDRADE, G. **Revolução Verde** (A. P. Dias et al., Eds.) **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

HSU, D. et al. Essential and toxic metals in animal bone broths. **Food & Nutrition Research**, v. 61, n. 1, p. 1347478, 18 jul. 2017.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal: área plantada ou destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias e permanentes**. [s.l.] IBGE, 2022.

IBGE. **Levantamento sistemático da produção agrícola**: [s.l.] IBGE, 2023.

KROPOTKIN, P. **Ajuda mútua: um fator de evolução**. Tradução: Waldyr Azevedo Jr. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

LAGO. **Modos de Vida e Identidade. Um estudo sobre sujeitos no processo de transformação social na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1996.

LEFF, E. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução: Lucia Matilde Endlich Orth. 8. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2011.

LOUREIRO, R. **Busca pela vacina fez laboratórios ganharem bilhões durante a pandemia**. Disponível em: <<https://exame.com/ciencia/busca-pela-vacina-fez-laboratorios-ganharem-bilhoes-durante-a-pandemia/>>. Acesso em: 16 maio. 2023.

LÖWI, M. **O que é o Ecosocialismo?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014. v. 54

LÖWY, I. **Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2006.

MARTINS, T. C. D. F.; GUIMARÃES, R. M. Distanciamento social durante a pandemia da Covid-19 e a crise do Estado federativo: um ensaio do contexto brasileiro. **Saúde em Debate**, v. 46, n. spe1, p. 265–280, 2022.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política: livro 1**. Tradução: Reginaldo Sant'Ana. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. v. 1

MATTA, G. C. et al. (orgs.) **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]**. Informação para ação na Covid-19 series. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021. p. 15–24.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2008.

MBEMBE, A. Necropolíticas: biopoder soberania estado de exceção política da morte. **Arte & Ensaios**, Temáticas. v. 32, p. 122–51, dez. 2016.

MENEZES, A. P. DO R.; MORETTI, B.; REIS, A. A. C. DOS. O futuro do SUS: impactos das reformas neoliberais na saúde pública – austeridade versus universalidade. **SAÚDE DEBATE**, v. 43 (esp 5), p. P. 58-70, dez. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

MICHAELIS. **Mocotó**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/mocoto>>. Acesso em: 15 maio. 2023

HOUAISS. MOCOTÓ. UOL. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#1>. Acesso em: 15 maio. 2023

MÓNICO, L. et al. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**, v. 3, p. 724–733, 2017.

MOORE, J. W. Cheap Food & Bad Money Food, Frontiers, and Financialization in the Rise and Demise of Neoliberalism. **Review (Fernand Braudel Center)**, v. 33, n. 2/3, p. 225–261, 2010.

MOORE, J. W. The End of Cheap Nature. Or How I Learned to Stop Worrying about “The” Environment and Love the Crisis of Capitalism. *Em*: SUTER, C.; CHASE-DUNN, C. (Eds.). **Structures of the World Political Economy and the Future of Global Conflict and Cooperation**,. Berlin: LIT Verlag, 2014. p. 285–314.

MOORE, J. W. **La trama de la vida en los umbrales del Capitaloceno. El pensamiento de Jason W. Moore**. Mexico: Bajo Tierra A.C, 2020.

MORENO, C.; SPEICH, D.; FUHR, L. **A Métrica do Carbono: abstrações globais e epistemicídio ecológico**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016. v. 42

MOTA, S. E. D. C. et al. Invisibilidades e enfrentamentos de comunidades indígenas diante da pandemia de COVID-19 e a resposta do governo brasileiro. *Em*: PINTO JUNIOR, E. P.; ARAGÃO, E.; BARRAL-NETTO, M. (Eds.). **Construção de conhecimento no curso da pandemia de COVID-19: aspectos biomédicos, clínico-assistenciais, epidemiológicos e sociais**. [s.l.] EDUFBA, 2020.

NOGUEIRA, M. B. H.; PEREIRA, S. C. L.; CARRARA, V. A. Política de Segurança Alimentar e Nutricional no enfrentamento da fome produzida pelos impérios alimentares. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 507–516, 19 ago. 2022.

OLIVEIRA, J. S. DE; MARCIER, M. O. A palavra é: favela. *Em*: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Eds.). **Um século de Favela**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 61–114.

PAGLIOSA, F. L.; DA ROS, M. A. O relatório Flexner: para o bem e para o mal. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 32, p. 492–499, dez. 2008.

PAULON, S. M.; ROMAGNOLI, R. C. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. **Revista Ciências da Sociedade (RCS)**, v. 1, p. 54–67, 2017.

PEREIRA, V. H. C. et al. Identificação Das Rotas Iniciais De Importação E Disseminação Da Covid-19 No Brasil. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoducacionais**, v. 11, p. 423–436, 2020.

PINTO, A. F. M. Módulo I: Temporalidades, história e memórias. *Em*: CARNEIRO, N.; SANTANA, B. (Eds.). **Insumos para ancoragem de memórias negras**. São Paulo: Oralituras, Casa Sueli Carneiro, Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. p. 10–26.

POLANY, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2ed. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PORTAL COVID-19 BRASIL. **COVID-19 BRASIL**. [s.d.]. Disponível em: <<https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/manaus-am/>>. Acesso em: 19 maio. 2023.

PORTO EDITORA. MOCOTÓS. **Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa sem Acordo**. [s.l.] Porto Editora, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-ao/mocotós>>. Acesso em: 15 maio. 2023.

PORTO, M. F. No meio da crise civilizatória tem uma pandemia: desvelando vulnerabilidades e potencialidades emancipatórias. **Vigilância Sanitária em debate: sociedade, ciência & tecnologia**, v. 8, n. 3, p. 2–10, 6 out. 2021.

PORTO, M. F. DE S.; ROCHA, D. F. DA; FINAMORE, R. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 10, p. 4071–4080, out. 2014.

PORTO, M. F.; MARTINEZ-ALIER, J. Ecologia política, economia ecológica e saúde coletiva: interfaces para a sustentabilidade do desenvolvimento e para a promoção da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. suppl 4, p. S503–S512, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (dés)caminhos do meio ambiente**. 14. ed. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Reapropriação social da natureza e e a reinvenção dos territórios: uma perspectiva latinoamericana. **INTERthesis**, v.9, n.1, jan-jun. 2012.

PRATO CHEIO. **A periferia também quer comer saudável**: Temporada 5., [s.d.]. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/4RM3t8scU2tUSBIXujJoKG>>. Acesso em: 10 jun. 2022

QUERINO, M. **O colono preto como fator da civilização brasileira**. 2. ed. Jundiaí: Cadernos do Mundo Inteiro, 1980.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *Em*: LANDER, E. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial, 2005.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **Raio X das ações de policiamento**. São Paulo: Rede de observatórios de segurança, 2022. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/08/2022_raioxdasoperacoes4.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

REDE PENSSAN (ED.). **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. [s.l.] Rede PENSSAN, 2021.

REDE PENSSAN (ED.). **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil** [livro eletrônico]. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022a.

REDE PENSSAN. **Suplemento I: Insegurança Alimentar nos estados**. [s.l.] Rede PENSSAN, 2022b.

ROCHA, A. P.; LIMA, R. DE C. C.; FERRUGEM, D. Autoritarismo e guerra às drogas: violência do racismo estrutural e religioso. **Revista Katálisis**, v. 24, p. 157–167, 23 abr. 2021.

ROCHA, L. Enquanto fome avança, número de bilionários cresce no Brasil, e seu patrimônio dobra. **Revista Fórum**, 6 abr. 2021.

SANTANA, T. Módulo I: Temporalidades, história e memórias. Em: CARNEIRO, N.; SANTANA, B. (Eds.). **Insumos para ancoragem de memórias negras**. São Paulo: Oralituras, Casa Sueli Carneiro, Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. p. 38–47.

SANTOS, A. L. **Do Mar ao Morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis**. 2009. 658 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SANTOS, B. D. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, p. 237–280, 2002.

SANTOS, B. D. S. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, S.A, 2020.

SANTOS, B. DE S.; MENESES, M. P. G.; NUNES, J. A. Conhecimento e transformação social: por uma ecologia de saberes. **Hiléia: Revista de Direito Ambiental da Amazônia**, v. 6, p. 11–103, 2006.

SANTOS, H. L. P. C. DOS et al. A voz da comunidade no enfrentamento da Covid-19: proposições para redução das iniquidades em saúde. **Saúde em Debate**, v. 45, p. 763–777, 18 out. 2021.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SANTOS, MILTON. **Da totalidade ao lugar**. 1 ed. 2 re ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, MILTON. **Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SVAMPA, M. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina**. [s.l.] Verlag, 2019.

SWINBURN, B. A. et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791–846, fev. 2019.

TARDIN, J. M. Agricultura. *Em*: A. P. Dias et al.(eds.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

TAVARES, A. P. N.; MARQUES, R. D. C.; LANA, F. C. F. Ocupação do espaço e sua relação com a progressão da hanseníase no Nordeste de Minas Gerais - século XIX. **Saúde e Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 691–702, jun. 2015.

TAVARES, F. F.; BETTI, G. The pandemic of poverty, vulnerability, and COVID-19: Evidence from a fuzzy multidimensional analysis of deprivations in Brazil. **World Development**, v. 139, p. 105307, 1 mar. 2021.

TRINDADE, A. A. M. DA et al. Vigilância popular da saúde nas comunidades pesqueiras tradicionais e ecologia dos saberes no enfrentamento à COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 6017–6026, 13 dez. 2021.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A Memória Biocultural: A importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VALENTE, F. L. S. **Direito Humano a Alimentação: Desafios e Conquistas**. Campina Grande: Eduepb, 2021.

VEHIK, S. C. Bone fragments and bone grease manufacturing: a review of their archaeological use and potential. **Plains Anthropologist**, v. 22, n. 77, p. 169–182, 1977.

VIEIRA, F. A.; DEBERTOLI, G. Feitiços, batuques e códigos de posturas: crenças desviantes e controle policial em Desterro na segunda metade do oitocentos. **História, histórias**, v. 4, n. 8, p. 63–76, 2016.

VIEIRA, F. S.; SERVO, L. M. S. Covid-19 e coordenação federativa no Brasil: consequências da dissonância federal para a resposta à pandemia. **Saúde em Debate**, 16 out. 2020.

VILARDAGA, V. O Apartheid da vacina. **IstoÉ**, 21 maio 2021.

VIOTTI, A. C. DE C. **Três palavras sobre o sustento dos escravos Brasil, colônia de Portugal, 1633-1808**. 2017. 308 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Estadual Paulista, Franca, 2017.

VITÓRIA, F. B. **A crise socioecológica no labirinto do capital: Uma análise das relações entre humanidade e natureza a partir dos conceitos de entropia e sociometabolismo**. 2016. 187 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas- UFPEL, Pelotas, 2016.

WAGNER, NA P. **Diante da liberdade um estudo sobre libertos da ilha de Santa Catarina, na segunda metade do século XIX**. 2002. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

WALLACE, R. **Pandemia e Agronegócio: Doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. São Paulo: Elefante, 2020.

WALLACE, R. et al. COVID-19 and Circuits of Capital. **Monthly Review online**, v. 72 n. 3, p. 1–20, maio 2020.

WHO, W. H. O. **WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard**. Disponível em: <<https://covid19.who.int>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**
(baseado na resolução CNS 510/16)

Prezado (a) Senhor (a), esta sendo convidado (a) a participar da pesquisa “AGROECOLOGIA E SAÚDE: O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO A COVID-19”. Esta sendo desenvolvida pelo doutorando Luis Carlos Nunes Vieira de Vieira, sob a orientação do Prof. Dr. Douglas Francisco Kovaleski, do Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal da Santa Catarina.

Os objetivos do estudo é compreender as práticas realizadas por movimentos sociais ligados a agroecologia no enfrentamento a pandemia de COVID-19. A finalidade deste trabalho é contribuir para melhorar o entendimento sobre a atuação da sociedade civil organizada frente às demandas da pandemia de COVID 19 .

Solicitamos a sua colaboração para participar de uma entrevista por sua atuação durante a pandemia dentro do movimento social para discutir a temática proposta no estudo. Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

A entrevista da qual você participará terá duração de no máximo 90 minutos. Será gravada e posteriormente transcritas para melhor análise do tema. Os dados obtidos ficarão armazenados sob a posse do pesquisador pelos próximos 5 anos, período após o qual os dados serão apagados. O participante tem total liberdade para autorizar ou não a gravação dos dados a qualquer instante.

Os riscos dessa pesquisa são mínimos sendo que o(a) Sr(a) pode se sentir desconfortável em responder alguma das questões norteadoras da entrevista ou com a temática a ser discutida. O(a) Sr(a). tem a liberdade de não responder ou interromper a sua participação em qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

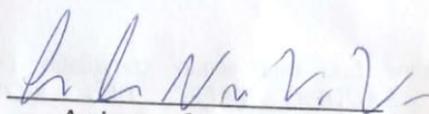
Todos os dados de gravação e transcrição obtidos através da entrevista serão utilizados somente para fins de estudo e o(a)s participantes não serão identificados, o(a) Sr(a). tem a liberdade de não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento sem qualquer prejuízo (inclusive após ter assinado o TCLE ou participado das entrevistas).

Esta assegurada à garantia do sigilo das suas informações. Os autores do presente estudo se comprometem com a confidencialidade e anonimato dos dados obtidos e afirmam que todas as informações prestadas serão utilizadas única e exclusivamente para fins de pesquisa científica. Será garantido ao Sr(a) o acesso aos resultados da pesquisa.

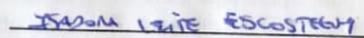
O Sr(a) não terá nenhuma forma de gasto, tampouco remuneração financeira por participar da pesquisa. Ainda assim, é garantindo o ressarcimento de gastos que você tenha para participar da pesquisa, tais como, o de transporte e alimentação. Também é garantido o direito a indenização para o reparo ao dano, seja ele material ou imaterial devidamente comprovado que foi causado pela sua participação na pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa o Sr. poderá entrar em contato com o coordenador responsável pelo estudo: Luis Carlos Nunes Vieira de Vieira, que pode ser localizado através do e-mail: luiscfisio@yahoo.com.br ou por meio telefonico pelo contato: 51 98056 9399. O outro pesquisador participantes da pesquisa Prof. Dr. Douglas Francisco Kovalesk (e-mail: douglas.kovaleski@gmail.com; contato telefônico: 48 9699-0496).

Este termo será assinado em duas vias, por você e pelo pesquisador, ficando uma via em seu poder.


Assinatura do pesquisador

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo "AGROECOLOGIA E SAÚDE: O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO A COVID-19", de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento e que terei acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

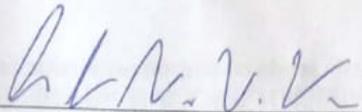

Assinatura do participante

Florianópolis, 01/06/23

Esta pesquisa teve os aspectos relativos à Ética da Pesquisa envolvendo Seres Humanos analisados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Santa Catarina. Em caso de dúvidas sobre a ética desta pesquisa ou denúncias de abuso, procure o CEP, que fica no Prédio Reitoria II R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC CEP 88.040-400 Contato: (48) 3721-6094 cep.propesq@contato.ufsc.br

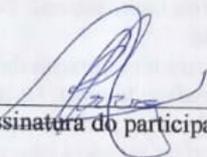
O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é uma instituição com função de defender os interesses dos participantes de pesquisas em sua integridade e dignidade, contribuindo no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este termo será assinado em duas vias, por você e pelo pesquisador, ficando uma via em seu poder.



Assinatura do pesquisador

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo "AGROECOLOGIA E SAÚDE: O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO A COVID-19", de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento e que terei acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.



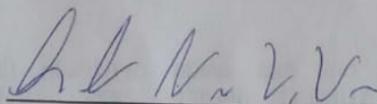
Assinatura do participante

Florianópolis, 11/10/2022

Esta pesquisa teve os aspectos relativos à Ética da Pesquisa envolvendo Seres Humanos analisados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Santa Catarina. Em caso de dúvidas sobre a ética desta pesquisa ou denúncias de abuso, procure o CEP, que fica no Prédio Reitoria II R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC CEP 88.040-400 Contato: (48) 3721-6094 cep.propesq@contato.ufsc.br

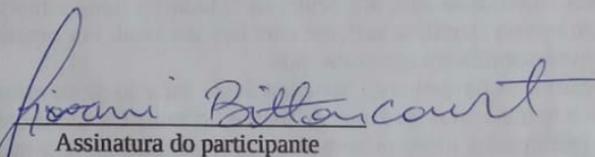
O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é uma instituição com função de defender os interesses dos participantes de pesquisas em sua integridade e dignidade, contribuindo no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este termo será assinado em duas vias, por você e pelo pesquisador, ficando uma via em seu poder.



Assinatura do pesquisador

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo "AGROECOLOGIA E SAÚDE: O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO A COVID-19", de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento e que terei acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.



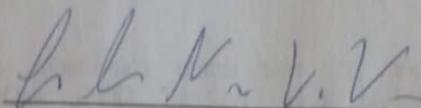
Assinatura do participante

Florianópolis, 22/04/2022

Esta pesquisa teve os aspectos relativos à Ética da Pesquisa envolvendo Seres Humanos analisados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Santa Catarina. Em caso de dúvidas sobre a ética desta pesquisa ou denúncias de abuso, procure o CEP, que fica no Prédio Reitoria II R: Desembargador Vitor Lima, n° 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC CEP 88.040-400 Contato: (48) 3721-6094 cep.propesq@contato.ufsc.br

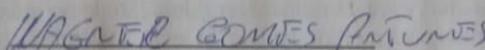
O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é uma instituição com função de defender os interesses dos participantes de pesquisas em sua integridade e dignidade, contribuindo no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este termo será assinado em duas vias, por você e pelo pesquisador, ficando uma via em seu poder.



Assinatura do pesquisador

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo "AGROECOLOGIA E SAÚDE: O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO A COVID-19", de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento e que terei acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.



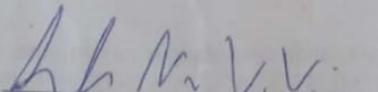
Assinatura do participante

Florianópolis, 22/04/2022

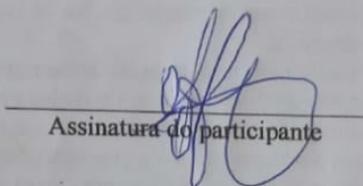
Esta pesquisa teve os aspectos relativos à Ética da Pesquisa envolvendo Seres Humanos analisados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Santa Catarina. Em caso de dúvidas sobre a ética desta pesquisa ou denúncias de abuso, procure o CEP, que fica no Prédio Reitoria II R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC CEP 88.040-400 Contato: (48) 3721-6094 cep.propesq@contato.ufsc.br

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é uma instituição com função de defender os interesses dos participantes de pesquisas em sua integridade e dignidade, contribuindo no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

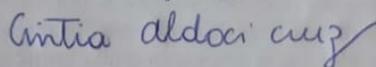
Este termo será assinado em duas vias, por você e pelo pesquisador, ficando uma via em seu poder.


Assinatura do pesquisador

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo "AGROECOLOGIA E SAÚDE: O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO A COVID-19", de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento e que terei acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.


Assinatura do participante

Florianópolis, 16/03/22,


Cintia Aldaci Cruz

Esta pesquisa teve os aspectos relativos à Ética da Pesquisa envolvendo Seres Humanos analisados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Santa Catarina. Em caso de dúvidas sobre a ética desta pesquisa ou denúncias de abuso, procure o CEP, que fica no Prédio Reitoria II R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC CEP 88.040-400 Contato: (48) 3721-6094 cep.propesq@contato.ufsc.br

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é uma instituição com função de defender os interesses dos participantes de pesquisas em sua integridade e dignidade, contribuindo no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.